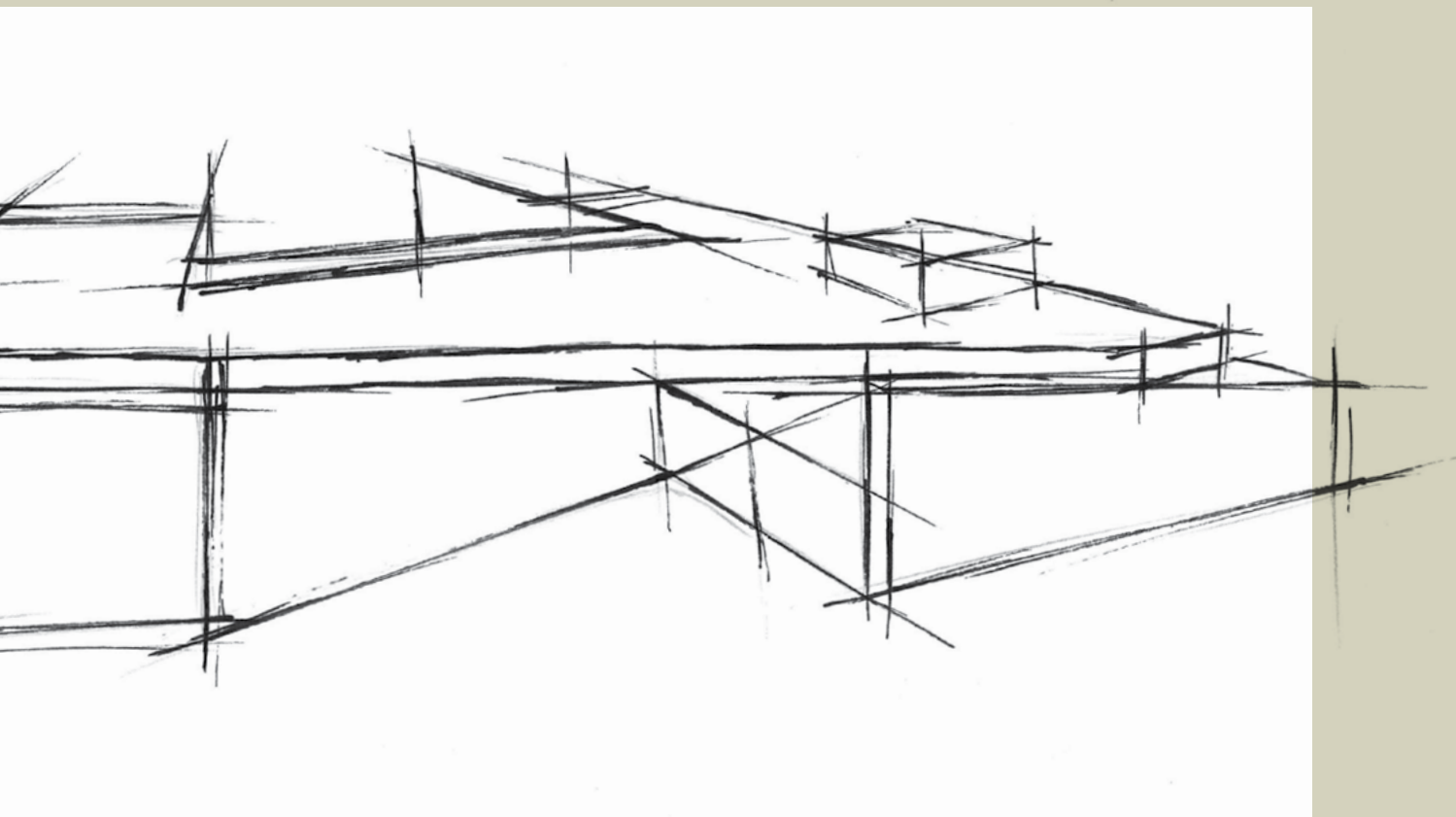


I Ciclo de Conferências do Monte Padrão

Citânias e Cidades. As primeiras cidades do Noroeste Peninsular



I Ciclo de Conferências do Monte Padrão

Citânias e Cidades. As primeiras cidades do Noroeste Peninsular

20 Abril 2018

Centro Interpretativo do Monte Padrão





Índice

APRESENTAÇÃO	9
PROGRAMA	10
COMUNICAÇÕES	12
Ladislao Castro Pérez <i>Reflexións sobre a Arte Galaica da Idade do Ferro</i>	14
Gonçalo Cruz <i>Oppida e Romanização: dois fenómenos de mudança cultural na ocupação da Citânia de Briteiros (Guimarães)</i>	36
Angel Villa Valdés <i>¿De aldea fortificada a caput civitatis? Tradición y ruptura en una comunidad castreña del siglo I d.C.: El poblado de Chao Samartín (Grandas de Salime, Asturias)</i>	56
Álvaro de Brito Moreira <i>Castro do Padrão. Gênese e desenvolvimento no quadro da proto-história e romanização da área meridional do Noroeste de Portugal</i>	82
POSTERS	126
Andrea Mariani <i>A promoção da cultura castreja através de living history e arqueologia experimental: uma proposta</i>	128
António Manuel S. P. Silva; Gabriel R. Pereira; Paulo A. P. Lemos; Sara Almeida e Silva <i>O Castro de Salreu (Estarreja): um povoado da Idade do Ferro nos limites meridionais da «cultura castreja»</i>	138
Alexandra Figueiredo; Fernando Coimbra; Cláudio Monteiro; Anderson Tognoli; Alexandre Peixe; Daivisson Santos <i>Arte Rupestre do sítio Algar da Água, Alvaiázere: registo preliminar dos levantamentos realizados</i>	160
João Tiago Tavares; Adriaan De Man <i>Elementos para uma análise da paisagem em Oliveira de Azeméis: Interações Pré-Clássicas e Romanas</i>	178
Luís Gonçalves; Nuno Oliveira; Ana M.S. Bettencourt <i>Contributos para o estudo arqueométrico dos pavimentos ou rebocos da Idade do Ferro: o caso de estudo do povoado de Monte Castro ou de S. João de Rei (Norte de Portugal)</i>	186
Paulo Lemos <i>Escavação, estudo e musealização da “Casa Romana” do Castro de S. Domingos: resultados preliminares da 5.ª campanha</i>	202

Apresentação

O Centro Interpretativo do Monte Padrão surgiu no seguimento da política de investimento na construção e manutenção de equipamentos culturais no Município de Santo Tirso, que tem vindo a promover o desenvolvimento socioeconómico do concelho. Edifício de apoio ao Castro do Monte Padrão, uma das referências da Cultura Castreja do Noroeste da Península, tornou-se, ao longo destes 10 anos, um marco importante no acolhimento de cidadãos para divulgação do património do município.

Ponto estratégico de valorização de Monte Córdova tem por objetivo aproximar os munícipes das suas raízes e do património natural e ambiental, fazendo parte de uma dinâmica de intercâmbios de informação e experiências entre o visitante e o meio envolvente.

Na sequência da celebração do 10^o aniversário do CIMP realizou-se o I Ciclo de Conferências do Monte Padrão, que teve em vista a consolidação da ligação com a comunidade científica de forma a partilhar os conhecimentos adquiridos nas sucessivas campanhas de escavação, para valorização da Cultura Castreja e do património de Santo Tirso. A edição deste livro de atas permite disponibilizar à restante sociedade um dia intenso de partilha de ideias e conhecimento.

Alberto Costa
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO TIRSO

Programa

I Ciclo de Conferências do Monte Padrão **Citânias e cidades. As primeiras cidades do noroeste peninsular**

Melhor definidas e problematizadas as coordenadas geográficas, os parâmetros cronológicos e as componentes étnicas, técnico-económicas, sociais e culturais do mundo castrejo do Noroeste Peninsular, encontram-se entre os resultados mais recentes um vasto registo de influências alógenas de feição continental e meridional que atuaram como elemento dinamizador da cultura indígena e que se manifestaram num quadro de relações de longo curso, atenuando a imagem de isolamento que, a partir de referências clássicas, se foi consolidando na historiografia arqueológica portuguesa, como índice de uma área marginal. A complexidade e a natureza dos dados observados constituem o melhor testemunho de que esta zona geográfica, especialmente na faixa litoral, mais que uma finisterra, se configurou como um eixo de comunicação e polo de atração, enquadrado pelos interesses de uma economia à escala europeia, com focos mais ativos irradiantes do Mediterrâneo, constituindo um espaço privilegiado de relações exógenas, que agiram como elemento dinamizador da Cultura Castreja, e servindo como eixo privilegiado de intercomunicabilidade do litoral com o interior, numa dinâmica de proximidade, conferindo à região, já com estimáveis níveis de densidade populacional, um elevado índice cultural. A emergência dos lugares centrais documenta a existência de uma sociedade complexa, estruturada em pequenas capitais, que acompanharam um fenómeno mais vasto, comum a toda a Europa Central e Ocidental, desenvolvido ao longo da II Idade do Ferro.

O encontro científico pretende salientar a importância da Cultura Castreja enquanto valor matricial da identidade cultural e histórica do Noroeste Peninsular, enfatizando a excecional valia patrimonial dos seus principais testemunhos arqueológicos que urge preservar, estudar e valorizar.

A.M.

ORGANIZAÇÃO

Centro Interpretativo do Monte Padrão (CMST)

COMISSÃO CIENTÍFICA

Álvaro Moreira (CITCEM_FLUP)

Tânia Pereira

COMISSÃO ORGANIZADORA

Álvaro Moreira (CITCEM_FLUP)

Carla Martins

Helena Gomes

João Oliveira

Rogério Alves

Rosário Melo

Sílvia Costa

Sofia Carneiro

Tânia Pereira

Vítor Pereira

20 Abril 2018

Centro Interpretativo do Monte Padrão

10H00 – ABERTURA

Tiago Araújo, Vereador
António da Ponte, DRCN

10H30 – CONFERÊNCIA

Reflexiões sobre a Arte Galaica da Idade do Ferro
Ladislao Castro Pérez

11H00 – CONFERÊNCIA

A Citânia de Sanfins e as organizações gentílicas entre Douro e Ave.
Armando Coelho Ferreira da Silva

11H30 – COFFEE BREAK

12H00 – CONFERÊNCIA

Oppida e Romanização: dois fenómenos de mudança cultural na ocupação da Citânia de Briteiros (Guimarães)
Gonçalo Cruz

12H30 – DEBATE

13H00 – ALMOÇO

15H00 – CONFERÊNCIA

¿De aldea fortificada a caput civitatis? Tradición y ruptura en una comunidad castreña del siglo I d.C.: El poblado de Chao Samartín (Grandas de Salime, Asturias)
Angel Valdés

15H30 – CONFERÊNCIA

Castro de San Cibrao de Las. A cidade.
Yolanda Álvarez González e Luís López González

16H00 – CONFERÊNCIA

Monte Mozinho. Estruturas espaciais – pertinências patrimoniais.
Teresa Pires de Carvalho

16H30 – COFFEE BREAK

17H00 – CONFERÊNCIA

Castro do Padrão. Génese e desenvolvimento no quadro da proto-história da área meridional do Noroeste de Portugal.
Álvaro de Brito Moreira

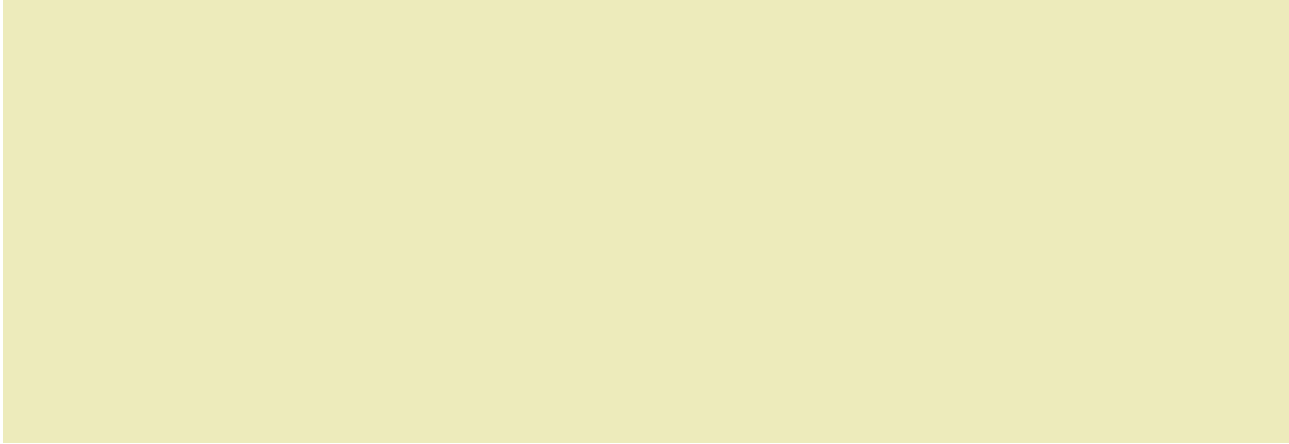
17H30 – Apresentação de posters

18H00 – ENCERRAMENTO

18H30 – VISITA

Castro do Padrão

Comunicações



LADISLAO CASTRO PÉREZ

Universidade de Vigo

Grupo de Estudos de Arqueoloxía, Antigüidade e Territorio (GEAT)

RESUMO:

Estas reflexións abordan dende un criterio selectivo algunhas obras significativas das poboacións do noreste peninsular durante a Idade do Ferro, encuadrables na chamada Cultura Castrexa ou Galaica. Esencialmente analizamos evidencias e indicios concernientes a creacións en pedra e metal, principalmente en ouro. Trátase de formular algunhas interpretacións sobre cuestións cronolóxicas, estilísticas e técnicas para así comprender a expresión desta linguaxe formal, ornamental ou monumental. Tamén se postulan argumentos en torno ás tradicións e influencias que se poden apreciar nestas obras así como se valoran os aspectos máis orixinais e xenuinos desta cultura manifestados na súa arte.

ABSTRACT:

These reflections approach, with a selective criterion, some significant works from the communities of the Peninsular Northwest, during the Iron Age, framed by the so-called "Castros" Culture. Essentially, we analyzed evidence and traces related to stone and metal creations, mainly gold. It is about elaborating some interpretations on chronological, stylistic, and technical issues to understand the expression of this formal, ornamental or monumental language. Interpretations are also formulated around the traditions and influences that can be appreciated in these works, valuing the most original and genuine aspects of this culture expressed in their art.

1. IDENTIDAD, ARQUEOLOGÍA Y NACIONALISMO

A lo largo del tiempo el término celtas en diferentes contextos ha ido adquiriendo diversos usos y significados. Todo lenguaje está anclado a una praxis social y si queremos saber qué significa una palabra tenemos que observar cómo se usa. Históricamente, en el ámbito europeo antes del s. XIX, los referentes de la civilización occidental eran la cultura griega, el orden romano y la moral cristiana, pero a partir del Romanticismo comienza a sentirse la importancia de llamarse celtas; en aquellos países que representaban la Europa de la industria y el progreso fue cobrando valor y prestigio esa antigua raíz. En el siglo XX, los conceptos étnicos vinculados a la exaltación de lo indogermano, ario o celta, se vieron ensombrecidos por la contaminación ideológica, la propaganda nacionalista, los conflictos bélicos y el exterminio. En el marco del actual proceso de europeización se establecen nuevas referencias que juegan con antiguas creencias etnogenealógicas en una permanente negociación de identidades. Hoy el celtismo resulta ser una pieza relevante en el mosaico de las identidades europeas.

En rigor, las etiquetas de identidad como celta, latino, europeo, hispano u occidental... son conceptos de esencia discutible. Culturalmente somos una mezcla compleja y diversa, atravesada por las contradicciones de este mundo globalizado donde las reclamaciones nacionalistas conviven con las tendencias uniformizadoras. Una cultura es una construcción simbólica, consecuencia de la propensión humana, o cultural, a clasificar todos los fenómenos del mundo, estableciendo conjuntos clasificatorios a los que se adhieren contenidos simbólicos. La identidad es múltiple y comprende diversos niveles, su complejidad es tal que incluso se puede llegar a dudar de la esencialidad de la identidad propia de una cultura. La identidad no es un objeto, ni una relación, ni una propiedad, ni un hecho. Una esencial propiedad humana es la de tener que adoptar una postura con respecto a sí mismo, una imagen, una fórmula de interpretación, una toma de posición respecto a sí mismo y a los demás.

Cuando el concepto de cultura surgió en Europa, entre los siglos XVIII y XIX, se refería a un proceso de cultivación o mejora, como en la agricultura u horticultura. Esta metáfora, en su concepto moderno, se refería a todas las formas en las que los humanos comienzan a superar su barbarismo original y, a través de artificios, se vuelven completamente humanos. Los pueblos tienden a ocultar lo que no les agrada y reclamar lo que les complace. Suele haber un deseo complaciente de prestigiar los orígenes que juega con el pasado y establece preferencias a la hora de plantar raíces, para hacerlo es importante elegir bien el terreno.

En la germinación de los debates identitarios actuales podríamos reconocer usos y abusos en la interpretación del pasado. En un sentido u otro los discursos históricos están teñidos de nacionalismo. Los relatos nacionalistas implican un proceso de idealización y, con frecuencia, de heroización. La formulación de los nacionalismos en el s. XIX es inseparable del contexto en el que se inscribe el comienzo de la Historia y la Arqueología,

como ciencias sociales, que en su origen estaban claramente asociadas a la burguesía emergente y a sus intereses culturales y económicos, e inevitablemente a la noción de progreso, como uno de nuestros falsos mitos más extendidos. La legitimidad de los estados-nación encontraba argumentos en el paradigma histórico-cultural y en el anticuarismo que precedió a la arqueología.

En Europa, la arqueología se fue convirtiendo en proveedora de argumentos y narrativas que sustentaban interpretaciones sobre el pasado y la identidad. En aquel contexto el pasado prerromano empezó a ser un símbolo cultural fundamental a emplear como fuente de legitimidad para distintos proyectos políticos. En este proceso de idealización, los celtas se relacionaban con hadas, druidas, megalitos y a la vez también con migraciones bíblicas. El celtismo se vinculó con un pasado pagano y anti-romano. Los celtas se asociaron con el arquetipo del bárbaro genuino y primitivo sin contaminar por la civilización, provisto de una actitud beligerante e independiente pero también dotado de una misteriosa sabiduría. Diodoro nos dejó un retrato elocuente por su ambigüedad:

Estos hombres tienen un aspecto espantoso... Poseen un tono amenazador, altivo y trágico, y, sin embargo, un espíritu penetrante y no sin aptitud hacia las ciencias. (Diodoro de Sicilia, *Biblioteca Histórica*, 5, 30).

La reivindicación de la cultura tradicional no se manifestó abiertamente hasta la eclosión del movimiento romántico, a finales del s. XVIII y principios del XIX. Desde entonces, naturaleza e historia confluyen en la expresión ideal y poética de un pueblo y le confieren un carácter sacralizado. La cultura tradicional adquiere pues con el romanticismo un carácter étnico y es puesta al servicio de los nacionalismos. Para los románticos, en la poesía popular reside el alma del pueblo, que acabará convirtiéndose en espíritu nacional. Las lenguas vernáculas atrajeron también el interés de los escritores románticos. Como la poesía popular, estas lenguas bebían de las fuentes sagradas de la naturaleza y la historia y expresaban asimismo el espíritu nacional. El ejemplo de Pondal es bien expresivo: *confín dos verdes castros... fogar de Breogán*.

A la luz del historicismo romántico, la filología se hacía histórica y comparativa y trataba de remontarse al pasado, para establecer la genealogía de las lenguas actuales. Los estudios de lingüística histórica y, por extensión, los de folklore, recibirían un fuerte impulso con el descubrimiento, en la primera mitad del s. XIX, del parentesco entre las lenguas indoeuropeas a partir del sánscrito original. Este hallazgo otorgaba una inesperada profundidad histórica a las genealogías. Pero la historia de las ideas refleja el contenido etnocéntrico, colonialista y pangermánico de los primeros estudiosos de la lingüística que verían -quizá inconscientemente- a un supuesto pueblo indoeuropeo, o indogermánico, superior, conquistador y portador de innovaciones técnicas.

Como una rama del tronco indoeuropeo, lo “celta” se convirtió en una referencia insustituible en los países de la próspera Europa, cuyas raíces se revalorizaban al ritmo de la

industria y el comercio. Eran los indoeuropeos, convertidos en celtas presuntamente en Europa central y expandidos hacia el este y el oeste, según las teorías tradicionales. La Arqueología continúa funcionando como una fuente de legitimidad para las identidades nacionales naturalizadas en base a presupuestos legitimados por las fuentes históricas, como los celtas.

2. LA DEFINICIÓN DE LOS CELTAS

Cabalmente no podemos hablar de algo sin una definición, con ella creamos el objeto de nuestro estudio, pero la propia definición es compleja, poliédrica o multiforme. La esencia celta no es una y no es objeto de estudio desde una sola disciplina. Los datos que ofrece la arqueología se enriquecen con la necesaria interdisciplinariedad de otras ciencias: historia y geografía de la antigüedad, epigrafía y numismática, lingüística, antropología, historia de las religiones, etnoarqueología y literatura, a las que se añaden antropología física y biología, demografía y técnicas de análisis arqueométricos de las ciencias físicas y naturales.

La definición de lo celta desde una lógica positivista desemboca en el esencialismo de querer encontrar sus orígenes como asunto central del debate. Además, hay que prevenirse contra la idea de considerar que los grupos culturales o las etiquetas nacionales alguna vez designaron unidades puras de genes, lenguas y culturas materiales, integridades estables o entidades inalterables a lo largo de periodos de tiempo dilatados.

Hoy existe una necesidad de definir lo celta, puesto que el término ha venido para quedarse y su arraigo popular y académico es incuestionable. El mejor comienzo para abordar su significado empieza por entender la realidad que describieron muchos autores clásicos: Eforo, Hecateo de Mileto, Heródoto, Diodoro de Sicilia, Estrabón, Posidonio, Ateneo, Polibio, Pausanias, Arriano, Plinio, Tito Livio, Tácito, Diógenes Casio, Silio Itálico, Eliano, Lucano, Valerio Máximo, Pomponio Mela... En las primeras referencias conocidas, el término celta fue usado para definir una realidad exterior, un espacio ajeno al de los autores clásicos griegos y romanos. Desconocemos a qué se refería el término en las fuentes antiguas ¿pequeñas unidades étnicas, tribales, clánicas o familiares? “Celta” no es una palabra de origen griego o latino; su significado es incierto, aunque se ha especulado con raíces semánticas afines a conceptos como elevado, altivo, belicoso...

De los celtas tenemos constancia, en primer lugar, por las referencias de diversos autores clásicos. Las evidencias más sólidas son de autores griegos que se refirieron a grupos humanos como *keltai*, ya en los siglos VI y V a.C.; más tarde, los romanos les llamaron *celtae*. También contamos con epígrafes latinos y tenemos constancia de muchos hidrónimos, topónimos, teónimos o antropónimos...; grupos de lenguas identificadas como celtas se atestiguan en Iberia, Francia, Gran Bretaña e Irlanda en el periodo romano; además

hablantes de antiguas lenguas célticas se denominaron a sí mismos con ese etnónimo. Hoy sobreviven las lenguas celtas en Bretaña, Gales, Escocia e Irlanda, variedades dialectales que derivan de una lengua celta original. En otro orden de cosas, una serie de “culturas arqueológicas” de la prehistoria reciente europea vienen considerándose tradicionalmente celtas; el estilo artístico lateniano se identifica con el arte genuino de ciertas comunidades celtas de la Edad del Hierro, que tendrá continuidad, especialmente, en el arte de Irlanda del primer milenio d.C.

Un celta es alguien que habla una lengua céltica, o produce o usa arte o cultura material celta, o ha sido referenciado como tal en registros históricos, o se ha identificado a sí mismo o por otros como tal. Son definiciones paralelas (lingüística, artística, arqueológica, histórica, étnica, sociológica...) en las que algunos incluyen un polémico “perfil biológico”, una nueva forma de esencialismo en base a patrones genéticos discutibles. Los componentes más sustanciales responden a esencias diversas, a un conjunto de características a las cuales se adscribe el uso de la celticidad.

Son definiciones paralelas que no tienen que confluir y de hecho un hablante de lengua celta pudo no haber conocido el arte celta lateniano, como parece haber sucedido en algunas sociedades celtas. Algunas comunidades celtas nunca emplearon un etnónimo céltico o se autoidentificaron como tales, o fueron nombradas así por fuentes históricas. Si en la definición asociamos de manera inclusiva los distintos perfiles transhistóricos del término podremos evitar la ausencia de coincidencia espacial y temporal en la distribución de las características planteadas por la “esencialidad céltica”. Pues un gálata de Asia Menor en el s. III a.C. puede ser tan celta como un moderno habitante de Irlanda gaélico parlante, sin apenas compartir características en común. Además, cada comunidad celta en Europa es fruto de un mestizaje muy distinto por razones de distancia y de cultura. Podemos combinar las definiciones paralelas, adoptar una definición asociativa que incluya a todas las disciplinas implicadas en los estudios célticos.

En el ámbito académico, la asunción del concepto de celtas oscila entre diferentes interpretaciones:

Para algunos investigadores celtoescépticos, desde diversas perspectivas, el celtismo es un concepto multiforme que puede ser concebido como un constructo social. Para unos ese constructo es resultado de la propia historiografía (Collis 2003), un concepto reinventado a partir del siglo XVI, como un legado de interpretaciones equivocadas que aún afectan a la forma en que entendemos las fuentes antiguas y la evidencia arqueológica. Para otros es producto del saber popular o de las pseudociencias, en estrecha conexión con la mercadotecnia *new age*. Desde la filosofía del tiempo, el llamado presentismo, que asume la disolución del pasado en el presente, es la creencia de que únicamente existe el presente y, por tanto, las entidades del pasado solo pueden ser consideradas como constructos lógicos o ficciones.

Entre quienes aceptan la conveniencia de utilizar este concepto, unos creen que los celtas no son un solo pueblo, ni mucho menos una raza o un grupo genético. Hay afinidades más o menos claras pero el concepto de celtas como algo unitario, coherente y esencial sería una ilusión. Los pueblos celtas pertenecerían a una familia lingüística, pero hay una gran diversidad y nunca hubo una cultura celta uniforme ni una sociedad celta prototípica, ni una religión celta unificada. Existen ciertas interconexiones, pero nunca entre el mundo celta como tal en conjunto. Hay muchas conexiones dentro del mundo celta, pero también con áreas que no eran celtas. Sería una categoría utilizada por los pueblos colonizadores para su descripción, pero no debe entenderse como una identidad étnica ni política. En conjunto eran sociedades prehistóricas tribales, solo en ciertos casos se detecta un proceso de centralización en el final de la Prehistoria (es la llamada cultura de los *oppida*) que será descabezado e integrado por el proceso de romanización.

Además de la lengua de origen común, aunque con divergencias significativas, habría semejanzas en ciertas instituciones, algunas divinidades, aspectos de la mitología, folclore, calendarios, festividades; afinidades que en menor medida también se constatan entre las sociedades indoeuropeas en general. No existiría una religión celta común, pero si determinados elementos comunes y afinidades, especialmente entre los celtas atlánticos, por ejemplo. Los dioses considerados celtas no son los mismos en todos los territorios que se consideran celtas. Así, las divinidades lusitano-galaicas son prácticamente desconocidas en cualquier otro ámbito céltico. Por otra parte, las diferencias observables en la cultura material, llevan a pensar a algunos investigadores que el modelo céltico es difícil de encajar en el término cultura.

Otros investigadores, en cambio, subrayan la identidad común, aunque reconociendo las diferencias, y sostienen que los celtas eran un pueblo de estirpe indoeuropea que formaban la base étnica y cultural de todo el occidente de Europa (Almagro-Gorbea 1992), incluida gran parte de la Península Ibérica, donde, desde el tercer milenio antes de Cristo, existían poblaciones proto-celtas muy arcaicas extendidas entre las regiones occidentales atlánticas hasta la meseta y el Sistema Ibérico, así como desde Galicia a todo el País Vasco, un área que constituía la llamada Hispania Céltica. Almagro-Gorbea (2018), después de realizar un amplio análisis de conjunto de la *Literatura hispano-celta*, entendida como un largo proceso de continuidad de un imaginario original de la Prehistoria que, a través de transformaciones y adaptaciones a lo largo de los siglos, ha perdurado casi hasta nuestros días.

Asimismo, en una perspectiva global, otros planteamientos recientes inciden en la unidad cultural atlántica como espacio formativo de la lengua y cultura celta durante las Edades del Cobre y Bronce (Cunliffe 2001) o bien, en el caso de la Teoría de la Continuidad Paleolítica (Alinei 2008), desde una época mucho más remota.

3. CELTAS ANTIGUOS Y CONTEMPORÁNEOS. CONOCER EL PASADO PARA COMPRENDER EL PRESENTE

Al parecer algunos geógrafos anteriores a Heródoto, sobre todo Eforo, concibieron descriptivamente el mundo bárbaro como dividido en cuatro partes, según los puntos cardinales, con Grecia como espacio central. Al norte estaban los escitas, al este los persas, al sur los libios y al oeste los celtas... Heródoto (*Historias* 2, 33) se refirió a los celtas como las gentes que habitaban en las fuentes del Danubio y más allá de las columnas de Heracles, es decir, en el suroeste de la Península ibérica.

Para algunos geógrafos, sino para todos, el término celta fue ante todo una designación geográfica bastante amplia, relacionada con todos los habitantes. Más tarde llegó a tener un significado geográfico mucho más preciso, asociado a la provincia romana de la Galia

Toda la Galia está dividida en tres partes, una de las cuales la habitan los belgas, otra los aquitanos y una tercera un pueblo llamado en su propia lengua celtas, y en latín galos. Todos ellos difieren entre sí en lengua, instituciones y leyes. (César, *Comentarios a la guerra de Las Galias*, 1, 1).

Después del período romano, durante mil años, el término Celta dejó prácticamente de usarse. Así, por ejemplo, durante la Edad Media, cuando se estaban formando las naciones de Irlanda, Escocia, Gales e Inglaterra no había un sentido de unidad lingüística o cultural, ni naciones célticas. Las fuentes medievales hablan de gaélicos, escotos o pictos.

En el Renacimiento hubo un redescubrimiento de los textos clásicos referidos a los celtas. En los ss. XVII y XVIII se mezclaron anécdotas fragmentarias y estereotipos de las fuentes clásicas y la Biblia al tiempo que se iban revelando nuevas evidencias, como las semejanzas entre las lenguas habladas en Escocia, Irlanda, Isla de Man, Gales, Cornualles y Bretaña. Así, Paul-Yves Pezron, un monje cisterciense bretón, publicó en 1703 un estudio sobre la lengua de los celtas y el origen común de bretones y galeses. Pezron acuñó la idea de una Lengua Celta Original a la vez que intentaba relacionar a los celtas con la historia bíblica, argumentando que la lengua celta había sido una de las “lenguas originales” habladas en el tiempo de la Torre de Babel.

El estudio de las lenguas revelaba los vínculos, las fuentes clásicas aportaban nombres y los primeros anticuarios, en un intento por reconstruir y comprender la Prehistoria, comenzaron a identificar sobre aquellas bases lo que ellos pensaban que serían objetos y monumentos célticos. Además, desde mediados del s. XIX, una serie de objetos decorados con un estilo peculiar vinieron a designarse como Arte Celta, aunque la primera sistematización arqueológica fue obra de Paul Jacobsthal (1944) a mediados del s. XX. Pero no todos los pueblos celtas se expresaron con ese estilo que llamamos lateniano e identificamos con lo céltico. Poco después de 500 a. C., en la época en que se erigió el Partenón de Atenas, un arte muy diferente fue tomando forma al norte de los Alpes. El arte

lateniano muestra semejanzas desde el Atlántico hasta el Mar Negro en los últimos siglos a.C., pero no hay un estilo celta sino varios, con semejanzas y diferencias. Más bien, vemos el hábito repetido de sintetizar y modificar temas y motivos del Mediterráneo, de las Estepas o de la propia tradición de la Edad del Bronce, transformando el naturalismo de inspiración mediterránea en un estilo más abstracto o reinventando viejos motivos.

Durante los ss. XIX y XX los lingüistas estudiaron los vínculos entre las lenguas europeas, y confiaron a los arqueólogos la tarea de proporcionar un fondo cultural e histórico. El deseo de presentar una reconstrucción coherente del pasado prehistórico trajo muchos problemas, se mezclaron diferentes niveles de evidencia y se asumía que estaban relacionados: fuentes clásicas, lenguas modernas y antiguas, estilos artísticos, contextos funerarios, alusiones de antiguas creencias religiosas inscritas en altares romanos, los mitos de las primitivas Irlanda y Gales.

A partir de la década de 1980, coincidiendo con el auge popular del celtismo, se desarrolló una disputa acalorada entre celtófilos y celtoescépticos, especialmente en el contexto anglosajón. Los celtoescépticos cuestionan la visión tradicional de los celtas a los que interpretan como un constructo moderno, argumentando que los celtas fueron creados como un mito nacionalista. Esta afirmación encierra parte de verdad, pero decir que todo es celtomanía nacionalista es un reduccionismo simplista. En los últimos años ha habido reclamaciones de diferente signo político, de izquierdas y derechas, incluso algunas autodesignadas como marxismo celta. Además en los últimos años han despuntado nuevas teorías que podríamos calificar de internacionalistas, es el caso del llamado Paradigma de la Continuidad Paleolítica o bien de la corriente que subraya el papel de los celtas atlánticos, conocida como *Celtic from the West*.

La idea de una identidad celta todavía resuena poderosamente en la actualidad, tanto a nivel nacional como mundial, porque ha sido redefinida como reflejo de preocupaciones contemporáneas sobre política, poder y religión. La cuestión nacionalista en Gales, en Galicia o en Bretaña, los conflictos en Irlanda del Norte, el celtismo de la globalización vinculado a la diáspora irlandesa y escocesa en Boston, Chicago, Australia o Nueva Zelanda. Hay muchos planos que se entremezclan. En la actualidad, la dimensión social del celtismo alcanza proporciones tales que se ha convertido en una fuente de valor económico y simbólico añadido a los productos culturales (música, artesanía, variedades autóctonas de especies ganaderas...). Lo céltico como valor económico, como marca, reflejo y signo de nuestro tiempo. Es como el genio que salió de la lámpara y ya no quiere volver a entrar.

En el marco de la globalización, la festividad de San Patricio, como conmemoración de la herencia irlandesa, plantea interesantes cuestiones sobre la dimensión del celtismo en la actualidad. Se le considera Apóstol de Irlanda, donde murió de viejo hacia el año 461. Después de haber socavado la autoridad de los druidas, un elemento clave de la identidad celta, San Patricio se acabó convirtiendo en predicador del Evangelio en Irlanda, que

en aquellos tiempos se encontraba dividida en numerosos clanes sometidos a la poderosa autoridad de los druidas. Se adaptó muy bien a las condiciones sociales del lugar, formando un clero local y varias comunidades cristianas, respetando las tradiciones y costumbres propias de sus habitantes. En la Edad Media, el arte irlandés continuará la tradición de la Edad del Hierro al servicio de la cristianización.

El primer desfile del Día de San Patricio tuvo lugar en Dublín en 1931. A mediados de los años 1990 el gobierno irlandés comenzó a dar a esta festividad, originariamente religiosa, una proyección internacional para promover la exaltación de Irlanda entre la gente con ascendencia irlandesa (y aquellos que desean ser irlandeses) en una celebración imaginativa y expresiva, convertida en exponente del “Orgullo Celta”. En la actualidad, el Día de San Patricio es probablemente el santoral más ampliamente celebrado en el mundo. Destacan, entre otras, las celebraciones de Mánchester, Birmingham, Londres, Cambridge, Montreal, Boston, Filadelfia, Chicago, Kansas, Denver, Buenos Aires, París y Toronto, pero el desfile del Día de San Patricio que concita mayor número de gente se celebra en Nueva York con la participación de más de dos millones de personas.

La globalización y la cultura de masas nos obligan a reflexionar sobre las nociones más básicas en lo concerniente a la identidad. El Día de San Patricio se celebra a nivel planetario por todos los irlandeses e incluso por gente que no tiene ascendencia irlandesa, ¿en qué medida se adscriben a lo céltico los participantes en estos eventos? Paradojas de la globalización y de la negociación de identidades. Irlanda es el paradigma de lo céltico, de modo que se asocia todo lo irlandés con la identidad cultural celta...Una muestra de la versatilidad de la “herencia céltica”.

El celtismo ha adquirido un papel relevante en el marco de la Cultura de Masas, en un proceso comunicativo en el que la ciencia y el conocimiento se ponen al servicio de la producción de unos valores y símbolos estereotipados, de escasa o dudosa calidad, intervenidos por el comercio, el consumo y la publicidad. Sin distinción de clases sociales y accesible globalmente, la cultura de masas se difunde por medio de las redes sociales y se extiende a través de las fronteras. Tiene como objetivo el placer, la diversión y la evasión. En ese marco prosperan infinidad de ferias y fiestas sobre eventos históricos y un lugar destacado lo ocupan los celtas. Poderoso factor de identidad.

Frente a la globalización del celtismo, en contrapartida, algunas personas experimentan un rechazo visceral hacia todo lo que se asocie a la etiqueta celta, algunos critican su exceso chabacano y vulgar. En consecuencia, el término se ve envuelto en un diálogo intoxicado. La actitud de muchos profesionales de la arqueología no es ajena a esta polarización. Pero existe el peligro de desvincularse del público interesado en acercarse al pasado, de olvidar la función social de la ciencia. Es necesario que los profesionales de la Historia se involucren en los debates, asuman el compromiso con la investigación y el conocimiento, se esfuercen en deconstruir los conceptos, explicarlos, contextualizar las interpretaciones en un marco crítico, procurar ganar la confianza del público y mostrar

los límites del conocimiento arqueológico. Son tareas necesarias para que sepamos que se quiere decir al hablar de celtas.

En su sentido más preciso, el término ‘celta’ se refiere a los pueblos que hablaron una lengua celta. Pero en un sentido más amplio, es legítimo aplicar el término celta a las costumbres, a la cultura material y al arte de estas comunidades de habla celta. Además hay que tener en cuenta factores sociológicos como toda la serie de usos del término en nuestra propia sociedad contemporánea, que se refieren a cualidades o rasgos que supuestamente derivarían de otros más antiguos: la herencia celta.

4. LOS CELTAS ATLÁNTICOS

En los últimos cincuenta años la arqueología ha ido sembrando dudas sobre la identificación de las Culturas de Hallstatt y La Tène con el origen de los celtas. De hecho, la localización convencional de la *Urheimat* celta en Europa Central hoy en día no parece justificada. Hallstatt no es la primera cultura celta, aunque allí se manifestaron las jefaturas aristocráticas de la Edad del Hierro, en primera instancia, y fue en el entorno de La Tène donde se realizaron las primeras creaciones del arte celta lateniano. Desde hace algo más de una década, el lugar de origen de los celtas y su definición están siendo replanteados por nuevos estudios que procuran establecer la relación entre lenguas, restos materiales de sociedades antiguas y patrones genéticos. Por eso la investigación se orienta hacia una síntesis entre genética, lingüística y arqueología prehistórica.

La idea de un sustrato celta en el Bronce Atlántico había sido ya formulada por M. Almagro-Gorbea (1992), pero recientemente ha cobrado impulso en el paradigma que lideran J. T. Koch y B. Cunliffe (2012, 2013, 2016), bajo el enunciado de “los Celtas desde el Oeste” que reivindica el origen de lo “celta” en el Bronce Final Atlántico, como resultado de un proceso formativo que se vislumbra desde el Neolítico y comienza a cristalizar en la Edad del Cobre. La lengua celta pudo desarrollarse en algún lugar a lo largo de la fachada atlántica europea, como lengua franca que facilitaría el flujo de mercancías e información tecnológica y se extendería desde allí hacia el Este. El presupuesto central radica en que los celtas, al menos una variante lingüística atlántica, son originarios de la Península Ibérica. Esto es, serían íbero-tartésicos. Dicho de otro modo, originalmente los celtas serían “indoeuropeos que hablaban con acento ibérico”.

Posiblemente, algunas oleadas de tribus indoeuropeas se habrían asentado en la Península Ibérica, donde formaron una verdadera unidad lingüística y desde donde posteriormente emigraron a las Islas Británicas y el Continente europeo. No obstante, sigue siendo un enigma la cuestión de cuándo y cómo llegaron los indoeuropeos a Europa Occidental y las costas atlánticas. Tampoco está claro si la lengua celta se formó antes o después de la llegada de los indoeuropeos al Atlántico, o en qué medida se relacionan las evidencias lingüísticas del lusitano y el tartésico con las lenguas célticas de la costa

septentrional atlántica, con las que guardan semejanzas y diferencias notables, o que relación existía entre Hallstatt y el Bronce Atlántico celta.

5. EL ENFOQUE ARQUEOLÓGICO

Desde un enfoque arqueológico se han ensayado hipótesis explicativas (Cunliffe 2001) del proceso en el área atlántica desde el establecimiento de comunicaciones en el Neolítico (5000-2700 a.C.), a esta época se remontan los indicios de contactos marítimos entre el oeste ibérico, Armórica, Irlanda y otras regiones que se traducen en las ideas, valores y creencias expresadas en la arquitectura megalítica y en el intercambio de bienes de prestigio que sancionaban alianzas que servían para mantener la armonía entre comunidades vecinas.

Durante la Edad del Cobre (2700-2200 a.C.) se intensifica el trasiego y, según algunos investigadores, la expansión del Vaso Campaniforme, cuyos primeros indicios son marítimos, podría estar relacionada con el origen de lo céltico; el estilo más antiguo, el Campaniforme Marítimo, posiblemente se creó hacia 2700 a.C. entre las comunidades que usaban cobre en la zona del estuario del Tago y desde allí pudo extenderse a otras regiones de Europa occidental. La aparición del fenómeno campaniforme supondría un cambio tecnológico, social e ideológico que conformó un substrato cultural semejante, con élites de aparente carácter guerrero, como denotan sus tumbas individuales, y con nuevas tendencias de desarrollo surgidas de forma paralela y que abocaron en las culturas de la Edad del Bronce, las semejanzas entre Galicia e Irlanda son una muestra.

La consolidación de este proceso llegaría en la Edad del Bronce (2200-800 a.C.) al intensificarse progresivamente los contactos (evidenciados en la evolución de espadas, hachas, hoces, etc.), hasta alcanzar su auge en el Bronce Final. Dada la extensión e intensidad de los contactos, así como la complejidad del conocimiento tecnológico y de los sistemas de creencias comunicados, debió haber una lengua franca compartida y también épocas de convergencia y de divergencia lingüística. Si durante la Edad del Bronce Atlántica (1300-800 a.C.) hubo un idioma celta bien establecido como lengua franca en toda la vertiente atlántica, el subsecuente periodo de dislocación proporcionaría el contexto que pudo llevar a la aparición de diferencias dialectales, evidentes en los restos que sobrevivieron en los textos y nombres de lugar y en las lenguas insulares.

Desde el comienzo de la Edad del Hierro (800-400 a.C.) se produjo una dislocación de esta circulación marítima atlántica y el consecuente aislamiento. La fundación de emporios fenicios en la costa occidental peninsular supuso la integración del occidente ibérico, también el área galaica, en los circuitos mediterráneos. Este cambio fracturó el mundo celta y separó, a partir de entonces, su evolución en el noroeste hispánico de la de Irlanda, donde la cristianización se expresará en un lenguaje céltico y las fuentes vernáculas perdurarán con un alto grado de pureza.

Ahora bien, las hipótesis arqueológicas deben ser confrontadas con otras fuentes cuando sea posible. Siempre es polémica la identificación de pueblos a través de conjuntos arqueológicos. En algunos casos, las culturas arqueológicas supuestamente identificadas son simplemente un reflejo de las premisas taxonómicas de los estudios arqueológicos. En este debate contamos con dos registros que evidencian lazos entre grandes áreas: la lengua y la cultura material. Pero arqueología y lenguaje difieren en su naturaleza, por eso requieren tratamientos diferentes y pueden ofrecer resultados distintos. La arqueología muestra evidencias de contactos de un lado a otro de las costas atlánticas europeas en la Edad del Bronce, en aquel tiempo la lengua céltica pudo haberse extendido como una lengua franca a través de las rutas marítimas atlánticas, con versiones regionales. Sin embargo, aunque podemos trazar en el tiempo el recorrido de ciertos movimientos de población célticos, la expansión de los hablantes goidélicos desde Irlanda a Escocia en el primer milenio de nuestra Era, por ejemplo, no encuentra reflejo en el registro arqueológico.

6. LOS ESTUDIOS DE LINGÜÍSTICA

Lo que define a los pueblos celtas es el uso de una lengua céltica, por eso el estudio de la lengua es el factor clave. La solución del problema de la indo-europeización de la Europa atlántica no debe buscarse solo en paralelos arqueológicos, más o menos imprecisos, sino sobre todo en estudios rigurosos de paleontología lingüística. Se pueden reconocer elementos de lenguas antiguas célticas desde Irlanda hasta Turquía. Hay ciertos rasgos comunes, como una familia lingüística a semejanza de lo que agrupa a las lenguas románicas o eslavas. La enorme extensión geográfica del grupo de lenguas célticas en gran parte está bien atestiguada en el final de la prehistoria, aunque las evidencias sean escasas. Algunos rasgos de vocabulario y gramática en estas evidencias antiguas revelan lenguas relacionados con las que aún se hablan en Bretaña, Cornualles, Gales, Irlanda y Escocia.

Las lenguas célticas se hablaron abundantemente en la Europa Atlántica y a lo largo de los ríos que desembocaban en el Atlántico. Los mapas de distribución de topónimos son elocuentes (como los compuestos toponímicos celtas en *-brig-*), la mayor densidad de nombres de lugar célticos se localiza en el oeste de la Península Ibérica, sur de Gran Bretaña, norte de Escocia y oeste de Francia. La hidronimia es una fuente especialmente valiosa, pues los nombres de los ríos se mantienen con arraigo, y en el área galaica no faltan hidrónimos célticos tan emblemáticos como Deva y Dubra. En principio, el grueso de teonimia, etnonimia y toponimia galaicas puede ser de notable antigüedad, el sub-registro onomástico parece hablar de una indoeuropeización antiquísima. Gorrochategui (1997) y Moralejo (2014), entre otros, apuntan que en Gallaecia no solo hay evidencias lingüísticas celtas, también hay indicios que apuntan a una riqueza lingüística mayor y más compleja.

El descubrimiento de la lengua lepóntica, que ocupó el área alpina entre las actuales Suiza e Italia, datada en los siglos VI-IV a.C., parecía confirmar que la lengua celta se habría originado en Centroeuropa y luego se extendería con las migraciones históricamente atestiguadas entre los siglos IV-II a.C. El lepóntico era un idioma de la familia indoeuropea perteneciente al grupo continental de las lenguas célticas, se trata de una lengua Celta-P o galo-britónica, lengua propia de Gales, Bretaña y Cornualles.

Si aceptásemos los datos de la glotocronología, que indica que el idioma celta se escindió en dos grandes grupos (Celta-P y Celta-Q) alrededor del 1200 a.C., estaríamos ante un escenario mucho más antiguo que la formación de la Cultura de Hallstatt en Europa Central. La glotocronología es una técnica para calcular la separación temporal o divergencia entre dos lenguas que se suponen emparentadas, pero es un método de estudio cuyos resultados son discutibles por su falta de precisión.

En Irlanda e Isla de Man, y más tarde en Escocia, la lengua empleada era el Celta-Q o goidélico; de esta rama deriva el gaélico irlandés y escocés. Posiblemente, la Lengua Celta Galaica también era un dialecto Celta-Q; los indicios son algunas palabras aisladas y breves frases en inscripciones latinas, o referencias de autores clásicos, junto con numerosos nombres-antropónimos, etnónimos, teónimos, topónimos- contenidos en inscripciones, o supervivientes hasta la actualidad como nombres de lugares, ríos o montañas. Además, algunas palabras aisladas de posible origen celta galaico sobreviven en las lenguas romances. El idioma celta galaico agrupa a todas aquellas lenguas celtas-hispanas diferenciadas del celtibérico (dialectos muy fragmentariamente conocidos de galaicos, astures, cántabros, vacceos, vetones, etc.). El idioma galaico comparte algunas características con el celtíbero, o hispano-celta oriental, pero las evoluciones fonéticas los distinguen como dos lenguas diferentes.

Algunos lingüistas (Prósper 2002) establecen diferencias en el área galaica entre los bra-carenses del sur, posiblemente vinculados con el lusitano, y los lucenses del norte, que hablarían un dialecto cercano al de astures trasmontanos y cántabros. Almagro-Gorbea (1992) denomina “protoceltas” a lusitanos, vacceos, vettones y astures que presentan muchas similitudes con la cultura considerada celta, pero de carácter más arcaizante y presumiblemente anteriores a su posible expansión. En caso de confirmarse la filiación céltica del lusitano, asunto aún en discusión, éste también podría ser hipotéticamente englobado en este subgrupo. Algunos autores modernos han especulado sobre la posibilidad de que Gallaecia y Lusitania compartieran una misma lengua céltica, mientras que otros señalan inconvenientes en esa hipótesis; por ejemplo, las características fonéticas incompatibles de ambas regiones, como la preservación de p- en lusitano.

En los últimos años J. T. Koch (2009, 2013) ha desarrollado la tesis de que la lengua del suroeste peninsular o tartésica es la más antigua lengua celta documentada, remontándose al siglo VIII a.C. Así, la lengua celto-tartésica podría ser al menos dos siglos más antigua que la lepóntica. Sin embargo, todavía no hay un consenso entre los especialistas

sobre esta cuestión. En realidad, previamente ya otros lingüistas (Correa 1996) creyeron encontrar algunos indicios (antroponímicos, teonímicos, etc.) de que la lengua de las inscripciones tartésicas pudiera ser celta. El análisis lingüístico sobre la epigrafía tartésica, especialmente los antropónimos, a partir de las inscripciones en escritura semítica modificada parece confirmar la presencia céltica en el suroeste de la Península ibérica, tal como refieren las fuentes griegas (Heródoto 2, 33). Sobre el presupuesto de una Lengua Céltica Primitiva en el suroeste peninsular se cimienta la teoría de que el grupo de lenguas celtas se desarrollaron en la Europa más occidental, probablemente a lo largo de las rutas atlánticas, durante la Edad del Bronce hace entre 3000 y 4000 años.

7. EL PARADIGMA DE LA CONTINUIDAD PALEOLÍTICA

Este nuevo paradigma ofrece un modelo explicativo mucho más radical, renunciando a las tesis invasionistas tradicionales sobre la cuestión indoeuropea.

La Teoría Clásica o Kurgánica (Gimbutas 1963) situaba el origen del proceso durante la Edad del Cobre y suponía que las lenguas indoeuropeas se difundieron por toda Europa, a partir del IV milenio a.C., desde una región situada al norte del Cáucaso y al sur de los Urales por medio de pueblos de pastores jinetes y guerreros. J.P. Mallory (Mallory y Adams 1997) comparte esta explicación y defiende una celtización del Bronce Atlántico rápida y tardía, derivada de una lengua embrionaria céltica centroeuropea que se expandiría hasta las costas atlánticas a través del llamado fenómeno del Vaso Campaniforme, que afectó a buena parte de Europa central y occidental.

La Teoría de la Discontinuidad Neolítica (Renfrew 1987) sostiene que la dispersión indoeuropea comenzó en el Neolítico con el inicio de la agricultura y su expansión desde Anatolia, durante el VII milenio a.C., por medio de migraciones de agricultores primitivos proto-indoeuropeos en un lento y pacífico proceso de celticidad acumulativa. Renfrew considera que alrededor del 4000 a.C. el indoeuropeo habría llegado a las costas atlánticas y habría cristalizado durante el tercer y el segundo milenio en las lenguas celtas, conformando una Edad del Bronce Atlántico Celta.

Por su parte, la Teoría de la Continuidad Paleolítica (Alinei 2008) se fundamenta en la idea de que la llegada de los Indoeuropeos coincidiría con el primer poblamiento euroasiático del *Homo sapiens sapiens*, el sustrato indo-mediterráneo no existiría, como no existirían pueblos pre-indoeuropeos; las lenguas indoeuropeas, pero también las no indoeuropeas presentes en el territorio euroasiático, estarían ya formadas a partir cuando menos del Mesolítico. Desde este paradigma, la agricultura se habría difundido en Eurasia según un modelo complejo, basado en la integración, en mosaico, de desarrollos locales, de aculturaciones y de limitados procesos de difusión por parte de grupos no indoeuropeos.

Aunque fundada principalmente en argumentos lingüísticos, la Teoría de la Continuidad Paleolítica procura ofrecer una síntesis entre lingüística comparada, paleo-etnología,

arqueología y genética. Desde una perspectiva generalista, plantea un radical cambio de la cronología y del escenario de los acontecimientos, y presenta un modelo radicalmente diferente de la evolución lingüística en las diversas áreas europeas. Así, entre otras cosas, los partidarios de la continuidad paleolítica defienden que una versión arcaica de las lenguas actuales ya existía en el Paleolítico, esto es, al menos 15000 años atrás. Algunos estudios de biología evolutiva (Pagel 2014) apuntan que unas 700 lenguas que hablamos hoy en día en Europa y Asia, de 7 familias lingüísticas que antes creíamos completamente independientes, parecen tener un origen común, pertenecerían a una lengua a la que se le ha llamado proto-euroasiático.

Según este planteamiento, los territorios de la Galicia actual no solo estarían habitados por poblaciones célticas, sino que además formarían parte, junto con otros territorios del occidente atlántico ya en el Paleolítico, de la patria originaria del proto-céltico. Esta unidad cultural atlántica resultaría evidente cuando menos por cinco factores: genético; legendario; arqueológico-cultural; mitológico-religioso; y el quinto factor –el más importante– estaría representado por el fenómeno del megalitismo. En el marco de la unidad cultural atlántica, la celtización de Galicia se llevaría a cabo en la época Mesolítica (Benozzo y Alinei 2007). Esto es, Galicia representaría una región originariamente céltica, mientras los territorios de la Celtiberia encarnarían una variante céltica más tardía y “colonial”.

Así pues, Galicia pertenecería a una región lingüística de instalación proto-céltica, como vendría a demostrar ante todo la presencia del megalitismo céltico-atlántico, que se remontaría a una época apenas posterior al Mesolítico, supuestamente, en su opinión, el más antiguo de Europa después del bretón. Todos los indicios argüidos (toponómicos, fonéticos, arqueológicos, religiosos, genéticos) referirían una celticidad originaria del área lusitana-galaica, el único territorio céltico europeo en el que había oro, plata, estaño y cobre, circunstancia que otorgaría un papel clave al oeste peninsular. Claro que la ventaja de este beneficio podría hacerse sentir a partir de la Edad del Cobre y no antes.

Este paradigma, tan generalista y basado en argumentos lingüísticos, no está exento de coherencia teórica, pero requiere de pruebas y contrastaciones de datos a un nivel mucho más específico, especialmente en el ámbito arqueológico. El alcance de sus planteamientos, que relacionan el antiguo indoeuropeo con un entorno de caza y recolección (Ballester 2006), supone una ruptura tan radical con las ideas tradicionales que suscita el recelo de no pocos investigadores. Pero el debate continúa abierto.

8. LOS PATRONES GENÉTICOS

Los genes no llevan etiquetas étnicas o lingüísticas. Los análisis genéticos no permiten por sí mismos establecer cronologías precisas sobre la expansión de las lenguas indoeuropeas, por ejemplo, pero son una herramienta útil en la comprobación de hipótesis generadas por otras disciplinas; al factor genético hay que sumar los datos

históricos, arqueológicos y lingüísticos para formular teorías sólidas. Aunque todavía tienen que perfeccionarse, las investigaciones científicas de variaciones genéticas y humanísticas de poblaciones humanas tienen un gran potencial y constituyen una perspectiva novedosa hacia el pasado que deberá ser necesariamente integrada. Así, por ejemplo, en el ámbito galaico se aprecian dos grandes grupos genéticos, aunque no están demasiado definidos, más bien se trata de genes predominantes: uno ocuparía la zona norte y centro, y otro correspondería al sur de Galicia y el norte de Portugal. Circunstancia que coincide, a grandes rasgos, con lo que sugieren diversos estudios arqueológicos, históricos y lingüísticos.

Investigaciones recientes de patrones genéticos señalan movimientos de población, después de la última glaciación; el deshielo propiciaría el desplazamiento de gentes desde el norte y noroeste peninsulares hacia Irlanda y Gran Bretaña, antes de regresar al viejo continente por la Bretaña francesa. Ahora bien, la genética no puede determinar la identidad étnica o cultural de las poblaciones que emigraron desde Galicia. La reciente publicación del mapa genético (Sykes 2006) de Irlanda e Inglaterra, muestra la vinculación genética de la población actual con antepasados provenientes del norte de la Península ibérica. Además, otros estudios (Wells 2007) establecen la dominancia de ciertos marcadores genéticos del ADN, R1b, en el norte peninsular desde hace 16.000 años (último máximo glaciar) y su expansión posterior al noroeste de Europa. Lo mismo indica el marcador M173, siendo dominante en la Península Ibérica y en Irlanda y Gran Bretaña.

Para algunos, los datos genéticos recuerdan a viejos fantasmas alrededor de una supuesta raza celta, que definitivamente hay que desterrar porque el fenómeno celta tiene que ver con lengua y cultura, pero no con la noción de raza.

Para otros, los análisis genéticos sirven de apoyo y refuerzo a la idea de las rutas de navegación atlánticas en la prehistoria reciente. Algunos han sobreentendido que estos datos aportan verosimilitud a las sagas irlandesas recopiladas en los siglos XI y del XII sobre los viajes marítimos o credibilidad a la leyenda de Breogán, que sostiene que Irlanda fue colonizada por la estirpe del legendario caudillo fundador de la Brigantia, origen mítico de A Coruña.

El *Lebor Gabála Éirenn* (Libro de las Conquistas de Irlanda) es un conjunto de manuscritos (mezcla de historia, mitología, leyendas, folklore y de historiografía cristiana) que relatan la genealogía irlandesa y las diversas invasiones celtas desde el comienzo hasta el siglo XI, fecha de su redacción por monjes anónimos. En este libro se describe como el rey Breogán construyó en la ciudad de Brigantia, situada en el noroeste de la Península Ibérica, una torre de altura tal que sus hijos podían ver una lejana orilla verde desde su cima. Ith, uno de los diez hijos de Breogán, desde niño soñaba con una tierra al norte de Brigantia y cuando creció y se convirtió en un sabio y valeroso guerrero, alcanzó a ver desde la torre unas tierras más allá de las islas Casitérides. Ith zarpó con tres barcos y treinta hombres hacia el norte, con la recomendación de su padre de que no debía

aparece de su caballo en toda la travesía. Tras afrontar muchas tribulaciones, arribó por fin a las tierras que había visto desde Brigantia y a las que llamó Eirín (Irlanda), que resultaron ser verdes y húmedas como el reino de su padre; pero allí Ith sería asesinado. En venganza, los hijos de *Míl Espáine*, nieto de Breogán y sobrino de Ith, navegaron desde Brigantia a Irlanda y la conquistaron.

La identificación de *Brigantia* con A Coruña es verosímil y la existencia de pueblos celtas llamados Brigantes en Irlanda e Inglaterra está bien atestiguada. En conjunto, los testimonios arqueológicos, las tradiciones y leyendas, la onomástica e incluso la genética, evidencian relaciones mutuas durante la Prehistoria reciente en el área atlántica (Almagro 1996): el fenómeno megalítico, el campaniforme, los petroglifos, la orfebrería de la Edad del Bronce, los calderos y otros instrumentos para el banquete ritual, son algunos de los indicios de cambios tecnológicos, sociales e ideológicos que conforman un substrato cultural semejante entre Galicia e Irlanda.

9. CELTAS, GALAICOS Y CASTREXOS

Desde el final del siglo XIX en Galicia hubo una identificación del galleguismo con el celtismo y con la Cultura de los Castros, definida como celta. Aún hoy, muchas personas consideran el celtismo como el ingrediente básico de la identidad gallega. En principio, los presupuestos se fundaban en la noción de raza celta; en la actualidad, la cuestión se asocia con aspectos lingüísticos y culturales, si bien los estudios genéticos son interpretados por algunos en una perspectiva racial, equivocada.

Por su parte, desde la década de 1970 los arqueólogos profesionales comenzaron a abandonar el término celta, adoptando títulos asépticos como Edad del Hierro o *Cultura Castrexa*, con el propósito de distanciarse del discurso previo excesivamente celtista y a la vez sentar las bases de una arqueología científica renovada a base de una exhaustividad arqueográfica, centrada en tipologías, estratigrafías o dataciones radiocarbónicas, que prevaleció sobre los relatos e interpretaciones sociológicas. Hoy hay diversas corrientes de opinión en Galicia entre profesionales de la Historia y la Arqueología, y muchos asumen planteamientos afines al celtismo, en mayor o menor grado. Además, en general, en los últimos años asistimos a un cierto auge popular de las reclamaciones celtistas. En todo caso, en Galicia como en otros países se da una polarización entre celtófilos y celtófobos. Concretamente podríamos hablar de una cierta división expresada en los términos: castrexos vs celtas.

En Galicia el celtismo adquirió características especiales, más que en otras zonas celtas, porque se utilizó como elemento diferenciador, cuando en realidad hay muchos pueblos celtas dentro y fuera de la Península. Antes bien, el substrato celta nos vincula a otros pueblos, especialmente atlánticos, incluso con un equívoco panceltismo europeo. Pero nuestro vínculo más directo en el final de la Prehistoria lo fue con Lusitania.

Los romanos nombraron a toda la región al norte del Duero *Callaecia*, a partir de la tribu de los *callaeci* situada en el valle del Duero, donde fundaron una ciudad a la que llamaron *Portus Calle*, Porto en la actualidad. Cuando los romanos conquistaron la región en principio la consideraron como una parte de la provincia de Lusitania, pero más tarde crearon una provincia diferente: *Callaecia* o *Gallaecia*.

Cada vez somos más los que pensamos que Cultura Galaica es el título más acertado y conveniente, antes que celtas o castrexos, para establecer una referencia significativa, legítima y unitaria que despeje la confusión y procure el entendimiento, aunque cada cual puede emplear el término que desee. El Noroeste hasta el Duero es galaico, aunque sabemos que no había uniformidad cultural plena en toda región durante la Edad del Hierro. De todos modos, en aquellas sociedades las identidades familiares, clánicas, tribales y aldeanas tenían preminencia en las vidas de las personas sobre otros marcadores supralocales.

Necesitamos nombres, porque lo que no se nombra no existe, pero la cuestión no está en el nombre sino en el uso, en saber qué se quiere significar con celtas, galaicos o castrexos y en entender, además, que es un tema con trascendencia social, pues hay una demanda sentida de gente que quiere acercarse a la Historia. En el ámbito científico-académico se emplean otros conceptos asépticos, neutros y todavía más artificiosos (Edad del Hierro, Bronce, etc.) para ordenar los procesos históricos y facilitar la comunicación científica. Conceptos que no conllevan una significación identitaria, esa es su virtud y su defecto.

El título Cultura de los Castros parecía querer identificarnos como una cultura bien diferenciada. En realidad es un constructo académico moderno aséptico y carente de significación que apenas llegó a la cultura popular. Castro (del latín *castrum*), es un término cada vez más usado en el lenguaje arqueológico en español, con el significado de población fortificada en altura o situación de fácil defensa. Su generalización induce a confusión, hay castros en el norte y sur peninsulares, también en la Meseta, por ejemplo, se habla de la Cultura de los castros sorianos. No obstante, es verdad que en Galicia y norte de Portugal abundan los topónimos castro y también es cierto que los castros, principalmente, eran de los *mouros* (González Ruibal 2006-7: 5), según el imaginario popular.

Otra cuestión es la de aclarar qué relación guardan los galaicos con los celtas atlánticos o con los pueblos mediterráneos. Realmente no era un mundo aislado. Tal vez los galaicos fueron un conjunto de pueblos celtas, preceltas y protoceltas, y quizás alguna cosa más. No tenemos certezas, pero el término celtas está justificado por fuentes diversas, legitimado por los autores clásicos y la historiografía, con divergencia de opiniones.

En el contexto de la ruptura de las formas económicas y culturales preindustriales y el proceso de despoblación rural, hoy asistimos al abandono creciente de aldeas. Podría decirse que somos la cultura de las aldeas abandonadas. Los castros representan el horizonte inicial de un modelo idealizado de aldeas de piedra que ahora se desvanece en el presente.

BIBLIOGRAFIA

- Alinei, M. 2008. *A Teoria da Continuidade Paleolítica das Origens Indo-Europeias: Uma Introdução*, Lisboa: Apenas Livros Lda..
- Almagro-Gorbea, M. 1992. El origen de los celtas en la Península Ibérica: protoceltas y celtas, *Polis: revista de ideas y formas políticas de la Antigüedad clásica* 4: 5-31.
- Almagro-Gorbea, Martín. 1996. Irlanda y el Noroeste de Hispania como *finis terrae* atlánticos. In Fernández Ochoa, Carmen (Co.): *Los Finisterres atlánticos en la Antigüedad. Época prerromana y romana*, Gijón: 27-33.
- Almagro-Gorbea, M. 2018. *Los Celtas. Imaginario, mitos y literatura en España*, Madrid: Almuzara.
- Alonso González, P., González Álvarez, D. y Marín Suárez, C. 2016. La Arqueología de la Edad del Hierro y el celtismo como recurso para la construcción de identidades contemporáneas en Asturias y León, *ArqueoWeb*, 17: 182-205.
- Ballester, X. 2006. Indoeuropeo: una Lengua para Cazadores y Recolectrices, *Verba*, vol. 33: 49-68.
- Benozzo, F. e Alinei, M. 2007. A área galega na prehistoria lingüística e cultural de Europa, *A Trabe de Ouro*, 71.
- Calo Lourido, F. 2010. *Os celtas. Unha (re)visión dende Galicia*, Vigo: Edicións Xerais.
- Collis, J. 2003. *The Celts: Origins, Myths & Inventions*, Tempus, Stroud.
- Correa, J.A. 1996. La epigrafía del Sudoeste. Estado de la cuestión en E. Villar y D'Encarnação (eds.): *La Hispania Prerromana*, Salamanca: 65-76.
- Coutinhas, J. M. 2006. *Aproximação à identidade etno-cultural dos Callaici Bracari*, Porto.
- Cunliffe, B. 2001. *Facing the Ocean: The Atlantic and its peoples 8000 BC-AD 1500*, Oxford University Press, Oxford.
- Cunliffe, B. y Koch, J.T. (eds.).2012. *Celtic from the West. Alternative Perspectives from Archaeology, Genetics and Language Family*, Oxford: Oxbow Books.
- Díaz Santana, B. 2002. *Os celtas en Galicia. Arqueoloxía e política na creación da identidade galega*, Noia: Editorial Toxosoutos.
- Farley, J. e Fraser, H. (eds.) 2015. *Celts. Art and Identity*, Londres: The British Museum Press.
- Gimbutas, M. 1963. The Indo-Europeans, Archaeological problems, *American Anthropologist* 65: 815-836.
- González García, F. J. 2007. Celtismo e historiografía en Galicia. En busca de los celtas perdidos, en F. J. González García (coord.). *Los pueblos de la Galicia céltica*, Madrid, Akal: 9-129.
- González Ruibal, A. 2006-7. *Galaicos. Poder y comunidad en el noroeste de la Península Ibérica (1200 a. C. - 50 d. C.)*, A Coruña: Brigantium.
- Gorrochategui, J. 1997. Gallaecia e as linguas prerromanas da Península Ibérica, In G. Pereira-Me-naut (ed.): *Galicia fai dous mil anos. O feito diferencial galego*, Santiago de Compostela, Ed. Museo do Pobo Galego: 15-49.
- Jacobsthal, P. 1944. *Early Celtic Art*. Oxford: The Clarendon press.
- James, S. 2000. *The Atlantic Celts: Ancient People or Modern Invention?* Londres: British Museum Press.
- Koch, J. T. 2009. *Tartessian: Celtic in the South-West at the Dawn of History*, Oxford: Oxbow Books.
- Koch, J. T. e Cunliffe, B. (eds.) 2013. *Celtic from the West 2: Rethinking the Bronze Age and the Arrival of Indo-European in Atlantic Europe*, Oxford: Oxbow Books.
- Koch, J. T. e Cunliffe, B. (eds.) 2016. *Celtic from the West 3, Atlantic Europe in the Metal Ages – questions of shared language (Celtic Studies Publications)*, Oxford: Oxbow Books.

Mallory, J. P. e Adams, D. Q. 1997. *Encyclopedia of Indo-European Culture*, Londres: Fitzroy Dearborn Publishers.

Mallory, J. P. and Adams, D. Q. 2006. *The Oxford Introduction to Proto-Indo-European and the Proto-Indo-European World*, New York: Oxford University Press Inc.

Moralejo Álvarez, J.J. 2014. Gallaecia: Célticos y Onomástica, *Os Celtas da Europa Atlântica, III Congreso Internacional sobre Cultura Celta*, Narón 2011: 43-58.

Pagel, M. 2014. *Determinants of the Success and Failure of Ridge Regression* (PhD thesis), University of Washington.

Prósper, B. M. 2002. *Lenguas y religiones prerromanas del occidente de la península ibérica*, Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca.

Rankin, H. D. 1987. *Celts and the Classical World*, Londres, Nueva York: Routledge.

Renfrew, C. 1987. *Archaeology and Language. The Puzzle of Indo-European origins*, Londres: Jonathan Cape.

Ruiz Zapatero, G. 2004. ¿Quiénes eran los celtas?: Disipando la niebla : mitología de un *collage* histórico. In VV.AA.: *Celtas y Vettones*, Ávil: 72-93.

Sykes, B. 2006. *The Blood of the Isles. Exploring the genetic roots of our tribal history*, Londres: Bantam Press.

VV.AA. 1999. *Os celtas da Europa Atlántica. Actas do Iº Congreso galego sobre a Cultura Celta* (Ferrol, agosto de 1997). Concello de Ferrol.

Wells, S. 2007. *Nuestros antepasados. La búsqueda del ADN primigenio para descifrar nuestro origen más remoto*, Barcelona: RBA.

OPPIDA E ROMANIZAÇÃO:
DOIS FENÓMENOS DE MUDANÇA CULTURAL
NA OCUPAÇÃO DA CITÂNIA DE BRITEIROS
(GUIMARÃES)

GONÇALO CRUZ

Sociedade Martins Sarmiento, Laboratório de Paisagens, Património e Território da Universidade do Minho (Lab2pt), goncalo.cruz@msarmiento.org

RESUMO:

Apresenta-se um sumário dos resultados das intervenções realizadas nos últimos anos na Citânia de Briteiros (Guimarães), enquadrando estes resultados com dois fenómenos históricos que têm vindo a ser reinterpretados: a formação dos *oppida* no Noroeste de Portugal e o processo de Romanização. Correspondendo estes dois fenómenos a distintas fases de ocupação do sítio arqueológico, far-se-á uma descrição dos elementos estudados e um ensaio da evolução de um pequeno povoado para um núcleo urbano e, finalmente, para um assentamento rural em fase de progressivo abandono. A revisão das cronologias e dos conceitos de "conquista", de "romanização" e de "urbanismo" será ensaiada, no âmbito dos trabalhos arqueológicos em curso.

ABSTRACT:

This paper includes a summary of the results of the archaeological works carried out in recent years in the Citânia de Briteiros hillfort (Guimarães). These results were articulated with two historical phenomena that had been reinterpreted: the formation of the oppida in the Northwest of Portugal and the Romanization process. Since these two phenomena correspond to different phases of occupation of the archaeological site, this work includes a description of the elements studied and an approach to the evolution of the site. This evolution started from a small settlement to an urban site and, finally, to a rural settlement in progressive abandonment. The revision of the chronologies and the concepts of "conquest", "romanization" and "urbanism" are here reviewed in the framework of the archaeological works in progress.

1. OS TRABALHOS ARQUEOLÓGICOS NA CITÂNIA DE BRITEIROS

Os vestígios do povoado fortificado conhecido desde há séculos como Citânia de Briteiros foram brevemente descritos em diferentes textos entre os séculos XVI e XIX (figura 1). No entanto, o primeiro estudo sistemático do sítio arqueológico começou após a sua aquisição por Francisco Martins Sarmento, que ali realizou várias campanhas de escavação entre 1874 e pelo menos 1883 e promoveu a realização de um levantamento topográfico em 1892. Após a morte de Sarmento o local passou a ser administrado pela Sociedade Martins Sarmento até os dias de hoje, sendo classificado como Monumento Nacional em 1910. Entre 1930 e 1968, foram realizadas trinta e duas campanhas de escavação e restauro coordenadas por Mário Cardozo, que definiram a aparência atual do monumento (Cardozo 1996). As campanhas do século XX definiram o que se convencionou chamar de área explorada, cerca de 7 hectares, de uma área total de cerca de 24 hectares. Realizou-se uma primeira sondagem com registo de estratigrafia entre 1977 e 1978, por uma equipa da Universidade do Porto (Centeno e Silva 1978), mas só a partir de 2005 se implementou um plano mais sistemático de trabalhos arqueológicos (Lemos e Cruz 2006). Estas campanhas mais recentes foram feitas através de uma cooperação direta entre a Sociedade Martins Sarmento e a Universidade do Minho, sendo os trabalhos de campo na Citânia uma parte importante da formação prática dos alunos da licenciatura em Arqueologia da mesma universidade.

Posto que uma grande parte da área explorada do monumento foi intervencionada no final do século XIX e em meados do século XX, não há dados estratigráficos, *registros* gráficos ou documentação sobre a maioria das estruturas visíveis no local. Não havia também uma clara definição cultural e cronológica do povoado, que era interpretado, pela bibliografia das décadas de 1980 e 1990, por comparação com outros sítios contemporâneos (Martins, 1990; Silva, 2007). No entanto, a interpretação oficial do monumento continuou a basear-se nas ideias gerais enunciadas por Mário Cardozo, praticamente até 2005.

As campanhas realizadas no final do século XIX foram documentadas numa série de diários de campo escritos por Martins Sarmento e parcialmente publicados na Revista de Guimarães, o órgão científico da Sociedade Martins Sarmento. Estes diários permitem a identificação de grande parte das estruturas descobertas e a localização de algumas das peças guardadas no Museu da Sociedade. Há também algumas dezenas de fotografias tiradas pelo conhecido arqueólogo que ilustram o aspeto geral do sítio durante os seus primeiros anos de pesquisa (figura 2). Finalmente, o já referido levantamento topográfico feito em 1892 é uma fonte bastante completa de informações sobre as áreas que foram efetivamente exploradas por Sarmento, com um registo detalhado do sistema defensivo e identificação das zonas de aterro que resultaram dessas primeiras explorações (figura 3). Não dispomos dos mesmos registos para os trabalhos coordenados por Mário Cardozo no século XX, embora exista, para a maioria das campanhas, um breve

relatório publicado na Revista de Guimarães. Estas campanhas consistiram mais propriamente em trabalhos de limpeza e restauro, do que escavação de novas áreas, que contudo também se realizaram.

A ausência de registos estratigráficos limitou consideravelmente a interpretação do monumento. Esta situação é particularmente lamentável atendendo ao facto de a Citânia de Briteiros ser um monumento representativo da Idade do Ferro no norte de Portugal e a transição para o período romano. A Citânia era então considerada um grande "castro romanizado", que "deveria ter algo" do período anterior (Cardozo 1996: 12-14), mas era conhecido como um resultado direto do processo de romanização, tendo em conta as suas dimensões e o planeamento ortogonal dos eixos viários, que sobressai do conjunto edificado. Em dado momento, Sarmento avançou que o sítio poderia ter sido fundado pouco depois da expedição militar de Décimo Júnio Bruto, em 138-136 aC (Sarmento 1933), mas não havia uma clara definição cronológica acerca da evolução do sítio, nem por Sarmento, nem por Cardozo.

Entretanto, a primeira sondagem arqueológica feita na primeira muralha da Citânia, em 1977 e 1978, trouxe à luz resultados claramente influenciados pelas campanhas levadas a efeito pouco antes no castro do Monte Mozinho, bem como pela conceção geral, na década de 1970, que identificava os grandes castros do Norte de Portugal como sendo colónias romanas (Almeida, 1983). A primeira muralha do *oppidum* de Briteiros foi então datada do século I d. C. (Centeno e Silva 1978: 429). Os estudos foram então limitados a essa pequena sondagem, aberta num dos alinhamentos defensivos, sem qualquer outra investigação que envolvesse os espaços residenciais, que formam a maior parte das estruturas visíveis, ou os arruamentos, que são um dos aspetos mais impressionantes da Citânia de Briteiros.

2. ESTRATÉGIAS DE REESCAVAÇÃO NO *OPPIDUM* DE BRIEIROS

O ponto de partida da investigação desenvolvida pela equipa conjunta da Sociedade Martins Sarmento e da Universidade do Minho foi a necessidade de obter uma visão clara acerca da evolução do monumento. As estruturas arqueológicas visíveis atualmente, correspondentes em grande medida à fase de maior extensão do povoado, evidenciam um assentamento com características urbanas que abrange uma área total de cerca de 24 hectares. Ressalta do conjunto um considerável sistema defensivo: três linhas de muralha aproximadamente concêntricas; uma quarta muralha visível apenas do ângulo norte; dois complexos de fossos, entre a quarta e a terceira muralhas, bem como entre a terceira e a segunda linhas. Este sistema de fortificações protegia uma área densamente construída, organizada em diferentes bairros, delimitados por ruas de acesso, das quais se destacam dois eixos principais. As construções habitacionais estão divididas em conjuntos familiares que abrangem diferentes estruturas, circulares ou angulares. Destacam-se do conjunto alguns espaços de carácter excecional: dois edifícios balneares e

uma grande construção conhecida como "casa do conselho" (Lemos e Cruz 2011). Pode observar-se uma planta geral na figura 4.

Todos os espaços dentro da área convencionada como explorada nas primeiras campanhas de Sarmento e Cardozo foram identificados e numerados, de acordo com o sua potencial utilização e organização, resultando num total de 110 unidades familiares (Lemos e Cruz 2006: 13-19). Estes conjuntos domésticos apresentam um aspeto variável, embora ocupem uma área relativamente padronizada. Algumas unidades são formadas apenas por estruturas circulares, de 4 a 5 metros de diâmetro cada uma; outras mostram construções circulares alternadas com estruturas angulares; outras ainda aparentam ser um único edifício, como uma grande construção dividida em compartimentos retangulares, referidos por vezes como "casas do tipo domus" (González-Ruibal, 2006-07: 378). No entanto, a área de cada conjunto parece ser mais ou menos regular, independentemente das características da arquitetura, o que parece obedecer a critérios pré-estabelecidos de planeamento urbano. De facto, nos pontos onde a topografia do terreno o permitiu, cada quarteirão apresenta um número máximo de oito conjuntos domésticos, sendo inferior nos quarteirões encostados à primeira muralha, no caso da acrópole (figura 4). Todas as estruturas foram registradas em fotografia, assim como todos os detalhes, nomeadamente átrios pavimentados, vestíbulos, soleiras de portas e elementos com arte rupestre.

Vários aspetos foram tidos em conta na planificação dos trabalhos de escavação realizados desde 2005. Posto que os elementos visíveis integram a área explorada nas primeiras campanhas, a primeira opção foi realizar trabalhos de escavação dentro dessa área, em vez de iniciar o estudo de zonas inexploradas. Esta decisão foi tomada por três razões principais. Em primeiro lugar, a área explorada abrange cerca de 7 hectares. A escavação em terrenos não explorados iria ampliar a área a conservar, o que iria onerar mais os recursos limitados da Sociedade Martins Sarmento. Em segundo lugar, suspeitava-se, como se veio a confirmar, que as campanhas de Sarmento e Cardozo não removeram a totalidade dos níveis arqueológicos, tendo raramente atingido o substrato geológico, limitando a escavação à descoberta das ruínas. Assim, os níveis de fundação e uma parte dos níveis de ocupação de cada espaço mantêm-se em larga medida intactos, apesar da remoção quase generalizada da maioria dos estratos correspondentes ao abandono. Finalmente, a área explorada corresponde ao que era claramente o centro do *oppidum* e inclui estruturas sobre as quais se tinha, e ainda tem, um conhecimento muito limitado, nomeadamente as ruas ortogonais, os balneários, a casa do conselho e as diferentes unidades familiares já mencionadas, que implicavam um estudo mais específico.

Os trabalhos de escavação que foram realizados consistem em sondagens restritas, observando o tempo e os recursos limitados de cada campanha. Não se realizaram, portanto, escavações em área aberta, o que parece ser o melhor método em algumas zonas. Os resultados das sondagens são, portanto, limitados, posto que muitas questões só podem ser resolvidas após trabalhos mais extensos. O método de conservação das zonas

escavadas tem sido o aterro das sondagens previamente abertas, reutilizando as terras extraídas, mantendo o espaço no seu nível atual de circulação.

Seguindo os princípios gerais mencionados supra, foi realizada a primeira campanha de escavações em julho de 2005¹. A área estudada desde então incluiu zonas que fazem parte de sete diferentes unidades familiares e os dois balneários conhecidos. No entanto, no que diz respeito aos espaços domésticos, apenas duas unidades foram estudadas de forma mais sistemática, considerando a arquitetura específica de cada um. Como mencionámos, as unidades domésticas são em grande parte diferenciadas pela morfologia das estruturas que as integram. Posto isto, o primeiro espaço estudado é um conjunto formado por três estruturas circulares em torno de um átrio central, que ficou conhecido como "Casa da Espiral", no seguimento da identificação de um motivo rupestre gravado num elemento arquitetónico disposto no átrio. O segundo é um conjunto do tipo "domus" formado apenas por estruturas retangulares, aparentando tratar-se de um único edifício dividido em diferentes compartimentos em torno de um átrio central retangular. Esta casa, que foi escavada entre 2008 e 2014, ficou conhecida como "Casa de Auscus", após a recolha, no decorrer dos trabalhos, de um elemento arquitetónico epigrafado com este nome próprio², possivelmente o nome de um dos proprietários da casa, ou mesmo da família que a habitou.

Estes dois conjuntos familiares que tiveram um estudo mais detalhado, localizam-se ambos na acrópole do povoado (figura 4). Além de outros trabalhos de escavação e limpeza em diferentes espaços habitacionais, foram realizados trabalhos de campo nos dois balneários conhecidos no *oppidum*: um no ângulo sudoeste da Citânia e um outro a nordeste, mais perto da acrópole.

Os trabalhos de escavação no balneário localizado a sudoeste (figura 5) foram realizados no contexto de um projeto de conservação da estrutura, promovido pela Sociedade Martins Sarmento em 2007. Além das intervenções relacionadas com a conservação e melhoria das condições de visita, foram realizadas sondagens para obtenção de alguma informação cronológica sobre o edifício de banhos, descoberto em setembro de 1930 (Cardozo, 1996, p. 39). O único corte efetuado que mostrou resultados consideráveis foi feito no átrio do balneário, revelando várias camadas de nivelamento, prévias à construção do edifício, nas quais foram recolhidos alguns fragmentos de cerâmica da Idade do Ferro (Lemos et alii 2008).

Os trabalhos no balneário localizado a nordeste foram realizados numa primeira fase em outubro de 2006, e posteriormente em julho de 2016. A intervenção neste espaço tinha como objetivo apurar se este conjunto, identificado em 1932 após a sua destruição

¹ Foram realizadas nove campanhas de escavação desde 2005, até à mais recente campanha de Julho de 2018.

² "Aus[cij]"(?), interpretação epigráfica de Armando Redentor, que identificou a epígrafe como um nome próprio de raiz indígena (Redentor 2011 vol. 2:132-133).

parcial, correspondiam de facto aos restos de um edifício de banhos e se poderia ser esta a localização original da Pedra Formosa de Briteiros, como tinha sido proposto por Mário Cardozo (Cardozo 1935). Os trabalhos realizados neste segundo "monumento com forno" revelaram a sua função balnear original, sendo uma construção maior que o balneário sudoeste. Manteve-se também a possibilidade da localização neste edifício da mais conhecida Pedra Formosa de Briteiros (Lemos et alii 2008). Além disso, registaram-se na campanha de julho de 2016 duas destruições diferentes do edifício: uma no século XVII, que corresponderá à remoção da Pedra Formosa e restantes elementos decorados, e a outra em 1932, com a destruição de metade da estrutura para construção da Estrada Nacional que atravessa o sítio arqueológico (Cardozo, 1935).

Descreveremos de seguida os resultados dos trabalhos referentes aos espaços domésticos intervencionados, nomeadamente a "Casa da Espiral" e a "Casa de Auscus".

3. TRABALHOS ARQUEOLÓGICOS NA "CASA DA ESPIRAL"

Como mencionado acima, a "Casa da Espiral" é uma unidade doméstica formada aparentemente por apenas três estruturas circulares, como é alias sugerido pelo levantamento topográfico de 1999 (veja-se uma planta deste conjunto e das sondagens abertas na figura 6). Porém, já em 2005 tinha sido detetada e numerada uma quarta estrutura, que parece ser um edifício angular, entre uma das construções redondas (E3) e a parede que forma o limite do conjunto a leste, numerado como E4. Este conjunto doméstico foi provavelmente um dos primeiros a ser explorado por Francisco Martins Sarmiento no século XIX, registado em fotografia, mas difícil de identificar nos diários pouco detalhados do arqueólogo pioneiro. Ainda assim o impacto dos seus trabalhos é particularmente visível na estratigrafia registada nas sondagens escavadas entre 2005 e 2008 (Lemos e Cruz 2005-06; Cruz e Antunes 2010-11).

O conjunto parece não ser acessível através da rede de arruamentos do *oppidum*, sendo embora possível que a aparente entrada principal, no canto norte, tenha sido servida por um beco conectado a uma das ruas principais. Este beco não é visível hoje em dia, ocultado ou destruído pela construção da plataforma que envolve a capela do século XIX. Uma escada parcialmente visível ligava a porta principal do conjunto ao pátio central, pavimentado com um lajeado de muito boa qualidade (figura 7). Em torno deste pátio, três construções redondas ocupam a maioria do espaço. A construção circular E1 foi feita com um aparelho construtivo diagonal, correspondente ao *opus reticulatum* da arquitetura romana, e conserva um vestíbulo ladeando a porta, tornando esta construção um exemplar característico da arquitetura na Idade do Ferro do norte de Portugal. O vestíbulo deveria ter uma cobertura, prolongamento do revestimento do resto do edifício. A estrutura redonda E2, não escavada nas campanhas recentes, parece ter uma porta que abre para leste, não sendo muito claro, no entanto, se seria essa a porta original, já que os trabalhos de restauro do século XX não respeitaram a localização original de algumas

portas, sobretudo nos casos em que estas não eram visíveis. A estrutura circular E3 não conserva a porta original, que deveria abrir a uma altura superior em relação ao nível de circulação do pátio. A estrutura E4 parece ser uma reutilização de um espaço vazio entre a estrutura E3 e o limite do conjunto, pela construção de uma parede de pedra ligando a E3 à parede limite da casa de família. De facto, parte da área que rodeia as três casas redondas deveria ter sido originalmente coberta, ampliando o espaço revestido do conjunto familiar, expandindo a cobertura das construções circulares para a parede limite, como foi sugerido para outros castros da região (Silva 2007; Gomes e Carneiro 2005: 119-131). Uma entrada alternativa parece ter existido a sul, abrindo para um conjunto familiar vizinho, como acontece também em outros povoados contemporâneos. Perto do pátio central há um grande elemento arquitetónico deslocado, possivelmente uma ombreira ou um lintel, que conserva uma espiral gravada. É o único exemplo de arte rupestre ou elemento decorado visível atualmente neste conjunto.

Foram abertas dentro do espaço da casa sete sondagens alternadas, incluindo o espaço interno de duas estruturas circulares (E1 e E3), dentro do vestíbulo da estrutura E1, no exterior das estruturas E1 e E3, procurando registar as fundações destas construções, e em grande parte do espaço da estrutura E4.

Os resultados destas sondagens revelaram-se bastante interessantes. Não havia muita informação quanto à utilização de cada estrutura, que pensamos corresponder a diferentes espaços funcionais de uma casa: espaço de cozinha, de refeições e de dormir; celeiro; oficina. As estruturas E1 e E3 preservam a base de pedra do poste central de sustentação da cobertura. O conjunto familiar tem uma área total de 311 metros quadrados, tendo sido possivelmente habitação de uma família extensa, com diferentes gerações compartilhando o mesmo espaço. No entanto, a área escavada na que foi numerada como estrutura E4 revelou uma surpresa, com o registo do que parece ser uma área de deposição funerária, com um depósito intocado, e outro saqueado, que poderia ter sido usado como cista para deposição de restos humanos. Embora tenham sido encontradas estruturas semelhantes em outros castros da região (Martins 1988: 78; Gomes e Carneiro 2005: 187-192), não foram encontrados restos humanos dentro dessas estruturas, apenas carvão e alguns fragmentos de cerâmica.

Os materiais recolhidos na escavação permitiram a obtenção de uma cronologia relativa do espaço. A maioria dos materiais consiste em cerâmica da Idade do Ferro feita a torno, com alguns exemplos de cerâmica manual. Registou-se um número considerável de cerâmica comum romana, e um número limitado de materiais importados, principalmente ânforas e, mais raramente, exemplares de *terra sigillata*. Foram recolhidos poucos fragmentos de metal, bronze e ferro, a maioria deles impossíveis de identificar, pequenos fragmentos de vidro e osso e alguns objetos de pedra. Dos objetos de vidro destaca-se uma conta de colar datada do século IV a. C. (Gomes 2012: 104). Foram recolhidas várias amostras de material orgânico, através do qual se atingiram resultados interessantes

acerca das espécies vegetais utilizadas no final da Idade do Ferro, já publicados (Tereso e Cruz 2014).

Os resultados gerais permitiram concluir que esta área foi utilizada como espaço doméstico antes da construção do conjunto familiar visível nos dias de hoje. De facto, na sondagem escavada no vestíbulo da estrutura E1 foi registada uma lareira por debaixo da construção de pedra, associada a fragmentos de cerâmica datados dos séculos IV a II aC (Ribeiro e Sampaio, 2008). Pouco sabemos acerca dessa fase, que foi identificada apenas neste ponto, mas poderá estar relacionada com a existência de habitações feitas com materiais perecíveis que precederam o uso generalizado de casas de pedra. Contextos semelhantes foram identificados noutros castros, nomeadamente na bacia do Cávado e também na bacia do Ave (Martins, 1990; Dinis, 1993). A construção das três estruturas principais parece ter ocorrido no final do século II ou início do século I a. C., estando em plena ocupação ao longo deste século e no início do século I d. C. Esta ideia é confirmada pela recolha de cerâmica da Idade do Ferro nas fundações das estruturas E1 e E3, em comparação com a recolha de cerâmica comum romana e de *sigillata* nas camadas superiores. De fato, a cerâmica característica do século I d. C., correspondente ao início do período romano, está presente nos níveis estratigráficos de revolvimento, que restam dos níveis de utilização e abandono das casas circulares. Conclui-se, portanto, que este conjunto familiar foi construído na Idade do Ferro e ainda era habitada na época romana.

A "Casa da Espiral" é, portanto, uma casa de família característica dos castros do norte de Portugal, que não testemunhou significativas alterações arquitetónicas no processo de romanização, apesar dos seus ocupantes fazerem parte do processo de mudança cultural em curso, após a integração da região no Império Romano, no tempo de Augusto (Cruz 2015). Olhando para a planta geral do povoado (figura 4), verificamos que a "Casa da Espiral" está localizada numa zona densamente construída que parece não obedecer a uma organização prévia. Pelo contrário, a construção em grande parte da acrópole, delimitada pela primeira muralha, e na maior parte das construções da encosta nascente, no exterior da mesma muralha, parece parcialmente limitada, ou alterada, pela existência de arruamentos ortogonais. O quarteirão em que este conjunto familiar está localizado parece, portanto, não ter sido afetado pelo plano de organização representado pela rede viária e antecede a construção desses arruamentos. Estas conclusões coincidem com os resultados da escavação na "Casa de Auscus", que descreveremos de seguida.

4. TRABALHOS ARQUEOLÓGICOS NA "CASA DE AUSCUS"

Localizada também na área da acrópole do *oppidum*, a "Casa de Auscus" foi também posta a descoberto nas campanhas do século XIX. A sua configuração particular, como um edifício homogéneo (figura 8), destaca-se da configuração mais padronizada de unidade doméstica, formada organicamente por construções circulares e angulares. O

edifício aparenta ter sido previamente projetado, respeitando o traçado de um arruamento pré-existente. De facto, uma das ruas ortogonais desta zona marca um dos limites da casa, a oeste, onde se localizava a porta de entrada (veja-se uma planta deste conjunto e das sondagens abertas na figura 9). A localização na acrópole foi uma das razões pelas quais este espaço foi selecionado para a realização de trabalhos arqueológicos, a partir de 2008, devido à sua proximidade com a "Casa da Espiral" e a uma das ruas.

A entrada principal, e aparentemente única, do conjunto estava localizada na parede oeste, a partir da via pública, dando acesso a um compartimento de entrada que parece ter sido um espaço coberto. Este compartimento comunicava com o átrio central lajeado, parcialmente descoberto durante os trabalhos, e ocupado hoje na sua maior parte por um aterro do século XIX. Em torno deste átrio existem cinco compartimentos, numerados em 2005 como estruturas E1 a E5. Destes compartimentos, as estruturas E1 e E5 não têm uma porta visível, o que pode ser explicado tanto pelos trabalhos de restauro de meados do século XX, como pela possibilidade de as portas desses compartimentos estarem originalmente a um nível relativamente mais elevado do que as portas dos outros três compartimentos. Este aspeto também pode ser elucidativo quanto à sua possível utilização como celeiro.

Foram escavadas três sondagens neste conjunto, incluindo parte da área da via pública, parte do espaço interno do compartimento E1, o átrio central e o espaço interno do compartimento E3. Como verificámos na "Casa da Espiral", a extensão dos trabalhos de Martins Sarmiento é bastante visível aqui, não só pelo aterro acima mencionado, que concentra as terras retiradas da escavação dos diferentes compartimentos, mas também na estratigrafia, como é o caso de uma vala de saque que destruiu uma parte do lajeado do átrio. Nesta unidade doméstica os níveis de ocupação foram quase completamente removidos pelos trabalhos do século XIX, limitando assim a interpretação dos espaços funcionais da casa. Por outro lado, as fundações estavam bastante bem preservadas, particularmente as camadas que foram seladas pelos pavimentos de pedra do átrio e da via pública. Esses contextos propiciaram informações importantes sobre a cronologia das estruturas visíveis. Os materiais arqueológicos recolhidos são bastante idênticos ao conjunto identificado na "Casa da Espiral". No entanto, nesta casa, a identificação de diferentes tipologias tem uma relação estratigráfica distinta com o conjunto das estruturas.

Assim, os contextos mais antigos identificados neste espaço estão já relacionados com a existência da cerâmica da Idade do Ferro feita a torno, e integram uma lareira localizada sob o pavimento de pedra da casa. Esta pequena estrutura, parcialmente destruída pelos níveis de regularização e preparação do lajeado do átrio, deve ser relacionada com um conjunto familiar que precedeu a casa que hoje vemos. Seria possivelmente uma unidade familiar típica, formada por construções circulares e retangulares. A oeste da casa, a rua pública parece ter sido construída na primeira metade do século I a. C. De facto,

foram identificados na via pública dois níveis distintos de pavimentação, ambos com lajeado de pedra, e seguindo o mesmo alinhamento, as duas paredes limite da rua, que são aqui a construção mais antiga. Esta cronologia relativa foi definida através da identificação de cerâmica da Idade do Ferro sob o primeiro pavimento e a recolha de materiais idênticos, juntamente com exemplares de ânfora Haltern 70, sob o segundo nível de pavimentação. A importação de ânforas béticas de tipologia Haltern 70 está documentada a partir de 50 a. C. (Morais 2007: 141-143). Sendo bastante comum a existência deste tipo de produção em contextos romanos de meados do século I d. C. em castros com ocupação anterior (Martins 1990: 172), a inexistência de outras produções atribuíveis à época romana nos níveis de fundação do segundo pavimento da rua, leva-nos a pensar que este contexto correspondente à última pavimentação, pode ser datado da segunda metade do século I a. C. O arruamento terá sido, portanto, construído antes da unidade doméstica que hoje vemos, tendo o alinhamento da rua orientado os eixos principais de construção da casa.

No que se refere à "Casa de Auscus", os níveis de fundação continham materiais cerâmicos do final da Idade do Ferro, e um número considerável de cerâmica comum romana, ânforas e *sigillata*. A construção da casa pode assim ser datada do final do século I a. C., ou do início do século I d. C. Estas produções estão presentes também nos níveis de revolvimento resultantes das antigas escavações, que atingiram sobretudo os níveis de ocupação originais. Além de alguns elementos metálicos, como alfinetes de toucado em bronze, destaca-se uma moeda de bronze datada de Cláudio³. A descoberta desta moeda, bem como de produções posteriores de *sigillata* de produção hispânica, leva-nos a concluir que a casa foi habitada ao longo de grande parte do século I da nossa Era e início do século II. Foram também recolhidos alguns elementos pétreos, principalmente no aterro datado do século XIX, mas um elemento movente de uma mó giratória foi recolhido na camada de preparação do pavimento interno do compartimento E3. No entanto, um dos objetos mais notáveis foi encontrado no aterro que cobre grande parte do átrio, um elemento em pedra com uma epígrafe latina, já mencionada, possivelmente com o nome nativo Auscus (Redentor 2011 vol.2: 132-133), que originou a designação genérica que hoje utilizamos para este espaço. Este elemento (figura 10), facetado num dos ângulos, onde a inscrição foi gravada, parece ter integrado uma parede de pedra.

Em resumo, o espaço ocupado pela "Casa de Auscus" tinha sido um espaço doméstico com uma organização distinta, limitada pela construção da via pública a oeste, no início do século I a. C. Depois de um levantamento do nível de circulação do arruamento, foi construída a casa que vemos hoje, com 281 metros quadrados, em torno da transição da Era, reutilizando parcialmente o muro limite da rua, que se tornou a parede oeste do edifício. Os proprietários da casa seguiram os princípios gerais da arquitetura doméstica romana, já em uso na cidade de Bracara Augusta (Magalhães 2010: 21-23). Seriam,

³ Interpretação de Rui Centeno, cujo partilha agradecemos.

contudo, uma família nativa, como sugere o nome de um certo Auscus, na altura da transição da Era, e teriam seguido os novos conceitos e ideias referentes não apenas à arquitetura, mas também a outros aspetos, como a adoção da escrita alfabética e da moeda. A casa tinha um átrio lajeado que era o centro do espaço, através do qual se acedia aos diferentes compartimentos, depois de entrar através de um vestíbulo que abria para a rua. Este átrio central seria parcialmente coberto, pois parte do espaço, junto à entrada dos compartimentos E2 e E3, não possuía lajeado, mas sim um pavimento de argamassa, como era habitual nas divisões cobertas. O átrio parece ter sido usado para manter animais, como é sugerido pela recuperação de um pequeno elemento de granito usado para prender gado. O compartimento E3 tinha um pavimento de argamassa de boa qualidade, cuja superfície foi também identificada. A recolha de cerâmica comum neste espaço, como os fragmentos de um prato, pode levantar a possibilidade de ter sido uma área de refeições. Os restantes espaços cobertos não são claramente relacionáveis com uma utilização específica, além da já referida possibilidade dos espaços numerados como E1 e E5 terem tido funções de armazenamento.

A "Casa de Auscus" é, assim, o reflexo das mudanças ocorridas com o processo habitualmente conhecido como romanização, que começou nesta região após as Guerras Cantábricas e a fundação das capitais romanas dos conventos, nomeadamente a cidade próxima de Bracara Augusta (Martins 2011).

5. DE UM *OPPIDUM* PARA UM ASSENTAMENTO ROMANO

Os dados estratigráficos e cronológicos que apresentámos acima devem ser considerados à luz das dinâmicas de povoamento identificadas para o Noroeste de Portugal no final da Idade do Ferro e no início da época romana. Com efeito, estamos em crer que a fase mais antiga detetada nas escavações da "Casa da Espiral" corresponderá a um momento de ocupação do castro que se situa num horizonte cronológico anterior ao século II a. C., como indiciam as produções cerâmicas manuais associadas a construções em material perecível. A edificação da "Casa da Espiral", que terá ocorrido por volta do século II a. C., parece corresponder a uma fase de generalização de construções em pedra, maioritariamente de planta circular, e que corresponderá também a um momento de crescimento exponencial da área do castro, sem uma planificação prévia. A reorganização do espaço construído implicou o traçado de arruamentos tendencialmente ortogonais, nos inícios do século I a. C., que se sobrepuseram a uma área edificada que era já bastante densa, o que obrigou à destruição de algumas construções circulares, ou mesmo à alteração do traçado de alguns eixos para poupar construções pré-existent. Historicamente, este crescimento e reorganização articulam-se com o surgimento e consolidação de povoados que estariam à cabeça de um território concreto e que concentrariam funções económicas, administrativas e culturais (Cruz 2015: 404-408). Testemunham assim uma dinâmica de povoamento que reflete não apenas o crescimento

demográfico da região, mas sobretudo uma progressiva complexificação das sociedades castrejas, que abraçam assim o fenómeno urbano através do aparecimento de *oppida*, mais conhecidos na bibliografia portuguesa como "grandes castros" (Lemos 2009), dos quais a Citânia de Briteiros é um exemplo expressivo. O papel da progressiva presença romana perto deste território, particularmente depois da expedição de Bruto, diverge entre a alegada existência de uma ação e influência diretas da administração romana (Silva 2007: 24) e um processo de reorganização interna que, embora influenciado por uma interação crescente com territórios controlados por Roma a Sul, tem um carácter essencialmente endógeno (Martins 2009: 220). De qualquer forma, e embora nos inclinemos sobretudo para a segunda ideia referida, é inegável que o surgimento do que podemos considerar primeiros espaços urbanos se verifica no universo cronológico dos séculos II e I antes da nossa Era.

Numa fase subsequente, conforme documentámos nas escavações da "Casa de Auscus", vários espaços anteriormente ocupados com unidades domésticas congêneres da "Casa da Espiral", integrando construções circulares e retangulares, já ordenadas pelos arruamentos ortogonais, dão lugar a unidades domésticas "de tipo domus" (González-Ruibal, 2006-07: 378), que seguem padrões arquitetónicos claramente influenciados pela arquitetura privada de época romana (Magalhães 2010). O espectro cronológico de construção e utilização da "Casa de Auscus", verificado na interpretação crono-estratigráfica dos trabalhos realizados neste espaço, medeia entre os finais do século I a. C. e o século II d. C.

Consequentemente, se observarmos o número de unidades habitacionais que seguem os mesmos padrões arquitetónicos da "Casa de Auscus", apenas quatro, de forma clara, de um universo de cerca de 110 conjuntos na área escavada do povoado, obedecem a estes critérios. Isto não significa que as restantes unidades domésticas, existentes já no final da Idade do Ferro não continuassem a ser habitadas no século I d. C. Essa continuidade de utilização está também documentada nas escavações realizadas na "Casa da Espiral". No entanto, uma aparente fraca adesão aos conceitos arquitetónicos romanos, coincidente com a inexistência de outros elementos, como tijoleira, mosaicos, aras, colunas, estatuária, pode indiciar antes uma redução populacional do povoado no período Alto-imperial. Esta redução faria sentido, tendo em conta a perda de valências económicas e administrativas do *oppidum* de Briteiros, subsequente à fundação de Bracara Augusta.

Estas ideias têm apenas um carácter preliminar, tendo em conta a reduzida área intervencionada. Pode-se, contudo, afirmar, que a Citânia de Briteiros passou pelo processo de mudança cultural conhecido como Romanização, dando origem ao que se pode considerar um pequeno assentamento rural no período Alto-imperial.

CONCLUSÃO

Juntamente com as escavações realizadas nos edifícios de banhos, os trabalhos arqueológicos realizados na "Casa da Espiral" e na "Casa de Auscus", incluindo uma das ruas ortogonais que são características deste e de outros *oppida* contemporâneos no norte de Portugal, são as únicas amostragens recentes da estratigrafia do povoado. Uma análise cuidadosa dos diferentes estratos e dos materiais cerâmicos recolhidos em cada um deles é uma preciosa fonte de informação cronológica. Estamos cientes de que o método de datação utilizado, baseado na classificação dos materiais cerâmicos, é bastante relativo. No entanto, a classificação dos materiais foi comparada com os estudos realizados em vários outros castros, e foi interpretada de acordo com tabelas tipológicas estabelecidas há anos, e ainda consideradas (Martins 1990; Silva 2007). Por outro lado, métodos como a datação por radiocarbono, que não pudemos garantir nos últimos anos, mas consideramos usar no futuro, não são muito precisos quando tentamos definir a uma escala cronológica mais específica.

Mais do que os métodos de datação, uma das nossas principais questões é a amostragem limitada do *oppidum* que foi possível estudar até agora. Embora a cronologia estabelecida para a construção das ruas, por exemplo, seja coerente com os resultados da intervenção realizada no Castro de Santo Ovídeo, Fafe, onde um arruamento público foi igualmente datado do início do século I a. C. (Martins 1991: 38), há uma necessidade premente de escavar em diferentes eixos viários do *oppidum*, o que nos permitiria obter uma leitura mais abrangente.

O mesmo princípio deve ser aplicado aos contextos domésticos. Mais de uma centena de unidades domésticas visíveis na área que foi descoberta nas primeiras campanhas de escavação, mostram diferentes estruturas comparáveis umas às da "Casa da Espiral", outras às da "Casa de Auscus", outras ainda parecem apresentar soluções mistas. Apesar da maioria dos conjuntos familiares se identificarem mais com o primeiro caso, o que pode revelar uma comunidade muito maior e dinâmica no final da Idade do Ferro do que no período romano, apenas a prossecução dos trabalhos de campo pode clarificar estes aspetos.

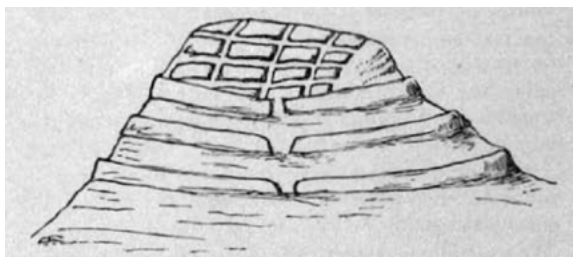


Fig. 1 – Um desenho do monte da Citânia de Briteiros em 1791, com representação das diferentes linhas de muralha e ruas ortogonais. Reproduzido a partir de Aires (1896: 429).



Fig. 2 – Uma perspetiva da acrópole do oppidum de Briteiros durante as escavações de Francisco Martins Sarmento. Fotografia de Martins Sarmento, por volta de 1880. Coleção da SMS.



Fig. 3 – Detalhe do levantamento topográfico de 1892 da Citânia de Briteiros, elaborado por Álvaro de Castelões. Original guardado na Biblioteca Nacional.



Fig. 4 – Uma planta geral do oppidum de Briteiros com marcação das estruturas conhecidas, excluindo construções recentes. Os círculos assinalam a "Casa da Espiral" à esquerda e a "Casa de Auscus" à direita.



Fig. 5 – Uma vista da estrutura de banhos localizada a sudoeste (fotografia de 2016).

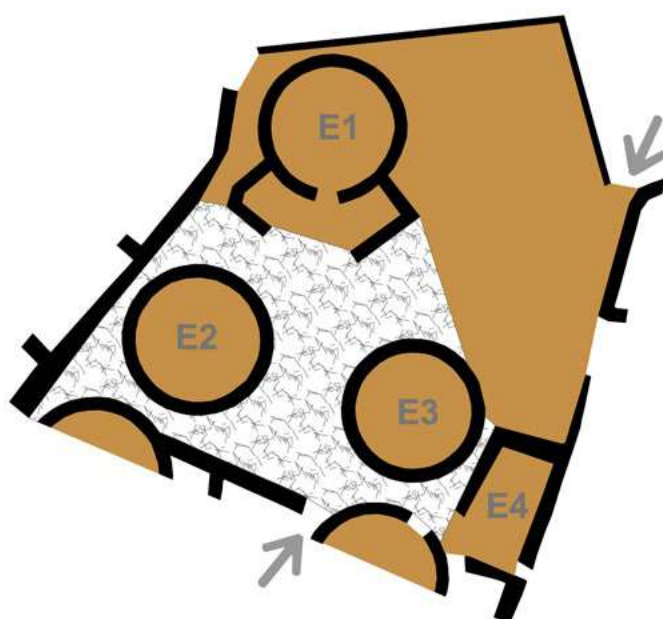


Fig. 6 – Planta esquemática da "Casa da Espiral" (à esquerda), com a numeração das estruturas, o acesso ao conjunto e as áreas cobertas e de lajeado descoberto. À direita, uma planta das sondagens arqueológicas realizadas neste espaço.



Fig. 7 – O pátio central da "Casa da Espiral", com o lajeado, durante os trabalhos de escavação.



Fig. 8 – Vista geral da "Casa de Auscus" durante os trabalhos de escavação de 2008.

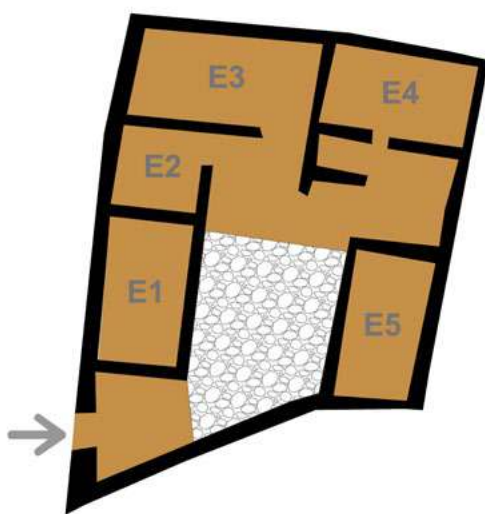


Fig. 9 – Planta esquemática da "Casa de Auscus" (à esquerda), com a numeração das estruturas, o acesso ao conjunto e as áreas cobertas e de lajeado descoberto. À direita, uma planta das sondagens arqueológicas realizadas neste espaço.



Fig. 10 – O elemento em pedra com a epígrafe "Aus[ci]"(?) (Redentor 2011 vol. 2:132-133), recolhido na campanha de 2009.

BIBLIOGRAFIA

- Aires, C. 1896. *História do Exército Português*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Almeida, C. 1983. Cultura Castreja. Evolução e problemática. *Arqueologia* 8: 70-74.
- Cardozo, M. 1935. Possível identificação do primitivo local da “Pedra Formosa” na Citânia de Briteiros. *Revista de Guimarães* 45: 150-153.
- Cardozo, M. 1996. *Citânia de Briteiros e Castro de Sabroso. Notícia Descritiva*. Guimarães: Sociedade Martins Sarmento.
- Centeno, R. e Silva, A. 1978. Corte estratigráfico na Citânia de Briteiros (Guimarães). *Revista de Guimarães* 88: 421-430.
- Cruz, G. 2015. O surgimento do espaço urbano no Noroeste da Ibéria. Uma reflexão sobre os *oppida* pré-romanos, in Martínez Peñín e Caveró Domínguez (eds.) *Evolución de los espacios urbanos y sus territorios en el Noroeste de la Península Ibérica*: 403-424. León: Instituto de Estudios Medievales de la Universidad de León, Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho.
- Cruz, G. e Antunes, J. 2010-11. Citânia de Briteiros. Notícia dos trabalhos arqueológicos (2007-2010). *Revista de Guimarães* 120/121: 221-237.
- Dinis, A. 1993. Ordenamento do território do Baixo Ave no I Milénio a.C. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Gomes, H. 2012. O vidro pré-romano no Norte de Portugal. Dissertação de Mestrado, Universidade Fernando Pessoa.
- Gomes, J. e Carneiro D. 2005. *Subtus Montis Terroso. Património Arqueológico no Concelho da Póvoa de Varzim*. Póvoa de Varzim: Câmara Municipal.
- González-Ruibal, A. 2006-07. *Galaicos. Poder y Comunidad en el Noroeste de la Península Ibérica (1200 a.C. – 50 d.C.)* (edição especial *Brigantium* 18-19). A Coruña: Museo Arqueológico e Histórico da Coruña.
- Lemos, F. 2009. A Cultura Castreja no Minho. Espaço nuclear dos grandes povoados proto-históricos do Noroeste Peninsular. in Pereira, P. e Neves, A. (coords.) *Minho. Traços de Identidade*, Braga: Universidade do Minho: 122-213.
- Lemos, F. e Cruz, G. 2005-06. Trabalhos arqueológicos na Citânia de Briteiros. Campanhas de 2005 e 2006, *Revista de Guimarães* 115/116: 11-50.
- Lemos, F. e Cruz, G. 2006. Citânia de Briteiros. Programa de Investigação e Valorização do Monumento. *Fórum* (separata) 39: 3-40.
- Lemos, F. e Cruz, G. 2011. *Citânia de Briteiros. Povoado Proto-histórico. The Proto-historical settlement*. Guimarães: Sociedade Martins Sarmento.
- Lemos, F.; Cruz, G. e Fonte, J. 2008. Estruturas de Banhos do território dos *Bracari*: Os casos de Briteiros e de Braga. *Férvedes: Revista de Investigación* 5: 319-328.
- Magalhães, F. 2010. Arquitetura doméstica em *Bracara Augusta*. Dissertação de Mestrado, Universidade do Minho.
- Martins, M. 1988. *O povoado fortificado do Lago, Amares* (Cadernos de Arqueologia). Braga: Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho.
- Martins, M. 1990. *O Povoamento Proto-histórico e a Romanização da Bacia do Curso Médio do Cávado* (Cadernos de Arqueologia). Braga: Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho.
- Martins, M. 1991. *O povoado de Santo Ovídio (Fafe)* (Cadernos de Arqueologia). Braga: Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho.
- Martins, M. 2009. A Romanização. in Pereira, P. e Neves, A. (coords.) *Minho. Traços de Identidade*, Braga: Universidade do Minho: 216-269.

- Martins, M. 2011. *Braga Romana* (Coleção Histórias de Cidades). Braga: Universidade do Minho.
- Morais, R. 2007. Materiais Arqueológicos III. A cerâmica romana. Relatório da unidade curricular. Relatório académico não publicado, Universidade do Minho.
- Redentor, A. 2011. A cultura epigráfica no *Conventus Bracaraugustanus*. Percursos pela sociedade brácara da época romana. Dissertação de Doutoramento em versão não publicada, Universidade de Coimbra.
- Ribeiro, J. e Sampaio H. 2008 Técnicas, motivos e organizações decorativas da cerâmica da Idade do Ferro na Bacia do Ave: a Citânia de Briteiros como caso de estudo. *Férvedes: Revista de Investigación* 5: 277-285.
- Sarmiento, F. 1933. Acerca das escavações de Sabroso (estudo). *Dispersos*. Imprensa da Universidade de Coimbra: 22-34.
- Silva, A. 2007. *A Cultura Castreja no Noroeste de Portugal*. Paços de Ferreira: Câmara Municipal.
- Tereso, J. e Cruz G. 2014. Frutos e sementes da Idade do Ferro e Época Romana da Citânia de Briteiros. *Al-Madan Online* 19: 83-91.

EL CASTRO DE CHAO SAMARTÍN,
HISTORIA DE UN ASENTAMIENTO FORTIFICADO
ENTRE FINES DE LA EDAD DEL BRONCE
Y ÉPOCA ROMANA.

ÁNGEL VILLA VALDÉS
Museo Arqueológico de Asturias

RESUMO:

El origen del Chao Samartín como asentamiento humano se remonta a la Edad del Bronce, cuando en torno al año 800 a. C., se estableció sobre su explanada superior un primer recinto fortificado de carácter ritual destruido a mediados del siglo VII a.C.

Durante la Edad del Hierro las defensas fueron renovadas en varias ocasiones para dar protección a un poblado en el que, a partir del siglo IV a.C., están presentes los rasgos más característicos del hábitat castreño: fosos, murallas de módulos, cabañas de planta simple para uso doméstico o de grandes dimensiones para el servicio comunitario. También se construye en esta época la primera sauna y se atestiguan talleres metalúrgicos relacionados con la transformación del oro, la plata y el bronce.

En época romana (siglos I-II d.C.) adquiere condición de centro administrativo, probablemente capital de la civitas Ocela, se construye una lujosa domus y sirve de residencia a grupos aristocráticos locales. A fines del siglo II d.C. un terremoto causa su abandono definitivo.

Sobre la ruinas del poblado romano se emplazó, en tiempos de la Monarquía Asturiana (siglos IX-X), una necrópolis que prolongó el uso funerario del Chao Samartín hasta el fin de la Edad Media.

ABSTRACT:

The ruins of hillfort are located in Castro, a village about 6 km from Grandas de Salime (Asturias, Spain). Chao Sanmartín's origin as a human settlement goes back to Bronze Age when, around 800 B.C., a first fortified township of ritual character was established on its top plain and destroyed in the middle of the 7th century B.C.

During Iron Age the defences were renewed several times in order to give protection to a village in which, from the 4th century B.C. on, the most characteristic features of the hillfort habitat are present: ditches, module walls, huts of simple ground plan for domestic use or of bigger size for community services. At that time the first sauna was also built and there is evidence of metallurgical mills related to the transformation of gold, silver and bronze.

In Roman times (1st to 2nd century A.D.) it gets the status of administrative centre, probably the capital of the civitas Ocela, a luxurious domus is built and used as a residence for local aristocratic groups.

At the end of the 2nd century A.D. it is definitively abandoned due to an earthquake. In times of the Asturian Monarchy, a necropolis was placed on the ruins of the roman village, and prolonged the funerary use of the Chao Sanmartín until the end of the Middle Ages.

PRESENTACIÓN

Las excavaciones en el castro de Chao Samartín se han prolongado de manera casi ininterrumpida entre 1990 y 2014. De esta manera se ha podido constatar su relevancia desde tiempos prehistóricos hasta época romana y el extraordinario valor de su registro arqueológico que se prolonga hasta tiempos medievales. Los resultados de la investigación han sido publicados en diversos libros y revistas cuyo contenido se actualiza y resume en el presente trabajo, redactado a petición de los editores con motivo del I Ciclo de Conferências do Monte Padrao.¹

ANTECEDENTES: EL POBLAMIENTO NEOLÍTICO

El área occidental de Asturias está modelado por un interminable historial de pliegues, fallas y cabalgamientos que conforman un relieve de valles encajados entre montañas con cumbres amplias y suave topografía que facilitaron desde el Neolítico el tránsito entre la costa y las tierras altas interiores. Esta singular orografía, que permitía salvar largas distancias sin franquear fondos de valle y cursos fluviales, se encuentra, aún hoy, salpicada de centenares de megalitos y túmulos demarcadores de espacios simbólicos, también económicos, testimonio fehaciente de la vigencia milenaria de aquellos primitivos caminos.

Algunos de estos itinerarios seculares convergen en el entorno inmediato al Chao Samartín, situado en el concejo de Grandas de Salime, en el curso medio del río Navia (Fig. 1). Hacia este lugar se abren los pasos serranos para descubrir una orografía que contrasta poderosamente con el paisaje de montaña circundante. Aquí, la penillanura degradada y disecada por la red fluvial actual determina la segmentación topográfica del espacio en extensos llanos de suelos cuaternarios, idóneos para la explotación agropastoril. Al menos desde comienzos del IV milenio estos campos fueron destino de comunidades neolíticas cuyas tumbas se conservan, en número de varias decenas, en torno al que habría de ser asentamiento castreño (Sánchez, 1999; Villa, 2009). Un territorio por tanto relevante en la articulación de itinerarios prehistóricos de ámbito regional que durante el Bronce Final se encontraba plenamente integrado en circuitos de intercambio de más amplio alcance pues fue estación inevitable en el itinerario que, atravesando la Cordillera Cantábrica, abastecía los territorios de Lugo y Orense de productos cupríferos generados en los ricos criaderos de centro y oriente de Asturias (de Blas, 1992: 133). En estas circunstancias, el tratamiento monumental otorgado hacia el año 800 a.C. al primer asentamiento estable en el promontorio y, de manera particular, a las fortificaciones que delimitaban recinto de la acrópolis, supondría el refrendo paisajístico de una preeminencia social que pudiera derivarse de los beneficios generados por su ventajosa posición como lugar de paso en un circuito comercial que, al igual que en otros muchos puntos de

¹ Aportación realizada en el marco del proyecto CORUS. Paisajes rurales antiguos del Noroeste Peninsular: formas de dominación romana y explotación de recursos (Ref. HAR2015-64632-P)

la Europa atlántica de comienzos del I milenio, estimuló el desarrollo de prósperas comunidades en territorios de frontera étnica o cultural (Ruiz-Galvez, 1998: 227).

PRIMER ASENTAMIENTO Y ACRÓPOLIS (800-650 A.C.)

En el tránsito de los siglos IX-VIII a.C. se estableció el primer asentamiento fortificado en el Chao Samartín (Villa & Cabo, 2003). Éste comprendía un área de ocupación doméstica que se extendía sobre la meseta principal protegida por una línea de fosos y una empalizada. Las evidencias arqueológicas de la ocupación son muy discretas y se limitan, por tratarse de estructuras fabricadas con material perecedero, a hoyos de poste, canales para el drenaje y relictos de algún antiguo suelo. Segregada de la anterior por un foso y ocupando la explanada superior del yacimiento, se extendía la acrópolis, una estrecha franja de apenas 30 metros de anchura y unos 80 de longitud, recortada por acantilados y protegida por una robusta empalizada (Fig. 2). El ingreso se practicaba a través de una puerta monumental abierta hacia el mediodía en cuyo umbral, enterrada al nivel de la calzada, se instaló una cista con un cráneo de una mujer joven como único contenido reconocido (Fig. 3). Traspasada ésta y el pozo que flanqueaba la vía de acceso a la cima, ocupando el área central del recinto y abierto hacia la roca que domina el llano, se construyó un gran edificio de planta rectangular y esquinas redondeadas que ha proporcionado cerámicas y metalistería propia del Bronce Final. Entre otros elementos se han recuperado colgantes bolsiformes, asas para sítula, un posible ponderal y un gran disco fabricado en chapas de bronce remachadas y claveteadas sobre el alma de madera² (Fig. 4). Un repertorio material que sumado a la ausencia de menaje y mobiliario doméstico, refuerzan su utilización como espacio ceremonial. El conjunto, fortificaciones, cabaña y estructuras domésticas exteriores, fueron destruidos por un incendio durante el siglo VII a.C. poniendo fin a este primer capítulo en la ocupación del paraje, coincidiendo con el periodo de desaparición de los talleres metalúrgicos atlánticos.

Las razones que motivaron el asentamiento estable en un lugar que, como éste, carece de condiciones defensivas especialmente favorables, debieron responder a estímulos ajenos a lo estrictamente militar, probablemente relacionados con la voluntad de apropiación y monumentalización de un espacio simbólicamente relevante desde tiempos neolíticos para las comunidades de su entorno.

Por este motivo, sus moradores hubieron de afrontar durante los siglos posteriores la imperiosa necesidad de implantar en su perímetro líneas de fortificación complementarias que, según los casos, reformaron o sepultaron los dispositivos anteriores. Un esfuerzo por mantener vigente, acomodada a las exigencias poliorcéticas de la época, la referencia ancestral que el poblado proyectaba sobre su territorio de influencia y que permite

² Una descripción pormenorizada de los objetos recuperados así como del contexto general de los hallazgos pueden consultarse para el conjunto de la colección en el catálogo de la exposición permanente del Museo Castro de Chao Samartín (Villa et al., 2009).

explicar cómo, durante la Edad del Hierro, pervivieron asentamientos en localizaciones defensivas francamente desfavorables con casos paradigmáticos como el castro de Pendia, en Boal (García y Bellido, 1942; Rodríguez del Cueto, 2017).

LA EDAD DEL HIERRO

A comienzos del siglo IV a.C., los rasgos que habría de caracterizar el paisaje urbano de los poblados fortificados hasta la dominación romana se mostraban en el Chao Samartín con plena madurez. Se constata entonces la renovación de los cinturones defensivos con la instalación de nuevos fosos y la reparación continuada de la muralla (fig. 5).

Su nuevo trazado parece revelar, más allá del interés evidente por consolidar una sólida línea defensiva, la expansión moderada pero evidente del perímetro del recinto como expresión probable de un incremento demográfico al tiempo que se conformaba una escenografía guerrera hiperbolizada a ojos del observador por la presencia de elementos defensivos contruidos en aparente desproporción con su eficacia militar como los fosos de Cabo Blanco o el propio Chao Samartín, donde el escarpe interior supera los 10 m de desnivel.

La reforma del aparato defensivo implicó la amortización de varias líneas de fosos sobre los que se levantó una muralla de traza lineal continua varias veces vencida y renovada (Fig. 6). Su periodo de vigencia hubo de estar comprendido entre la destrucción del primer asentamiento, en el siglo VII a.C., y su reparación con estructura compartimentada, a partir del siglo IV a.C., cuando las murallas modulares se generalizaron entre los castros del centro y occidente de Asturias (Berrocal, 2004; Camino, 2000; Villa, 2007) (Fig. 7).

Ajustado a este cinturón defensivo se extendía un caserío en el que predominaban las construcciones de planta rectangular, con esquina de naípe, sobre las circulares y el aparejo de pizarra sobre el de cuarcitas, cuyo uso se restringe a las hiladas de nivelación y cimientos. Todas ofrecen, de acuerdo con los parámetros de la arquitectura castreña clásica, planta sencilla e individualizada sin medianerías ni compartimentación del espacio interno.

En esta trama edificada dos tipos de construcciones se singularizan frente al resto por su fábrica, dimensiones y localización: las saunas y las grandes cabañas. Las primeras comenzaron a edificarse en los castros del valle del Navia a finales del siglo V o comienzos del IV a.C. (Villa, 2012). Recibieron un tratamiento arquitectónico monumental y una posición preeminente tras la puerta de los poblados, donde flanqueaban la vía de ingreso abierta en las murallas. Responden todos ellos a un patrón que se reproduce con fidelidad en la métrica y distribución de espacios (Villa, 2000). En su diseño original mostraban perímetro rectangular con cabecera semicircular y cubierta a dos aguas. Ésta se sustentaba en una falsa bóveda rematada en el ábside en cuarto de esfera, conformadas ambas por aproximación de hiladas con fábrica de pizarras locales.

En términos generales, las diversas interpretaciones en torno a la simbología y uso de las saunas subrayan el contexto marcadamente ritual vinculado, por la mayor parte de investigadores, con divinidades de naturaleza acuática y ritos iniciáticos (Almagro & Sanchís, 1993; Silva, 2007); edículos interpretados como los más tempranos santuarios “urbanos” donde se custodiarían, en un espacio arquitectónico canónico, angosto y cerrado, junto con el “fuego común”, los agentes básicos del pensamiento religioso de aquellas comunidades castreñas.

Junto con las grandes cabañas de asamblea, cuya reiterada proximidad a las saunas ha de entenderse como más que probable complementariedad funcional, conformaron el espacio ceremonial en los castros de la segunda Edad del Hierro. Un área de uso social instalada con evidente protagonismo escenográfico sobre las zonas de ingreso a los poblados.

En ausencia de las necrópolis que tan valiosa información aportan al conocimiento de la Edad del Hierro peninsular, la lectura social de los pueblos castreños del Noroeste ha de tomar como referencia una realidad doméstica, inevitablemente residual, en la que ni el tamaño de las viviendas, ni la entidad de los ajuares recogidos permiten apreciar desigualdades reseñables. Grupos de base campesina, cuyos conflictos se salvaron por segmentación y fundación de nuevos asentamientos (Fernández-Posse, 2002: 86). Nada más allá de lo descrito por Estrabón en relación con cierto orden honorífico en función de la edad y la dignidad o, en el ámbito de la orfebrería, de algunos indicios sugeridos por modelos de torques “heterodoxos” que quiebran, en tiempos próximos al cambio de era, patrones tradicionales de propiedad comunitaria en pos de lo que ha sido interpretado como muestra de la ostentación personal y el ascenso de lo individual frente a lo colectivo (Perea 2003, 147). Un proceso que, como más adelante veremos, no cristalizará en el castro de Chao Samartín hasta la plena implantación romana.

En este sentido, cabe señalar como durante los siglos previos a la conquista, sin alterar este ambiente de sesgo igualitario, abundan en el castro testimonios que prueban la manipulación de metales preciosos. Junto con algún horno, menudean los acopios de tortas y cerámicas de fundición con salpicaduras metálicas, moldes, crisoles y diversas joyas (Villa, 2004). La metalurgia del hierro sin embargo sólo comienza a manifestarse tímidamente avanzada la segunda mitad del milenio advirtiéndose el probable beneficio de óxidos cuya explotación implicó la alteración de las trincheras defensivas excavadas durante la más temprana ocupación del poblado. Cerámicas de almacenamiento y cocina, junto con algunas armas –entre las que se cuenta un puñal de antenas- completan el ajuar más destacable.

CONQUISTA Y TUTELA MILITAR (SIGLO I D.C.)

La veracidad de las fuentes clásicas al describir la magnitud del esfuerzo militar realizado por Roma para conquistar los territorios norteños está siendo respaldada por el

descubrimiento de un número creciente de estacionamientos castrenses distribuidos sobre los principales cordales de acceso al territorio trasmontano. Tanto en el área central de la región, a través de las vías de La Carisa y La Mesa, como en el área asturgaláica con paso desde Los Ancares (VV.AA, 2014), los campamentos explorados ofrecen horquillas cronológicas que permiten contextualizarlos, sin gran margen de error, en tiempos de las guerras astur-cántabras hasta el cambio de era. Las consecuencias de la conquista sobre el mundo indígena, como bien describe el bronce de Bembibre (Alföldy, 2001), se dejaron sentir desde el primer momento y no son pocas las evidencias arqueológicas que avalan, ya en territorio cantábrico, estos cambios. Sabemos del exiguo registro de materiales romanos en los castros del área centro-oriental, donde los poblados ocupados durante la segunda Edad del Hierro hubieron de ser abandonados en fechas tempranas pues los más extensamente excavados, o bien no registran material clásico alguno, caso del castro de Caravia, o bien lo hacen, como el castro de Moriyón, de forma inequívocamente residual (Camino, 1995, 119). Otros, por diferentes razones, verán prolongada su ocupación aunque con una mutación severa de su morfología y funcionalidad para servir, durante las décadas posteriores, a la estructura administrativa impuesta por el Estado. En este sentido resulta particularmente expresivo lo sucedido en los castros que se distribuyen a lo largo del itinerario que, siguiendo el valle del río Caudal, desciende desde la cordillera hasta el área central de la región para alcanzar la costa cantábrica en las proximidades del castro de la Campa Torres, asentamiento identificado con el *oppidum* Noega, que se alza entre la ría de Aboño y la bahía de Gijón. Un recorrido en el que los castros excavados muestran su pronto acondicionamiento, bien como estación viaria, caso de El Curucho en Lena (Montes, 2013, 413), bien como asentamiento militar tal y como se ha propuesto en Llagú (Berrocal et al., 2002, 218).

Como puede verse, las pruebas arqueológicas más tempranas del establecimiento romano en Asturias encuentran en los poblados fortificados su escenario habitual aunque no exclusivo. De hecho algunos hallazgos producidos durante las excavaciones en las villae de Puellas, Vega del Ciego o Veranes (Fernández Ochoa, 1982: 141-146; Olmo & Vigil, 1992: 75) invitan a considerar la posible existencia de este tipo de asentamientos en época augustea o tiberiana coincidiendo con la profunda reorganización administrativa que tiene lugar durante las décadas iniciales del siglo I, cuando se constituyen los tres conventos jurídicos -Asturum, Lucensis y Bracarensis- surgidos a partir del Arae Augustae, formulación pionera en la organización romana del noroeste peninsular tras la conquista (Fernández Ochoa & Morillo, 2002). El mismo periodo en el que Calpurnio Pisón erigió el monumento a Augusto en el castro de la Campa Torres o durante el cual comienza a registrarse una circulación monetaria de cierta entidad que tendrá en los castros sus más destacados centros receptores (Villa & Gil, 2006) y cuya distribución viene a validar lo dicho anteriormente en relación con la existencia de un eje primitivo de asentamientos romanos sobre poblados fortificados jalonando el denominado el ramal trasmontano de la Ruta de la Plata.

En estas mismas décadas se produjo en el área occidental astur la progresiva implantación romana sobre núcleos de población preexistentes que prolongarán su ocupación condicionados por una actividad minera impuesta y desarrollada ahora a gran escala. Las primeras evidencias son producciones de *terra sigillata galica* (Maya, 1988; Sánchez & Menéndez, 2005), algunos vídrios (Madariaga, 2005) y, fundamentalmente, numerario de época republicana, augustea o tiberiana cuya presencia es común en los principales castros excavados (Os Castros, La Corona de Arancedo, Coaña, Pencia, La Escrita o el propio Chao Samartín). Es evidente que este proceso tuvo un estímulo de primer orden en los abundantes depósitos auríferos que, sin duda, fueron conocidos por Roma con anterioridad a la conquista.

La tutela militar y la actividad minera son las circunstancias más significativas para explicar un registro arqueológico dispar y con llamativos contrastes entre asentamientos en un periodo el que el castro perdura como asentamiento preferente si bien mudando su naturaleza, en origen defensiva y autárquica, hasta alcanzar la condición de poblado abierto y funcionalmente integrado en la estructura administrativa conventual.

LA MINERÍA DEL ORO

El auge de la actividad minera que se conoció en la Asturia trasmontana durante los primeros siglos de la era debe su impulso a la iniciativa estatal romana si bien favorecida para su temprana puesta en marcha por el conocimiento que las comunidades indígenas poseían de sus recursos y de los procedimientos (suficientes a su demanda) para su beneficio durante la Edad del Hierro. Los datos arqueológicos confirman la continuidad espacial de esta actividad como reflejo de la inmediata integración de la población local, portadora de un bagaje tecnológico secular, en el sistema productivo imperial. La conjunción de mano de obra experimentada en el trabajo de las minas con yacimientos de gran riqueza beneficiados desde siglos atrás (Villa, 2010, 103) y el establecimiento del oro y la plata como patrón moneda en el 23 a.C., estimularon la inmediata puesta en explotación de las cuencas auríferas de la región.

La delimitación de las circunscripciones administrativas con sus correspondientes cargas fiscales se llevó a cabo con premura tal y como revela el Edicto de Augusto (15 a.C.), donde se constata la diligencia de los agrimensores imperiales en la valoración de los recursos y consiguiente aplicación de cargas impositivas apenas finalizada la contienda (Mangas, 2001:53). Es probable que la tributación con metal, o en su defecto como servicios personales en el laboreo minero, pudiera formar parte de las prestaciones o *munera* de la *civitas* (Orejas, 2005: 314). Por consiguiente, la mano de obra hubo de ser, principalmente, población local, gentes castreñas que desempeñarían su trabajo como aportación al pago de las cargas establecidas por la administración romana sobre cada *civitas*.

Durante el primer siglo de la era el poblamiento castreño y la minería aurífera se muestran como fenómenos indisolubles, resultado ambos del empeño estatal por garantizar el abastecimiento regular del fisco. Roma propicio, manu militari durante las primeras décadas y con el apoyo de las aristocracias locales después, la perduración del castro.

LA TUTELA MILITAR

La participación del ejército en el control y administración de los territorios sometidos, mineros y no mineros, se perfila día a día con mayor claridad en el registro arqueológico. Éste tiene su más expresivo contexto en determinados poblados donde la huella militar puede reconocerse con claridad tanto en los sistemas de fortificación, como en la arquitectura doméstica o en los ajuares. El castro de Llagú, en las proximidades de Oviedo, es un buen ejemplo de este fenómeno fuera del ámbito estrictamente aurífero pues conoció desde comienzos del siglo I d.C. una profunda reordenación que afectó por igual a la trama edificada como a las antiguas defensas e implicó, entre otras innovaciones, la ampliación del recinto, la reconstrucción de la muralla, reubicación de accesos y la instalación de torres, paseo y cuerpo de guardia, soluciones que se ajustan a un «modelo de implantación fronteriza», en este caso concebida para el control viario ejercido por una hipotética guarnición militar, tal vez, de auxilia celtibéricos (Berrocal et al., 2002: 318 y 322).

Retornando al territorio occidental, la participación del ejército constituyó un instrumento indispensable para dirigir y tutelar la organización del laboreo aurífero, establecer las cargas tributarias a cada comunidad (entre las que, como antes se dijo, se contaría el trabajo en las minas) y garantizar su percepción. De su establecimiento sobre el paisaje castreño prerromano resultaría el perfil marcadamente militar que ostentan poblados como el Chao Samartín y otros asentamientos de la comarca ya en las décadas centrales del siglo I d.C.

Todo indica que estas labores se realizaron, al menos durante una buena parte del siglo I, bajo un estricto control militar cuya presencia, segmentada en pequeñas unidades, se distribuye entre el centro político-administrativo de la *civitas*, y estacionamientos menores, *castella*, instalados sobre antiguos asentamientos castreños o o recintos de nueva fundación.

Entre los primeros debe destacarse el Monte Castrelo de Peláu, un pequeño castro que remonta su origen, cuando menos, al siglo V a.C. (Montes et al. 2009). Su ocupación altoimperial, establecida en la segunda mitad del siglo I d.C. presenta un carácter eminentemente militar con una caracterización arqueológica protagonizada por el uso epigráfico, la metalistería de bronce y las armas. Ambos hechos, su ocupación prerromana y la presencia de individuos armados, tienen particular relevancia en este caso, al haber sido uno de los ejemplos más socorridos para ejemplificar un tipo de asentamiento

castreño de fundación romana muy específico: el castro minero (Carrocera, 1990: 125; Perea & Sánchez-Palencia, 1995: 93). Un modelo de poblado que se creía concebido como residencia de trabajadores especializados en tareas mineras y que, en realidad, se corresponde con un pequeño estacionamiento militar. Además de algunas armas, entre las que se cuenta una daga legionaria, se recuperó un interesante epígrafe, inscrito con letra cursiva sobre pizarra, en el que se mencionaban entre 40 y 50 individuos (Fig. 8). El texto es interpretado por Alföldy y de Francisco (Villa *et al.*, 2005) como documento de naturaleza administrativa, a modo de *tabula censualis*, en la que se enumeran los individuos o grupos familiares sometidos a contribución en el territorio vinculado al *castellum*, condición avalada en Pelóu por un segundo epígrafe con la inscripción *castel(l)v(m)* o *castel(l)o* (de Francisco *et al.*, 2009: 244).

El acantonamiento de tropas estuvo también en el origen de otros recintos de nueva fundación que no responden, ni por ubicación ni por las soluciones defensivas aplicadas, a ninguno de los rasgos propios de los poblados castreños prerromanos. Recintos instalados en paisajes agrestes y desprovistos de recursos suficientes para proveer las necesidades básicas de una pequeña comunidad pero localizados en el entorno de importantes explotaciones auríferas y con magníficas prestaciones para una guarnición. Es el caso, por ejemplo, de los recintos de Pico da Mina y San Isidro, en San Martín de Oscos, que suman a su atípica localización distante apenas 200 m, el hecho de tratarse de los únicos ejemplos reconocidos en Asturias que instalaron entre sus dispositivos defensivos piedras hincadas. Los ajuares aportados por las excavaciones arqueológicas en ambos yacimientos son ciertamente modestos pero suficientes para correlacionarlos con los sucesivos episodios de refortificación militar advertidos en el Chao Samartín. De hecho, el empleo de murallas lineales de perímetro poligonal y esquinas de naípe los distancian significativamente de los sistemas de fortificación vigentes en la zona durante la Edad del Hierro pues ignoran, entre otras, la tradición modular y recurren a la instalación de otros elementos exóticos como las piedras hincadas, dispuestas a modo de *cervi* y *cippi* sobre *agger*, recursos en su conjunto propios de la poliorcética romana. (Fig. 9)

EL CHAO SAMARTÍN EN ÉPOCA ROMANA

Si algo caracteriza el registro correspondiente a este nuevo periodo es la impronta inequívocamente militar en un escenario marcado por la introducción de ajuares exóticos así como la renovación de las fortificaciones y la arquitectura doméstica, en ambos casos, de acuerdo con patrones significativamente ajenos a la tradición constructiva local. Esta influencia decaerá visiblemente a comienzos del siglo II d.C. coincidiendo con el descuido de fosos y muralla, el expolio de la domus o la notable disminución del flujo monetario y otros productos de importación en un ambiente que, a pesar de todo, permite sospechar la paulatina transformación del antiguo recinto castreño en residencia principal para las elites locales.

LA HUELLA DEL EJÉRCITO

Tras la ocupación romana del poblado, se sucedieron los esfuerzos para actualizar, aunque de manera selectiva, las antiguas fortificaciones habiéndose identificado dos episodios principales (Fig. 10). El primero habría tenido lugar durante el reinado de Tiberio, manteniéndose vigente, cuando menos, hasta comienzos del gobierno de Claudio. Una segunda renovación de las defensas se habría producido en los años inmediatos al cambio de dinastía y la guerra civil (Villa et al., 2006). Acontecimientos que, como revelan los flujos de recepción de numerario, permite atribuir la renovación y acondicionamiento de las viejas defensas indígenas a la sucesiva llegada de contingentes militares. Fueron estas unidades las que, a partir de época tiberiana, introdujeron el uso monetario con una colección marcadamente castrense formada por denarios republicanos y emisiones *CL CAESARES Y PONTIF MAXIM*, acompañadas de algunos denarios forrados y bronce hispano-romanos, de los que, al menos cinco de ellos, fueron marcados con un sello legionario de cabeza de águila con el que se enfatizaba la propiedad castrense de la moneda (García-Bellido, 1999: 56; Gil & Villa, 2006).

Por lo demás, los ajuares muestran en el transcurso del siglo I d.C. reveladores paralelos con la evolución de lo registrado en otros establecimientos castrenses como Astorga, León o Rosinos de Vidriales, correspondencia que resulta especialmente significativa en la asociación del numerario con la *terra sigillata*, las paredes finas, el vidrio, las lucernas y las ánforas, cuya concentración en el territorio norteño ha sido interpretada como fenómeno directamente vinculado con la presencia y establecimiento de unidades militares (Carretero, 2000: 829).

Cabe también atribuir a la iniciativa militar la introducción de modelos arquitectónicos en el paisaje urbano del viejo castro con la construcción de edificios de nueva planta, algunos, como la *domus*, de porte monumental y excepcionales en contexto castreño, y otros de menor empaque con perímetro rectangular, esquinas redondeadas y compartimentación interna que encuentran su antecedente y paralelos más próximos en los contubernia campamentales de Monte Curriechos en la Vía Carisa, de la Legio VI y VII en León o de Aqvis Qverqvennis en Bande (Fig. 11). Un modelo reproducido en muchos otros de castros de la comarca como Arancedo, San Chuis o Mohías, donde también fueron descubiertas interesantes piezas de militar, por desgracia hoy perdidas a excepción de una moharra de *pilum*.

La gran casa romana, con una superficie no inferior a los 500 m², se instaló ocupando una parte sustancial del sector septentrional del recinto castreño (Montes et al., 2013). De porte señorial, en su proyecto original respondía a un modelo arcaico de casa con atrio de estilo toscano que, edificada durante la primera mitad de siglo, se reformó en época flavia y se abandonó en el tránsito al siglo II d.C. (Fig. 12). En ella se desarrolló un notable programa ornamental ricamente dotado y con fuertes influencias itálicas tal vez portadas por artistas procedentes del valle del Ebro. El repertorio, técnicas y pigmentos

empleados resaltan la cualificación de sus autores y el elevado poder adquisitivo de su promotor. De esta casa proceden los únicos retratos romanos recuperados en la región. En su vertedero abundan los subproductos metalúrgicos relacionados con la fundición y afinamiento del oro, en especial cerámicas en las que menudean salpicaduras de oro que, en algún caso, perlan amplias superficies.

TRANSFORMACIÓN DEL ESPACIO URBANO

Tras los cambios relacionados con el establecimiento de efectivos militares en el antiguo castro y su probable consolidación como cabecera comarcal, el Chao Samartín adquiere en el siglo II condición de asentamiento abierto en el que las fortificaciones resultan definitivamente amortizadas. Un episodio que coincidió con el abandono de la gran casa romana y el sistemático expolio de los elementos arquitectónicos más llamativos (sillares de granito, columnas, etc.) o funcionales (ladrillos, tuberías o *tegulae*). Las antiguas cabañas, de planta sencilla y recinto único, son sustituidas por edificios complejos y estancias compartimentadas, bien de nueva construcción, bien por agregación de construcciones preexistentes. Con frecuencia se advierte el empleo en estas reformas de mampuestos de cuarcita procedentes del desmantelamiento de la muralla y de raro uso en la arquitectura doméstica tradicional. Muchas de estas viviendas dispusieron de dos alturas conservándose en algunos casos pavimentos y cargas murales decoradas que reproducen de forma rústica los modelos observados en la domus.

Los edificios comunitarios tradicionales, saunas y grandes cabañas, conocerán también su propia transición al nuevo marco ideológico oficial. Mientras la gran cabaña es sustituida por un amplio edificio de planta rectangular y bancos corridos que, a modo de plaza, se abre hacia la puerta del poblado (Fig. 13), la sauna pervivirá, si bien con importantes modificaciones en su estructura y funcionamiento (Fig. 14). En ambos casos, Roma comprendió la utilidad de estos espacios ceremoniales como vertebradores del pensamiento social y la actividad política de las comunidades castreñas. Por esta razón, lejos de promover la destrucción o el remplazo de los viejos blasones prerromanos se propiciará su vigencia aunque reducidos éstos en su significado a espacios de representación más o menos solemnes que vienen a componer un rústico remedo funcional de los *fora* urbanos (Fig. 15). En este escenario, las nuevas elites ejercerán sus jefaturas locales al amparo de la legitimidad que proporcionaban los símbolos seculares del castro, renovados a tal fin como espacios ceremoniales pero vacíos de la significación ideológica que había animado su construcción durante la Edad del Hierro.

CHAO SAMARTÍN: CAPITAL DE LA CIVITAS OCELA

La relevancia secular del Chao Samartín como lugar central se tradujo en época romana en la obtención de un rango administrativo destacado, probablemente como cabecera de

una *civitas*, la entidad administrativa básica establecida por Roma tras la conquista como base de la organización jurídica del correspondiente *conventus*. Su estatus era peregrino y por tanto, estaba concebida fundamentalmente como unidad de tributación sobre un territorio bien delimitado: «*ager per extremitatem mensura comprehensus*» (Orejas, 2005). La *civitas* comprendía a su vez circunscripciones menores, los *castella*, desde los que, al menos durante el primer siglo de la era, se ejercería *manu militari* el sometimiento de la población, el control de los recursos y la recaudación tributaria.

La elección del Chao Samartín como capital de la *civitas*, en cierta forma como prolongación natural de una autoridad ejercida probablemente desde tiempos prehistóricos, brindaba el escenario adecuado para el ejercicio del poder en sus vertientes judicial, fiscal y militar. Por este motivo, cabe defender su identificación como la *civitas Ocelae*, una de las entidades de población destacadas en las fuentes de la época. Tal propuesta tiene su origen en el descubrimiento de un texto inscrito sobre un vaso cerámico en el que se hace referencia a las poblaciones de Ocela y Buroflavia, las dos citadas por Ptolomeo entre las ciudades interiores de los galaicos lucenses (de Francisco & Villa, 2010). De corresponder la segunda al lugar de Burón, en la vecina provincia de Lugo, ambas se emplazarían, a una distancia aproximada de 20 Km, sobre el itinerario que comunicaba la capital de éstos, *Lucus Augusti*, con la de los astures trasmontanos, *Lucus Asturum* (Fig. 16).

La posición favorable del Chao Samartín respecto a itinerarios transitados desde la Prehistoria que seguían plenamente vigentes en época romana permite sospechar funciones asimilables a las propias de una *mansio* o *vicus viarii*, o prestaciones suficientes para contarse entre los *fora* que se desarrollaron en el noroeste peninsular a fines del siglo I d.C. como centros urbanos de vocación preferentemente comercial (Arias, 1992: 64). La configuración de la trama urbana con edificios singulares particularmente aptos para este fin y la aparición de juegos de pesas serían coherentes con tal afirmación (Naveiro, 1991: 173).

Al tiempo, al marcado carácter militar que el poblado adquirió durante el siglo I d.C. cabe sumar otras funciones de naturaleza ritual que se perfilan ya en su ocupación prehistórica. Desde la fundación del complejo ritual de la acrópolis, ordenado en torno a un llamativo cretón cuarcítico, hasta su conversión en espacio funerario durante la Edad Media, todo apunta la relevancia del asentamiento en el ideario de los habitantes del entorno para los que parajes de esta naturaleza conservarían, durante siglos, la condición de hito litúrgico cuyo significado se proyectaba, más allá de lo religioso, sobre actos jurídicos y protocolarios³. La ratificación por parte de la autoridad romana de esta prevalencia ancestral vendría a complementar su condición capital con la de centro

³ Baste recordar el texto que encabeza la inscripción datada en el siglo VIII procedente de Carrio, un pequeño núcleo rural del concejo de Villayón, ribereño también del río Navia: *I(n) petra a q(ua) dieri-bus em(e)re cepi nonia qu(e) neces(s)aria sunt sup(er)...* (En la piedra desde la que un día decidí comprar los derechos necesarios sobre la casa y terrenos ...) (Diego Santos, 1993: 29).

ritual o *conciliabulum*, al modo en que se ha sugerido para la ciudad de Lugo (Arias & Villa, 2005: 3000).

De esta forma, a lo largo del siglo I d.C. se entrevé la agregación en el Chao Samartín de atributos y cometidos que por su condición vertebradora deben interpretarse como rasgos indisociables en la caracterización del antiguo castro prerromano como *caput civitatis* y, en tal condición, receptor de las cargas fiscales establecidas sobre las comunidades adscritas a su territorio. De hecho, la presencia de juegos de pesas y medidas en *singulae civitates*, vienen siendo consideradas instrumento oficial no tanto al servicio de la población como de los recaudadores (Balil, 1984: 181). En este caso, el fraccionamiento y cuidada elaboración de las piezas aquí localizadas sugieren su empleo en la valoración de mercancías suntuarias entre las que podría encontrarse el oro producido en las minas de la comarca. La presencia abundante de instrumental y subproductos metalúrgicos empleados en el tratamiento del oro y la plata prueban la manipulación frecuente de estos metales quizás como fruto de las obligaciones fiscales de la propia *civitas* que sumaría a sus cometidos el de *officinae metallorum*, condición propuesta para establecimientos de rango secundario desde los que se ejercería de forma efectiva el control técnico y supervisión administrativa de las zonas mineras (Sánchez-Palencia *et al.* 2007: 144).

En definitiva, lo que se propone es que el afianzamiento del Chao Samartín como centro destacado en el marco de la administración romana materializó la superposición, física y sociológica, del poder imperial sobre el conglomerado de pactos, creencias y convenciones que articulaban la sociedad indígena. Significó la apropiación del símbolo y de sus atributos convenientemente adaptado a los requerimientos de un gobierno cuyo último objetivo fue la óptima explotación del territorio sometido a su influencia. La conversión de este espacio físico en un espacio jurídico y fiscal, la *civitas*, no resultaría extraña a las comunidades afectadas y justificaría de forma razonable el reconocimiento del viejo poblado castreño como cabecera territorial. Y de semejante voluntad no cabe expresión arqueológica más contundente que la construcción de la *domus*, símbolo inequívoco de estatus y sede distinguida para las relaciones sociales (Fernández Vega, 1999: 455), que levantada en el interior del recinto fortificado, usurpó un espacio principal dentro del castro, sin duda alguna el icono más poderoso y representativo de la sociedad prerromana del NW peninsular.

DESTRUCCIÓN Y ABANDONO

Bajo dominio romano, se altera de manera muy notable la relativa homogeneidad que caracteriza el repertorio de materiales de los poblados castreños durante la Edad del Hierro. A partir del siglo I d.C. se advierte una creciente desigualdad entre yacimientos de tal forma que, mientras en algunos de ellos las aportaciones genuinamente romanas (*terra sigillata*, vidrio, lucernas o numerario) conviven de forma más o menos discreta con ajuares en los que predominan formas, ornamentos y fábrica de inspiración tradicional,

en otros éstos últimos son mayoritariamente sustituidos por equipos y menajes exógenos de carácter suntuario. No en vano, la transformación del espacio urbano en lugares como el Chao Samartín revela, como ya se ha dicho, la consolidación de grupos familiares privilegiados cuya posición preeminente encuentra firme respaldo en la variedad y riqueza de sus ajuares.

La visibilidad de este fenómeno, esquivo para la Arqueología allí donde el abandono del asentamiento se produce de forma paulatina y ordenada, se ve favorecida en este caso al haberse producido en condiciones muy contrarias pues durante las últimas décadas del siglo II d.C. el poblado fue destruido por un fuerte terremoto.

El castro se ubica en una región con actividad sísmica como consecuencia de la falla inversa localizada a una profundidad de unos 15 Km en el área delimitada por las localidades de Triacastela, Berreá y Sarria, en la provincia de Lugo. Los efectos del sismo pueden ser reconocidos sobre la trama edificada especialmente a partir de las grietas, el desplazamiento de paramentos y el colapso masivo de las paredes bajo las cuales fueron sepultados ajuares extraordinarios que reúnen, sólo en algunas casas, centenares de piezas cerámicas. Las particulares condiciones orográficas del lugar amplificaron localmente la violencia de la sacudida produciendo en algunos puntos el cabalgamiento de los estratos geológicos desplazados sobre los fundamentos del muro abatido.

Son abundantes las evidencias que demuestran la reiteración de este fenómeno en épocas anteriores pues se han identificado varios episodios con desplomes masivos de la muralla prerromana así como frecuentes reparación, cierre de vanos o instalación de contrafuertes para corregir o frenar sus efectos. A diferencia de lo que había ocurrido en el pasado, el terremoto del siglo II d.C. se produjo en un momento histórico marcado por la decadencia del hábitat castreño, un tiempo en el que, perdidos los estímulos que habían animado la continuidad del asentamiento, ninguna razón alentaba la reconstrucción del viejo poblado.

EPÍLOGO. LA NECRÓPOLIS MEDIEVAL

Por el momento, el registro arqueológico indica un largo hiato en la utilización del Chao Samartín hasta que a partir del siglo VIII d.C., en tiempos medievales y coincidiendo con los albores de la Monarquía Asturiana, se constata el expolio de las ruinas del poblado castreño en un periodo comprendido entre los siglos VII y IX y el posterior desarrollo de un espacio funerario sobre las ruinas de la *domus* romana. Los enterramientos, con frecuencia señalizados con estelas en pie y cabecera, responden a dos modalidades principales según se depositase el cadáver en tumbas delimitadas por estructuras pétreas o, sencillamente, en fosa. Ambas opciones presentan, a su vez, soluciones diversas según el material o el tipo de mampostería empleado y la naturaleza y número de los restos inhumados que, en conjunto, supera los 60 individuos (Villa *et al.*, 2008).

Las evidencias arqueológicas acotan para el establecimiento de la necrópolis del Chao Samartín un tiempo de reorganización territorial, marcada por la ruralidad y dispersión del hábitat, que habrá de desarrollarse al amparo de nuevos poderes sobre un paisaje en el que las ruinas de los antiguos asentamientos se mantienen aún visibles y, en algunos casos como en el Chao Samartín, con su reconocimiento simbólico altamente operativo. Fue éste un periodo caracterizado por los desplazamientos de población de corto radio promovidos por los monarcas y los monasterios en el que también participaron familias particulares (Calleja, 2005: 193). Si como ocurre en otras zonas de Asturias, los nuevos núcleos de poder comienzan a visibilizarse en torno a las iglesias, emplazándose en las proximidades o sobre las mismas ruinas de asentamientos que de un modo u otro ejercieron históricamente un cierto papel de centralidad respecto a las comunidades de su entorno, nada tiene de particular que el Chao Samartín fuese seleccionado como emplazamiento idóneo para establecer una cabecera local en el incipiente atlas político de la Asturias altomedieval y así parece refrendarlo la intensificación de la actividad constructiva que delata el expolio de las viejas ruinas castreñas a partir del siglo VIII y su consolidación como espacio funerario en los siglos posteriores.

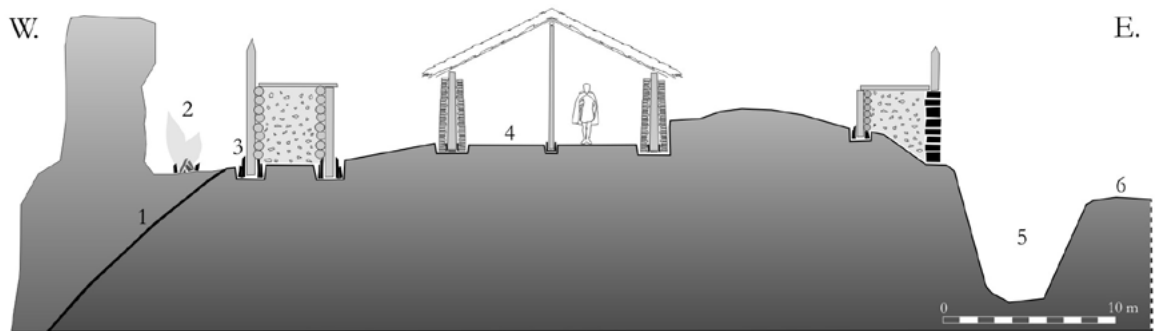




Fig. 5 – Vista aérea del castro con la puerta y vía de ingreso a la acrópolis (izquierda), recinto principal delimitado por la muralla modular (centro) y fosos exteriores (derecha).



Fig. 6 – Sección estratigráfica asociada a la muralla modular en la que, bajo el último derrumbe, se advierten sucesivos colapsos masivos de murallas anteriores, a su vez levantadas sobre un foso amortizado.



Fig. 7 – Panorámica de la muralla modular que se superpone a otra de traza lineal continua.



Fig. 9 – El Castro de San Isidro (San Martín de Oscos). Recinto fortificado de origen probablemente militar, datado en el último cuarto del siglo I d.C.

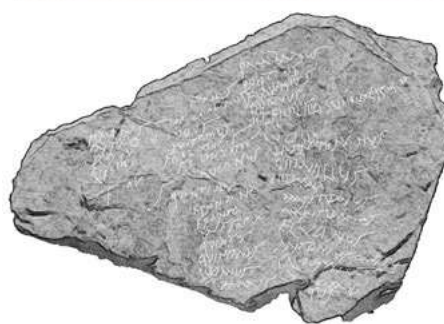


Fig. 8 – Tabula censualis del Monte Castrelo de Pelóu



Fig. 10 – Secuencia estratigráfica de los fosos exteriores. El foso prerromano, tras su parcial relleno, fue reexcavado e integrado en fossa dúplex con una segunda trinchera exterior.



Fig. 11 – Construcciones de factura romana e inspiración militar alineadas contra la muralla.



Fig. 12 – Vista panorámica con la domus en primer plano y el área castréña al fondo.



Fig. 13 – Plaza cubierta que se abre hacia a la puerta del poblado. Se levantó sobre una gran cabaña prerromana de planta elíptica.



Fig. 14 – Vista cenital de la sauna construida durante la Edad del Hierro y reformada en su función y estructura durante el siglo I d.C.

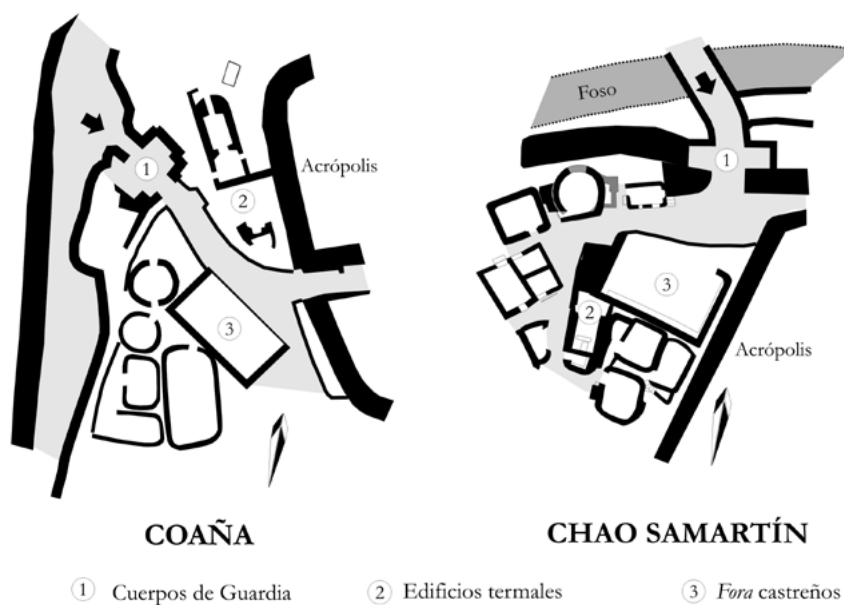


Fig. 15 – Disposición de los espacios de representación que conforman las grandes cabañas y las saunas rituales en el área de ingreso a los castros de Coaña y Chao Samartín.

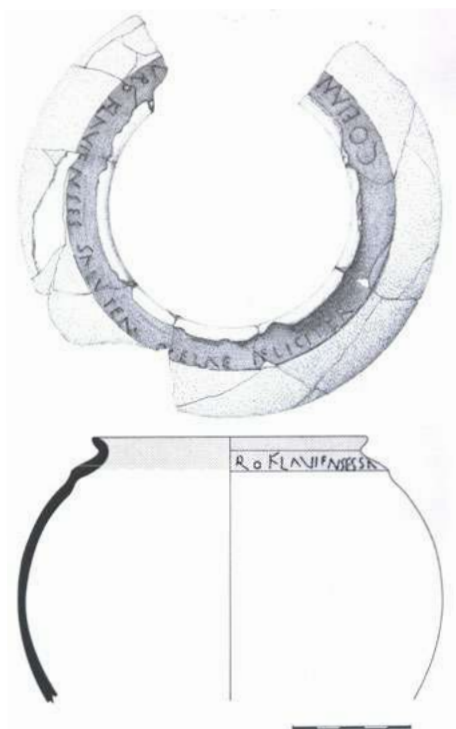


Fig. 16 – Salutatío inscrita sobre un recipiente cerámico en el Chao Samartín (COPIAM [B]VROFLAVIENSES SALVTEM OCELAE FELICITER). En él se mencionan las poblaciones de Ocela y Buroflavia, ambas citadas por Ptolomeo entre los galaicos del interior, identificadas respectivamente con el Chao Samartín y Burón.



Fig. 17 – Los efectos de la actividad sísmica en el Chao Samartín se advierten sobre toda su trama edificada con brechas y deformación de paramentos, línea de fragmentación de mampuestos y cabalgamiento del sustrato rocoso sobre el muro desplazado.



Fig. 18 –Aspecto que presentaba la pared occidental de la plaza en el momento de su excavación.

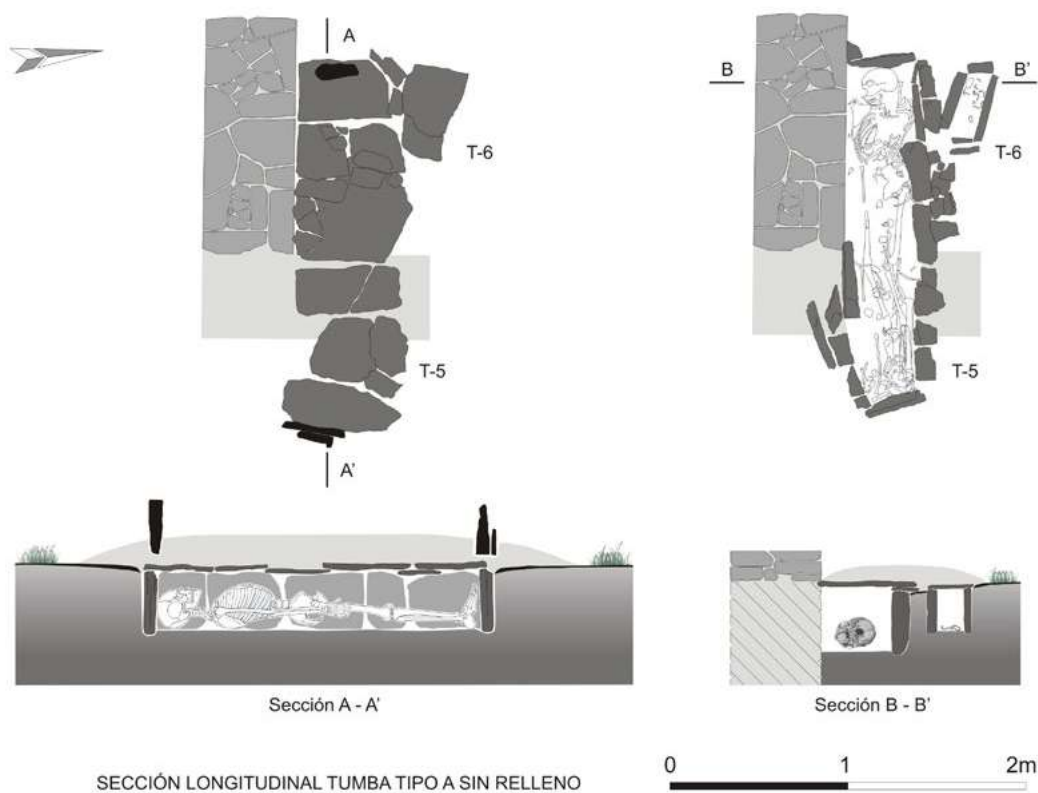


Fig. 19 –Las tumbas de la necrópolis altomedieval del Chao Samartín emplean diferentes modalidades de enterramiento. Entre las delimitadas por losas de pizarra se destacan aquellas que conservan doble esteli-forme en pie y cabecera.

BIBLIOGRAFÍA

- Alfoldy, G. 2001. *El nuevo edicto de Augusto de El Bierzo en Hispania*. In *El bronce de Bembibre. Un edicto del emperador Augusto*. Museo de León. León, Ediciones y Catálogos 11: 17-25.
- Almagro Gorbea, M. e Álvarez Sanchís, J. 1993. La Sauna de Ulaca: Saunas y baños iniciáticos en el mundo céltico. *Cuadernos de Arqueología de la Universidad de Navarra* 1: 177-225.
- Arias Vilas, F. 1992. *A romanización de Galicia*. Vigo: Historia de Galicia 4.
- Arias Vilas, F. e Villa Valdés, A. 2005. *El poblamiento romano en el territorio de los galaicos lucenses*. In C. Fernández Ochoa y P. García Días (Ed. Cient.). *Unidad y diversidad en el Arco Atlántico en época romana*. Oxford, BAR International Series 1371: 297-308.
- Balil Illan, A. 1984. El modio de Ponte Puñide (Gonzar, Pino, Coruña). *Gallaecia* 7-8: 179-186.
- Berrocal Rangel, L. 2004. Las defensas de la comunidad sobre las funciones emblemáticas de las murallas protohistóricas en la Península Ibérica. *Gladius* XXIX: 27-98.
- Blas, M.A. 1992. Nuevos testimonios metalúrgicos de la Edad del Bronce en el centro-occidente de la región cantábrica. *Veleia* 1991-1992: 109-137.
- Berrocal Rangel, L., Martínez, P. e Ruiz, C. 2002. *El Castiellu de Llagú. Un castro astur en los orígenes de Oviedo*. Bibliotheca Archaeologica Hispana 13. Madrid: Real Academia de la Historia.
- Calleja Puerta, M. 2005. *La Asturias medieval*. In F. Frieria y A. Pérez (Coord.). *Historia de Asturias*. Oviedo, 151-341.
- Camino Mayor, J. 2000. Las murallas compartimentadas en los castros de Asturias; bases para un debate. *Archivo Español de Arqueología* 73. Madrid: 27-42.
- Camino Mayor, J. 1995. Excavaciones arqueológicas en castros de la ría de Villaviciosa: apuntes para una sistematización de la Edad del Hierro. *Excavaciones Arqueológicas en Asturias* 3 1991-94. Oviedo, 117-126.
- Carretero Vaquero, S. 2000. *El campamento romano del Ala II Flavia en Rosinos de Vidriales (Zamora): la cerámica*. Zamora: Instituto de Estudios Zamoranos Florián de Ocampo.
- Carrocera Fernández, E. 1990. *La Cultura Castreña en Asturias*. In *Historia de Asturias I: Prehistoria-Historia Antigua*. Oviedo, Ed. Prensa Asturiana: 121-136.
- Diego Santos, F. 1993. *Inscripciones medievales de Asturias*. Oviedo: RIDEA.
- Fernández Ochoa, C. 1982. *Asturias en época romana. Monografías arqueológicas 1*. Departamento de Prehistoria y Arqueología. Universidad Autónoma de Madrid.
- Fernández Ochoa, C. e Morillo Cerdán, Á. 2002. El convento Araugustano y las Aras Sestianas: reflexiones sobre la primera organización administrativa del noroeste hispano. *Latomus*, T 61, Fas. 4: 889-910.
- Fernández Vega, P.A. 1999. *La casa romana*. Madrid.
- Fernández-Posse, M.D. 2002. *Tiempos y espacios en la cultura castreña*. In de Blas, M.A. e Villa, Á. (Ed.). *Los poblados fortificados del noroeste de la Península Ibérica: formación y desarrollo de la cultura castreña : Coloquios de Arqueología en la cuenca del Navia : homenaje al Prof. Dr. José Manuel González y Fernández-Valles*. Navia.
- Francisco Martín, J. e Villa Valdés, A. 2009. *Inscripción censal*. In A. Villa (Ed.). *Catálogo de Chao Samartín*. Consejería de Cultura y Turismo y Asociación de Amigos del Parque Histórico del Navia: 246.
- Francisco Martín, J. de e Villa Valdés, A. 2010. *Salutatio Ocelae*: Un epígrafe sobre vaso cerámico en el castro de Chao Samartín. *Larouco. Revista anual da Antigüedade Galaica*, 5. Grupo arqueológico Larouco & Fundación Aquae Querquennae Via Nova: 61-70.

- García y Bellido, A. 1942. El castro de Pendia. *Archivo Español de Arqueología*, XV, 48: 288-307.
- García-Bellido, A. e García de Diego, M^a. P. 1999. *Los resellos militares en moneda como indicio del movimiento de tropas*. In Centeno & García-Bellido & Mora (Coord.). Rutas, ciudades y moneda en Hispania. Anejos Archivo Español de Arqueología XX (II Encuentro Peninsular de Numismática Antigua, 1998). Madrid: 55-70.
- Gil Sendino, F. e Villa Valdés, A. 2006. *La circulación monetaria en los castros asturianos*. In García-Bellido, M.P. (Coord.). Moneda y ejército en la Hispania altoimperial. Madrid, CSIC: 501-519.
- Madariaga García, B. 2005. Vajilla de vidrio romano en el castro del Chao Samartín (Grandas de Salime, Asturias). In *Unidad y diversidad en el Arco Atlántico en época romana II. Producción, circulación y consumo*, en *British Archaeological Report*. Gijón: 239-244.
- Mangas Manjarrés, J. 2001. *Castellum, gens y civitas en el Edicto de Augusto (15 a.C.)*. In Sánchez-Palencia, F.J. y Mangas, J. (Coord.) El Edicto del Bierzo. Augusto y el noroeste de Hispania, Fundación Las Médulas: 47-62.
- Maya González, J.L. 1988. *La cultura material de los castros asturianos*. Estudios de La Antigüedad 4/5. Publicacions de la Universitat Autònoma de Barcelona.
- Montes López, R. 2013. Intervención arqueológica en el entorno del asentamiento fortificado de El Curucho (Campomanes, Lena). *Excavaciones Arqueológicas en Asturias 7, 2006-2012*: 411-414.
- Montes López, R., Hevia González, S., Villa Valdés, A. e Menéndez Granda, A. 2009. Monte Castrelo de Pelóu (Grandas de Salime). Avances sobre su secuencia estratigráfica e interpretación histórica. *Excavaciones Arqueológicas en Asturias 6, 2003-2006*: 313-322.
- Montes López, R., Villa Valdés, Á., Gago Muñiz, O., Hevia González, S., Menéndez Granda, A. e Madariaga García, B. 2013. Avance sobre la excavación de una *domus* altoimperial en el castro de Chao Samartín (Grandas de Salime). *Excavaciones Arqueológicas en Asturias 7, 2007-2012*: 225-238.
- Naveiro López, J.L. 1991. *El comercio antiguo en el N.W. peninsular*. Monografías urxentes do museo arqueolóxico 5. A Coruña.
- Olmo Enciso, L. e Vigil Escalera, A. 1992. La villa romana y medieval del Torrexón de Veranes. In Fernández Miranda, M. (Ed.). Los orígenes de Gijón. Gijón: 73-87.
- Orejas Saco Del Valle, A. 2005. *El poblamiento romano en los distritos mineros del noroeste*. In Fernández Ochoa, C. e García Díaz, P. (Ed. Cient.). Unidad y diversidad en el Arco Atlántico en época romana. Oxford, BAR International Series 1371: 309-319.
- Perea Caveda, A. e Sánchez-Palencia, F.J. 1995. *Arqueología del oro Astur. Orfebrería y minería*. Oviedo.
- Ruiz-Gálvez Priego, M. 1998. *La Europa atlántica en la Edad del Bronce. Un viaje a las raíces de la Europa occidental*. Madrid.
- Rodríguez del Cueto, F. 2017. *Arquitectura, urbanismo y espacios domésticos en "El Castro", Pendia (Asturias, España). Siglos IV a.C-II d.C.* Oxford, BAR International Series 2847.
- Sánchez Hidalgo, E. 2000. Túmulo I del conjunto tumular de La Xorenga, El Canadeiro (Xestoselo, Grandas de Salime, Asturias). Mundo funerario neolítico en el occidente asturiano. In *Actas del III Congreso de Arqueología Peninsular. Neolitizaçao e megalitismo da Península Ibérica*. Vila Real: 239-254.
- Sánchez Hidalgo, E. e Menéndez Granda, A. 2005. Avance al estudio de la *Terra Sigillata* Sudgálica del castro de Chao Samartín (Grandas de Salime, Asturias) In *Unidad y diversidad en el Arco Atlántico en época romana II. Producción, circulación y consumo*, en *British Archaeological Report*. Gijón: 231-238.
- Sánchez-Palencia, F.J., Fernández-Posse, M.D., Orejas, A., Sastre, I. e Ruiz del Árbol, M. 2007. *Minería romana de oro del noroeste de Hispania*. In Morillo, A. (Ed.). El ejército romano en Hispania. Guía Arqueológica. León: 135-158.

- Silva, A.C.F. 2007. *Pedra Formosa*. Vila Nova de Famalicão.
- Villa Valdés, A. 2000. Saunas castreñas en Asturias. In Fernández Ochoa, C. e Entero, V. (Ed.). II Coloquio Internacional sobre termas romanas en el Occidente del Imperio, Gijón: 97-114.
- VILLA VALDÉS, A. 2004. *Orfebrería y testimonios metalúrgicos en el castro de Chao Samartín, Asturias (España)*. In Perea, A., Montero, I. e García, O. (eds). Tecnología del oro antiguo: Europa y América. Anejos de Archivo Español de Arqueología. Madrid, CSIC: 253-264.
- Villa Valdés, Á. 2007. *El Chao Samartín (Grandas de Salime) y el paisaje fortificado en la Asturias Protohistórica*. In Moret, P. e Berrocal, L. (Coord.). Paisajes fortificados en la Protohistoria de la Península Ibérica. Madrid: 191-212.
- Villa Valdés, A. 2009. A propósito del fenómeno tumular neolítico en Grandas de Salime: la datación carbono 14 del túmulo I del Chao de Cereixeira. *Excavaciones Arqueológicas en Asturias 6, 2003-2006*. Oviedo, Principado de Asturias: 309-312.
- Villa Valdés, A. 2010. El oro en la Asturias antigua: minería y orfebrería en torno al cambio de Era. In Fernández Tresguerres, J.A. (Ed.). *De la piedra al metal*. Oviedo: RIDEA: 83-125.
- Villa Valdés, A. 2012. Santuarios *urbanos* en la Protohistoria cantábrica: algunas consideraciones sobre el significado y función de las saunas castreñas. *Boletín del Real Instituto de Estudios Asturianos 177*: 9-46.
- Villa Valdés, A. e Cabo Pérez, L. 2003. Depósito funerario y recinto fortificado de la Edad del Bronce en el castro del Chao Samartín: argumentos para su datación. *Trabajos de Prehistoria 60-2*: 143-151.
- Villa, A., Francisco, J. de; Alfoldy, G. 2005. Noticia del hallazgo de un epígrafe altoimperial en el lugar de Pelou, Grandas de Salime. *Archivo Español de Arqueología 78, 191-192*: 271-274.
- Villa Valdés, A., Gil Sendino, F. 2006. *Aproximación al modelo de implantación de Roma en Asturias*. In García-Bellido, M.P. (Coord.). Los campamentos romanos en Hispania (27 a.C.-192 d.C.). El abastecimiento de moneda. Anejos de Gladius 9, Vol. II, 2006. Consejo Superior de Investigaciones Científicas. Madrid: 493-500.
- Villa, A., Menéndez, A. e Gil, F. 2006. *Fortificaciones romanas en el castro de Chao Samartín (Grandas de Salime, Asturias)*. In Morillo, Á. (coord.). Actas del II Coloquio de Arqueología Militar Romana en Hispania. Producción y abastecimiento en el ámbito militar. Universidad de León, 581-599.
- Villa Valdés, A., Monte López, R., Hevia González, S., Passalacqua, N.V., Wilson, A.C. e Cabo Pérez, L. 2008. Avance sobre el estudio de la necrópolis medieval del Chao Samartín en Castro (Grandas de Salime, Asturias). *Territorio, sociedad y poder: revista de estudios medievales 3*: 57-84.
- VV.AA. 2009. A. Villa Valdés (Ed.): *Museo Castro de Chao Samartín. Catálogo*. Consejería de Cultura y Turismo del Principado de Asturias y Asociación de Amigos del Parque Histórico del Navia. Oviedo.
- VV.AA. 2014. J. Camino, E. PERALTA & J. Torres (Coor.): *Las guerras Ástur-Cántabras*. Gijón.

CASTRO DO PADRÃO. GÉNESE E DESENVOLVIMENTO NO QUADRO DA OCUPAÇÃO PROTO-HISTÓRICA DO ENTRE OS RIOS LEÇA E AVE

ÁLVARO MOREIRA

Câmara Municipal de Santo Tirso. Divisão de Património e Museus

Investigador do Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória» (CITCEM) | Territories & Landscapes.

RESUMO:

A sequência de desenvolvimento cronológico proposta para o Castro do Padrão, Santo Tirso, decorrente de elementos significativos do registo arqueológico, contrastados com as principais referências crono-estratigráficas das estações nucleares da região, estrutura-se em dez fases, cuja diacronia permite parametrizar uma longa ocupação que tem início no Bronze Médio e se prolonga até meados do séc. XVII, registando um hiato balizado entre o fim da ocupação romana e a Alta Idade Média.

A periodização definida para a ocupação correspondente à *Cultura Castreja*, aqui em análise, enquadra-se nas referências cronológicas balizadas entre as Fase II e a Fase VI - Bronze Final / I Idade do Ferro / II Idade do Ferro -, cujos vestígios de ocupação, subsequentes ao núcleo do Bronze Final, por meados do I^o milénio a.C., evidenciam um desenvolvimento particularmente significativo do povoado, constituindo mais um testemunho da evolução do *habitat* castrejo com afirmação de *facies* regionais.

Linearmente, com a efetiva ocupação romana, concretizada na primeira metade do século I, acompanhando o desenvolvimento de urbanização de *Bracara Augusta*, e a emergência de novos núcleos de povoamento no território denominados singularmente por *villa*, *vicus* e *pagus*, a localização privilegiada do Monte Padrão em relação à via secundária de ligação de *Cale* (Porto) a *Bracara Augusta* (Braga), por intermédio da via oficial de ligação de *Emerita Augusta* (Mérida), na qual entroncava próximo de S. João de Ponte, Guimarães, concomitantemente à disponibilidade de recursos diferenciados no seu território, em particular vinculados à exploração agrícola e pastoril, terá propiciado o seu desenvolvimento como *aglomerado urbano secundário* contrariando, em certa medida, os modelos convencionais de povoamento registados na região, afirmando, de forma forma, a considerável diversidade de tipologias de assentamentos, assim como de soluções adotadas no domínio da arquitetura privada.

ABSTRACT:

The proposed chronological sequence for Castro do Padrão, Santo Tirso, resulting from significant elements from its archaeological record, compared with the main chronostratigraphic references of the main archaeological stations in the region, is structured into ten phases, which diachrony allows parameterizing a long occupation spanning from

Bronze Age to the mid-XVII century, registering a hiatus marked between the end of the Roman occupation and the Early Middle Ages.

The periodization defined for the corresponding occupation of Castros Culture fits into the chronological references marked between Phase II and Phase IV – Late Bronze Age/ Iron Age (I and II) -, which traces of occupation, following the Late Bronze Age core, in the mid-1st millennium BC, show a particularly significant development of the settlement, establishing yet another evidence to the evolution of the Castro habitat with the affirmation of regional facies.

Linearly, with the roman occupation, carried out in the first half of the first century, following the urbanization development of Bracara Augusta, and the occurrence of new settlement centers in the territory, called villa, vicus and pagus, the privileged location of Monte Padrão in relation to the secondary road between Cale (Porto) and Bracara Augusta (Braga), through the official road between Emerita Augusta (Mérida), which intersected near S. João de Ponte, Guimarães, alongside with the availability of differentiated resources in its territory, in particular linked to agricultural and pastoral exploitation, must have been determinant to its development as a secondary urban agglomeration, somewhat contradicting the conventional population models registered in the region, affirming, in a way, the diversity of settlement typologies, as well as adopted solutions in the field of private architecture.

ENQUADRAMENTO HISTORIOGRÁFICO

O Monte Padrão constitui atualmente uma referência incontornável no panorama da Arqueologia do Norte de Portugal, cujo interesse científico tem vindo progressivamente a ser evidenciado pelos resultados das intervenções arqueológicas desenvolvidas nas duas últimas décadas, como reflete a extensa bibliografia publicada sobre o imóvel¹, na sequência de um trabalho de investigação sistemático², que teve início na década de 1990, momento a partir do qual a Câmara Municipal de Santo Tirso, através do Gabinete de Arqueologia, assumiu o projeto de estudo, salvaguarda e valorização do imóvel³.

O Castro do Padrão encontra-se classificado como Monumento Nacional e está dotado de uma Zona Especial de Proteção, criada em 2011⁴.

A historiografia do imóvel evidencia o local como um espaço de grande relevância

1 COSTA 1706-08, 366; SARMENTO 1883/1884; 1933, 165, 168; 1970, 48-52; FORTES 1899, 7-28; FERREIRA 1907, 285; 1923, 47; AZEVEDO 1939, 101-102; SANTARÉM 1951, 49-66; 1955, 397-429; 1956, 63-64; 1977, 161-170; TEIXEIRA; MEDEIROS; ASSUNÇÃO 1965, 46; ALMEIDA 1969, 31-32; 1973, 209; 1978, 29; TORRES 1978-1979, 15-250; SOEIRO 1980, 237-243; SILVA 1980, 79-90; 1986, 83, n.º 355; CRUZ 1982, 3, nota 2; MARTINS 1985, 217-230; CENTENO 1987, 34-41, 111; ALARCÃO 1988, 19, n.º 1/350; MOREIRA 1991b, 69-76 = 2000, 323-328; 1992, 34-47; 1992a, 15-33; 1992a; 1997a, 14-82; 1997b, 141-142; 1998; 2011, 509-537; 2007, 34-41; 2010; 2013a, 79-113; 2013b, 155-189; 2013c, 7-35; 2013d, 9-130; 2014; 2016; QUEIROGA 1992, 168, n.º 240; ALMEIDA 1992, s/p; P.M.H. - Doc. n.º 14 (907), 16 (908), 65 (979), 126 (979), 151 (986), 158 (990), 382 (1052), 413 (1059), 603 (1076), 616 (1083), 729 (1089).

2 O projeto de investigação que norteia a intervenção arqueológica que temos vindo a desenvolver no Monte Padrão - Projeto de estudo, valorização e dinamização do Monte Padrão e Estação Arqueológica do Monte dos Saltos -, consiste numa abordagem de âmbito geográfico circunscrito, cujo enfoque ao nível da escavação consiste num estudo monográfico enquadrado regionalmente. Em termos de contextualização o espaço em análise encontra-se balizado a norte pelo rio Ave, a sul pelo rio Leça e pela costa atlântica a oeste, compreendendo uma área geográfica de aproximadamente 390 km² que abrange parcialmente os concelhos de Santo Tirso, Trofa, Vila do Conde, Matosinhos, Maia e Valongo. Este território configura uma ancestral unidade geo-histórica, cujas características geomorfológicas propiciaram, desde tempos remotos, o desenvolvimento de uma intensa atividade agropecuária e marítima que, até há relativamente pouco tempo, lhe conferiu um facies rural, cujos atributos têm vindo a alterar-se desde o incremento do processo de industrialização, desenvolvido na região a partir de meados do séc. XIX. A área regista abundantes vestígios relativos à Pré-história Recente, designadamente associados à cultura megálítica, assim como com período Calcolítico e Idade do Bronze, manifestando-se na Idade do Ferro como um espaço particularmente dinâmico e de elevada densidade populacional, que conheceu, em época romana, um significativo desenvolvimento.

3 O castro localiza-se na freguesia de Monte Córdova, concelho de Santo Tirso, distrito do Porto, a poucos quilómetros a sudeste da sede do concelho. O seu topónimo ficou a dever-se ao achado de um remate de cruzeiro de dupla face recolhido na acrópole do povoado que, no segundo quartel do sec. XVIII, deu origem à edificação da capela do Senhor do Padrão.

4 O imóvel foi inicialmente classificado com a designação de Castro de Monte Córdova (Decreto de 16 de junho de 1910 / Diário de Governo, n.º 136, de 23 de junho de 1910), tendo sido retificada a sua denominação para Castro do Padrão em 1951 (Decreto n.º 38491 / Diário de Governo, n.º 230, de 6 de novembro de 1951 – Dec. Lei n.º 38.491, art.º 3). A Portaria n.º 372 de 2011, publicada no DR IIª Série n.º 35 de 18 de fevereiro de 2011, fixou uma Zona Especial de Proteção – (...) É fixada a zona especial de proteção (ZEP) do Castro do Monte Padrão, sito na freguesia de Monte Córdova, concelho de Santo Tirso, distrito do Porto, classificado como monumento nacional por decreto de 16 de Junho, publicado no Diário de Governo, n.º 136, de 23 de Junho de 1910, com a alteração de denominação concretizada pelo Decreto n.º 38 491, publicado no Diário do Governo, n.º 230, de 6 de Novembro de 1951, de acordo com a delimitação constante da planta anexa à presente portaria, da qual faz parte integrante (...).

histórica e patrimonial, amplamente documentado desde finais do séc. XVI, nomeadamente na bibliografia de hagiógrafos, cronistas, corógrafos e viajantes, relacionando-o com a figura egrégia de S. Rosendo e o mosteiro de Monte Córdova, fundado no séc. X. A partir do início do séc. XX, com a classificação da estação arqueológica, teve início a história do imóvel enquanto monumento arqueológico.

CONTEXTO GEOGRÁFICO

Do ponto de vista geográfico, o território em que se integra o Castro do Padrão ocupa um lugar de transição entre a fachada atlântica, composto pela várzea marítima e o interior mais acidentado e montanhoso, que conhece na Serra de Monte Córdova o seu primeiro registo orográfico digno de nota. Esta localização privilegiada influenciou a sua geografia física e humana, quer devido às condições naturais decorrentes da sua localização, quer pela dinâmica social registada ao longo dos tempos, derivada de frequentes contactos comerciais e interculturais documentados desde épocas remotas, favorecidos por uma rede de vias naturais de comunicação de natureza cruciforme, criada pela proximidade do mar e os principais rios da região, circunstância que constituiu um elemento matricial na definição da sua identidade histórica. A ocupação humana e as atividades artesanais conferiram à região uma personalidade particular, cujo *facies* rural, apesar de profundamente alterado pelo processo de industrialização, operado na região a partir de meados do séc. XIX, preserva ainda parcialmente a sua paisagem.

O estudo e a contextualização dos inúmeros vestígios das comunidades humanas radicadas na região permitem perceber as suas origens a partir de contextos da pré-história, possibilitando perceber, pelo resultado das investigações, o enquadramento de formação e desenvolvimento dos seus polos de povoamento na proto-história e época romana numa referência macro espacial, cuja contextualização, em primeira análise, dever-se-á concretizar na área meridional do Norte de Portugal e, em termos mais abrangentes, no Noroeste Peninsular.

O Monte Padrão ocupa um esporão rochoso que corresponde a um dos relevos mais significativos da vertente oeste da Serra de Monte Córdova, implantado no limite de duas bacias hidrográficas, integrando a face norte a rede de drenagem do rio Ave e, a face sul, a do rio Leça. A sua inserção, de grande protagonismo na paisagem, revela uma posição de destaque na região, permitindo um amplo controlo dos principais eixos naturais de circulação paralelos à faixa costeira.

Topograficamente, caracteriza-se pela existência de uma plataforma superior de planta oval, relativamente plana e extensa, que, *grosso modo*, corresponde à área definida pela primeira muralha do povoado. A acrópole desenvolve-se no sentido norte/sul com cerca de 180 m de comprimento e no sentido leste/oeste com cerca de 100 m,

perfazendo uma área de aproximadamente 17.000 m². A topografia proporciona boas condições naturais de defesa ao povoado. As faces norte, sul e oeste possuem vertentes com pendor acentuado, apresentando-se a encosta leste mais suave e curta, configurando uma zona de ligação ao interior do maciço montanhoso.

A área geográfica em que o povoado se insere corresponde à zona climática designada por Terra Temperada/Quente Atlântica. Esta compreende o tramo superior do rio Leça e parte da vertente oeste de Monte Córdova, que se caracteriza pela marcada influência atlântica, registando uma significativa amplitude térmica anual. Os valores médios observados são: 14º C de temperatura média anual; 16º C de temperatura média do mês mais quente e precipitação média anual na ordem dos 1200 a 1600 mm por m².

A área geográfica do concelho de Santo Tirso está inserida na unidade morfo-estrutural denominada por Maciço Antigo, caracterizada por abatimentos e levantamentos de grandes massas rochosas resultantes dos impulsos tectónicos, que originaram relevos íngremes e vales largos. O território enquadra-se no Maciço Hespérico e, como resultado da história tectónica da região, as orlas de metamorfismo e as rochas graníticas surgem na carta geológica como as duas maiores unidades litológicas presentes no concelho (LOPES 2011,57-58). O substrato geológico da área de implantação do castro corresponde à grande mancha de granito da face oriental do concelho, identificando-se a variedade porfiroide como predominante.

Na envolvente do povoado existem terrenos de elevada aptidão agrícola ao longo das margens do rio Leça, em faixas estreitas e descontínuas, que confrontam com terrenos de aptidão agrícola moderada que ocupam praticamente toda a área da depressão do planalto de Monte Córdova, cujo recorte estrutura a rede de drenagem do tramo superior do rio Leça. Ao longo dos tempos, a atividade humana na área envolvente do povoado, a ritmos diferenciados, através da prática intensiva da agricultura, da pastorícia e da silvicultura, tem intervindo profundamente na composição dos solos, na topografia e no coberto florestal. Entre os principais fatores de transformação da paisagem destaca-se a construção de socalcos, operados em toda a região em zonas com declives superiores a 4-5 %, com vista ao aumento da espessura e nivelamento dos solos, de forma a permitir uma utilização intensiva da terra através da prática de métodos de rega tradicionais e evitar a erosão. Este processo, que alterou significativamente a topografia original de toda a região, foi potencialmente incrementado com a introdução da cultura do milho e da batata, nomeadamente a partir do momento em que estes produtos passaram a constituir a base da alimentação da população.

É, ainda, de referenciar a ampla gama de recursos minerais disponíveis na região, alguns deles significativamente explorados no séc. XIX, ainda que de forma rudimentar. Entre os minerais mais representativos encontra-se o ferro, amplamente distribuído por todo o concelho de Santo Tirso, e o estanho com maior incidência na área da sede do concelho e Santa Cristina do Couto. São também significativas as numerosas

referências a jazidas de ouro e prata na região de Água Longa e Covelas onde existem vestígios de explorações antigas⁵.

ENQUADRAMENTO CRONOLÓGICO

As referências da cultura material e as sequências estratigráficas identificadas no Monte Padrão documentam uma longa ocupação que tem início no Bronze Médio com desenvolvimento até ao 2º quartel do séc. XVII, registando-se um hiato na ocupação entre o fim da ocupação romana e a Alta Idade Média.

Os dados atualmente disponíveis permitem precisar as propostas anteriormente formuladas e esboçar uma periodização balizada em dez fases que parametrizam os principais momentos de ocupação do povoado. Na abordagem da ocupação proto-histórica entre Leça e Ave consideramos seis fases (Fase I-VI) que antecedem a ocupação romana efetiva do povoado, momento a que se assiste à profunda transformação do seu habitat e à reestruturação do povoamento da região envolvente⁶.

Fase I|1250 a.C.(BM) - À luz dos atuais conhecimentos, o povoado regista a sua primeira ocupação efetiva no decurso do Bronze Médio. Os materiais arqueológicos conhecidos relativos a este período resultaram de uma intervenção realizada na face nordeste da plataforma superior, na qual se identificou uma fossa detritica e estratos arqueológicos onde foram recolhidos cerca de mil e quinhentos fragmentos com – (...) ... *uma certa*

5 O panorama geral da distribuição dos recursos minerais é fornecido pela documentação decorrente da implementação do Decreto n.º 188 de 22 de agosto de 1862, que instou ao “Registo de Descobrimento de Minas” perante a Câmara Municipal, seguida da Portaria de 25 de julho de 1863 e, posteriormente, pela Portaria de 2 de abril de 1868, a partir do qual se desenha a localização dos principais jazidas (MOREIRA 2014, 30-32).

6 Genericamente coincidentes com os parâmetros cronológicos por nós indicados para o horizonte castrejo da área meridional do Noroeste Português que, *grosso modo*, define três grandes momentos, considerando a evolução cultural castreja como um processo de longa duração, iniciado nos finais da Idade do Bronze, segundo os mais recentes dados (SILVA; GOMES 1992; SILVA; RAPOSO; SILVA 1993; SILVA; MOREIRA 2010, 89-124), cuja sequência de desenvolvimento cronológico proposta, decorre de elementos significativos do registo arqueológico das estações nucleares da região – Citânia de Sanfins (Paços de Ferreira), Monte Padrão (Santo Tirso), Castro de Alvarelhos (Trofa), e Monte Castelo (Guifões, Matosinhos) – que, globalmente, integram o último quartel do II milénio a.C. até ao advento da romanização, definido pelo reinado de Augusto (MOREIRA; SILVA 2010, 125-198).

I Fase - Período balizado entre 1250 e 500 a.C., que respeita à fase de formação ocorrida em contexto atlântico no âmbito de relações continentais e mediterrânicas, correspondendo a sua primeira parte ao final da Idade do Bronze (1250-750 a.C.) e a segunda parte (750-500/450 a.C.) à I Idade do Ferro, com registo de assinaláveis relações meridionais.

II Fase - Período de afirmação da originalidade da cultura castreja, com parâmetros cronológicos definidos entre meados do I milénio a.C. e cerca de 200 a.C., na primeira parte, que se caracteriza pela assimilação de estímulos continentais, de teor post-hallstáticas, de migrações internas peninsulares e de intercâmbios com o Mediterrâneo, nomeadamente, através do comércio púnico, e o seu desenvolvimento posterior, já sob os auspícios das primeiras importações itálicas, que anunciam próximos contactos diretos entre romanos e indígenas, correspondendo à 1ª fase da II Idade do Ferro.

III Fase - Etapa final, que se desenvolve no quadro da romanização, com início na sequência da campanha militar de Decimus Iunius Brutus (138-136 a.C.), e ter-se-á prolongado até ao reinado Augusto (29 a.C. - 14), com referência à reforma administrativa promovida por este imperador, correspondendo à 2ª fase da II Idade do Ferro.

homogeneidade cultural (...) –, que a responsável científica da escavação datou genericamente do Bronze Final. Contudo, a presença de um significativo número de fragmentos com decoração excisa e tipo boquique (Cogotas I)⁷, cujos paralelos regionais sugerem uma datação balizada entre o final do Bronze Médio e o Bronze Final pleno, permite admitir a possibilidade de a primeira ocupação do castro datar efetivamente deste período, facto que futuras intervenções com o recurso a métodos de datação absoluta poderão confirmar. A ergologia cerâmica faz-se acompanhar de um considerável acervo de objetos líticos relacionados com as atividades domésticas, identificando-se, entre outros, mós de naveta e um diversificado reportório de instrumentos em pedra polida (machados, goivas, cinzéis, etc.), pesos (cerâmicos e líticos) e utensilagem diversa em sílex (lâminas de dorso preparado, raspadores, etc.)⁸.

Como testemunho da intensa ocupação da área envolvente, eventualmente conotado com a ocupação identificada no Monte Padrão, merece referência a ocorrência de um machado plano, datado do Bronze Inicial⁹, identificado como procedente de Monte Córdova (CARDOZO 1930, 61; MONTEAGUDO 1977, 31; JORGE 1986, 867; REY 1998, 89, n.º 102; MOREIRA 2013, 46; 2014, 170).

Fase II / III / IV - 1250 a.C. | 1000 / 900 a.C. (BF / 1ª Fase) / 1000 a.C. / 900 a.C. | 700 a.C. (BF / 2ª Fase) / 700 a.C. | 500 / 450 a.C. (1ª IF) - Apesar de terem sido recolhidos materiais relativos à etapa do Bronze Final em praticamente todas as intervenções realizadas na plataforma superior do castro, não foi ainda identificada qualquer estrutura habitacional ou defensiva diretamente relacionada com este período. Contudo, a dispersão e a densidade da ocorrência de materiais permitem, com alguma segurança, admitir que o povoado teria uma dimensão significativa, cuja ocupação se desenvolveria em toda a face leste da acrópole¹⁰. Do ponto de vista estratigráfico encontra-se documentada na face nordeste da plataforma superior, cujo espólio compreende taças de fundo umbilicado¹¹, vasos troncocónicos, potes e cerâmicas decoradas, tipo «Baiões» e também um amplo

7 As referências a achados cerâmicos morfologicamente enquadráveis no tipo Cogotas I são relativamente escassas no Noroeste Português. São conhecidos exemplares provenientes do povoado da Bouça do Frade, Baião (JORGE 1988, 70-71, fi g. 37, n.º 102), uma taça da necrópole do Tapado da Caldeira, Baião (JORGE 1980, 36-44), um fragmento decorado com incrustação de pasta branca proveniente do Monte da Ínsua, S. João da Ponte, Guimarães (JORGE 1988, 71), um fragmento proveniente do povoado da Sola, Braga (BETTENCOURT 1991-92, 108-109, est. IX, s/n.º) e vários exemplares provenientes do povoado de Lavra, Marco de Canaveses (SANCHES 1988, 129, fi g. 3-4). Os materiais provenientes do Monte Padrão encontram-se significativamente representados (MARTINS 1985, est. V, n.º 3-7; MOREIRA 1995, 13, est. I-II, n.º 3-4; 2007, 59-60).

8 Para uma caracterização dos materiais enquadráveis na fase em apreço veja-se MOREIRA 2010, 1003-1010, Est. CCXXIV-CCXXXVIII.

9 Machado plano de recorte trapezoidal e faces laterais retas, levemente repuxadas no remate inferior. Gume curvo de secção triangular. Talão truncado de secção retangular. Tipo Monteagudo IB, Tafel 3, 66, datado genericamente da segunda metade do terceiro milénio a.C. [2500-200 a.C.] (MOREIRA 2014, 170).

10 A intervenção arqueológica levada a efeito por Manuela Martins, em 1985. Consistiu na execução de quatro sondagens, das quais merecem particular relevo as implantadas entre o muro leste da Domus Norte e a muralha (MARTINS 1985, 217-230).

11 MOREIRA 1991a, 14, est. VI, n.º 3 - Corte D (05) K 29.

reportório de materiais líticos – mós de naveta, machados polidos, pesos cerâmicos e líticos¹² e diversos tipos de instrumentos em sílex¹³ e quartzo.

O instrumental metálico é escasso e pouco representativo apesar de se documentar indiretamente a sua transformação, designadamente através de pingos de fundição e moldes de fundição¹⁴.

Apesar de na área geográfica do concelho de Santo Tirso apenas se registar ocupação efetiva relativa a este período no Castro do Padrão, este momento encontra-se amplamente documentado na região, contextualizando-o numa realidade complexa que manifesta alta densidade de povoados com características de implantação muito heterogéneas, reforçada por um elevado número de vestígios dispersos, eventualmente conotados com outros assentamentos ainda não identificados, que permitem uma visão mais abrangente do quadro de povoamento. No âmbito geográfico definido pelos rios Leça e Ave, regista-se ocupação no Castro de Alvarelos (Trofa), no povoado do Corgo (Azurara, Vila do Conde), no povoado de Santa Cruz (Maia), e no povoado Bouça da Cova da Moura, Ardegães (Maia). Este último compreende uma realidade arqueológica mais complexa que integra um núcleo de arte rupestre, do qual o painel mais conhecido é a “Pedra de Ardegães”¹⁵. A referência a contextos funerários claros identifica-se apenas em Santo Tirso, no lugar do Corvilho, cujo espólio é constituído por seis vasos troncocónicos e um bracelete de bronze (SANTARÉM 1956a, 169-171; SANCHES 1981, 97; 182, 56-61; PERÉZ 1997, 5-11, est. I, n.º 2; MOREIRA 2007, 40, 53-54; 2013d, 49-50; 2014, 82-85, 2016, 33-35, 166). Embora com contexto menos preciso, documenta-se ainda uma referência a ocorrências de vasos de bordo horizontal, atualmente em depósito no MNA¹⁶, facto que permite aventar a hipótese de

12 Este tipo de pesos em quartzito ou arenito, de formato oval e secção plano-convexa, com entalhes laterais de perfil ovalado, são relativamente abundantes e foram inicialmente interpretados como indicadores da atividade piscícola (LANHAS; BRANDÃO 1971, 581-589), sendo atualmente admitidas funções mais amplas, designadamente relacionadas com a atividade de tecelagem (CANO PAN 1988, 245-258; MOREIRA 2016, 145).

13 Apresenta-se geralmente compacto, de cor cinzenta, negra, bege e creme. Ocorre sob a forma de lâminas, raspadores, micrólitos e também em nódulos (flint), geralmente com a superfície exterior que o rodeia carbonatada (córTEX), podendo apresentar impurezas como argilas, carbonato, silte, pirita e matéria orgânica. Apesar do sílex ser uma matéria-prima pouco abundante no Noroeste, o expressivo número de artefactos recolhidos na região desde o Neolítico até ao Bronze Final, quer em ambientes habitacionais como funerários, permite admitir que o comércio proveniente de regiões mais meridionais, onde é abundante, deva ter-se mantido de forma regular, em particular na região costeira onde a sua presença é significativamente maior que no interior (MOREIRA 2016, 26).

14 Veja-se em particular o polidor em arenito identificado na área da plataforma intermédia da face sul (MOREIRA 2016, 39).

15 O sítio arqueológico desenvolve-se aproximadamente por 3h. Encontra-se implantado numa vertente de meia encosta, de declive suave, orientada a nascente, cuja hipsometria oscila entre os 101 e os 120 m. O local foi alvo de várias intervenções arqueológicas no passado encontrando-se já amplamente referenciado na bibliografia arqueológica, contudo, recentes descobertas documentam de forma mais precisa este horizonte cronológico-cultural, assim como a dimensão e as características do povoado (JÚNIOR 1940, 357; 1963, 119-120; TWOHIG 1981, 49-55; RIBEIRO 2014, 26-28; BETTENCOURT; ALVES; RIBEIRO; MENEZES 2008, 71-89; COMENDADOR REY; BETTENCOURT 2008, 89-107).

16 Referência à oferta ao então Museu de Etnografia e História do Porto, pelo Reverendo Sousa Maia - (...) ... um fragmento de vaso préhistórico de barro ornamentado, de fundo globuloso, achado em Guidões (Santo Tirso) (...) -, (VASCONCELOS 1913, 152), e, também, a menção à oferta ao MNA, em Lisboa, pelo mesmo abade, de

naquela área ter existido uma provável necrópole, concretamente na vertente este ou sudeste do Monte do Marão (VASCONCELOS 1913a, 152; SOEIRO 1988, 42, 57, Fig. XI, 3-4; SAMPAIO 2014, 215), relacionado com o largo contexto habitacional do Castro de Alvarelos.

Entre outros achados fortuitos vinculados a este momento cronológico, para além do machado de duplo anel proveniente de Palmazão, Guilhabreu, Vila do Conde, relacionado com o Castro de Alvarelos, regista-se o “depósito” identificado no lugar da Abelheira, S. Martinho de Bougado, Trofa, composto por 30 machados de talão de dupla face e duplo anel (LIMA 1940, 199-200, Carta IV; SILVA 1986, Gráfico 4; MOREIRA 2007, 29), o machado de talão de duplo anel proveniente do Chão da Presa, Santo Tirso (MOREIRA 2007, 53, n.º 33; 2014, 171-172; 2016, 38), e o machado de alvado de duplo anel, em depósito no MNA (11039), proveniente de Santo Tirso (CARDOZO 1969, fig. 5; MONTEAGUDO 1977, 245, Tipo 41 C; HARDAKER 1976; COFFYN 1983, 194; 1985, 221, 331, carta 42, est. LV, n.º 4; SILVA 1986, Gráfico 4; MELO; ARAÚJO 2000, 53-56; MOREIRA 2013, 47-48; 2014, 170-171), enquadrado na tipologia de Monteagudo como Tipo 41 C Santo Tirso.

Refira-se, a propósito, que o lugar do Chão da Presa, o lugar do Corvilho e o lugar da Abelheira, localizam-se nas proximidades da área de implantação da necrópole megalítica de Ervosa, revelando uma certa continuidade de sacralização de lugares de forte significação coletiva, salientando o caráter excecional e o valor simbólico destes achados, relacionando-os com um mundo espiritual e religioso, cujas referências geográficas deverão corresponder a locais de particular relevo ritual e de importância primordial para as respetivas comunidades.

Fase V - 500 / 450 a.C. | 200 a.C. (IIª IF/ 1ª Fase)

Segundo a sequência crono-estratigráfica identificada, onde são manifestos vestígios de ocupação permanente nos níveis imediatamente superiores à camada correspondente ao núcleo do Bronze Final, por meados do I milénio a.C., o povoado terá conhecido um particular desenvolvimento, tornando-se em mais um testemunho da evolução do *habitat* castrejo com afirmação de *facies* regionais. Este momento identifica-se através da cultura material, associada às primeiras estruturas habitacionais pétreas intervencionadas na face nordeste da plataforma superior, nomeadamente as construções VI, VII e uma outra estrutura que, eventualmente corresponderá à primeira linha defensiva (MOREIRA 1991, 5, corte estratigráfico Este A-A, camada 4).

As cerâmicas indígenas caracterizam-se por um forte arcaísmo, simplicidade formal e rudimentar técnica de fabrico (MOREIRA 2005, 255-276). Relativamente a esta fase foram intervencionadas duas estruturas habitacionais (VI/VII) e um muro de sustentação de terras, que teria a dupla função de nivelamento da plataforma superior e de constituir a primeira linha defensiva.

fragmentos de mais dois vasos de largo bordo horizontal oriundos do mesmo local (SOEIRO 1988, 42, 57, Fig. XI, 3-4), perfazendo a totalidade do achado três vasos (SAMPAIO 2014, 2015, nota 186-188).

O espólio é composto maioritariamente por cerâmica, objetos líticos e, numa expressão pouco significativa, por instrumentos metálicos, exclusivamente de bronze. As cerâmicas, de uso corrente e de armazenamento, revelam um forte arcaísmo técnico e formal.

Predominam potes e púcaros de perfil em S de fabrico manual. As pastas, relativamente bem depuradas, apresentam elementos não plásticos bem calibrados compostos essencialmente por grãos de quartzo e, em menor quantidade, mica e feldspato. Em termos genéricos, o tratamento das superfícies exteriores revela um acentuado polimento, trazendo à superfície as lâminas de mica que conferem às peças um acentuado brilho e um efeito decorativo inovador, contrastando profundamente com o brunido intenso, de cor negra, brilhante, característico de algumas peças mais cuidadas do Bronze Final. As decorações, pouco frequentes, são constituídas por motivos incisos, organizados em bandas, compondo motivos geométricos padronizados. O reportório das formas é limitado e pouco especializado, sendo, no entanto, de assinalar o aparecimento de panelas com asas interiores cuja peculiaridade as evidencia como uma das formas mais emblemáticas da cerâmica castreja, reconhecendo-se esta fase como de afirmação da sua originalidade, com assimilação de estímulos continentais, de teor celtizante, que, no caso do Castro do Padrão, são patentes na adoção de motivos decorativos estampados com representação de séries de SS, círculos concêntricos e triângulos aplicados em recipientes cerâmicos de modelação manual. O instrumental lítico, muito abundante, é composto por seixos truncados, pesos e mós de naveta.

Fase VI - 200 a.C.| Tibério/Cláudio (II^a IF /2^a Fase)

Esta fase encontra-se balizada pelos primeiros contactos diretos entre romanos e indígenas, que tiveram início com a campanha de *Decimus Iunius Brutus*, e foram seguidos por outros episódios militares que resultaram em amplas movimentações internas e, consequentemente, num contacto mais direto com o mundo castrejo, entre os quais se destacam as campanhas Sertorianas. É, geralmente, identificada como a fase de apogeu da Cultura Castreja, na qual se desenvolve um fenómeno de reorganização do quadro do povoamento, com destaque para o surgimento de grandes povoados dotados de um ordenamento de características proto urbanas e de estruturas defensivas assinaláveis, aos quais, hipoteticamente, corresponderá uma certa preponderância militar e política na sua área de influência direta.

Após as guerras cântabras (27-19 a.C.), fundamentalmente a partir da paz de Augusto e a implementação do modelo administrativo romano na área que mais tarde viria a ser a província da Galécia, documenta-se uma acelerada assimilação cultural. O castro, ainda que presumivelmente não tenha assumido um estatuto de capitalidade, regista nesta fase o seu apogeu, ao qual correspondem a maior parte das estruturas habitacionais identificadas na acrópole, assim como as construções defensivas, que foram alvo de significativos trabalhos de restauro e ampliação neste período, bem como o balneário identificado na face sudeste do povoado. No interior do recinto formado pela primeira

muralha foram intervencionadas oito estruturas de carácter habitacional, identificando-se duas distintas fases construtivas, estrutural e cronologicamente diferenciadas.

Do dispositivo defensivo do povoado apenas se conhece parte da primeira muralha e um pequeno segmento de um pano de reforço que se desenvolve transversalmente à primeira, localizado na face sul da acrópole. Todavia, os taludes e as plataformas existentes, perceptíveis pela análise da topografia, permitem admitir a presença de mais uma linha defensiva, assim como a existência de estruturas complementares de defesa localizadas na face leste do povoado, que corresponde a uma zona de ligação ao interior do planalto onde as condições topográficas impõem maior vulnerabilidade defensiva.

Estruturalmente, a muralha forma um muro contínuo e uniforme, apresentando uma ligeira inclinação para o interior em toda a sua extensão, intencionalmente criada no momento da sua construção para maior solidez.

A estrutura é composta por alvenaria de granito, de apenas uma face, sem travamento. Regista uma técnica construtiva de elevada qualidade, com aparelho poligonal, composto por blocos de pedra irregular de dimensão média, justaposta, com junta seca bem ajustada, apresentando os poucos interstícios existentes preenchidos com pequenos elementos ligeiramente recuados à face. O tratamento da superfície é de pico fino revelando uma estereotomia uniforme. O alicerce assenta sobre o afloramento granítico e ostenta uma superfície muito regular evidenciando uma criteriosa seleção dos elementos construtivos e um trabalho individualizado para cada um deles, de forma a garantir uma integração e ajuste perfeito em todas as faces.

O balneário foi identificado em 2007 na área periférica da plataforma intermédia localizada na face sudoeste do povoado, cujas características topográficas evidenciavam as condições necessárias para a instalação de um equipamento dessa natureza (MOREIRA 2013, 101-127; 2013d, 75-80). Ao significado científico e patrimonial da sua identificação, um dos poucos exemplares descobertos através de escavação planeada, acresce o facto de, aparentemente, o monumento se encontrar bem conservado, como sugere o estado de preservação dos elementos arquitetónicos identificados, a topografia da envolvente e as estratigrafias associadas, perspetivando a sua escavação um importante contributo para o conhecimento da cronologia, arquitetura e dinâmica operacional deste tipo de equipamentos, cuja funcionalidade está hoje perfeitamente atestada como sendo destinados a banhos¹⁷, eventualmente relacionados com a componente religiosa, cuja origem

17 A historiografia arqueológica, a partir da década de 1930, documenta uma significativa diversidade interpretativa para este tipo de monumentos, cuja funcionalidade foi associada a diferentes atividades - cozer pão ou cerâmica, crematórios, de fundição ou mesmo de matadouro -, que foram progressivamente sendo abandonadas em detrimento da interpretação funcional como balneários a partir da década de 1950 (VALVÍS 1955, 432-446; LAMAS 1955, 68-69; ALMEIDA 1974, 149-172; SILVA 1983, 101, 135; 1983-84, 125; 2007a, 66-67; SILVA; MACHADO 2007, 21-30), assinalando-se para o território nacional o contributo muito significativo para a sua interpretação a escavação do balneário de Santa Maria de Galegos, Barcelos, cujo estado de conservação permitiu clarificar muitos dos seus principais aspetos funcionais e construtivos.

remota se associa às “cabanas de sudação”¹⁸ que, pelo aparato construtivo, se destacam das restantes manifestações arquitetónicas que notabilizaram esta cultura na fase do seu apogeu (SILVA 2007a, 14).

O edifício localiza-se no remate da plataforma intermédia da face sudoeste do castro, cuja inserção topográfica configura uma área de transição entre a acrópole e as vertentes inferiores do povoado. A sua implantação concretiza-se numa pequena depressão modelada por um desnível natural recortado em torno de uma nascente, em conformidade com a implantação típica deste tipo de monumentos, geralmente localizados nas zonas baixas dos povoados na proximidade de linhas de água ou de nascentes, em subordinação à necessidade de abastecimento dos banhos de água fria e de produção de vapor, de acordo com a corrente interpretação funcional deste tipo de equipamentos, fundamentada em elementos da arqueologia experimental e referências etno-arqueológicas. A modelação do terreno, cuja topografia evolui a partir da implantação do átrio no sentido nordeste, permite perspetivar a sua instalação parcialmente soterrada, com carácter ctónico, como é característico deste tipo de monumentos, invocando contextos característicos de rituais iniciáticos¹⁹. Esta particularidade, como foi já referido, para além do significado ritual, estará relacionada com aspetos específicos do seu funcionamento, nomeadamente a captação de água e, particularmente, com a manutenção do calor. No Monte Padrão é evidente a adoção desta solução construtiva uma vez que o local de captação de água se localiza a uma cota superior, na face noroeste do átrio, possibilitando a sua condução por efeito gravitacional.

A estrutura do monumento, que se percebe pela configuração do átrio e pelo estudo comparado de exemplares próximos, nomeadamente da Citânia de Sanfins, da Citânia de Briteiros, do Castro das Eiras e de Santa Maria de Galegos, permite admitir o desenvolvimento de uma planta que se integra na tipologia comum dos edifícios conhecidos entre Douro e Minho, correspondendo ao núcleo cultural da área meridional da Cultura Castreja²⁰.

18 A concordância das fontes clássicas com a interpretação funcional dos equipamentos foi já suficientemente referida por outros autores, em particular com a referência de Estrabão - (...) Dizem que alguns povos que habitam junto do rio Douro têm hábitos espartanos: untam-se com óleo duas vezes, tomam banhos de vapor, que fazem com pedras aquecidas pelo fogo e [depois] banhos de água fria (...) (III, 3, 6), (SILVA; MACHADO 2007, 28).

19 Sobre os paralelos proto-históricos e etnológicos europeus veja-se - ALMAGRO GORBEA; ÁLVAREZ SANCHÍS 1993, 192-202.

20 Com a descoberta do balneário do Castro do Padrão, Santo Tirso, passam a ser 16 os monumentos conhecidos na área meridional da cultura castreja - 1. Monte Castro, Sardoura, Castelo de Paiva (PINHO 1947, 50-53; CARDOZO 1949, 487-516; CORTEZ 1948, 269-281; SILVA 1986; 2007, 66, Est. IX; ALMAGRO; ÁLVAREZ 1993, 185, Fig. 3, n.º 7; MACHADO 2005; SILVA; MACHADO 2007, 32-33; 2. Freixo, Marco de Canaveses (SILVA 1986, Est. XXXVIII; 2007, 66, Est. IX; ALMAGRO; ÁLVAREZ SANCHÍS 1993, 185, Fig. 3, n.º 3; DIAS 1997, 33-34; MACHADO 2005; SILVA; MACHADO 2007, 34-35; 3. Castro de Ribalonga, Ribalonga, Alijó (PARENTE 2003; MACHADO 2005; SILVA 2007, 66, Est. IX; SILVA; MACHADO 2007, 36-37; 4. Castro de Vermoim, Vila Nova de Famalicão (SARMENTO 1999 (1880); SILVA 1986; 2007a, 66, Est. IX; MACHADO 2005; SILVA; MACHADO 2007, 38-39; QUEIROGA, DINIS 2008-2009, 139-147; 5. Citânia de Sanfins, Paços de Ferreira (ARGOTE 1734; ALMEIDA 1974, 149-172; SILVA 1986; 2007, 66, Est. IX, XXXIII; ALMAGRO; ÁLVAREZ SANCHÍS 1993,

A proposta interpretativa da composição arquitetónica do monumento, por nós apresentada (MOREIRA 2013, 101-127; 2013c, 7-35; 2014, 69-82), consiste num exercício de interpretação da dinâmica funcional deste tipo de equipamento, cujos fundamentos têm por base as evidências arqueológicas, aspetos de natureza arquitetónica e a análise dos edifícios conhecidos na região, valorizando a possibilidade de existência de um grupo de artífices que poderá ter operado em itinerância, como se depreende da afinidade das soluções construtivas e da gramática decorativa dos conjuntos conhecidos. Assim, assumindo como referência um padrão tipológico regional e a evidência dos elementos escavados, seu dimensionamento e posição relativa, quer ao conjunto edificado, quer ao afloramento rochoso, propõe-se um dimensionamento geral dos espaços. Do ponto de vista planimétrico e altimétrico foram transpostas as proporções conhecidas das diversas câmaras, o que, desde logo, equaciona, ainda que de forma experimental, a tectónica do edifício e dos seus eventuais elementos caracterizantes. O ângulo da cobertura, a estimativa da altura interior e da passagem livre dos portais, toma como referencial de base a proporção das “Pedras Formosas” da região. A geometria estrutural do modelo, enquanto tal, está alicerçada na axialidade, regularidade e na ortogonalidade, referenciando-se uma vez mais aos exemplos similares de proximidade.

Ao nível da construção assumiram-se também os métodos e os materiais utilizados na região. A proporção adotada é adequada e viabiliza a utilização pontual de elementos de cantaria de granito, nomeadamente, nas lajes de cobertura das câmaras, exceção feita ao átrio, e na execução de vãos, ombreiras e padieiras de portais.

Os restantes paramentos, ainda que se conheçam exemplos em que também são assim construídos, foram representados apenas esquematicamente, podendo também ser constituídos por sobreposição simples de blocos graníticos de estereotomia diversa e

185, Fig. 3, n.º 5; MACHADO 2005; SILVA; MACHADO 2007, 39-41; 6. Alto das Eiras, Pousada de Saramagos, Vila Nova de Famalicão (SARMENTO 1999 (1880); ALMAGRO; ÁLVAREZ SANCHÍS 1993, 191, Fig. 5, n.º 13b; DINIS 1993; MACHADO 2005; SILVA; MACHADO 2007, 42-43; DINIS; OLIVEIRA; QUEIROGA; SILVA 2007, 66, Est. IX; DINIS 2008-2009, 139-147; 7. Forno dos Mouros, Monte da Saia, Chavão, Barcelos (SARMENTO 1999 (1880); CARDOZO 1951, 5-28; 1985, 159, n.º 98; BELLIDO 1968, 5-24; ALMEIDA 1996; SILVA 2007, 67-68, Est. IX; ALMAGRO-ÁLVAREZ SANCHÍS 1993, 185, Fig. 4, n.º 3; MACHADO 2005; SILVA; MACHADO 2007, 44-45; 8. Castro de Sabroso, S. Lourenço de Sande, Guimarães (SARMENTO 1906, 41-51; CARDOZO 1960; SILVA 1986; 2007, 66, Est. IX; ALMAGRO-ÁLVAREZ; SANCHÍS 1993, 191, Fig. 5, n.º 17; MACHADO 2005; SILVA; MACHADO 2007, 32-33, 46-47; 9. Citânia de Briteiros (I), S. Salvador de Briteiros, Guimarães (CRAESBEECK 1992, 44-45; ARGOTE 1738; SILVA 1876, 136; HÜBNER 1879, 19; 1880; SARMENTO 1879, 157; VASCONCELOS 1905; CARDOZO 1928, 139-152; 1929; 1932, 87-102; 1935, 150-153; BELLIDO 1968, 16, 44; SILVA 1986; 2007, 66, Est. IX; ALMAGRO; ÁLVAREZ SANCHÍS 1993, 191, Fig. 5, n.º 16; MACHADO 2005; SILVA; MACHADO 2007, 48-49; 10. Citânia de Briteiros (II), S. Salvador de Briteiros, Guimarães (RIBEIRO 1930-1934, 171-175, 205-208; CARDOZO 1932; BELLIDO 1968; SILVA 1986; 2007, 66, Est. IX; ALMAGRO; ÁLVAREZ SANCHÍS 1993, 191, Fig. 5, n.º 16; MACHADO 2005; SILVA; MACHADO 2007, 50-51; 11. Maximinos, Braga (LEMO; LEITE; BETTENCOURT; AZEVEDO 2003, 43-46; SILVA; MACHADO 2007, 52-53; 12. Alto das Quintas; Castro de Calvos, Póvoa de Lanhoso (DINIS 2002, 159-179; MACHADO 2005; SILVA 2007, 66, Est. IX; SILVA; MACHADO 2007, 54-55; 13. Santa Maria de Galegos, Barcelos (ALMAGRO; ÁLVAREZ SANCHÍS 1993, 191, Fig. n.º 11; ALMEIDA 1996; MACHADO 2005; SILVA 2007, 68-69, Est. IX, XXXI; SILVA; MACHADO 2007, 56-57; 14. Castro de Roques, Vila Franca, Viana do Castelo (SILVA; MACIEL 2005, 115-131; MACHADO 2005; SILVA 2007, 66, Est. IX; SILVA; MACHADO 2007, 58-59; 15. Castro das Eiras, Arcos de Valdevez (QUEIROGA 1992; MACHADO 2005; SILVA 2007, Est. IX SILVA; MACHADO 2007, 48-49).

irregular, como sugerem os elementos escavados da parede posterior ao tanque. Quanto à câmara de combustão, tipologicamente caracterizada como circular, encimada por calote esférica, seria mais adequadamente constituída por blocos de média ou pequena dimensão, viabilizando construtivamente a forma pretendida. No átrio, conferida a característica de axialidade e simetria foi proposta a execução de uma cobertura mais ligeira que as anteriores, por força do dimensionamento dos vãos a vencer, constituída por vigas, madres e ripado de madeira, rematadas por colmo ou outra matéria vegetal.

Esta tecnologia, conhecida e corrente, é articulada nos pormenores dos apoios com as soluções de talhe e travamento nas paredes, da cobertura em laje das câmaras e viga central principal. O provável soterramento de todo o conjunto, servindo entre outros, os propósitos de consolidação de toda a estrutura, por compressão, e o de isolamento térmico, devido ao seu uso, far-se-ia na totalidade da construção, com exceção da zona do átrio, cuja previsível estrutura não comporta este acabamento, mantendo também assim possível e desimpedida a entrada.

Os balneários castrejos constituem construções de superior relevância cultural, quer pela sua expressão arquitetónica, quer pelo papel que desempenhavam na estrutura da sociedade castreja.

Estes edifícios, genericamente datados da última fase desta cultura, correspondem a um momento de esplendor social, económico e cultural que se reflete de forma

paradigmática na organização estrutural e arquitetónica dos povoados, designadamente no ordenamento proto urbano que alguns conheceram, no qual se torna patente o propósito de estruturação hierárquica e organização do espaço, na imponência das estruturas defensivas e nas múltiplas expressões artísticas patentes, nomeadamente a escultura e a ourivesaria. A descoberta de mais um exemplar deste tipo de complexo arquitetónico, integrado num núcleo já de si numeroso e significativo, constitui um contributo relevante para a compreensão do horizonte cultural, político e religioso, em que se concretiza o seu auge civilizacional que terá resultado de um processo endógeno, alicerçado num forte desenvolvimento civilizacional e cultural que assimila várias influências, mas cuja identidade e originalidade prevalece e se desenvolve à margem do processo de romanização do território.

A cultura material documentada neste período evidencia um grande desenvolvimento económico e cultural. A cerâmica, praticamente limitada na fase anterior a recipientes de perfil em S, modestamente decorada com motivos incisos, amplia o seu repertório formal registando uma maior adequação funcional, assim como significativos progressos técnicos no processo de fabrico. Generaliza-se a utilização do torno, as pastas são agora mais depuradas e melhor calibradas e os acabamentos mais elaborados. Surgem, pela primeira vez, tons claros de cor bege, rosado e amarelo, resultantes de cozeduras oxidantes. As inovações enriquecem o repertório de formas documentando-se o aparecimento

de talhas, painéis de “asa de orelha”, painéis de asa interior, almofarizes, lucernas, etc. As decorações, mais numerosas e complexas, frequentemente conjugam várias técnicas, sendo mais comuns os motivos impressos e as aplicações plásticas. No plano comercial verifica-se um forte incremento das importações, nomeadamente de ânforas e, no final do séc. I a.C., de vidros e cerâmicas de luxo, concretamente de produções de *terra sigillata* de tipo itálico, *sudgálico* e, mais tarde, de produções hispânicas. O instrumental lítico utilitário reduz-se, sendo, no entanto, de salientar a generalização da utilização do mó circular. Os metais conhecem nesta fase uma ampla difusão e registam importantes melhorias no seu processo de fabrico (MARTINS 1990, 164-65). Apesar do acervo instrumental metálico identificado no Monte do Padrão ser relativamente pobre, merece destaque a significativa abundância de vestígios relacionados com a atividade metalúrgica.

O seu enquadramento regional direto far-se-á no âmbito dos limites geográficos definidos como território do “lugar central” a que corresponde a Citânia de Sanfins, designadamente o espaço que se desenvolve na face oriental do planalto da Serra de Monte Córdova e a Serra da Agrela, integrando uma vasta área definida a oeste pela Serra da Agrela, pelo rio Ave a norte e pelo rio Leça a sul, adstrita à unidade gentílica dos *Fidue-neae*. Esta proposta baseia-se na presunção da existência de uma hierarquia regional do povoamento e, fundamentalmente, em aspetos de carácter sociocultural expressos no domínio religioso, designadamente através do culto de divindades tutelares próprias, fenómeno a partir do qual se tem vindo a identificar os territórios dos *castella*, admitindo uma autonomia relativa destes em relação aos *populi*. Referimo-nos concretamente às epígrafes dedicadas a *Turiaco* provenientes da freguesia de Lamoso, Paços de Ferreira e de Santo Tirso (MOREIRA 1992, 20-21, fot. 4; 2005b, 33; 2007, 22, 28, fot. n.º 1; 2010, 311-313, est. XXVII, 7/ 2013d, 18-100; 2014, 75; 2016, 148), cujo teónimo tem vindo a ser interpretado como uma evocação especial de proteção divina relacionada com as atividades produtivas, a prosperidade e a fecundidade, formando, à maneira indo-europeia, com *Iupiter* e *Cosunea*, divindades amplamente representadas na região, uma tríade, identificada respetivamente com a soberania, a força e a fecundidade (SILVA 1999, 64-65).

Numa perspetiva mais abrangente do contexto geográfico em que se inserem os castros localizados no concelho de Santo Tirso (Monte Padrão, Monte Córdova; Castro de Santa Margarida, S. Tomé de Negrelos e Castro da Torre, Areias) identificam-se testemunhos estratiográficos e arquitetónicos muitos expressivos em quatro estações nucleares do interflúvio Leça/Ave – Monte Padrão, Citânia de Sanfins, Alvarelhos²¹ e Monte

²¹ Nesta fase, o enquadramento arqueológico do Castro de Alvarelhos far-se-á no âmbito dos limites geográficos definidos do território do qual terá constituído o “lugar central”. A unidade gentílica que habitava o castro identifica-se a partir da epígrafe dedicada a *Ladronus Antonius*, pelos *Madequisenses*, habitantes residentes da região e sediados no castro, admitindo-se que este assumiu a designação de *Castellum Madae*. O seu território seria definido transversalmente pela linha de cumeeira da Serra da Agrela, limitando a leste com o território dos *Fidue-neae*, a norte o rio Ave, a sul o rio Leça e a oeste a costa marítima. Esta proposta baseia-se num princípio de estruturação hierárquica do povoamento regional, fundamentada em aspetos de carácter sociocultural que noutras áreas se expressaram no domínio religioso, designadamente no culto de divindades tutelares próprias, a partir das quais se tem vindo a identificar os territórios dos *castella*, presumindo uma

Castêlo²². Estes testemunhos tornar-se-ão num indicador precioso da última fase da cultura castreja, coeva dos primeiros contactos com a civilização romana, cujo início se poderá relacionar com os reflexos da campanha de Décimo Júnio Bruto (138-136 a.C.) que, pelas proporções assumidas, segundo as fontes, e pelos estímulos criados e novas motivações e modelos propostos, terá proporcionado o desenvolvimento de uma nova etapa que, pelas estruturas aparentes, se manifestou como de padronização do habitat castrejo como fruto das novas relações estabelecidas doravante no *processus* da romanização. É, com efeito, a este período que se reporta a generalidade dos conhecimentos vulgarizados sobre a cultura castreja a partir das escavações de grandes estações arqueológicas, como as citânias de Briteiros (Guimarães), Sanfins (Paços de Ferreira), Terroso (Póvoa de Varzim), S. Julião (Vila Verde), Santa Luzia (Viana do Castelo), Âncora (Caminha/Viana do Castelo), Santa Tecla (La Guardia, Espanha) e outras, que se tornaram modelos desta cultura. Por força de estímulos de várias ordens esta região terá assistido a profundas alterações de organização espacial, originando o surto de novas aglomerações proto-urbanas com polarização do conjunto das atividades de ordem defensiva, político-administrativa, económica e religiosa em lugares centrais de territórios demarcados, cujos limites alguns ensaios de modelização pretendem esclarecer²³ (SILVA 1986, 2007; MARTINS 1990; ALARCÃO 1992).

autonomia relativa destes em relação aos populi. Os vestígios estratigráficos e estruturais documentam-se a partir de finais do séc. II a.C. desenvolvendo-se até aos reinados de Tibério/Cláudio, momento a partir do qual se registam as primeiras construções romanas integradas numa reforma planeada que implicou o "sacrifício" de parte das construções indígenas, designadamente no espaço que viria a ser o centro cívico do povoado. As estruturas identificadas correspondem apenas a sete casas e a três estruturas individualizadas de difícil caracterização, cujo estado de conservação em conjugação com as limitadas áreas intervencionadas, não permite conhecer a estrutura do povoado indígena, cuja estratigrafia se limita à última fase de ocupação. A cultura material documentada corresponde ao auge tecnológico cujo desenvolvimento ocorre já na esfera do mundo romano evidenciando um grande desenvolvimento económico e cultural.

22 O Monte Castêlo, implantado na margem esquerda do rio Leça, sobranceiro à área estuarina, terá beneficiado da sua localização estratégica, para assumir um importante papel na dinâmica do comércio regional, correspondendo nesta fase, como se documenta através de cerâmicas campanienses, datáveis do séc. II, e do acervo anfórico (Tipo Mañá C2b/Tipo 7.4.3.2.), a um centro redistribuidor e entreposto comercial em relação aos povoados da sua área de influência, eventualmente com o estatuto de «lugar central», pelo menos de nível intermédio, de outros pequenos povoados existentes nas imediações (CLETO; VARELA 2000, 142-143). Devido a argumentos de natureza epigráfica alguns autores admitem a possibilidade de identificar o mítico rio Lethes, vulgarmente identificado com o rio Lima e perpetuado na historiografia contemporânea pelo episódio ocorrido com as tropas de Décimo Júnio Bruto, com o rio Leça, justificando-se esta incorreção de localização por desconhecimento do terreno de algum autor antigo que o identificou erradamente como Lima (GUERRA 1996, 159). A esta possibilidade poder-se-á, porventura, associar um testemunho epigráfico encontrado em Braga, onde é registado um indivíduo originário de Letiobris, com forma de sufixação assimilável a –briga, que pode perfeitamente enquadrar um grupo de referências onomásticas conhecidas na região, como, por exemplo, Avobriga e Tameobriga, ambos formados a partir de hidrónios, que hoje se identificam, respetivamente, com os rios Ave e Tâmega. Nesta conformidade, se coloca a hipótese de se poder evocar a memória de Letiobris em relação com o nome do rio, levando-nos ao «Monte Castêlo», «o castro do rio do esquecimento», que se encontra implantado na foz do Leça, cujo índice de romanização se encontra amplamente documentado (SILVA; MOREIRA 2010, 96).

23 Segundo Armando Coelho, uma análise feita a partir da Citânia de Sanfins, Paços de Ferreira, em função do meio ambiente e segundo princípios de determinação de hierarquias e zonas de influência dos centros urbanos, ao manifestar uma equidistância da ordem dos 25 km entre Sanfins (Paços de Ferreira) a Briteiros (Guimarães), a Eiras (Vila Nova de Famalicão), a Bagunte (Vila do Conde), a Alvarelhos (Trofa), a Vandoma

O florescimento económico e cultural registado em grande número de povoados ao longo do séc. II a.C. até meados do séc. I da nossa Era terá sido acompanhado por profundas alterações na organização do território, cuja expressão mais significativa se refletiu na emergência de alguns povoados de grandes dimensões, caracterizados estruturalmente por evidenciarem uma organização de natureza proto-urbana, que terão desempenhado funções no domínio político-administrativo, militar, económico e religioso, constituindo-se em lugares centrais providos de uma certa capitalidade a que corresponderiam territórios demarcados nos quais se integravam unidades de povoamento menores, subsidiárias das primeiras, que alguns autores reconhecem como adstritas a grupos étnicos, alguns dos quais identificados com unidades suprafamiliares, designadas singularmente por *castellum* (SILVA 1995, 517). Este fenómeno, que conta com numerosas expressões paralelas por toda a Europa, ter-se-á tratado, na prática, de um processo de crescimento e assentamento em lugares altamente estratégicos cumprindo a função de principados centralizados, liderados por chefes guerreiros cuja tutela ficou imortalizada na estatuária.

Da sua identificação e delimitação dos respetivos territórios resultaram um conjunto significativo de ensaios de modelação e hierarquização do povoamento (SILVA 1986, 1995, 505-546; MARTINS 1990; ALARCÃO 1987, 35-72; 1992, 62-66; DINIS 1993; LEMOS 1993; ALMEIDA 1996; TRANOY 1981, 72). Se a constatação da emergência de grandes castros ou a transformação de alguns povoados menores, que registaram um crescimento assinalável e remodelações de grande expressão ao nível das estruturas defensivas e habitacionais, acompanhadas por significativas evoluções técnicas parece ser consensual, identificar os motivos subjacentes ao processo e nomear os assentamentos que terão desempenhado funções de capitalidade enquanto lugares centrais é consideravelmente mais problemático. O fenómeno tem sido interpretado por alguns autores como uma resposta à presença militar romana (SILVA 1995, 517) correspondendo, portanto, a uma necessidade de organizar a defesa, da qual resultaria a integração política dos povoados de menores dimensões tendo como principal consequência a emergência de uma "consciência étnica" (ALARCÃO 1992, 59). Neste sentido, segundo Armando Coelho – (...) *Ter-se-á tratado, na prática, de um processo de agrupamento em lugares altamente estratégicos de unidades castrejas menores...* (...) (SILVA 1986, 43)²⁴ que possibilitassem uma grande concentração demográfica como sugeriu Brochado de Almeida – (...) *... assistiu-se à "fundação de vastas aglomerações, situadas em zonas de planalto, providas de sistemas defensivos eficazes e internamente munidas de planos de urbanização, a que normalmente se dá o*

(Paredes), e a Mozinho (Penafiel), correspondente a uma jornada, sugere a ponderação desta medida como um dos princípios de ordenamento regional dos povoados castrejos segundo uma certa estruturação do território, na qual estes grandes povoados poderão ter desempenhado, nesta fase proto-urbana, o papel de lugares centrais em posição de metrópoles de territórios demarcados, adstritos a grupos étnicos, como os dos Madequisenses (Alvarelhos), dos Calaicos (Porto/Vandoma) e dos Danaicos?/Anaicos (Mozinho), pertencentes à zona meridional dos Brácaros, situáveis entre Lima e Douro.

24 Armando Coelho sugere que será neste contexto que se compreendem as mudanças de hegemonia verificadas na fase anterior, como a presumível transição de Cale para o Castro da Vandoma, Paredes, do Castro do Padrão, Santo Tirso, para a Citânia de Sanfins, Paços de Ferreira, entre outros (SILVA 1995, 524).

nome de proto-urbanização. (...) (ALMEIDA 1996, 168). Assim, parece claro que para alguns autores a razão subjacente à transformação do povoamento e o surgimento dos grandes castros, registada a partir do séc. II a.C., terá tido como origem motivações de carácter militar, valorizando-se as consequências do crescente contacto com o mundo romano como principal contributo para a adoção de novos modelos no domínio do planeamento e organização interna dos povoados, designadamente a adoção de uma estrutura hipodâmica nas acrópoles dos assentamentos.

Outra perspetiva de análise valoriza as transformações decorrentes da reorganização dos povoados como resultado de um processo endógeno, resultante da maturação da estrutura socioeconómica, potencialmente reveladora da existência de uma hierarquia entre os povoados, desenvolvida em contextos culturais em que prevalece a componente cultural indígena e não como resultado de um processo decorrente da sua inserção na órbita do mundo romano ou como resposta a uma ameaça militar (MARTINS 1990, 115). Independentemente dos fatores que estiveram na génese da emergência dos lugares centrais - processo endógeno de maturação civilizacional versus reação militar ao invasor -, o facto é que alguns castros se desenvolveram mais que outros tendo, eventualmente, integrado os castros mais pequenos nos seus territórios que dominaram política e economicamente, tornando-se pequenas capitais, acompanhando um fenómeno mais vasto, comum a toda a Europa Central e Ocidental, desenvolvido ao longo da II Idade do Ferro (Hallstatt D e de La Tène) (ALARCÃO 1987, 39). Entre as principais funções que terão desempenhado contam-se as de natureza política, económica e religiosa, tendo-se constituído como motores do ordenamento do espaço regional, como referiu Jorge Alarcão – (...) ... *o lugar era a residência de um príncipe ou de uma oligarquia capaz de hierarquizar a sociedade, ordenar a atividade económica e retirar dela, por meio de tributos, ou mesmo por uma exploração direta, os benefícios que constituíam o fundamento do prestígio e da importância social (...).* Este processo, que regista um crescimento sem precedentes no Noroeste Peninsular, e se materializa numa arquitetura de pedra de grande monumentalidade, reflete uma certa homogeneidade cultural, apesar de não constituir um fenómeno evolutivo único. Efetivamente, a rápida pacificação da área meridional do Noroeste Peninsular parece ter favorecido um florescimento económico particular desta região, que resultou numa crescente complexidade social, especialmente patente no séc. I a.C., momento a partir do qual se verifica uma significativa abertura a influências exógenas, designadamente provenientes do sul da Península, revelando um estágio de desenvolvimento assinalável que, apesar de poder ser considerado como um fenómeno relativamente autónomo, tem lugar num quadro de contactos frequentes com o mediterrâneo, aspeto que constituirá um elemento facilitador do processo de romanização que será mais precoce e mais profundo na área litoral do convento bracaraugustano. Na perspetiva interpretativa que valoriza uma raiz endógena do processo de evolução civilizacional e *flourit* cultural, amplamente documentada no registo arqueológico, revelador de importantes inovações tecnológicas e da ampliação e diversificação das atividades

económicas, que se refletiu de maneira especial na ampliação e remodelação das estruturas defensivas dos povoados, este fenómeno justifica-se por razões de prestígio e não por uma efetiva necessidade de defesa (MARTINS; JORGE 1992, 366). Ainda que detetadas novas fundações castrejas ao longo deste período, de que as mais características serão os chamados «castros agrícolas» (ALMEIDA 1990), visando a exploração dos vales, e algumas outras relacionadas com a exploração mineira, é natural que, simultaneamente, se tivesse assistido a um processo de substituição de pequenas unidades independentes, estabelecidas em pequenos castros, por agrupamentos com configurações mais expressivas, em que uma forte concentração demográfica terá implicado novas formas de organização patente num novo ordenamento espacial. Esta fase proto-urbana, evidentemente dirigida por um poder central, refletido no seu ordenamento geral, nas suas estruturas defensivas e equipamentos públicos, conheceu importantes inovações tecnológicas, das quais sobressai a generalização dos moinhos giratórios, certamente coincidente com a vulgarização da roda de oleiro, denunciando uma forte organização do sistema de produção e a difusão da metalurgia do ferro, cuja utilização se tornou sistemática no fabrico de armas, instrumentos de construção, alfaías agrícolas e ferramentas artesanais, direta e indiretamente documentadas na ergologia castreja. Da combinação destes fatores organizativos e técnicos terão surgido as primeiras formas epigraficamente documentadas de associação profissional, constituídas por grupos de artífices, como os que se dedicavam à estatuária e com certeza a obras públicas de maior cuidado, como os balneários com pedras profusamente decoradas e a construção de sistemas defensivos.

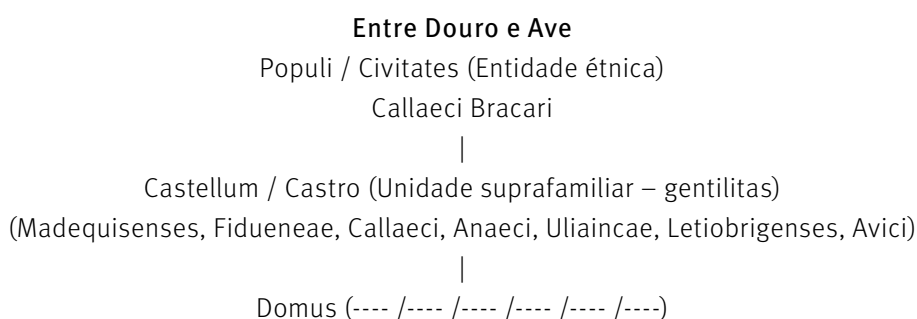
Correspondente ainda a esta fase, a investigação dos últimos anos tem também sido particularmente profícua em ensaios dedicados à organização social dos povos indígenas do Noroeste Peninsular. A conjugação de fontes literárias, epigráficas e arqueológicas, analisadas à luz de novas metodologias tem proporcionado sucessivas revisões ao quadro do povoamento e organização social dos povos da antiguidade pré-clássica.

Assumida a organização social castreja hierarquicamente estruturada a partir da Domus²⁵ enquanto núcleo de âmbito familiar inserido numa unidade suprafamiliar designada singularmente por *castellum*²⁶ que, por sua vez, integraria o *populus* ou

²⁵ Domus - designa a família em sentido extenso, constituída por várias famílias nucleares (unidade doméstica) ligadas genealogicamente entre si (SILVA 1986, 268).

²⁶ Armando Coelho, a propósito da evolução do habitat castrejo e a sua organização social, ao estabelecer um ordenamento territorial baseado em “metrópoles – lugares centrais”, com territórios demarcados e povoados subsidiários adstritos a grupos étnicos, estabelece uma correspondência destes com unidades suprafamiliares (designadas singularmente por *castellum*) constituindo unidades inferiores aos *populi* ou *civitates* (SILVA 1995, 517) não significando, no entanto, que todos os registos epigráficos que identificam o respetivo *castellum*, tenham vindo a representar, num determinado período, funções de capitalidade e, conseqüentemente, tenham tido territórios definidos com castros subsidiários adstritos. No seguimento da organização da sociedade proposta pelo autor (SILVA 1986, 272), o castro = *castellum*, corresponderia a união de vários grupos familiares organizados, constituindo a primeira unidade suprafamiliar. Jorge Alarcão propõe uma nova designação para os territórios dos castros “principais” nos quais haveria outros povoados satélites, eventualmente política e administrativamente dependentes do primeiro, que designa por “cantão”. Este espaço

*civitate*²⁷ e aceitando a localização dos *Callaeci* na margem direita do rio Douro, importa, em primeira análise, enquadrar política e socialmente os habitantes da região no quadro do povoamento proto-histórico, nomeadamente as diferentes unidades suprafamiliares que integrariam o seu território, assim como identificar quais os *castella* que possam ter desempenhado funções de capitalidade enquanto “lugares centrais”, de forma a compreender e contextualizar as múltiplas repercussões ocorridas no processo de reordenamento do povoamento registado no período de domínio romano.



A presunção de autonomia relativa dos *castella* em relação aos *populi*, que se depreende da análise de elementos de carácter arqueológico e geográfico, assim como pela existência de divindades tutelares próprias, tem permitido propor os limites geográficos dos territórios dos respetivos *castella* (SILVA 1986, 277).

Os *Callaeci* identificam-se a partir da interpretação da ara votiva de Sobreira, Paredes, dedicada a *Calaiciae*, identificada como divindade protetora dos *Callaeci* (TRANOY 1977, 225-233; 1981, 66, 271; SILVA 1986, 277)²⁸. A sinalização do respetivo *castellum* no Morro da Sé, Porto (SILVA 1986, 277), tem vindo a ser revista em detrimento do castro de Vandoma,

constituiria uma subdivisão dos *populi*, encabeçada por um castro principal em cujo território existiriam vários outros (ALARCÃO 2000, 45-50). O termo cantão constitui hoje uma divisão territorial de algumas nações europeias, cujo significado jurídico administrativo extravasa, em muito, o atribuído à unidade suprafamiliar que tem vindo a ser identificado como grupo étnico, com correspondência física a um castro com território definido e unidades menores politicamente subsidiárias, que julgamos não ser ajustado.

27 Constitui o nível superior da organização suprafamiliar que forma uma entidade étnica a que corresponde um vasto território com vários castros adstritos. Por último, como referência étnica maior, mas sem significado político (SILVA 1986, 285), identifica-se para a região oeste a designação de “Calaicos” que constitui a apropriação do étnico menor identificado para os habitantes da margem direita do rio Douro, cuja última referência geográfica os relaciona com o castro da Vandoma, Paredes (SILVA 1995, 518).

28 Ara recolhida na antiga capela de Santa Comba – CALAICIA(e) / RVFVS FL/AVI . F(ilius) S(acrum) C(uravit) - José Leite de Vasconcelos propôs a seguinte leitura: CALANDIAE / RVFVS FL/AVI . F(ilius) / S(orori) F(aciendum) . C(uravit) - (VASCONCELOS 1921-1922, 248-249), leitura adotada por José Vives (VIVES 1971-72; ILER, n.º 5083b). Hoje, a proposta de Alain Tranoy é consensualmente aceite (SILVA 1986, 277; GARCIA 1991, 297, n.º 40), identificando-se a divindade *Calaiciae* como divindade protetora dos *Callaeci*.

Paredes (SILVA 1994, 78; 1995, 518) que, segundo o autor da proposta, teria desempenhado uma função de capitalidade no período definido pelas incursões militares de *Decimus Junius Brutus* e as reformas Flavianas. O seu território definir-se-ia a norte pelo limite da área dos *Fidueneae*, designadamente pela linha de cumeeira da Serra de Valongo, pelo rio Sousa a leste, onde confrontaria com o território dos *Anaeci*, o rio Douro a sul, a oeste pelo rio Leça, no limite do território dos *Madequisenses*, e a costa marítima, incluindo a região mineira de Valongo, onde se documenta uma outra referência epigráfica a *Calaecia* (SILVA 1986, 277, nota 163). Com o mesmo sentido interpretativo, a inscrição votiva dedicada a *Cosunae*, inscrita num afloramento granítico a 500m da citânia de Sanfins, Paços de Ferreira identifica a unidade suprafamiliar dos *Fidueneae* (SILVA 1980, 80-82)²⁹. Outra referência aos *Fidueneae* regista-se na inscrição funerária proveniente da necrópole da *villa* romana de Vila Boa, Guilhabreu, Vila do Conde, dedicada a *Lanasus* pelos habitantes do castro dos *Ulaincae*, registando-se assim a referência de duas unidades gentílicas, surgindo a segunda como entidade coletiva à qual o defunto era alheio (SILVA 1980, 82-84)³⁰. A unidade gentílica integraria um vasto território que se pode delimitar geograficamente pela Serra da Agrela a oeste, o rio Ave a norte, o rio Leça e a Serra de Valongo a sul e o alto Ferreira e alto Sousa a leste (SILVA 1986, 277). Esta proposta baseia-se numa relação de proximidade geográfica, na presunção de uma hierarquia regional do povoamento e, fundamentalmente, em aspetos de carácter sociocultural, expressos no domínio religioso, designadamente através do culto de divindades tutelares próprias, unicamente documentadas nesta área, fenómeno a partir do qual se tem vindo a identificar os territórios dos *castella*, presumindo uma autonomia relativa destes em relação aos *populi*. Referimo-nos às epígrafes dedicadas a Turiaco provenientes de Lamoso, Paços de Ferreira e Santo Tirso (MOREIRA 1992, 20-21, fot. 4; 2004, 40-41), ambas recolhidas no âmbito territorial dos *Fidueneae*. Turiaco tem vindo a ser interpretado como uma divindade indígena evocativa de uma forma especial de proteção relacionada com as atividades produtivas ou, de forma mais abrangente, com a prosperidade e a fecundidade que, em paralelo com Júpiter e, esta última divindade explicitamente mencionada na epígrafe de Burgães e no Penedo das Ninfas, Paços de Ferreira, e subentendida na de S. Bartolomeu, formaria uma tríade de divindades superiores relacionadas, respetivamente com a soberania a força e a fecundidade (SILVA 1999, 64-65). Assim, a crer na proveniência da epígrafe dedicada a Turiaco como procedente da *villa* da Quinta da Devesa, como sugeriu Leite de Vasconcelos, esta, hipoteticamente, corresponderia a um estabelecimento alto-imperial, uma vez que a sua datação é indiscutivelmente do período Júlio-Cláudio.

²⁹ Armando Coelho, a propósito da interpretação da epígrafe assinala as principais referências bibliográficas - ARGOTE 1734, 467; SARMENTO 1883-84, 58; 1895, 141-155; 1933, 175; HOLDER 1896, 1495; GUIMARÃES 1901, 69; VASCONCELOS 1905, 188-189; CUEVILLAS 1933-34, 311; TOVAR; NAVASCUÉS 1950, 182; CORTEZ 1951, 179; PAÇO 1952, 358-359; BOUZA BREY 1957, 257; TOVAR 1960, 114-115; CARDOZO 1972, 35; BLÁSQUEZ 1975, 57, 59; ENCARNACIÓN 1975, 169-171; SILVA 1980, 80-82; 1986, 274; TRANOY 1981, 373, n.º 15; HÜBNER 1893, 182.

³⁰ Veja-se - GUIMARÃES 1901, 68, n.º LVIII; HÜBNER 1905-1908, 289; VASCONCELOS 1901, 371-373; CARDOZO 1972, 107; FIRMAT, 1977, 22; SILVA 1980, 82-84; 1986, 274; TRANOY 1981, 373, n.º 23.

A sua implantação, fora dos limites de exploração imediata dos principais povoados da região, indicia uma estratégia de exploração intensiva dos vales mais profundos, assim como um propósito de não interferência direta, em conflito de interesses, com os núcleos indígenas da região.

O *castellum Letiobri(ga)* tem vindo a ser referenciado no território de Braga a partir da interpretação de uma epígrafe funerária dedicada por *Albura*³¹ filha de *Caturo*. A totalidade dos autores que a referem sugere a localização do respetivo *castellum* para as proximidades de Braga, sem, no entanto, concretizar a sua localização (FIRMAT 1990, 25; TRANOY 1981, 373, n.º 17; TRANOY; LE ROUX 1989-90, 217; SILVA 1986, 274). Todavia, poder-se-á propor uma localização alternativa para os *Letiobrigenses* a partir da análise do hidrónimo que dá o nome ao rio Leça, sobre o qual se identifica o castro de Guifões (Monte Castelo), Matosinhos. Na documentação medievla surge, com frequência, o hidrónimo *Letia* ou *Laetia*, assim como *Leza* em referência ao rio Leça. Desta forma, o testemunho epigráfico procedente de Braga, onde se documenta um indivíduo originário de *Letiobris* enquadra um amplo grupo de nomes linguisticamente afins conhecidos na região³². A possibilidade de se identificar o *Castellum Letiobris* em relação ao rio Leça levar-nos-ia ao Monte Castelo³³, povoado que se encontra sobranceiro ao rio Leça cujas intervenções arqueológicas evidenciam uma ocupação que se prolonga pelo período tardorromano.

A gentilitas dos *Madequisenses* é identificada a partir da lápide funerária recolhida na área arqueológica de Alvarelhos, dedicada pela entidade coletiva a *Ladronus Antonius*, filho de Camalo³⁴. A fórmula utilizada sugere que o monumento foi erigido pela entidade sedeadada no castro à memória de um indivíduo alheio a essa realidade sociológica. Alain

31 Epígrafe encontrada em Braga de proveniência incerta (Largo do Paço ou Campo da Vinha). Encontra-se atualmente desaparecida sem que se conheçam as suas medidas ou características formais e paleográficas – ALBVR/A . CAT/VRONIS / F(ilia) (castellum ?) . LETI/OBRI? . A/NN(or)um . LXX / H(ic) . S(ita) . E(st) – (CIL., II, 2430b; TRANOY 1981, 373, n.º 17; TRANOY; LE ROUX 1989-90, 217).

32 Amílcar Guerra cita a propósito - Auiliobris, Contobris, Lanobris / Londobris, Ercoriobris, etc. (GUERRA 1996, 155, nota 22).

33 Implantado próximo da foz do rio Leça, na sua margem esquerda, numa zona estuarina, possui condições estratégicas decorrentes da sua condição geográfica facto que lhe permitiu, desde muito cedo, beneficiar de uma intensa atividade comercial, na medida em que o estuário do Leça sempre ter sido um porto de abrigo natural. A sua primeira ocupação remonta ao final da Idade do Bronze (cerca do séc. VIII/VII a.C.), tendo atingido um significativo desenvolvimento durante a Idade do Ferro (séc. II a.C. – I d.C.). Em época romana manteve-se como um local com forte atividade e porto marítimo alternativo a Portus Cale cujo funcionamento se prolongou até ao séc. V d.C. Da extensa bibliografia existente sobre a estação arqueológica veja-se – PEIXOTO 1888; 1902; 1903, 828-931; 1905, 78-79; 1906, 287-288; 1908, 492G - 492H; CRUZ 1897, 300; AZEVEDO 1898, 320; VASCONCELOS 1898, 270-272; 1958; SARMENTO 1901, 32-38; 1953, 275; 1970a, 38-48; FORTES 1905a, 15-33; CORREA 1916, 336; 1924; 1935; PINTO 1927, 24-25; CARDOZO 1948, 43; GONÇALVES 1952; 1966; SANTOS 1955; 1959; 1962, 111-116; 1962a, 5-25; 1962b, 230-282; 1962c, 230-282; 1963, 136-156; 1963a, 157-166; 1995-96, 20-21; ALMEIDA; SANTOS 1975, 49-56; CLETO 1990, 239-244; 1992, 152-158; 1993, 38-44; 1995-96, 11-19; CLETO-FORTUNA 1995-96, 60-62; CLETO; VARELA 1999, 467-479; SILVA; MOREIRA 2013, 89-123.

34 MADE/QVIS(enses) / STATV/ERVNT / LADRO/NO . CA/MALI . F(ilio) / ANTONIO / A(nimo) . L(ibentes) . MO(numentum) A bibliografia mais significativa regista as diferentes leituras e interpretações, veja-se (MOREIRA 2010, 237).

Tranoy apresenta uma perspetiva distinta, na qual a epígrafe constituiria um marco de limite de território dos *Madequisenses*³⁵, na circunstância estabelecida na presença desse grupo e, provavelmente, de uma outra coletividade que não é mencionada na epígrafe (TRANOY 1981, 376). Quanto a nós, o inequívoco sentido funerário do monumento, o local do seu aparecimento e a propriedade significativa da etimologia do radical em relação à toponímia local permite outra perspetiva de análise, quanto a nós melhor fundamentada do ponto de vista etimológico, histórico e arqueológico que relaciona e vincula a unidade suprafamiliar dos *Madequisenses* com o Castro de Alvarelhos, local em que o monumento foi descoberto (SILVA 1980, 84-90; 1986, 278; 1995, 518; MOREIRA 1992, 19-20; 2010, 237). A interpretação do vocábulo *Madequis* que se interpreta com significado de “terra húmida”, que formas indo-europeias derivadas do radical *mad* parecem atestar (ERNOUT; MEILLET 1967, 377), etimologicamente concorda com a designação de raiz indo-europeia de *Madia* que é, na essência, o radical encontrado em *Madequis*, em conformidade com a toponímia medieval³⁶ para “Terras da Maia”, espaço geográfico que se desenvolve entre Leça e Ave em torno do castro e cujas características geomorfológicas parecem concordar com a designação de “terras húmidas”. Assim, quanto a nós, tendo em consideração as características arqueológicas do Castro de Alvarelhos, a sua localização e o local de identificação da epígrafe é admissível que se vincule a unidade suprafamiliar dos *Madequisenses* ao castro, derivando a onomástica medieval do etnónimo de matriz indo-europeia para nomear um espaço geográfico que, eventualmente corresponderia ao território dos *Madequisenses*³⁷, cuja expressão física da sua ascendência política

35 A existência de territórios definidos para os castella e respetivas unidades suprafamiliares correspondentes parece hoje consensual, assumindo-se um princípio de ordenamento do povoamento com base numa hierarquização dos povoados que reflete uma estrutura de natureza político administrativa e militar da sociedade proto-histórica. Alain Tranoy defende a existência destes territórios considerando a possibilidade destes possuírem fronteiras com limites demarcados, mencionando para o efeito duas epígrafes da região de Chaves, onde numa se lê PRAEN, e noutra COROC..., cuja função seria concretamente de limite de território (TRANOY 1981, 375).

36 Da abundante documentação medievla em que é mencionada veja-se: Madia – Censual de 1924 - 44, 45, 46, 54, 55, 57, 63, 64, 125, 238, 342, 419 | Madya – 60, 65, 344, 419, 421 | Terra de Madia – 51, 56, 57, 59, 75, 223, 224, 225, 496 / Terra de Madya - 72, 74, 75, 343, 493 | castellum de Madia, 71 | castelli Madie - Inquisitiones (Portugaliae Monumenta Historica – 1258), 505 (SILVA 1986, 278, nota 167).

37 Jorge Alarcão adiantou a possibilidade de parte do território a sul do Ave poder pertencer aos Nemetati, baseado fundamentalmente na ara votiva dedicada a Neneoecus, recolhida na capela de S. Bartolomeu de Ervosa, Santo Tirso - DOM(INO) DEO / N(EN)EOEC(O) vel N(EM)EOEC(O) / SEVERV(S) / (S)ATVRNI/NI [F(ilius)] (EX) VO/TO POSV(IT) (...) – Bibliografia de referência - AZEVEDO 1956, 293-301; BLAZQUEZ 1962, 122, fig. 31; ALARCÃO 1988, 20, n.º 1/357; ALBALAT 1990, 249, nota 14; MOREIRA 1992, 21-22, fot. 5 –, e numa outra proveniente da Quinta do Corgo, S. Simão, Burgães, Santo Tirso - DEO D/OMEN/O CVSV/NENEO/ECO EX / VOTO / SEVE/RVS P/OSVI/T - Bibliografia de referência - COELHO 1887, 365, 369; SARMENTO 1895, 178-179; 1887, 234-235; 1930, 85; 1933, 289, 303-304, 309, 341; GUIMARÃES 1901, 48; VASCONCELOS 1905, 326-327, fig. 74; CUEVILLAS 1933-34, p. 354; CARDOZO 1935, 30; 1947, 93-95, 104, 109, 149, 153; 1958, 105, 109; MATOS 1947, p. 57; TOVAR; NAVASCUES 1950, 182, 189, 190; SANTARÉM 1953, 397-399; 1956, 64-65; AZEVEDO 1956, 296-301; BLAZQUEZ 1957, 57; 1962, 120-122; 1970, 72-73, fig. 24; BOUZA BREY 1957, 255-259; CIL, II 2375; CIL II, S, 5552; ENCARNAÇÃO 1970, 164-169, f. 26; 1975, 164-169, f. 26; HE, 514; TRANOY, 1981, 274; ALARCÃO 1988, 20, n.º 1/359; ALBALAT 1990, 249, nota 13; MOREIRA 1992, 22-23, fot. 6. Baseando-se no mesmo princípio, de que a existência de divindades tutelares próprias possibilitam definir círculos de pertença social, eventualmente correspondentes aos territórios dos castella, uma vez identificado o deus Cosus, a quem era dedicado o altar, sugere a existência de um castellum ou “cantão” com o nome de Nene ou Nenia,

administrativa e militar sobre a região se encontraria refletida no ex *C(astello) Madiae*, como muito bem podia ser referido em alternativa à forma adjetivada da inscrição³⁸. O seu território limitar-se-ia a norte pelo rio Ave a oeste pelo oceano Atlântico, a sul pelo rio Leça e a leste pela cumeeira da Serra da Agrela, coincidindo a leste com o limite do território dos *Fidueneae*.

A entidade gentílica dos *Uliaincae* (?), sugerida pela referência epigráfica do C invertido – *Castellum Uliainca* –, identificada na epígrafe de Vila Boa, Guilhabreu, Vila do Conde, a que já anteriormente aludimos a propósito da unidade gentílica dos *Fidueneae*. Embora nos pareça plausível a sua localização nesta zona, não é possível, por falta de elementos arqueológicos, estabelecer qualquer vínculo com os castros identificados Entre Leça e Ave. Importa, no entanto, referir que, à semelhança do que sucede com as formas indo-europeias derivadas do radical *mad* com significado de “terras húmidas”, também o radical *uli* revela o mesmo sentido de carácter rústico (ERNOUT; MEILLET 1967, 744) que, apropriadamente se aplica a toda esta região (SILVA 1980, 90). Noutra perspetiva de análise, poder-se-á, eventualmente, considerar estarmos perante uma referência onomástica dependente da *gens Iulia*, se admitirmos originariamente a designação *Ulianica* com correspondência a *Iulianica*, como parece sugerir a interpretação de recentes referências arqueológicas identificadas a norte do Ave, designadamente no Castro de Terroso, Póvoa de Varzim³⁹.

apoiando-se na existência e uma outra epígrafe identificada em Burgães, Santo Tirso (*Cosus Nemedecus*) e na epígrafe de Sanfins para o qual propõe a seguinte leitura - *Cosunae Ninidi(tanae)* -, ou *Nimidi(tanae)*. Todavia, outra perspetiva de análise valoriza o facto de o epíteto se aproximar com mais propriedade ao topónimo de Nine - “Terra de Niões” (circunscrição medieval hoje incluída no concelho de Vila Nova de Famalicão), proposta aliás defendida por outros autores (SILVA 1986, 289), assim como a crer na existência de um território adstrito a cada *populi*, é admissível, que, à semelhança do que sucede em estruturas sociais menores, estes limites fossem definidos por acidentes geográficos, a rede hidrográfica e a orografia, sendo, portanto, difícil de imaginar que o rio Ave não constituísse uma linha divisória de diferentes territórios, nomeadamente entre os *Callaeci* e os *Nemetati*.

38 Armando Coelho, autor que tem produzido vários ensaios sobre a evolução do povoamento proto-histórico e as organizações gentílicas na área meridional da Cultura Castreja, inicialmente colocou grandes reservas à localização dos *Madequisenses* com capital no Castro de Alvarelos (SILVA 1980, 88), no entanto, tem vindo a rever a sua posição para, em definitivo, propor a sua localização no coração das “Terras da Maia” com sede em Alvarelos (SILVA 1986, 278; 1995, 518).

39 Referir-mo-nos, em concreto, a um fragmento de tégula recolhido na Cividade de Terroso, Póvoa de Varzim, em 2001, na qual se aprecia uma estampilha semicircular encimada por uma outra circular, reconhecendo-se nas duas cartelas, para além das respetivas epígrafes, elementos decorativos paleocristãos, designadamente, uma cruz grega na primeira, e duas palmas na segunda, referências que permitiram ao autor da descoberta, Dr. José Manuel Gomes Flores, estabelecer um parâmetro cronológico balizada entre o séc. IV-V d.C. (GOMES 2005, 76). As epígrafes, sem referência interpretativa conhecida até ao momento, permitem, sem dificuldade de leitura, propor a seguinte transcrição e leitura;

Cartela circular - C•IAB -

C(astello) • I(uli)A(nica) B(racari)

Cartela semicircular – C IV?LIA?NI + BRA

C(astello) IULIANI(ca) + BRA(cari)

A referência ao *Castellum Uliainca* identificada na epígrafe de Guilhabreu, Vila do Conde (MOREIRA 2010, 320-321), também datada do séc. IV, constitui uma referência fundamental para a interpretação que propormos, apesar das discrepâncias identificadas na referência ao etnónimo - *ULIAINCA* vel *IULIANICA* -, que se pode eventualmente explicar, pela constatação, mais ou menos sistemática, de uma certa autonomia braquigráfica

Por último, tendo em consideração o princípio da possibilidade de divindades tutelares próprias permitirem definir círculos de pertença social, presumivelmente com correspondência aos territórios dos *castella* (SILVA 1986, 277), a unidade supra familiar dos *Anaeci*, cuja capital tem vindo a ser identificada com Monte Mozinho, Penafiel, com uma área de influência na zona do Baixo Tâmega, é revelada por uma inscrição votiva identificada em Lagares, Penafiel, dedicada aos *Laribus Anaeci(s)* (ALMEIDA; LOPES 1981-82, 131-136; SILVA 1986, 277; 1995, 518; GARCIA 1991, 360).

Os *Avici*, unidade gentílica identificada na região do rio Vizela, na margem esquerda do Ave, decorre da interpretação de numa inscrição rupestre inscrita sobre um afloramento granítico no lugar de Chãos / Penedo da Moura, S. Martinho do Campo, a pouca distância do rio Vizela. A inscrição, segundo Martins Sarmiento, era composta por sete letras que alcançavam 17 cm de altura – lvd. T. Rve – configurando, na opinião de Rodríguez Colmenero, em função da existência do T entre pontos, um marco territorial, em que a referência às comunidades vizinhas (lvd / Rve) se apresenta no princípio e no final da inscrição. A inscrição revela a particularidade de estar separada por uma linha de cerca de 50 cm de comprimento e 3 cm de profundidade, alinhada no sentido norte/sul, apresentando do lado oeste a seguinte legenda - Avici Ruf. -, e, no lado leste, – llvd...? H. O desdobramento proposto por Rodríguez Colmenero é o seguinte – Avici Ruf(*iniani*) | llvd...? H(*onorati*) | Os *Avici* em honra de Rufo Na opinião do autor, a tipologia e a dimensão das letras (cerca de 30 cm de altura) e a relativa perfeição dos nexos atestam a sua origem romana, assim como a composição do letreiro, designadamente a presença do sulco de separação e a disposição em ambos os lados das referências gentílicas, aparentemente contrapostas, convertem a inscrição num marco de limite territorial, sobressaindo a particularidade da utilização de uma designação dupla para indicar cada etnia. A inspeção ao local e o decalque do letreiro existente (lugar de Chãos / Penedo da Moura) revelou particularidades que importa considerar no momento da interpretação da epígrafe. A sua implantação topográfica, de claro destaque na paisagem, permite um claro domínio sobre o vale do rio Vizela na sua margem esquerda, assim como sobre todo o vale, sugerindo que a intencionalidade da sua localização identificaria o limite de fronteira de dois territórios. AVICI consiste num etnónimo indo-europeu latinizado. O radical -vi,

e simbólica registada na epigrafia tardorromana, assim como nos abundantes erros gráficos e epigráficos. Em contrapartida, valoriza-se a adequação da propriedade geomorfológica atribuída ao radical uli- (terra húmida / terra fértil) à qual adequadamente corresponde a envolvente do local de proveniência da tégula, servindo o etnónimo de raiz indo-europeia para nomear um espaço geográfico com a qual se identificaria a unidade gentílica aí radicada, permitindo-se, dessa forma, a possibilidade de identificar Uliainca com a região, e os Uliaincae, com gentilitas estabelecida na Cividade de Terroso.

Noutra perspetiva de análise, igualmente plausível, Uliainca < Iulianica, pode, pelos mesmos argumentos de interpretação epigráfica, sugerir uma referência onomástica dependente da gens Iulia. Neste enfoque reforça-se a interpretação de Alain Tranoy referente à epígrafe de Guilhabreu, na qual o autor considera que a estrutura do texto sugere que o defunto, Lanasus, pertenceu a um grupo distinto ao do seu pai, Mebsus, facto que justificaria a referência à outra entidade gentílica, podendo corresponder ao resultado de um acordo de d'hospitium entre Lanasus e os membros desse grupo (TRANOY 1981, 373). Sobre a epígrafe de Vila Boa, Guilhabreu, Vila do Conde - (EX) (castro/castello) U/LIAIN/CA(rum ?) . LAN/ASUS / MEBDI / (EX) (castro/castello) FI(due-nearum ?) / AN(no-rum) LXX -, veja-se MOREIRA 2010, 319-321.

de origem indo-europeia (Formas indo-iranianas sem a vogal inicial; véd. véh “pássaro” (nom. plur. vayah, instr. plur. víbhih, etc.), av. vayo (nom. plur.) Também no arménio haw “pássaro”, no qual o h não tem valor etimológico), com o significado de ave, precedido pelo artigo a-, identificativo da natureza feminina do rio (avi-), aglutinado do plural latino -ci (*avici*), identifica uma unidade gentílica sediada nas imediações do rio *avicella* (rio Vizela/pequeno Ave). A sua evolução, do ponto de vista etimológico, explica-se através da linguística latina. O hidrónimo é formado pelo artigo e o radical acoplado de diminutivo, em direta relação de subordinação com o rio Ave do qual é afluente (=Av-ic-ella). No português arcaico, o artigo, através do fenómeno da aférese⁴⁰, pelo facto de ser átono foi suprimido e a sonorização do c para z deveu-se à sua posição intervocálica (MOREIRA 2013d, 81). O mesmo fenómeno linguístico identifica-se no teónimo *Aviobrigensis*, unidade suprafamiliar que é identificada a partir da epígrafe votiva recolhida em Delães, provavelmente sediada no castro de S. Miguel-o-Anjo.

Aceite a unidade suprafamiliar – *Castellum* –, como unidade superior à célula doméstica – *Domus* – como estrutura social que agrupa as famílias e serve de intermediário entre estas e a estrutura superior denominada por – *Populus* –, para além do registo epigráfico, da evidência arqueológica e da informação toponímica e documental, são escassos os elementos que se podem acrescentar aos já propostos de forma a completar o quadro do povoamento regional. Todavia, Jorge Alarcão, a partir do Paroquial Suévio, sugere ainda (ALARCÃO 2000, 48) a existência do pagus Lanbrencio, identificado na diocese de Portucale relacionado com um eventual *castellum Labrensi* com sede no Castro Boi, Vairão, Vila do Conde, deduzido a partir da localização do *Castro Bove* em território Labrense (PMH.DC, Doc. 281).

A fase VII assinala o contexto em que se assiste à profunda transformação do povoado, no qual se verifica o definitivo abandono e destruição das estruturas castrejas (habitacionais e defensivas) e a construção de um conjunto de edifícios de carácter privado, cujas características arquitetónicas revelam uma rutura definitiva com o arquétipo da sociedade indígena, no qual o castro deu lugar a um aglomerado urbano secundário de pequena / média dimensão.

Acompanhando o desenvolvimento de urbanização de Bracara Augusta ter-se-á assistido à emergência de novos núcleos de povoamento no território denominados singularmente por *villa*, *vicus* e *pagus*.

Estes centros, vocacionados para a exploração intensiva das potencialidades do solo, subsolo e dos recursos flúvio-marítimos, desenvolveram-se em articulação com uma rede viária de alguma complexidade. O reordenamento do povoamento operado na área meridional do convento *bracaraensis* foi condicionado por um conjunto de fatores relacionados com o novo modelo económico, designadamente a disponibilidade de recursos

⁴⁰ Supressão do artigo próprio (supressão/ablação).

naturais, a estrutura viária e a proximidade de mercados. A par da exploração da terra, do rio e do mar, surgiu também a dos recursos do subsolo. O escoamento do minério, os diversos núcleos populacionais e a situação de charneira entre o litoral e o interior terão determinado uma organização do território delineada em torno de uma rede viária de inter-relação regional, que constituiu a efetiva estruturação da região e o suporte do novo modelo de povoamento. A densidade de aglomerados urbanos secundários existente na região a partir da primeira metade do séc. I sugere uma matriz de povoamento claramente romana, evidenciando um elevado índice populacional. O dinamismo económico perceptível no registo arqueológico torna evidente o papel central na sua área de influência direta, sendo patente um significativo conjunto de funções polarizadoras exercidas por estes núcleos, das quais se destacam as de natureza económica e cultural. A primeira terá constituído a componente de maior relevo, tendo desempenhado um papel dinamizador da economia local, nomeadamente na difusão do artesanato e distribuição de produtos do comércio de larga escala. A componente cultural constituiu o elemento facilitador do processo de aculturação, designadamente na difusão do modo de vida romano. Em certa medida, o propósito de implantação de uma vida coletiva organizada e centrada na autoridade administrativa é refletido nas características arquitetónicas dos edifícios e na cultura material, como se documenta no Monte Padrão, em Alvarelhos, no Monte Castelo e no Porto. Neste sentido, o papel desempenhado pelos aglomerados urbanos secundários na área meridional do convento bracaraugustano parece ter sido fundamental enquanto elemento estruturante do povoamento, estabelecendo a ponte entre a cidade e o meio rural, uma vez que estes núcleos viviam para fora da sua realidade económica oferecendo serviços à população campesina, aos viajantes e funcionários administrativos, operando simultaneamente como centros de desenvolvimento do mundo rural, áreas de prestação de serviços e, em menor escala, como centros de consumo. A localização privilegiada do Monte Padrão em relação à via secundária de ligação da cidade de *Cale* (Porto) a *Bracara Augusta* (Braga), por intermédio da via oficial de ligação de *Emerita Augusta* (Mérida), na qual entroncava próximo de S. João de Ponte, Guimaraes, facilitou o seu desenvolvimento enquanto aglomerado urbano secundário. Como elemento fundamental de progresso, a via originou em todo o seu percurso uma intensa ocupação estruturada em pequenas unidades rurais. No espaço geográfico, delimitado pelos rios Leça e Ave é possível reconstruir o seu trajeto a partir do local de implantação das pontes e pela identificação de um largo conjunto de vestígios dispersos na paisagem. A via, relacionada com o couto mineiro da Serra de Valongo, terá registado a sua maior dinâmica durante o período de exploração das minas auríferas, apresentando um ligeiro declínio a partir de meados do séc. III. O Monte Padrão revela particularidades que o distinguem do panorama do povoamento romano regional, ilustrando, de forma paradigmática, a considerável diversidade de tipologias de assentamentos e de soluções adotadas no domínio da arquitetura privada.



Fig. 1 – Castro do Padrão, Monte Córdova, Santo Tirso



Fig. 2 – Castro do Padrão. Planta topográfica simplificada

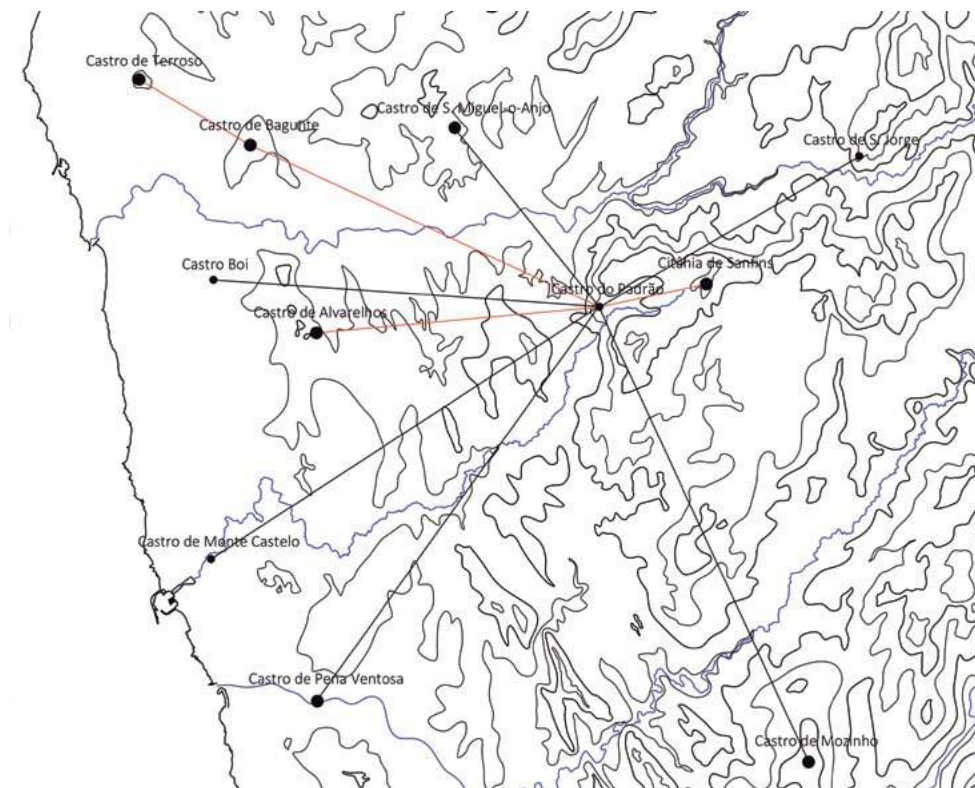


Fig. 3 – Castro do Padrão. Referência ao domínio visual da área envolvente com localização dos principais castros

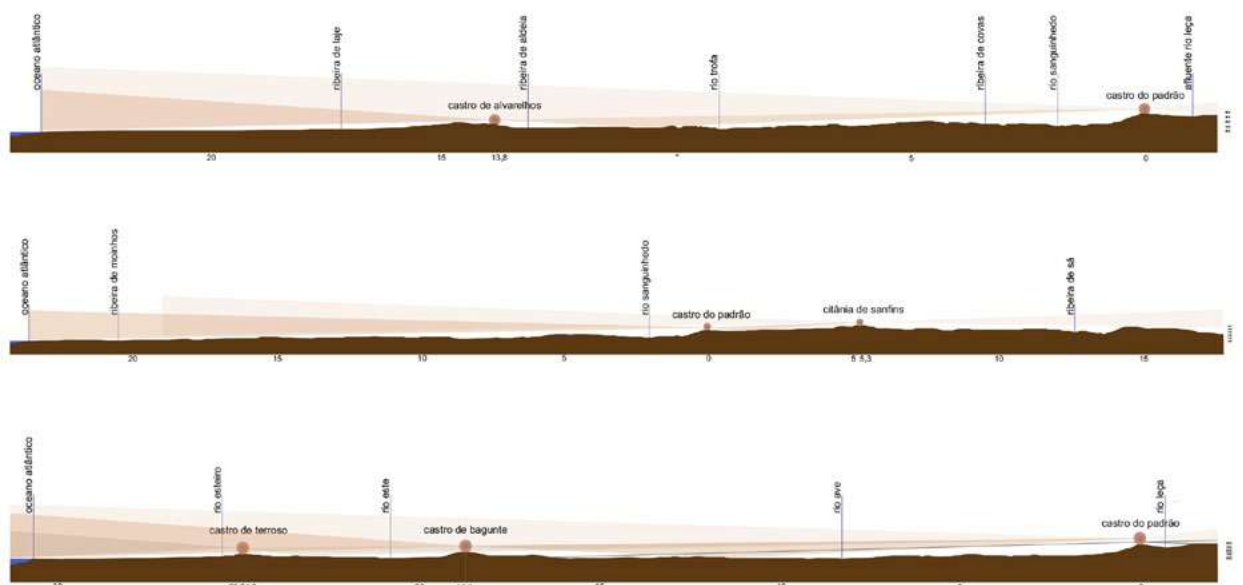


Fig. 4 – Perfis com referência à visibilidade direta entre os principais castros da região



Fig. 5 – Carta militar 1: 25 000, fl. 97 - Santo Tirso, SCE., 1998 | Carta Geológica de Portugal 1:100 000, fl.1., SGP, 1968 | Carta de aptidão agrícola da terra 1: 100 000, fl. 9, DRAEDM, 1995.

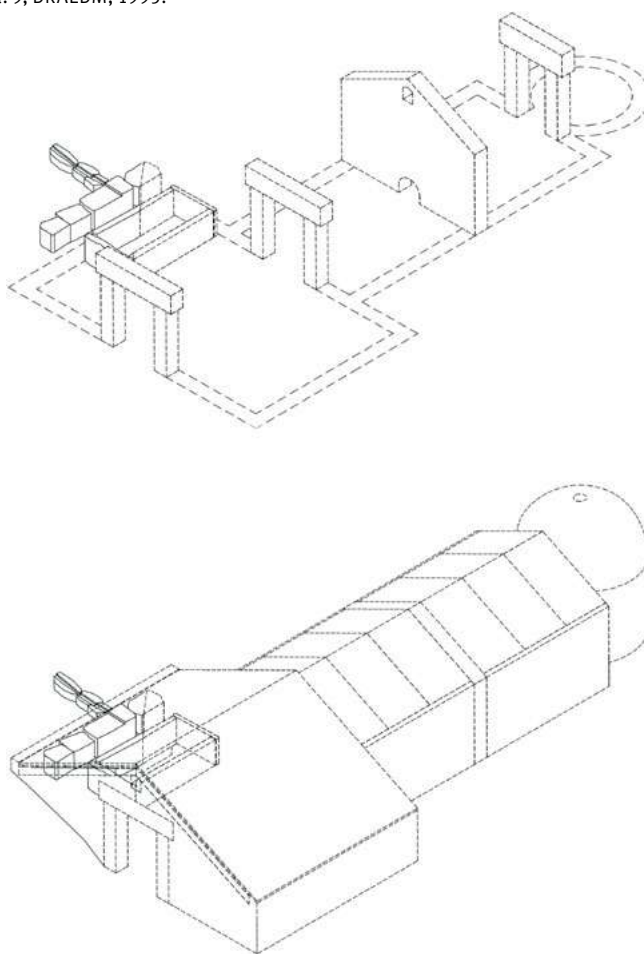


Fig. 6 – Balneário do Castro do Padrão. Proposta interpretativa

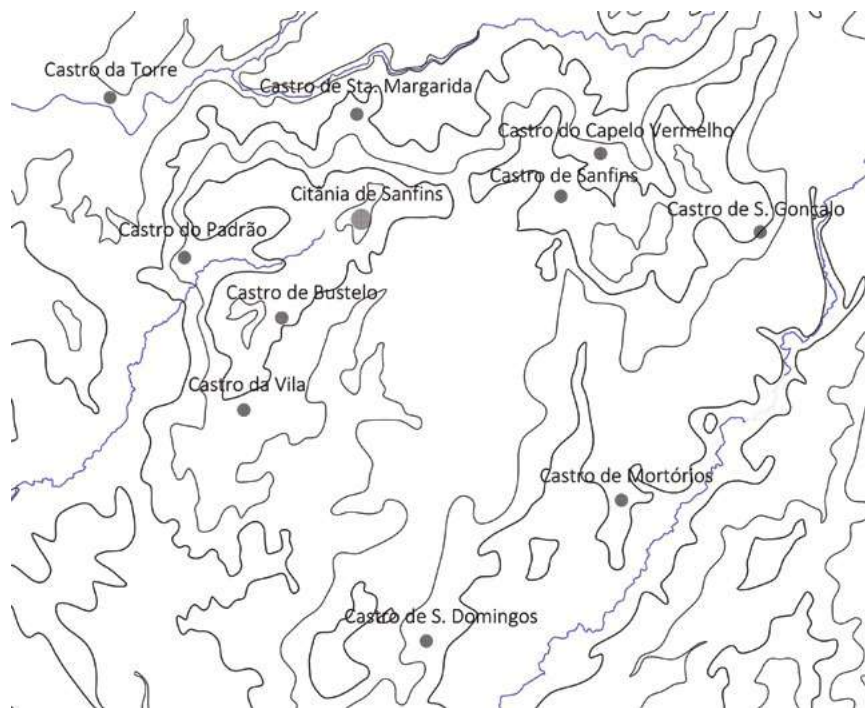


Fig. 7 – Ocupação castreja na área envolvente do Castro do Padrão (Santo Tirso/Paços de Ferreira)

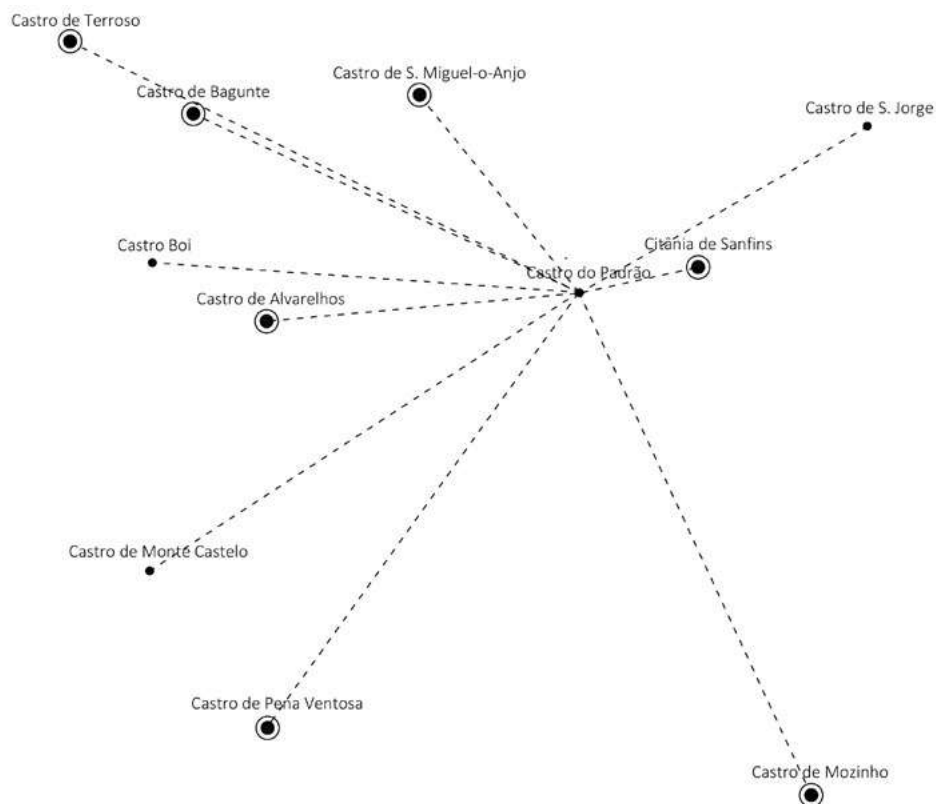


Fig. 8 – Hierarquia do povoamento na fase final da cultura castreja

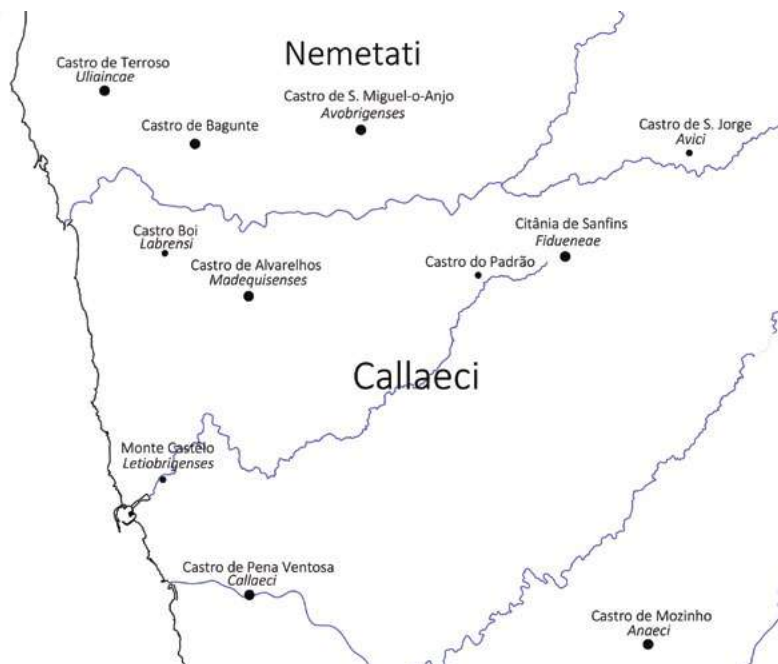


Fig. 9 – Referência às organizações gentílicas na envolvente do Castro do Padrão



Fig. 10 – Referências gentílicas entre Ave e Douro

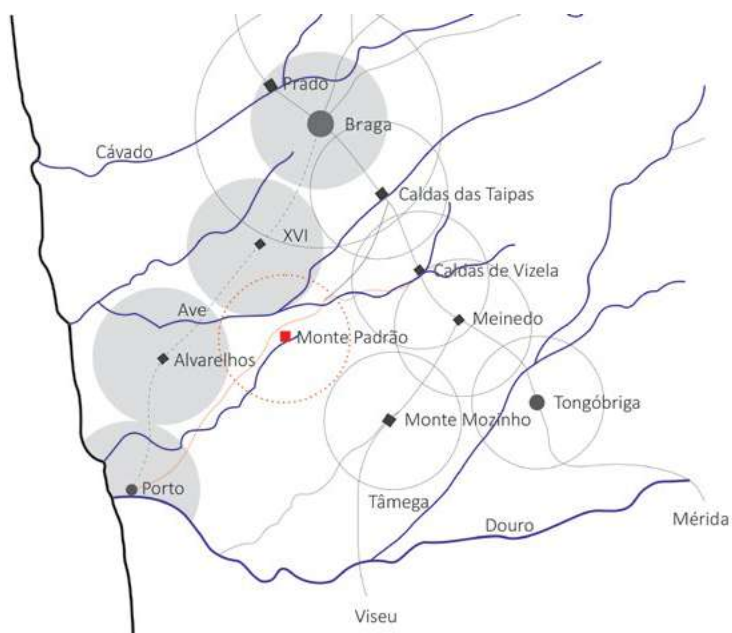


Fig. 11 – Área meridional do noroeste português com implantação das principais estações viárias e respectivas áreas de influência direta

BIBLIOGRAFIA

- Alarcão, J. 1987. Renovação urbana em Portugal: A formação de «Lugares Centrais» em Portugal, da Idade do Ferro à Romanização, *Ciclo de Conferências – Cidades e História, Fundação Calouste Gulbenkian*, Lisboa: 35-72.
- Alarcão, J. 1988. *Roman Portugal*, Warminster, England, vol. I, II, Fasc. 1.
- Alarcão, J. 1992. A evolução da cultura castreja, *Conímbriga*, vol. XXXI: 39-71.
- Alarcão, J. 2000. Sobre os cantões proto-históricos do noroeste de Portugal, *Santo Tirso Arqueológico*, n.º 2-3, 2ª Série: 45-50.
- Alabat, B. G. F. 1990. *Guerra y religión en la Gallaecia y la Lusitania antiguas*, A Coruña.
- Almagro Gorbea, M.; Álvarez Sanchís, J. R. 1993. La “sauna” de Ulaca: saunas y baños iniciáticos en el mundo céltico, *Cuadernos de Arqueología de la Universidade de Navarra*, 1: 177-232.
- Almeida, C. A. B. 1990. *Proto-História e Romanização da Bacia Inferior do Lima, Estudos Regionais*, 7/8, Viana do Castelo.
- Almeida, C. A. B. 1996. *Povoamento romano do Litoral Minhoto entre o Cávado e o Minho*, VII volumes, Dissertação de Doutoramento em Pré-História e Arqueologia, FLUP, policopiado, Porto.
- Almeida, C. A. B. 2003. *O povoamento romano do Litoral Minhoto entre Cávado e o Minho*, Porto.
- Almeida, C. A. F. 1969. *A romanização das Terras da Maia*, Estudos sobre a Terra da Maia, IV, Maia.
- Almeida, C. A. F. 1973. Necrópole galaico-romana de Vila do Conde, *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto - Série História*, 4-5: 209-222.
- Almeida, C. A. F. 1974. O monumento com forno de Sanfins e as escavações de 1973, *III Congresso Nacional de Arqueologia*, Porto: 149-172.
- Almeida, C. A. F.; Lopes, F. G. A. 1981-82. Eja (Entre-os-Rios). A civitas e a igreja de S. Miguel, *Portugália*, Nova Série, 2-3: 131-136.
- Almeida, C. A. F.; Santos, J. N. 1974. Cerâmica romana tardia de Guifões, *Archeológica Opuscula* 1: 49-56.
- Azevedo, A. 1939. *A terra da Maia*, Subsídios para a sua monografia, vol. I, Porto.
- Azevedo, P. 1898. «Guifões» in Extractos Archeologicos das Memórias Paroquiais de 1758, *O Archeólogo Português*, 4: 320.
- Azevedo, R. 1956. A ara de Burgães e a ara de Ervedosa, *O concelho de Santo Tirso - Boletim Cultural*, vol. V, n.º 3: 293-301.
- Argote, J. C. 1734. *Memórias para a história eclesiástica do Arcebispado de Braga*, 4 vol., Lisboa.
- Bellido, A. G. 1968. Cámara funerária de la cultura castreña, *Revista de Guimarães*, 76 (1-2), pp. 5-24. = 1968 - *Archivo Español de Arqueología*, 41, n.º 117-118: 16-44.
- Bettencourt, A. M. S. 1991-92. O povoado da Sola, Braga: Notícia preliminar das escavações 1991-92, *Cadernos de Arqueologia*, IIª Série, 8-9: 97-118.
- Bettencourt, A. M.S.; Alves, L. B.; Riberio, A. T.; Menezes, R. T. 2008. O lugar da Bouça da Cova da Moura (Ardegães, Maia), no contexto da Pré-História Recente da bacia do Leça, *Actas das Ias Jornadas Arqueológicas da Bacia do Rio Leça*, Matosinhos, *MATESINUS*, n.º 6, Matosinhos: 71-89.
- Blázquez, J. M. 1957. Aportaciones al estudio de la religiones primitivas de España, *Archivo Español de Arqueologia*, vol. XXX: 15-86.
- Blázquez, J. M. 1962. *Las religiones primitivas de Hispania*, Fuentes literárias y epigráficas, vol. I, Roma.
- Blázquez, J. M. 1970. *Las religiones indígenas del areá noroeste de lá Peninsula Iberica en relacion com Roma, Legio VII, Gemina*, Leon.

- Blázquez, J. M. 1975. *Dicionario de las religiones prerromanas de Hispania*, Madrid.
- Bouza Brey, F. 1957. A deidade galaica Cusuneneoeco, *O Concelho de Santo Tirso - Boletim Cultural*, vol. IV, n.º 2: 252-259.
- Cano Pan, J. A. 1988. La industria lítica tallada en la Cultura Castreña de Galicia. Actas del I Congreso Peninsular de Historia Antigua-Compostela 1986. Universidad Compostelana, col. «Cursos y Congresos», 52, vol. 1: 245-258.
- Cardozo, M. 1928. A Pedra Formosa, *Revista de Guimarães*, 38: 139-152.
- Cardozo, M. 1930. Joias arcaicas encontradas em Portugal, *Seminário de Estudos Galegos*, 75, VII: 43-63.
- Cardozo, M. 1929. A Pedra Formosa, *Revista de Guimarães*, 39: 87-102.
- Cardozo, M. 1932. *A última descoberta arqueológica na Citânia de Briteiros e a interpretação da «Pedra Formosa»*, Guimarães.
- Cardozo, M. 1935. Possível identificação do primitivo local da «Pedra Formosa» na Citânia de Briteiros, *Revista de Guimarães*, 45 (3-4): 150-153.
- Cardozo, M. 1947. *Correspondência Epistolar entre Emilio Hübner e Martins Sarmiento* (Arqueologia e Epigrafia, 1879-1899), Guimarães.
- Cardozo, M. 1948. *A Citânia e Sabroso*, 3ª Edição, Guimarães, Sociedade Martins Sarmiento.
- Cardozo, M. 1949. Nova estela funerária do tipo da «Pedra Formosa», *Revista de Guimarães*, 59 (3-4): pp. 487-516.
- Cardozo, M. 1951. Monumentos arqueológicos da Sociedade Martins Sarmiento, *Revista de Guimarães*, 61 (1-2): 5-28.
- Cardozo, M. 1958. *Cartas de Leite de Vasconcelos a Martins Sarmiento (1879 - 1899)*, Guimarães.
- Cardozo, M. 1960. Cartas de Ricardo Severo para Martins Sarmiento, *Revista de Guimarães*, 70 (1-2): 5-20.
- Cardozo, M. 1969. Machados de bronze ornamentados, *Abrente*, I, La Coruña: 75-79.
- Cardozo, M. .1985 = [1935]. *Catálogo do Museu Martins Sarmiento*, 1ª parte: Secção lapidar e de escultura, Guimarães.
- Cardozo, M. 1972. *Catálogo do Museu de Arqueologia da Sociedade Martins Sarmiento. Secção de Epigrafia Latina e de Escultura Antiga*, 2ª Edição, Guimarães.
- Centeno, R. M. S. 1987. *Circulação monetária no Noroeste de Hispânia até 192*, Sociedade Portuguesa de Numismática, Porto.
- Cleto, J. 1990. Rocha Peixoto: breves notas biográficas e arqueológicas, *O Tripeiro*, 7ª Série, 9 (8), Porto, pp. 239-244.
- Cleto, J. 1992. Matosinhos: Perspectivas arqueológicas sobre 10 000 anos de ocupação humana, *O Tripeiro*, 7ª Série, 11 (5): 152-158.
- Cleto, J. 1993. Castro de Guifões: A primeira “cidade” de Matosinhos, *Matosinhos – Revista Municipal*, n.º 4: 38-44.
- Cleto, J. 1995-96. Arqueologia Matosinhense. Notas histórico-bibliográficas, *Matesinius*, n.º 1/2: 11-19.
- Cleto, J.; Fortuna, J. 1995-96. Monte Castelo. Um tesouro escondido do património histórico-natural de Matosinhos, *Matosinhos - Revista Municipal*, 14: 42-46.
- Cleto, J.; Varela, J.M. 1999. O castro de Guifões (Matosinhos): dos estudos de Martins Sarmiento às investigações da actualidade, *Revista de Guimarães*, Volume Especial, 2: 467-479.
- Cleto, J.; Varela, J.M. 2000. O Gabinete Municipal de Arqueologia e História de Matosinhos, *Al-Madan*, 2ª Série, n.º 9: 141-144.

- CIL - *Corpus Inscriptionum Latinarum* = Hübner 1869-1892, Berlim.
- Coelho, F. A. 1889. Nomes de deuses lusitânicos, *Revista Lusitana*, I: 351-378.
- Coffyn, A. 1983. La fin de l'âge du Bronze dans le centre - Portugal, *O Arqueólogo Português*, IV Série, 1: 169-196.
- Coffyn, A. 1985. *Le Bronze Final Atlantique dans la Péninsule Ibérique*, Paris.
- Corrêa, A. A. M. 1916. Sobre alguns objectos proto-históricos e lusitanoromanos especialmente de Alpiarça e Silvã, *O Archeólogo Português*, n.º 21: 336.
- Corrêa, A. A. M. 1924. *Os povos primitivos da Lusitânia*, Porto.
- Corrêa, A. A. M. 1935. *As origens da cidade do Porto*, 2ª edição, Porto.
- Cortez, F. R. 1948. Actividade arqueológica de Portugal durante 1947, *Archivo Español de Arqueología*, 21 (72): 269-281.
- Cortez, F. R. 1951. Das populações pré-celtas do Norte de Portugal, *Boletim da Associação de Filologia Natural*, vol. II, n.º 21: 161-184.
- Costa, A. C. 1706-1712. *Corografia Portuguesa e descripçam Topográfica do Reyno de Portugal*, 3 vols., tomo I (1706), II (1708), III (1712), Lisboa.
- Craesbeeck, F.X.S. 1992. – *Memórias ressuscitadas da província de Entre-Douro-e-Minho no ano de 1726*, 1: 44-45.
- Cruz, A. 1982. O Reguengo de Bougado, *Actas do Colóquio de História Local e Regional* (Santo Tirso, 17-18 de março de 1979), Santo Tirso: 1-85.
- Cruz, B. 1897. Objectos entrados ultimamente no Museu Figueira da Foz, *O Archeólogo Português*, n.º 3: 300.
- Cuevillas, Lopez. 1933-34. Estudos sobre a idade do ferro no noroeste da península – A religião, *Archivo Español de Arqueología*, VI: 295-367.
- Dias, L. A. T. 1997. *Tongobriga*, Lisboa.
- Dinis, A. P. 2002. O balneário do Alto de Quintãs (Póvoa de Lanhoso, Norte de Portugal). Um novo caso a juntar ao livro negro da arqueologia de Entre-Douro-e-Minho, *Mínia*, 3ª Série, 10: 159-179.
- Dinis, A. P.; Oliveira, F.; Queiroga, F.; Silva, A. C. F. 2007. Arqueologia de Famalicão, *Pedra formosa. Arqueologia experimental – Vila Nova de Famalicão*, Famalicão: 93-211.
- Encarnação, J. 1970. Lápides a divindades indígenas no Museu de Guimarães, *Revista de Guimarães*, 80, Guimarães: 207-238.
- Encarnação, J. 1975. *Divindades indígenas sob o domínio romano em Portugal*, Imprensa Nacional Casa da Moeda, Lisboa.
- Ernout, A. Meillet, A. 1967. *Dictionnaire étymologique de la langue latine*, 4ª ed., Paris.
- Ferreira, M. J. A. 1907. O Couto e Mosteiro de Vairão, *O Archeólogo Português*, 12: 281-289.
- Ferreira, M. J. A. 1923. *Vila do Conde e o seu Alfoz*, Porto.
- Firmat, M. L. A. 1977. Perdurações indígenas en la Galicia romana: los castros, las divindades y las organizaciones gentilicias en la epigrafia, *Actas del Coloquio Internacional sobre el Bilenario de Lugo*, Lugo: 17-27.
- Firmat, M. L. A. 1990. Los topónimos en -Briga en Hispania, *Veleia*, 7: 131-146.
- Fortes, J. 1899. *A estação arqueológica d' Alvarelhos*, Arqueologia Portuguesa, I, Porto.
- Fortes, J. 1905. As fíbulas do Noroeste da Península, *Portugália*, 2 (1): 15-33.
- Garcia, J. M. 1991. *Religiões antigas de Portugal. Aditamentos e observações às Religiões da Lusitânia de J. Leite de Vasconcelos. Fontes epigráficas*, Lisboa.

- GOMES, José Januel Flores; CARNEIRO, Deolinda – *Subtus Montis Terroso. Património Arqueológico no Concelho da Póvoa de Varzim*, Póvoa de Varzim, 2005.
- Gonçalves, F. 1952. Museu Nacional de Soares dos Reis. Mós manuais de Guifões, *Catálogo-Guia do Museu Nacional de Soares dos Reis*, 2ª Edição, Porto: 4.
- Gonçalves, F. 1966. *Rocha Peixoto: depoimentos e manuscritos*, Câmara Municipal de Matosinhos, Matosinhos.
- Guerra, A. M. R. 1996. Os nomes do Rio Lima. Um problema de toponímia e de geografia histórica, *Hispânia prerromana. Actas del VI Colóquio sobre Linguas y Culturas Prerromanas de la Península Ibérica*, Salamanca: 147-161.
- Guimarães, O. 1901. Catálogo do Museu Arqueológico, *Revista de Guimarães*, vol. XVIII: 38-72.
- Hardaker, R. 1976. Las hachas de cubo en la Península Ibérica, *Cuadernos de Pre-historia y Arqueología Castellonense*, 3: 151-171.
- HE - *Hispânia Epigráfica. Archivo Epigráfico de Hispânia* - Madrid
- Holder, A. 1986. *Alt - Celtischer Sprachschatz*, Leipzig.
- Hubner, E. 1879. Citânea, *Archeologia Artística*, 1 (5): 19.
- Hubner, E. 1880. Citânia, *Altherthümer in Portugal*, Hermeszeitschrift für Classische Philologie, Berlin.
- Hubner, E. 1893. *Monumenta linguae ibericae*, Berlim 1983.
- Hubner, E. 1905-1908. NOTÍCIAS EPIGRÁFICAS. Lápide de Guidões, *Portugália*, II: 289.
- Jorge, S. O. 1986. *Povoados da Pré-História recente da Região de Chaves – V.ª P.ª de Aguiar (Trás-os-Montes Ocidental)*, Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras do Porto, Braga.
- Jorge, S. O. 1980. *A necrópole do Tapado da Caldeira*, *Arqueologia*, 2: 36-44.
- Jorge, S. O. 1980a. *A estação do Tapado da Caldeira*, *Baião, Portugália*, Nova Série, I: 29-50.
- Jorge, S. O. 1988. *O Povoado da Bouça do Frade (Baião) no quadro do Bronze Final do Norte de Portugal*, Monografias Arqueológicas, 2, GEAP, Porto.
- Júnior, J. R. S. 1940. *Arte rupestre, Congresso do Mundo Português – Memórias e Comunicações apresentadas ao Congresso da Pré e Proto-História de Portugal (I Congresso)*, Lisboa, Comissão Executiva dos Centenários. Secção dos Congressos, vol. I, Lisboa: 327-376.
- Júnior, J. R. S. 1963. As gravuras litotripticas de Ridevides (Vilariça), *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, n.º 19 (2): 111-144.
- Lamas, M. C. 1955. Santa Mariña de Aguas Santas (Orense), *Cuadernos de Estudos Gallegos*, 10(30): 41-88.
- Lanhas, F.; Brandão, D. P. 1969. Inventário de Objectos e Lugares com Interesse arqueológico, *Revista de Etnologia*, 12 (2) Porto: 295-344.
- Lanhas, F.; Brandão, D. P. 1971. “Pesos de rede” ou pesos de pedra com entalhes para pesca. Tentativa de sistematização, *Actas do II Congresso Nacional de Arqueologia*, Lisboa: 581-589.
- Lemos, Francisco Sande; Leite, J. M. F.; Bettencourt, A. M. S.; Azevedo, M. 2003. O balneário pré-romano de Braga, *Almadan*, II Série, 12: 43-46.
- Lima, A. C. P. 1940. A correspondência Martins Sarmiento - P. Joaquim Pedrosa, *Revista de Guimarães*, vol. L, n.º 1-2: 77-105.
- Lima, A. C. P. 1940a. A correspondência Martins Sarmiento - P. Joaquim Pedrosa, *Revista de Guimarães*, vol. L, n.º 3-4: 181-214.
- Lopes, A. M. 2011. Transformações na paisagem rural do norte de Portugal, Tese de mestrado, Instituto Superior de Agronomia da Universidade Técnica de Lisboa.

- Machado, J. 2005. *Balneários castrejos no Norte de Portugal: Algumas considerações*, FLUP, Seminário de Projeto (Policopiado).
- Martins, M. 1990. *O povoamento proto-histórico e a romanização da bacia do curso médio do Cávado*, *Cadernos de Arqueologia - Monografias*, n.º 5, Braga.
- Martins, M. 1985. Sondagens arqueológicas no Castro de Monte Padrão em Santo Tirso, *Cadernos de Arqueologia*, Série II (2): 217-230.
- Martins, M. 1990. *O povoamento proto-histórico e a romanização da bacia do curso médio do Cávado*, *Cadernos de Arqueologia - Monografias*, n.º 5, Braga.
- Martins, M.; Jorge, S. O. 1992. Substrato cultural das etnias pré-romanas do Norte de Portugal, «Paleoetnologia de la Península Ibérica», *Actas de la Reunión celebrada en la facultad de geografía e Historia de la Universidad Complutense*, Madrid, 13-15 Diciembre de 1989, *Complutum*, n.º 2-3: 347-372.
- Melo, A. A.; Araújo, M. F. 2000. Machados de Bronze de Santo Tirso, *Santo Tirso Arqueológico*, II Série, n.º 2-3: 53-66.
- Moreira, A. B. 1991. O pontão do Arquinho, Água Longa, *Santo Tirso Arqueológico*, 1: 7-24.
- Moreira, A. B. 1991a. Elementos para a carta arqueológica do concelho de Santo Tirso. A estação arqueológica de Monte Padrão, *Santo Tirso Arqueológico*, 1: 28-34.
- Moreira, A. B. 1991b. Materiais arqueológicos do Museu Municipal Abade Pedrosa. Um bronze romano, *Revista de Ciências Históricas*, *Universidade Portucalense*, vol. VI, Porto, pp. 69-76 = Materiais arqueológicos do Museu Municipal Abade Pedrosa. Um bronze romano do castro de Alvarelos, *Da cidade e do seu Termo*, Coord. Francisco Carvalho Correia, Braga, 2000: 323-328.
- Moreira, A. B. 1992. Epigrafia romana do concelho de Santo Tirso, *Santo Tirso Arqueológico*, II: 15-33.
- Moreira, A. B. 1992a. Elementos para a carta arqueológica do concelho de Santo Tirso. A estação arqueológica de Alvarelos, *Santo Tirso Arqueológico*, vol. II: 34-47.
- Moreira, A. B. 1995. *Relatório de escavações. Estação Arqueológica de Monte Padrão (Pad. 95)*, Santo Tirso (policopiado).
- Moreira, A. B. 1997. Materiais arqueológicos do Museu Municipal Abade Pedrosa (Santo Tirso). Uma placa esmaltada proveniente da estação arqueológica de Monte Padrão, *Santo Tirso Arqueológico*, IIª Série, n.º 1: 83-87.
- Moreira, A. B. 1997a. Vidros romanos no Noroeste Português. Estudos monográficos de Tongobriga e Alvarelos, *Santo Tirso Arqueológico*, n.º 1, IIª Série: 14-82.
- Moreira, A. B. 1997b. Documentos de Santo Tirso – *Portugaliae Monumenta Histórica. Diplomat et Chartae*, doc. 413 (1059), vol. I, 1867. Comentário, *Santo Tirso Arqueológico*, 1, 2ª Série: 141-142.
- Moreira, A. B. 1998. *A Área arqueológica de Alvarelos. Memória e identidade*, Santa Maria da Feira.
- Moreira, A. B. 2000. Materiais arqueológicos do Museu Municipal Abade Pedrosa. Um bronze romano do castro de Alvarelos, *Da cidade e do seu Termo*, Coord. Francisco Carvalho Correia, Braga, pp. 323-328 = Materiais arqueológicos do Museu Abade Pedrosa. Um bronze romano, *Revista de Ciências Históricas*, *Universidade Portucalense*, vol. VI, Porto, 1991: 69-76.
- Moreira, A. B. 2004. A necrópole romana da Quinta da Devesa, Santo Tirso, *Santo Tirso Arqueológico*, n.º 4, 2ª Série: 7-54.
- Moreira, A. B. 2004a. Elementos para a carta arqueológica do concelho de Santo Tirso. O Castro de Santa Margarida, S. Tomé de Negrelos, *Santo Tirso Arqueológico*, 3/4, 2ª Série: 55-68.
- Moreira, A. B. 2005. A origem romana da cidade de Santo Tirso, *Escola Secundária de Tomaz Pelayo - 50 anos da sua história*, Santo Tirso: 9-25.
- Moreira, A. B. 2005a. O castro do Monte do Padrão. Património e Identidade, *Actas do colóquio "O castro: um lugar para habitar"*, Penafiel, 5 e 6 de novembro de 2004, *Cadernos do Museu*, 11, Penafiel: 255-276.

- Moreira, A. B. 2005b. *O Castro do Monte do Padrão. Do Bronze final ao fim da Idade Média*, Vila da Feira.
- Moreira, A. B. 2005c. O lugar da escola. A origem romana da cidade de Santo Tirso, Catálogo da exposição – *Escola Secundária de Tomaz Pelayo - 50 anos da sua história*, Santo Tirso: 8.
- Moreira, A. B. 2006. *O Castro do Monte do Padrão. Do Bronze Final ao fim da Idade Média*, Santo Tirso, Santa Maria da Feira.
- Moreira, A. B. 2007. *Museu Municipal Abade Pedrosa. Coleção Arqueológica*, Santa Maria da Feira.
- Moreira, A. B. 2008. Castro do Monte do Padrão. Projecto de estudo, valorização e dinamização, *Actas do Seminário Final “CASTRENOR: cultura castrexa no noroeste peninsular”*, Mondariz 22 e 23 de Xuño de 2006, Santiago de Compostela: 129-145.
- Moreira, A. B. 2009. A ocupação medieval do Castro do Padrão. A igreja e o Mosteiro de Monte Córdova, *Monte Córdova, Santo Tirso. Elementos para uma Monografia*, Braga: 9-93.
- Moreira, A. B. 2009a. La ocupación medieval del Castro de Padrão. La iglesia y el monastério de Monte Córdova, *Actas del Congreso Internacional, “Rudesindus. S. Rosendo. Su tiempo y su legado”*, Mondoñedo, Santo Tirso (Portugal) y Celanova, 27-30 de Junio, 2007, Santiago de Compostela, 2009: 160-175.
- Moreira, A. B. 2010a. O Monte Padrão no quadro do povoamento medieval entre Douro e Ave, *Rudesindus. Pastor egregio, monge piedoso, defensor do solo pátrio*: 215-317.
- Moreira, A. B. 2011. *Santo Thyrsos de Riba D’Ave*. Notas e Comentários, Santo Tirso.
- Moreira, A. B. 2013. O balneário do Castro do Monte Padrão, Santo Tirso, *Boletim Cultural – Vila Nova de Famalicão*, IIIª Série, nº 6/7, Vila Nova de Famalicão: 101-127.
- Moreira, A. B. 2013a. Provas públicas de defesa da tese de doutoramento – *Castelum Madiaae*. Formação e desenvolvimento de um aglomerado urbano secundário no ordenamento do povoamento romano entre Leça e Ave, *Santo Tirso Arqueológico*, IIª Série, n.º 5: 79-113.
- Moreira, A. B. 2013b. Edições municipais dedicadas ao estudo e divulgação da história de Santo Tirso. Apontamento historiográfico, *Santo Tirso Arqueológico*, IIª Série, n.º 5: 155-189.
- Moreira, A. B. 2013c. O balneário do Castro do Monte Padrão, Santo Tirso, *Santo Tirso Arqueológico*, IIª Série, n.º 5: 7-35.
- Moreira, A. B. 2013d. Santo Tirso. As origens do povoamento. *Das origens do povoamento à atualidade*, Santo Tirso: 9-130.
- Moreira, A. B. 2014. *Carta Arqueológica do concelho de Santo Tirso*, Santo Tirso.
- Moreira, A. B. 2016. *Museu Municipal Abade Pedrosa. Espólio Arqueológico*, Santo Tirso.
- Moreira, A. B.; Silva, A. C. F. 2010. O rio da Memória. A romanização do vale do Leça, *O rio da memória. Arqueologia no território do Leça*, CMM, Porto: 125-198.
- Monteagudo, L. 1977. *Die Beile Auf der Iberischen Halbinsel*, Praehistorische Bronzefunde, XI, n.º 6, Munich.
- Mattos, A. 1947. Inventário das Inscrições do Douro Litoral, Douro Litoral, 2ª Série, vol. VII, Porto.
- Paço, A. 1952. Citânia de Sanfins, I. Notícia histórica, *O Concelho de Santo Tirso - Boletim Cultural*, vol. I, n.º 3: 357-384.
- Parente, J. 2003. *O castro de S. Bento (Concelho de Vila Real) e o seu ambiente arqueológico*, Vila Real.
- Peixoto, R. 1888. *O Museu Municipal do Porto*, Sociedade Carlos Ribeiro, Porto.
- Peixoto, R. 1902. *Guia do Museu Municipal do Porto*, Porto.
- Peixoto, R. 1903. Do emprego ainda recente d’uma mó manual, *Portugália*, 1 (4), Porto, pp. 828-931.
- Peixoto, R. 1905. «Prisões» de gado, *Portugália*, 2 (1): 78-79.
- Peixoto, R. 1905/08. Notícias, *Portugália*, II: 228.

- Peixoto, R. 1906. Sepulturas abertas em rocha, *Portugália*, 2 (2): 287-288.
- Peixoto, R. 1908. O Homem da Maça, *Portugália*, 2 (4): 492g-492h.
- Pérez, L. C. 1997. Brazaletes de bronze de Santo Tirso, *Santo Tirso Arqueológico*, 2ª Série, n.º 1: 5-11.
- Pinho, M. R. M. 1947. *Elementos para a história de Castelo de Paiva*, Câmara Municipal de Castelo de Paiva, Esposende: 50-53.
- Pinto, R. S. 1927. Introdução à Arqueologia Portucalense, *O Tripeiro*, 3ª Série, Ano II, n.º 26, Porto: 24-25.
- Queiroga, F.R.; Dinis, A. P. 2008-2009. O balneário castrejo do Castro das Eiras, *Portugália*, Nova Série, vol. XXIX-XXX: 139-147.
- Rey, B.C. 1998. Los inicios de la metalurgia en el Noroeste de la Peninsula Iberica, *Brigantium*, vol. 11, A Coruña.
- Rey, B.C. Bettencourt, A.M.S. 2008. Nuevos datos sobre la primeira metalurgia del bronce en el noroeste peninsular: la contribución de Bouça da Cova da Moura (Ardegães, Maia), *Actas das Iª Jornadas Arqueológicas do Vale do Leça, Matosinhos*, MATESINUS, n.º 6, Matosinhos: 89-107.
- Ribeiro, F. 1930-34. Novas descobertas arqueológicas na Citânia de Briteiros, *Revista de Guimarães*, 40(3-4), 1930, pp. 171-175; 44 (3-4), 1934, pp. 205-208.
- Sanches, M. J. 1981. Recipientes cerâmicos da pré-história recente no Norte de Portugal, *Arqueologia*, n.º 3: 88-98.
- Sanches, M. J. 1982. Vasos da estação arqueológica do Corvilho - Santo Tirso, *Arqueologia*, n.º 4: 56-61.
- Sanches, M. J. 1988. O povoado da Lavra (Marco de Canaveses), *Arqueologia*, n.º 17: 125-134.
- Santarém, C. M. F. 1951. O castro de Monte Padrão, *O Concelho de Santo Tirso - Boletim Cultural*, vol. 1, (1): 49-66.
- Santarém, C. M. F. 1953. Duas inscrições romanas inéditas do concelho de Santo Tirso, *O Concelho de Santo Tirso - Boletim Cultural*, vol. II, n.º 3: 397-401.
- Santarém, C. M. F. 1955. O Castro de Monte do Padrão. Campanhas de 1952-53-54, *O Concelho de Santo Tirso - Boletim Cultural*, 3 (4): 397-429.
- Santarém, C. M. F. 1956. Inscrições romanas no concelho de Santo Tirso, *O concelho de Santo Tirso - Boletim Cultural*, vol. V: 63-70.
- Santarém, C. M. F. 1956a. Um notável instrumento pré-histórico do círculo nórdico encontrada em Monte Córdova, *O Concelho de Santo Tirso - Boletim Cultural*, IV, n.º 1: 69-72.
- Santarém, C. M. F. 1956b. Algumas peças inéditas do Museu Abade Pedrosa II - Espólio arqueológico do Corvilho, Santo Tirso, *O concelho de Santo Tirso - Boletim Cultural*, vol. IV, n.º 2: 169-177.
- Santarém, C. M. F. 1977. Santo Tirso. Ligeiros apontamentos para uma monografia, *O Concelho de Santo Tirso - Boletim Cultural*, vol. V, n.º 1: 161-170.
- Santos, J. N. 1955. Guifões. Notas Arqueológicas, Históricas e Etnográficas. Castrum Quiffiones, vol. I, Porto. (1956) -Guifões. Notas arqueológicas, históricas e etnográficas. I Castrum Quiffiones, Porto.
- Santos, J. N. 1959. *A Torre de Linhares na Época Romana*, Gueifões.
- Santos, J. N. 1962. Altar com covinhas no Castro de Guifões, *Studium Generale*, n.º 9: 111-116.
- Santos, J. N. 1962a. Serpentes geminadas em suástica e figurações serpentiformes do castro de Guifões, *Lucerna*, 3, Sep. 5-25.
- Santos, J. N. 1962b. Marcas dedadas nas telhas romanas do Castro de Guifões, *Studium Generale*, 1: 230-282.
- Santos, J. N. 1962c. Altar com covinhas no castro de Guifões, *Studium Generale*, 9 (1): 230-282.
- Santos, J. N. 1963. Serpentes geminadas em suástica e figurações serpentiformes do castro de Guifões, *Actas do II Colóquio Portuense de Arqueologia*, Porto: 136-156.

- Santos, J. N. 1963a. Coberturas vitrificadas em Louça doméstica do castro de Guifões, *Actas do II Colóquio Portuense de Arqueologia*: 157-166.
- Santos, J. N. 1995-96. Sobre uma sítula do Castro de Guifões (publicação póstuma coordenada por Joel Cleto), *Matesinius – Revista de Arqueologia, História e Património de Matosinhos*, n.º 1/2, Matosinhos: 20-22.
- Sarmiento, M. 1879. Arte pré-romana, *O Occidente*, 2: 157.
- Sarmiento, M. 1883-84. Inscrições inéditas, *Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portugueses*, vol. IV, 2ª Série, Lisboa = *Dispersos*, 1993, vol. I-II, Coimbra.
- Sarmiento, M. 1885. A inscrição de Burgães, *A vida Moderna*, vol. VI, n.º 6, Porto.
- Sarmiento, M. 1887. Para o Pantheon Lusitano, *Revista de Guimarães*, vol. I: 227-240.
- Sarmiento, M. 1895. A cidade Velha de Monte Córdova, *O Archeólogo Potuguês*, vol. I, Lisboa, pp. 145-151. = *Dispersos*: 423-427.
- Sarmiento, M. 1901. Extractos da correspondência enviada por F. Martins Sarmiento a Leite de Vasconcelos, *O Archeólogo Português*, n.º 6, Lisboa: 32-38.
- Sarmiento, M. 1906. Materiais para a archeologia do concelho de Guimarães, *Revista de Guimarães*, 23(1): 41-51.
- Sarmiento, M. 1930. Carta a Martins Capela, *Revista de Guimarães*, 40: 83-87.
- Sarmiento, M. 1933. *Dispersos*, vol. I-II, Coimbra.
- Sarmiento, M. 1953. Correspondência entre Martins Sarmiento e o Abade de Miragaia, Pedro Augusto Ferreira, *Revista de Guimarães*, 63 (3-4): 275.
- Sarmiento, M. 1970. Os inéditos de Martins Sarmiento, *Antiqua, Revista de Guimarães*, vol. LXXX, 1-2: 11-72.
- Sarmiento, M. 1970a. *Antiqua, Revista de Guimarães*, vol. LXXX, Guimarães: 38-48.
- Sarmiento, M. 1999 = [1880]. *Antiqua*, SMS, Guimarães.
- Silva, A. C. F. 1980. Organizações gentílicas de entre Leça e Ave, *Portugália*, Nova Série, n.º 1: 79-90.
- Silva, A. C. F. 1983. *Citânia de Sanfins (Paços de Ferreira)*, Paços de Ferreira.
- Silva, A. C. F. 1983-1984. A cultura castreja no Noroeste de Portugal: habitat e cronologias, *Portugália*, Nova Série, n.º 3-4, (Colóquio Inter-universitário de Arqueologia do Noroeste), Porto: 121-129.
- Silva, A. C. F. 1986. *Cultura castreja no Noroeste de Portugal*, CMPF, Museu Arqueológico da Citânia de Sanfins.
- Silva, A. C. F. 1994. Origens do Porto, *História do Porto* (Dir. Luís A. de Oliveira Ramos), Porto: 44-117.
- Silva, A. C. F. 1995. A evolução do habitat castrejo e o processo de proto-urbanização no Noroeste de Portugal durante o I milénio a.C., *Revista da Faculdade de Letras - História*, Universidade do Porto, Porto: 505-546.
- Silva, A. C. F. 1999. *Citânia de Sanfins*, Museu Arqueológico da Citânia de Sanfins, Paços de Ferreira.
- Silva, A. C. F. 2007. *A cultura castreja no Noroeste de Portugal*, Paços de Ferreira.
- Silva, A. C. F. 2007a. *Pedra formosa. Arqueologia experimental – Vila Nova de Famalicão* (Coord.). Vila Nova de Famalicão.
- Silva, A. C. F.; Gomes, M. V. G. 1992. *Proto-história de Portugal*, Universidade Aberta, Lisboa.
- Silva, A. C. F.; Gomes, M. V. G. 1999. *Citânia de Sanfins*, Museu Arqueológico da Citânia de Sanfins, Paços de Ferreira.
- Silva, A. C. F.; Machado, J. 2007. Banhos castrejos do Norte de Portugal, *Pedra formosa. Arqueologia experimental – Vila Nova de Famalicão* (Coord. Armando Coelho Ferreira da Silva). Vila Nova de Famalicão: 21-62.

- Silva, A. C. F.; Maciel, T. 2005. Balneários castrejos do Noroeste peninsular. Notícia de um novo monumento do castro de Roques, *Portugália*, Nova Série, 25: 115-131.
- Silva, A. C. F.; Moreira, A. B. 2013. Proto-História no Vale do Leça, *O rio da memória*, Matosinhos: 89-255.
- Silva, A. C. F.; Raposo, L.; Silva, C. T. 1993. *Pré-história de Portugal*, Universidade Aberta, Lisboa.
- Silva, J. P.N. 1876. Escultura romana conhecida pelo nome de Pedra Formosa, achada em Portugal, e o que ella representa, *Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes*, 2ª Série, 9: 136.
- Soeiro, T. 1980. Objectos de bronze do Castro de Alvarelhos, *Gallaecia*, n.º 6: 237-243.
- Soeiro, T. 1988. A propósito de quatro necrópoles proto-históricas do concelho de Esposende. *Actas do Colóquio de homenagem a Manuel Boaventura (Esposende, 1987)*, Esposende: 35-61.
- Teixeira, C.; Medeiros, A. Cândido; Assunção, C. Torre. 1965. Carta Geológica de Portugal (1 / 50 000). Notícia explicativa da folha 9-A, Póvoa de Varzim, SGP, Lisboa.
- Twohig, E. S. 1981. A pedra decorada de Ardegães de Águas Santas (Concelho da Maia), *Arqueologia*, n.º 3, GEAP: 49-55.
- Torres, J. 1978-79. *Tesouro monetário do Castro de Alvarelhos. Estudo numismático - Seriação cronológica e histórica*, Boletim Cultural de Santo Tirso, vol. I, n.º 2-3, Santo Tirso.
- Tovar, A. 1960. *Lenguas prerromanas de la Península Ibérica*, Enciclopédia Linguística Hispânica, vol. I, Madrid.
- Tovar, A.; Navascues, J. M. 1950. Algunas consideraciones sobre los nombres de divindades del Oeste Peninsular, *Miscelania de Filologia, Literatura e História Cultural - À memória de F. A. Coelho*, vol. II: 178-191.
- Tranoy, A. 1977. A propos des «Gallaeci» de Pline: epigraphie et peuplement, *Bracara Augusta*, vol. XXXI: 225-233.
- Tranoy, A. 1981. *La Galice Romaine. Recherches sur le nord-ouest de la Péninsule Ibérique dans l'antiquité*, Paris.
- Tranoy, A; Roux, P. L. 1989-90. As necrópoles de Bracara Augusta. As inscrições funerárias, *Cadernos de Arqueologia*, 2ª Série, n.º 6-7: 183-230.
- Valvís, F. Conde. 1955. Las termas romanas de la «Cibdá» de Armea en Santa Marina de Aguas Santas, *III Congreso Arqueologico Nacional (Galicia, 1953)*, Zaragoza: 432-446.
- Vasconcelos, J. L. 1898. O “Castelo” de Guifões, *O Archeólogo Português*, 1ª Série, vol. VI: 270-272.
- Vasconcelos, J. L. 1901. De 28 de Agosto de 1880 (Briteiros): Ainda os congressistas. O Castro de Guifões, *O Archeólogo Português*, 1ª Série, vol. VI: 330-348.
- Vasconcelos, J. L. 1905. *Religiões da Lusitânia*, vol. II, Imprensa Nacional, Lisboa.
- Vasconcelos, J. L. 1913. *Religiões da Lusitânia*, vol. III, Lisboa.
- Vasconcelos, J. L. 1913a. Aquisições do Museu Etnológico Português, *O Archeólogo Português*, vol. XVIII: 152.
- Vasconcelos, J. L. 1921-22. Inscrição romana de Santa Comba (Paredes), *O Archeólogo Português*, vol. XXV: 248-249.
- Vasconcelos, J. L. 1958. *Cartas de Leite Vasconcelos a Martins Sarmiento (Arqueologia e Etnografia), 1879/1899. Anotações de Mário Cardozo*, Guimarães, Sociedade Martins Sarmiento.
- Vives, J. 1971-72. *Inscriptiones Latinas de la España Romana*, Barcelona.

Teses, dissertações / referências online

Almeida, C. A. F. 1978. *Casteologia medieval Entre-Douro-e-Minho (desde as origens até 1220)*, Trabalho complementar para a prestação de provas de doutoramento em História de arte, FLUP, Porto, (policopiado) – Biblioteca Universidade de Coimbra – (<http://webopac.sib.uc.pt/record=b1543053&-searchscope=0>).

Dinis, António Pereira. 1993. *Ordenamento do território do Baixo Ave no I milénio a.C.*, Tese de mestrado, FLUP, Porto, (<https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/28247>).

Lemos, F.S.L. 1993. Povoamento Romano de Trás-os-Montes Oriental, 3 volumes, Tese de Doutoramento, FCSUM, Braga, (policopiado) - Biblioteca Universidade do Minho (http://aleph.sdum.uminho.pt/F/TYXUQ3VJ8EGNAFJICNPV4QC2T2UBT2DT687TYGE37V-5GIN3P1N-30327?func=full-set-set&set_number=109733&set_entry=000001&format=999).

Moreira, A. B. 2010. *Castellum Madae*. Formação e desenvolvimento de um “aglomerado urbano secundário” no ordenamento do povoamento romano entre Leça e Ave, Tese de Doutoramento, Universidade de Santiago de Compostela (<http://hdl.handle.net/10347/2816>), Santiago de Compostela).

Sampaio, H. A. 2014. *A Idade do Bronze na bacia do rio Ave (Noroeste de Portugal)*, Tese de doutoramento, Universidade do Minho Instituto de Ciências Sociais, Braga (<http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/35559>).

Trabalhos científicos policopiados

Almeida, C. A. F. 1992. *Plano Director de Vila do Conde – Relatório de arqueologia*, Vila do Conde.

Moreira, A. B. 1991. *Relatório de escavações. Estação Arqueológica de Monte Padrão (Pad. 1991)*, Santo Tirso.

Moreira, A. B. 1995. *Relatório de escavações. Estação Arqueológica de Monte Padrão (Pad. 1995)*, Santo Tirso.

Moreira, A. B. 1995a. *Vidros romanos no noroeste português. Estudos monográficos de Tongobriga e Alvarelhos*, Estudos de Terceiro Ciclo (1993-1995), Trabalho de Investigação, Universidade de Santiago de Compostela - Facultad de Xeografia e História (policopiado).

Moreira, A. B. 2003. *Relatório de escavações. Estação Arqueológica de Monte Padrão (Pad. 2003)*, Santo Tirso.

Queiroga, F. R. 1992. *War and Castros. New approaches to the Northwestern Portuguese Iron Age*, Dissertação de Doutoramento, Oxford, policopiado.

Ribeiro, A. T. 2014. *Relatório. Carta Arqueológica do concelho da Maia* (policopiado), Maia.

Abreviaturas

CMM – Câmara Municipal da Maia, Maia

CMM – Câmara Municipal de Matosinhos, Matosinhos

CMPF – Câmara Municipal de Paços de Ferreira, Paços de Ferreira

CMST – Câmara Municipal de Santo Tirso, Santo Tirso

FLUP – Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto

FCSUM – Faculdade de Ciências Sociais da Universidade do Minho, Braga

GEAP – Grupo de Estudos Arqueológicos, Porto

NNA – Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa

PMH - Portugaliæ Monumenta Historica

SGP – Serviços de Geológicos de Portugal, Lisboa

SMS – Sociedade Martins Sarmento, Guimarães

Posters

A PROMOÇÃO DA CULTURA CASTREJA ATRAVÉS DE LIVING HISTORY E ARQUEOLOGIA EXPERIMENTAL: UMA PROPOSTA

ANDREA MARIANI

Faculdade de Letras da Universidade do Porto (CITCEM) - FCT Doctoral Grant Holder (SFRH/BD/109896/2015), Portugal; APS Popolo di Brig, Vimercate, Italy; Gruppo di Ricerche Archeostoriche del Lambro, Biassono, Italy; EmCadeamentos, Espinho, Portugal; EXARC, Leiden, Holland.

andrea.mariani@museobiassono.it

RESUMO

Com mais de 15 anos de experiência internacional em living history e na arqueologia experimental, o objetivo do autor é apresentar um modelo de projeto já testado e bem-sucedido, que pretende propor a várias instituições (municípios, museus, parques arqueológicos, centros interpretativos, escolas ...) uma cooperação com especialistas profissionais na área. O objetivo final será disponibilizar ao grande público as principais características da Cultura Castreja e promover o património cultural. Isso poderia ser realizado por meio de workshops (práticos e teóricos) e eventos de “história viva” que contemplassem objetivos específicos.

ABSTRACT

With over 15 years of international experience living history and experimental archaeology, the aim of the author with this contribution is to present an already tested and successful model project, which intends to propose to several institutions (municipalities, museums, archaeological parks, interpretative centres, schools ...) a cooperation with professional experts in the field. The final goal will be to make available to the big audience the main features of the Cultura Castreja and to promote the cultural heritage. This could be accomplished through workshops (practical and theoretical) and living history events envisaging specific targets.

INTRODUÇÃO

Um dos desafios mais empolgantes dos dias de hoje é poder criar interesse na história do público em geral. Mas o problema é encontrar novas maneiras de atingir esse objetivo. Infelizmente alguns desses meios de comunicação, como o canal História e as chamadas feiras medievais, são inadequados como formas de promoção da História perante o grande público. Penso que o *History Channel* seja uma boa ideia realizada do pior dos modos - além dos documentários serem frequentemente de muito fraca qualidade no que respeita à fidelidade e seriedade da história - o canal televisivo foge do escopo quando faz programas sobre extraterrestres ou reparações de automóveis. Os documentários, se bem realizados, com estudos sérios e colaboração de *reenactors* profissionais poderiam ser uma escolha vencedora para apresentar ao grande público a história de uma maneira cativante. Mas o que são os *reenactors*, ou melhor, o que é a recriação história?

LIVING HISTORY E ARQUEOLOGIA EXPERIMENTAL

Por recriação histórica (*Living History / Reenactment*) entende-se ser a reprodução o mais fiel possível da vida em períodos históricos passados (da pré-história até aos anos 70 do século XX) com o objetivo de divulgar a história através de uma espécie de “documentário vivo”. Na recriação, portanto, não é necessário “ser” mas sim “parecer”: a correção histórica exterior é assumida como suficiente para atingir esse objetivo. A recriação do tipo bélico é a mais difundida, em relação àquela civil, mas não é o único tipo de recriação feita pela generalidade dos grupos: aspetos como o artesanato, a cozinha, a música e a reproposição de ritos e festividades estão fortemente presentes e, em alguns grupos, até mesmo prevalentes. Em paralelo com a recriação histórica temos a arqueologia experimental.

Por arqueologia experimental, por seu turno, entende-se ser a pesquisa (também a nível académico) de material, instrumentos e técnicas de realização próprias do período tratado, com o objetivo de acrescentar e colmatar as lacunas deixadas pela arqueologia mais tradicional. Se é verdade que muitas vezes os *reenactors* se ocupam de arqueologia experimental, também no âmbito de colaboração com instituições, os dois campos mantêm-se distintos, embora com afinidades. A arqueologia experimental tem, portanto, diversas finalidades, vários objetivos e múltiplos destinatários. Seguramente a finalidade mais importante é aquela de demonstrar com a prática algumas teorias, e experimentar portanto algumas técnicas mais ou menos antigas. Os resultados destas atividades poderão ter como objetivo a recolha de dados, ou podem ser utilizados como meio didático para o grande público. Depois há também um meio-termo: algumas atividades poderão de facto ser integrados em eventos de recriação histórica de modo a oferecer um aporte empírico ao público, mas contemporaneamente consentir ao operador cultural a possibilidade de recolher dados e obter resultados. Como dizia, a arqueologia experimental tem

também a sua própria dignidade académica. Nos últimos anos, algumas universidades (especialmente no norte da Europa) abriram cursos de arqueologia experimental. Um exemplo interessante é o do EXARC, uma organização mundial, afiliada ao ICOM (*International Council of Museums*) que reúne diferentes realidades, do *reenactor* ao arqueólogo, do antropólogo ao operador cultural, do museu ao centro interpretativo.

Algumas atividades podem então ser inseridas nos ditos eventos de recriação histórica. Aqui serve dizer uma coisa: raramente, em Portugal, se pode assistir a eventos de boa qualidade. A tendência em Portugal (e não só!) é teatralizar um episódio histórico específico dando espaço à parte recreativa de espetáculo e folclore mais do que oferecer um produto sério e com finalidade didática. Não estou a dizer que no decurso de um evento de um fim-de-semana (ou até mais dias) não possa haver momentos de dramatização mas estes devem apoiar-se numa preparação histórica séria, baseada em fontes, seja para a reconstituição de roupa, armas e acessórios, seja pelo episódio que está a ser dramatizado, deixando de parte falsos mitos, ou pior ainda, ideias nacionalistas. Não é admissível ver soldados ou cavaleiros que usam simultaneamente armas pertencentes a séculos diferentes. Não é aceitável ver roupas *fantasy* ou material sintético, pessoas com calçado moderno ou que usam óculos ou acessórios fora da época representada. Se é verdade que para a *living history* o importante é parecer e não ser, isto implica de facto não poder usar algodão se estou a representar os Celtas da segunda idade do ferro - tenho de usar lã ou linho, mas poderei usar uma máquina de costura para realizar algumas partes (aqueles não visíveis) das roupas.

A procura das fontes (iconográficas, históricas, arqueológicas) ocupa tempo e muitas vezes há a necessidade de, no núcleo de cada grupo de recreação histórica, haver pessoas qualificadas adaptadas à recolha, análise e a filtrar as informações. Isto para a parte histórica. Depois é necessário haver capacidade de construir roupas, armas etc. ou encontrar artesãos que possam satisfazer as nossas exigências. Mas fazer as coisas bem é possível, só leva muito tempo, esforço e seriedade!

Um exemplo é o do grupo ao qual eu pertenço: a associação de promoção social “Popolo di Brig”¹, sócio do Exarc. Atualmente é o meu grupo principal, do qual sou um dos cofundadores e secretário, e nasceu em 2004. Ocupa-se principalmente da divulgação da presença e da cultura dos celtas no norte de Itália (como Teuta Brig), e desde 2010 também dos Lígures do Apenino Tosco Emiliano (como Veleiates). Recentemente (2016) começamos a trabalhar na cultura de Golasecca (proto celta). As nossas atividades vão desde a arqueologia experimental (produção de cerveja, marchas históricas etc.) até a recriação histórica, mas também organizamos conferências e *workshops* e cooperamos com museus. Em mais de 14 anos de atividade participámos em centenas de eventos, em Itália, em Inglaterra, na Alemanha, Áustria, França, Eslovénia e Suíça.

¹ <https://www.facebook.com/aps.popolodibrig>; www.popolodibrig.it



A experiência que desenvolvi nestes anos, não só como *reenactor*, mas também como coordenador de grupos históricos, responsável pelo armazém e tudo o que está relacionado com os aspetos burocráticos e económicos, deu-me uma boa capacidade crítica e uma visão real da situação. Por esta razão venho apresentar brevemente uma pequena proposta sobre como promover a cultura Castreja de maneira alternativa, partindo da realidade que conheço mais, os Celtas da segunda Idade do Ferro, cronologicamente coevos ao período de máximo florescimento da cultura Castreja.



UMA PROPOSTA

O projeto consiste em quatro fases:

1. A primeira fase consiste em reunir todo o material atualmente disponível sobre a cultura Castreja: artigos, boletins de escavação, literatura antiga que fala dessas populações. Também seria muito importante visitar os museus onde se pode ver o material castrejo *de visu*. Em seguida, interagir com arqueólogos e operadores de museus para obter seu ponto de vista sobre os vários aspetos que caracterizam a cultura Castreja.

2. Uma vez que esses dados sejam coletados, será necessário decidir quais aspetos específicos devem ser enfocados no trabalho. Além de uma introdução sólida sobre a cultura Castreja, onde suas peculiaridades serão destacadas, bem como as semelhanças com outros povos da Idade do Ferro, será necessário organizar e desenvolver apresentações sobre alimentos, artesanato, religião e armamento, sem negligenciar a possibilidade de inserir atividades práticas, tais como oficinas sobre tecelagem, ou demonstrações de combate (talvez interagindo com outros grupos).



Tudo pode também ser expandido com as atividades da arqueologia experimental: por exemplo, tingimento ou culinária.



3. Neste ponto, será necessário identificar e preparar os operadores culturais, neste caso os *reenactors*, fornecendo-lhes os resultados de nossa pesquisa e discutindo a organização das partes práticas. Uma vez que a equipe tenha sido estabelecida, todos os equipamentos devem estar preparados (ou, em alguns casos, comprados): roupas, armas, materiais para laboratórios, etc.

Finalmente, quando todo o projeto estiver pronto, será necessário encontrar uma entidade com a qual trabalhar, seja um museu, um município ou um organizador de eventos (histórico).



4. Quanto à situação portuguesa, um bom parceiro para tal projeto poderia ser representado pela Associação de Promoção do património histórico e cultural “EmCadeamentos”². Este grupo cobre o arco temporal da pré-história até à baixa idade média e é desde há dois anos membro do Exarc. Ao contrário de outras realidades portuguesas, a “EmCadeamentos” está a tentar desenvolver atividades didáticas e *workshops*. Além disso, participa em feiras medievais mas tentando atingir um bom nível de qualidade na recriação

² <https://www.facebook.com/EmCadeamentos/> <http://www.emcadeamentos.com/>

histórica baseando-se em fontes válidas e propondo didática em vários assuntos como as armas, medicamentos, tecelagem. Todas as atividades do grupo foram submetidas a um comité científico que é composto por uma equipa multidisciplinar ligada ao património (Historiadores, arqueólogos, historiadores de arte, filósofos e pedagogistas). Fazem parte da associação também outros especialistas (por exemplo biólogos, grafólogos, arquitetos, engenheiros, etc.) cujos conhecimentos resultam sempre úteis para integrar a atividade associativa.



Evidentemente, esta proposta não está isenta de encontrar problemas: o primeiro problema é falta ou pouca preparação da maioria das associações que se auto intitulam de recriação histórica. Além disso, um grande problema é que o grande público presente num evento histórico nem sempre tem a capacidade de perceber o que é correto ou não, e frequentemente há associações que estragam o trabalho das poucas que o fazem com qualidade e que trabalham para oferecer um produto de qualidade. O segundo problema é a falta de fundos crónicos. Os poucos fundos são geridos por pessoas que, embora sem má-fé, são ignorantes na matéria de recriação histórica, por burocratas ou políticos que dão maior importância à quantidade e que não são capazes de reconhecer a qualidade. O terceiro problema é a desconfiança do mundo académico. Muitas vezes o mundo académico parece que prefere continuar comodamente sentado na sua poltrona criticando sem conhecer as diversas realidades que compõem este mundo da recriação, ao invés de colocar-se em jogo e colaborar de facto com estes novos operadores culturais. Por

sorte nos últimos anos as coisas parecem ir mudando lentamente. É cada vez mais frequente a colaboração entre museus e grupos. Os *archeoparks* também desempenham o seu papel: organizam jornadas específicas com eventos de recriação ou *workshops* de arqueologia experimental. E finalmente alguns professores e instituições parecem ter percebido a importância destas atividades. Esta minha breve contribuição confirma isso.

Concluindo e resumindo: seja a recriação histórica, seja, em parte, a arqueologia experimental, devem ser interpretados como meios alternativos para uma divulgação ativa da história. A única maneira para conseguir este objetivo é através de uma colaboração eficaz entre museus, câmaras municipais, mundo académico e operadores culturais (de qualquer tipo).



FONTES E ESTUDOS SELECIONADOS

Agnew, V. 2004. Introduction: "What is Reenactment?", *Criticism* 46 (3): 327–339. Special issue on historical reenactment, co-ed. Vanessa Agnew and Jonathan Lamb. https://www.academia.edu/1009391/What_is_Reenactment [Junho 2018].

Anderson, J. 1982. Living History: Simulating Everyday Life in Living Museums. *American Quarterly*, Vol. 34, No. 3: 290-306.

Anderson, J. 1984. *Time machines: the world of living history*, Nashville (USA).

Asta, L., Mariani, A., Sfondrini, M., *Le novità della sperimentazione 2015*, Poster, Fiera Birra Artigianale Piacenza, Piacenza, Italy, 8th -10th May 2015.

Busatta, S. 2016. Qualche osservazione su Rievocazione, Living History e Archeopark in Italia. *Antrocom Online Journal of Anthropology* 12 (1): 67-92. <http://www.antrocom.net/upload/sub/antrocom/120116/06-Antrocom.pdf> [Junho 2018].

Gassmann, S., Mariani, A., Uckelman, S.L., Venables, M. 2018. *Re-Enactment and Medieval Studies, III: Problems and Potential - A Round Table Discussion*, IMC 2018, 4th July 2018, Leeds (UK).

Magelssen, S. 2007. *Living History Museums: Undoing History through Performance*, Lanham (USA).

Mariani, A. 2018. *Nuove frontiere della ricerca: archeologia sperimentale e living history come mezzo di promozione del patrimonio storico culturale*, Comunicação na International Medieval Meeting, 25-28 June 2018, Lleida (Spain).

Mariani, A. 2018. *A promoção do Património Cultural através de living history e arqueologia experimental: a Associação EmCadeamentos*, Comunicação no III Encontro PATRIMÓNIO (S), ARTE (S) E TURISMO CULTURAL, 17-18 Maio 2018, Escola Superior de Educação do Porto, Porto (Portugal).

Mariani, A. 2018. *The promotion of Castreja culture through historical re-enactment and experimental archeology: a proposal*, Poster, Citânias e Cidades. As primeiras cidades do Noroeste Peninsular, 20 April 2018, Centro Interpretativo do Castro do Monte do Padrão, Santo Tirso (Portugal).

Mariani, A. 2015. *Rievocare Celti e Liguri della seconda età del ferro: dalla ricerca alla didattica*, Comunicação no ArqueoMeeting 2015, Museo didattico Riserva naturale Incisioni Rupestri di Ceto, Cimbergo e Paspardo, Nadro di Ceto (BS), Italy, 6th June 2015.

Mariani, A. 2014. *La rievocazione storica in Italia ed in Europa. Un punto della situazione*, Comunicação em "I Celti a Barzio", Barzio (LC), Italy, 26th July 2014.

Mariani, A. 2010. *Perché questo convegno? (La rievocazione celtica in Italia)*, Comunicação em "Celti: la ricerca storica dietro la rievocazione" - Vimercate (MB), Italy, 27th March 2010.

Paardekooper, R. 2012. *The Value of an Archaeological Open-air Museum is in Its Use: Understanding Archaeological Open-air Museums and Their Visitors*, Leiden.

Reeves Flores, J., Paardekooper, R. 2004. *Experiments Past: Histories of Experimental Archaeology*. Leiden.

The EXARC Journal (todos os números desde 2004) <https://exarc.net/journal> [Junho 2018]

Valenti, M., Ricci, S. e Fronza, V. 2018. Dalle fonti alla narrazione. Ricostruzione storica per il racconto della quotidianità. *Quaderni del Dipartimento di Archeologia e Storia delle Arti*. Sezione Archeologica. Siena: Università di Siena.

O CASTRO DE SALREU (ESTARREJA): UM POVOADO DA IDADE DO FERRO NOS LIMITES MERIDIONAIS DA «CULTURA CASTREJA»

ANTÓNIO MANUEL S. P. SILVA

Arqueólogo. Centro de Arqueologia de Arouca. Coordenador do Projeto PROBA. Investigador do CITCEM (UP).
amspsilva@hotmail.com

GABRIEL R. PEREIRA

Arqueólogo. Centro de Arqueologia de Arouca. Projeto PROBA. Investigador do CITCEM (UP).
pereira.gr@gmail.com

PAULO A. P. LEMOS

Arqueólogo. Centro de Arqueologia de Arouca. Projeto PROBA.
paplemos@gmail.com

SARA ALMEIDA E SILVA

Arqueóloga. Centro de Arqueologia de Arouca. Projeto PROBA.
saralmeidasilva@gmail.com

RESUMO

No âmbito de um projeto de investigação arqueológica dedicado ao estudo do povoamento e ergologia proto-históricas na bacia do Antuã, um dos afluentes do rio Vouga, têm vindo a ser realizadas sondagens arqueológicas no Castro de Salreu, município de Estarreja, contando já os trabalhos com quatro campanhas de escavação (2011, 2016, 2017 e 2018).

O castro de Salreu é um pequeno povoado da Idade do Ferro implantado numa colina localizada num meandro do rio Antuã, relativamente perto da sua foz, proximidade que seria ainda maior durante a Idade do Ferro, atendendo à evolução que a linha de costa sofreu desde então. Reconhecido arqueologicamente nos finais do século passado, tem vindo finalmente a ser melhor caracterizado com os trabalhos em curso. Trata-se de um povoado escalonado em três plataformas, estando pelo menos um dos expressivos taludes das duas plataformas inferiores marcado por estruturas de delimitação petrificadas; observa-se também um fosso que complementa a defesa do aglomerado sensivelmente a nascente e a poente.

As sondagens têm vindo a revelar, entre outros elementos, tramos de uma estrutura de delimitação do povoado, constituída num dos setores em escavação por uma plataforma de pedra e sedimentos argilosos com cerca de quatro metros de espessura; e também evidências da área habitacional, nomeadamente pelo achado de uma estrutura de planta curvilínea em cujo interior se encontrou um piso feito em argila com decoração de círculos impressos.

O conjunto artefactual recolhido é constituído sobretudo por cerâmica indígena, estando também presentes louças e contas em pasta vítrea que revelam importações meridionais. A escassez dos materiais romanos, que praticamente se restringem a alguns fragmentos anfóricos, sugere que o povoado terá sido abandonado por alturas da mudança de era, não chegando a ser romanizado. Esta possibilidade terá de ser certamente interpretada à luz das novas dinâmicas socioeconómicas e culturais que o contacto com os invasores romanos proporcionou a esta franja litoral do Entre Douro e Vouga entre a campanha de Decimo Iunius Brutus (séc. II a.C.) e o definitivo estabelecimento romano na região.

ABSTRACT

As part of an archaeological research project dedicated to the study of protohistoric settlement and ergology in the Antuã basin, one of the tributaries of Vouga River, archaeological surveys have been carried out at Castro de Salreu (Estarreja Municipality). Until now, the Castro has been excavated four times (2011, 2016, 2017 e 2018).

Castro de Salreu is a small Iron Age settlement implanted on a small hill located in a meander of the Antuã River, relatively close of its river mouth. This proximity must have been greater during the Iron Age, taking into account the evolution of the coast line since then. Archaeologically recognized since the late last century, it has finally been better characterized with the ongoing works. It is a settlement that spreads over three platforms, with at least one of the slopes of the two inferior platforms marked by petrified delimitation structures; a ditch that complements the east and west agglomerated defense can also be seen.

The archaeological surveys have showed, amongst other things, sections of a delimitation structure, that includes, on one of the excavation points, a platform made of stones and clay sediments about four meters thick; and also, evidences of the housing area, namely a curvilinear plant structure with a floor made of clay decorated with printed circles.

The artefactual set consists mainly of indigenous ceramic, with some vitreous tableware and beads that reveal meridional imports. The scarcity of roman materials, practically restricted to some amphoral fragments, suggests that the settlement might have been abandoned in the change of era, not even being romanized. This possibility must be interpreted on the light of socioeconomic and cultural dynamics provided to this coastal fringe of Entre Douro e Vouga, between the Decimo Iunius Brutus campaign (2nd century BC) and the definitive Roman establishment in the region, by the contact with Roman invaders.

INTRODUÇÃO

O castro de Salreu (CNS 19299), na freguesia do mesmo nome no concelho de Estarreja, é um pequeno povoado proto-histórico situado na orla costeira compreendida entre os rios Douro e Vouga (Figuras 1 e 2). Localizado na franja mais meridional da designada «cultura castreja»¹, o interesse deste «crasto» - topónimo que resistiu no minúsculo núcleo habitado vizinho – assenta, por um lado, na avaliação da sua cronologia e análise das suas características arquitetónicas e natureza da «cultura material» móvel em relação com o mundo dos castros do Noroeste português; e por outro, na eventual especificidade que a circunstância da sua localização praticamente costeira pode ter refletido nas dinâmicas económicas e sociais da sua ocupação.

O presente texto sintetiza os principais resultados dos trabalhos efetuados durante quatro campanhas de escavação arqueológica nesta estação, sendo muito preliminares os dados da intervenção de 2018, terminada há menos de dois meses.

HISTORIOGRAFIA E INTERVENÇÕES RECENTES

Durante o século XX, alguns autores foram mencionando o interesse arqueológico do local, em virtude, sobretudo, da evidência toponímica que apresentava (PEREIRA 1945-1946; GONÇALVES 1981: 17; SILVA 1986: 105; 2007: 161)². No caso do general João Almeida (1946: 64), gerou-se até alguma confusão, uma vez que o autor indica o assentamento do castro num outro local, a Senhora do Monte, outeiro ainda distante do local agora em estudo. Nos começos da década de '90, um de nós (A.M.S.), em trabalhos de reconhecimento realizados na região, recolheu elementos que permitiram reconhecer aquele pequeno monte como o sítio arqueológico (SILVA 1993; 1994: 53, nº 15; 2002) que vinha sendo mencionado por outros estudiosos. Mais tarde, no quadro da realização de estudos de impacte ambiental para a construção de uma rodovia, o local voltou a ser reconhecido como povoado proto-histórico (DINIS; AMARAL 2000), tendo-se até gerado alguma controvérsia com a possível afetação do sítio pela infraestrutura projetada (SILVA 2002).

A manifestação de interesse por parte da Câmara Municipal de Estarreja na realização de trabalhos arqueológicos no castro de Salreu resultou num convite feito ao Centro de Arqueologia de Arouca³ para aquele efeito, desenvolvendo-se desde então alguns estudos acerca do património arqueológico do concelho de Estarreja (SILVA; PEREIRA 2011) e

¹ Conceito convencional que usamos por comodidade, não interessando aqui discutir o seu efetivo conteúdo arqueológico ou a variabilidade cultural que o conceito pode ocultar.

² Este último Autor (A. C. Ferreira da Silva), nas duas edições da sua tese de doutoramento (1986 e 2007), situa em Salreu o topónimo Cristelo, que nos é desconhecido, localizando-o com coordenadas geográficas que, ou são erróneas, ou remetem para um povoado distinto do que estamos a investigar.

³ Associação de defesa do património fundada em Arouca em 1984 (Estatutos publicados no D.R. 3ª S., 196, de 27-8-1985) cujo âmbito de trabalho é a região do Entre Douro e Vouga.

submetendo-se à aprovação da Direção Geral do Património Cultural um projeto de investigação de base regional no qual se incluíram as pesquisas no castro de Salreu, o projeto PROBA – Proto-história da Bacia do Antuã⁴.

No âmbito deste projeto começou a ser melhor caracterizado o povoado proto-histórico reconhecendo-se alguns elementos enquadráveis nas estruturas de delimitação do povoado, bem como a organização interna do sítio – com um sistema de taludes e plataformas ou terraplenos (Figs. 3 e 4), comum neste tipo de locais, dando-se início aos primeiros trabalhos de escavação no ano de 2011, financiados na totalidade pelo Município de Estarreja, que tem revelado bastante empenho na continuidade das investigações, e com o apoio de outras entidades, como a Fundação Solheiro-Madureira, de cuja Casa-Museu era então conservador o Dr. Delfim Bismarck, e a Junta de Freguesia de Salreu que desde esse ano tem colaborado na execução dos trabalhos, participando de alguns encargos e, sobretudo, tendo um papel ativo e fundamental no contacto com os diversos proprietários.

A primeira campanha teve como objetivo aprofundar o conhecimento sobre a ocupação do povoado (aspetos físicos, potencial estratigráfico, natureza e estado de conservação dos vestígios arqueológicos, etc.). O local situa-se na transição entre o designado complexo xisto grauváquico ante-ordovícico (TEIXEIRA; ASSUNÇÃO 1963:10-14) e os depósitos de cobertura sedimentar do litoral, sendo por isso caracterizado por um substrato rochoso de xistos e grauvaques em associação a cascalheiras. Constituindo uma área de floresta produtiva o sítio apresenta-se quase totalmente povoado de eucaliptos, com algumas manchas de pinheiro, ocupação que em significativas áreas do povoado foi responsável pelo total revolvimento do solo, vendo-se à superfície porções do substrato rochoso levantados pelo plantio mecânico.

Na intervenção de 2011 – realizada, como as subseqüentes, com uma pequena equipa profissional complementada com voluntários – escavaram-se várias sondagens em diferentes setores do povoado. Estes trabalhos resultaram na avaliação de uma superfície de 36 m² e evidenciaram a profunda destruição dos vestígios arqueológicos na plataforma superior, em virtude do plantio mecânico; enquanto na segunda plataforma se verificou a presença de estruturas arqueológicas melhor preservadas, devido aos grandes aterros existentes nesse local (SILVA *et al.* 2012).

Após alguns anos de interregno, motivados especialmente pela dificuldade do Município em financiar novos trabalhos arqueológicos, as escavações foram retomadas em 2016, tendo como áreas de enfoque principais a segunda e terceira plataformas, tendo aumentando a superfície intervencionada para 90m². Na segunda plataforma foi identificada uma nova estrutura arqueológica, de planta curvilínea; na terceira registou-se a

⁴ O projeto de investigação arqueológica PROBA – Proto-história da Bacia do Antuã, aprovado pela Direção Geral do Património Cultural, desenvolveu-se entre 2011 e 2015 (SILVA *et al.* 2011; 2016b; 2016c); entre 2016 e 2018 tem vindo a decorrer um segundo projeto (PROBA+2), na sequência do primeiro (SILVA *et al.* 2016d).

presença de vários elementos materiais, sem, contudo, se ter identificado qualquer estrutura preservada. Numa outra área mais distante, localizada a sudoeste do local onde se vinham obtendo os melhores resultados, foi identificada uma estrutura (de delimitação), cortada pela abertura de um caminho (SILVA *et al.* 2017a:51).

Em 2017 procedeu-se à escavação de uma superfície de 84m². Os trabalhos incidiram em vários pontos. No rebordo da plataforma inferior procurou-se identificar uma possível estrutura de delimitação, o que não pôde confirmar-se; na plataforma intermédia alargou-se a área escavada no setor A, tendo surgido mais evidências relacionadas com a estrutura habitacional aí detetada, destacando-se em particular um piso em argila decorado; num outro ponto desta plataforma (setor K) registou-se um troço da estrutura que delimita o povoado, feita em blocos de xisto, que apresenta uma espessura na ordem dos quatro metros (SILVA *et al.* 2017a; 2017b). Por fim, a campanha de 2018, concluída dois meses antes da redação deste texto, focou-se exclusivamente no setor A (estrutura habitacional) e no setor K (estrutura de delimitação do povoado), com resultados que adiante sintetizaremos.

Em síntese, nas quatro campanhas de escavação arqueológica realizadas (2011, 2016, 2017 e 2018) foram já intervencionados no castro de Salreu mais de 180 m² (Fig. 5), que, todavia, corresponderão a apenas 1% do total da área compreendida dentro das estruturas de delimitação, que calculamos em cerca de dois hectares.

TOPOGRAFIA, ORGANIZAÇÃO INTERNA E SISTEMA DEFENSIVO

A análise da topografia e organização interna do povoado, afinadas após as descrições iniciais (SILVA 1994: 53; 2002) como resultado das primeiras intervenções e desmatização do sítio, em 2011, permite descrever o castro que se implanta numa pequena colina com a cota máxima de 54 metros, localizada num meando do curso terminal do rio Antuã, sobre a sua margem esquerda, com coordenadas geográficas (WGS84) do ponto central 40° 45' 42,50" N.; 08° 32' 57.64 O (Figs. 1 e 2).

O terreno dispõe-se em três plataformas, definidas por outros tantos taludes, situação que parece corresponder à organização topográfica original da aldeia castreja, não obstante as profundas alterações a que o sítio foi sujeito, sobretudo em consequência da plantação intensiva de eucaliptal nas últimas décadas (Figs. 3 e 4).

Na verdade, a «acrópole» ou plataforma culminante encontra-se hoje quase por completo arrasada, devido às ações mecânicas de plantio, sendo também de diminuta expressão (cerca de 0,50 metros) o talude que a distingue da segunda plataforma.

A plataforma intermédia, a mais extensa e com um ligeiro pendente, foi também, em larga extensão, objeto de ripagem mecanizada, mantendo, todavia, nas imediações do segundo talude uma possança de aterros potencialmente propiciadora de uma melhor

preservação de estruturas arqueológicas.

Um segundo talude, com um desnível de cerca de 7 metros, distingue esta plataforma da inferior, mais estreita mas igualmente, pelas observações efetuadas, de significativa espessura de aterros, preservados talvez pela presença de alguma estrutura de contenção que talvez acompanhe o perímetro do terceiro e último talude, que conduz, a Norte, à cota do rio Antuã.

Esta organização orográfica é visível sobretudo no perfil NE.-SO. do povoado, pois em sentido perpendicular observa-se também a descontinuidade decorrente do fosso defensivo⁵ que se desenvolve no exterior do terceiro talude (sobretudo a poente), enquanto que pelo setor sul, em consequência do arroteamento de terrenos para a agricultura, a estrutura original do povoado parece bastante alterada (Fig. 4).

Como se disse, o castro apresenta um fosso relativamente profundo, com cerca de 20 metros de profundidade máxima e largura variável que chega a atingir 40 metros, melhor conservado a poente e mais disfarçado pelo lado nascente, onde aliás coincide com uma linha de água (o que, eventualmente, podia também acontecer no setor oposto).

Considerando paralelos de povoados de implantação similar – uma plataforma em «raquete» sobre um curso fluvial separada do terreno envolvente por uma espécie de istmo mais estreito, como é, por exemplo, o caso do castro de Ovil, em Espinho – não seria de estranhar que o fosso se prolongasse para sul, circuitando o sítio por todos os lados em que não limitava com o Antuã, e disso parecem até adivinhar-se certos vestígios microtopográficos, mas tal hipótese carece de cabal confirmação.

Outro aspeto de grande relevância que deve ser salientado é o da configuração da linha de costa e dos níveis do mar e do caudal do Antuã à época de ocupação do povoado, nos últimos séculos que antecederam o câmbio de era. Na verdade, a análise da bibliografia especializada sugere fortemente que a conjugação das variações eustáticas com a foz do rio então bastante mais aberta, de tipo estuarino, faria do castro de Salreu, há dois mil anos, um povoado claramente atlântico e, provavelmente, com condições adequadas à receção de embarcações que demandassem a área pelo oceano (GRANJA 1996; 2002; 2005; BERNARDES; ROCHA 2007; SILVA; PEREIRA 2010; SILVA *et al.* 2012: 48-50).

EVIDÊNCIA DE ÁREAS DOMÉSTICAS - O SETOR A

O designado setor A corresponde à zona com maior área escavada e, no decurso das diferentes campanhas, foi possível identificar um conjunto de estruturas arqueológicas relacionadas com uma zona habitacional, destacando-se os vestígios de uma construção

⁵ Expressão que utilizamos também apenas para melhor entendimento; na verdade, o fosso – independentemente da sua função defensiva, simbólica ou de outra natureza – constitui um dos elementos das estruturas de delimitação do povoado (que por vezes abreviamos por EDP), que aqui parecem duplas pelo menos em alguns pontos: fosso e talude artificial construído em pedra.

de planta oblonga, em deficiente estado de conservação (Fig. 6).

Um pequeno tramo desta estrutura surgiu no decurso dos trabalhos de 2016, sendo constituído por um pequeno tramo de murete curvilíneo com cerca de 0,40 m de espessura, tendo como único ligante o sedimento argiloso local. No seu interior distinguiu-se um nível de circulação em argila compactada; enquanto na área exterior, a sudeste, foi possível vislumbrar o afeiçoamento do substrato xistoso natural, formando um pequeno canal, com largura máxima de 0,30 m, preservando ainda três lajes em cutelo, que interpretamos, considerando também a pendente do terreno, como um canal de escoamento de águas (SILVA *et al.* 2017a: 47). Nas campanhas subsequentes identificaram-se mais alguns vestígios deste alicerce de *cabana*, de planta pouco regular⁶, tendencialmente oblonga ou ovalada. A sua construção adaptou-se às diferentes realidades no terreno, verificando-se o seu assentamento sobre a rocha natural, sobre sedimentos também naturais, mas de características argilosas, ou ainda sobre uma camada de ligante, com cerca de 0,05 m de espessura. Embora muito frágil, verificou-se que a base da estrutura seria em pedra, com duas ou três fiadas, que apresentavam entre si o mesmo sedimento ligante argiloso. As evidências encontradas sugerem que a estrutura poderia ser construída com recurso a diversos tipos de materiais, combinando materiais mais perecíveis (madeira e ramagens), com alguma pedra e a mesma *argamassa* usada na base. A última campanha, sobre a qual não temos ainda muitos dados disponíveis, permitiu a identificação do local de acesso ao interior da habitação (a porta) através da preservação, em negativo, de dois buracos de poste destinados à colocação dos umbrais, em madeira, da porta, que seria da mesma matéria-prima⁷. Este acesso acha-se virado a poente e definiria uma entrada aparentemente bastante larga.

No seu interior detetaram-se, além do nível de circulação primeiramente identificado, dois níveis de piso em argila cozida pelo fogo. O último, e portanto o mais recente, apresenta-se decorado, de forma ténue, com pequenos círculos (SILVA *et al.* 2017a:22). A par deste último, mas fora dos seus limites, identificou-se uma área de combustão, onde se verificava grande acumulação de cinzas e carvões; com a escavação da mesma verificou-se a existência de uma outra estrutura, em negativo, de pequenas dimensões, que provisoriamente classificámos como uma possível fossa detritica ou de armazenamento. No exterior desta estrutura habitacional, e em linha com o que tinha surgido nos trabalhos de 2011, foi registada a presença de um pequeno piso de circulação, castanho-amarelado, aplanado e em argila compactada, sobre o qual se encontrava um depósito de cascalheira de xisto, relacionável com um derrube de uma qualquer estrutura.

A ESTRUTURA DE DELIMITAÇÃO PERIMETRAL – SETORES K E A

⁶ A estrutura apresenta uma dimensão variável entre 4 m – no eixo menor – NE-SO – e 5 m, no eixo maior – NO-SE.

⁷ Situação análoga foi verificada no Castro de Ovil, em Espinho (SALVADOR; SILVA 2010:58), o povoado mais próximo e, até ao momento, com maior semelhança com o Castro de Salreu.

Os primeiros trabalhos realizados no setor A, em zona de declive, no segundo talude, permitiram a observação de um conjunto de estruturas, bastante desmanteladas pela movimentação de terras relacionada com a florestação moderna do sítio (Fig. 7). Uma delas era composta por blocos de xisto e seixos, de variáveis dimensões, alguns colocados em cutelo, ligados por terras argilosas; a outra, que surgiu a uma cota ligeiramente inferior, mas paralela à anterior, era composta por lajes de xisto, relativamente imbricadas entre si, envoltas também num ligante de cariz argiloso (SILVA *et al.* 2012). Ambas estas estruturas foram desde cedo interpretadas como muretes de contenção e delimitação da plataforma, ainda que não tenha ficado claro se terão sido construídos em momentos temporalmente diferentes ou se ambos correspondem à face interna e externa de uma mesma estrutura delimitadora, que teria assim mais de dois metros de largura, podendo o enchimento ser similar ao posteriormente identificado no setor K, com pequenas lajes de xisto e sedimentos argilosos compactados.

Os vestígios desta estrutura de delimitação do povoado castrejo tornaram-se mais evidentes com a identificação, em 2016, de vestígios de um alinhamento pétreo num corte efetuado pela abertura de um caminho (SILVA *et al.* 2016c: 20-21). Trata-se de uma construção em xisto, com cerca de 4 metros de espessura na área escavada, apresentando-se a compensar o desnível do terreno como uma espécie de plataforma.

Esta estrutura, construída em ligeiros socacos por forma a superar a inclinação do terreno, tem na sua base lajes de xisto de maiores dimensões, sobrepostas umas sobre as outras, algumas dispostas transversalmente, formando assim a sua face externa. Ocasionalmente, verifica-se a presença de um ligante argiloso entre as pedras. Na parte interior da estrutura, e à medida que a mesma vai ganhando altura, foram dispostos um conjunto de aterros argilosos, de pequena espessura, mas bastante compactados, inclusivamente nalguns casos por ação do fogo, registando-se depois a sobreposição de um conjunto de lascas de xisto, de pequena e média dimensão. O *fecho* da estrutura parece ter sido definido com a aplicação também de lajes de maiores dimensões, apresentando-se pouco regular (Fig. 8).

Os trabalhos realizados recentemente no interior deste ponto da estrutura de delimitação permitiram ainda a identificação de outros vestígios, porventura de natureza habitacional ou oficinal que, por estarem ainda em análise, não surgem desenvolvidos no presente artigo⁸.

O ESPÓLIO

O volume de materiais recolhidos nas três primeiras campanhas de trabalhos alcançou já o valor de cerca de 14 500 itens, aos quais se deverão somar cerca de 7000 relativos

⁸ Cfr. ALMEIDA E SILVA *et al.* (no prelo) para uma descrição sumária das estruturas identificadas nesta área.

campanha de 2018⁹, elevando assim para mais de 20 000 as recolhas de «espólio» móvel no Castro de Salreu.

Naturalmente, e como seria expectável, a maior parte das recolhas respeita a fragmentos de cerâmica proto-histórica¹⁰, que se apresenta bastante fragmentada. Das diversas áreas intervencionadas, considerando também o volume de área escavada, é da segunda plataforma que nos chegam mais elementos (mais de 90% das recolhas), verificando-se uma maior concentração no setor A. O «barro de construção», em argila cozida, tem também presença significativa no registo arqueológico, contabilizando-se já mais de 5,6 kg.

Foram ainda recolhidos diversos elementos em pedra, correspondentes a objetos arqueológicos, mas também a amostras de cariz geológico que se registaram para melhor caracterização do sítio. Os metais de cronologia proto-histórica são muito escassos, mas também surgem exemplares de épocas mais recentes, a par de variada escória de fundição. É já também significativa a coleção de contas de colar em pasta vítrea, significativamente acrescentada com os trabalhos mais recentes.

No seu conjunto, os materiais arqueológicos recolhidos no Castro de Salreu permitem já deslindar algumas das atividades praticadas naquele povoado, como sucede com a moagem e, certamente, a prática da agricultura, pela presença de fragmentos de mó manual e de uma possível lâmina de foice; a pesca está documentada através de diversos pesos de rede em pedra; a tecelagem evidencia-se pelos cossoiros, e regista-se ainda o trabalho de metais, atestado por um número cada vez maior de fragmentos de escória de fundição.

CERÂMICA INDÍGENA

No que concerne à cerâmica indígena, esta apresenta-se maioritariamente com pastas micáceas ou quartzo-micáceas, no que consideramos, por agora¹¹, como produções locais, com as devidas reservas que o conceito poderá sugerir. Estas cerâmicas, de produção manual, apresentam patilhas de mica de dimensões significativas e superfícies normalmente alisadas. Por outro lado, distingue-se um outro conjunto de pastas, com superfícies cinzentas escuras, depuradas, e com cernes que variam entre o rosado, o cinza e o bege, ocorrendo ocasionalmente decoradas com motivos tradicionais como círculos concêntricos, mas sempre com acabamentos de qualidade superior à cerâmica mais comum.

⁹ Por se encontrar ainda em estudo e tratamento preliminar, não nos é possível tecer muitas considerações sobre os materiais recolhidos na campanha de 2018.

¹⁰ Regista-se também a presença de cerâmica de épocas Moderna e Contemporânea, sobretudo cerâmica comum de produção regional, que contabiliza 9,5% do total do espólio cerâmico recolhido.

¹¹ Encontra-se em preparação um conjunto de análises às pastas cerâmicas do Castro de Salreu com o objetivo de afinar esta nossa interpretação.

No que concerne ao repertório formal, o elevado nível de fragmentação da cerâmica não permitiu por ora a reconstituição de qualquer vasilha completa. Não obstante, a partir da análise dos elementos que evidenciam partes de perfis mais significativos, surgem com maior frequência recipientes como potes e panelas – algumas de asa interior – de diferentes dimensões e tipologias de bordo. Os vasos de armazenamento, de maior espessura e dimensões, pontuam também com alguma regularidade o leque cerâmico do castro. Pequenos copos e pucarinhos, assim como potes asados são menos frequentes, mas estão também identificados. Uma forma singular, aparentemente para conter líquidos, com bordo em V, requer ainda melhor caracterização. Os vestígios de fuligem, interna e externa, pontuam, maioritariamente, alguns potes e panelas. Quanto aos fundos são sobretudo planos, alguns dos quais apresentando ligeiros reforços ao nível da base. Registam-se ainda algumas formas carenadas, vestígios talvez da tradição olárica do Bronze Final.

No que respeita à decoração é já significativa a diversidade no elenco ornamental de Salreu. Dividida pelas técnicas de incisão e impressão, a decoração apresenta comumente linhas incisas ou pequenos sulcos, dispostos em padrão geométrico, em aspa ou espinha; caneluras, estampilhas diversas, com variados tipos de círculos (concêntricos, divididos em quadro, sobrepostos), puncionamentos ovais; escudetes; linhas de SS e outros ondulados; surgem também por vezes cordões em alto relevo, decorados com motivos incisos, por vezes em padrão de espinha (Fig. 9).

Nos casos em que foi possível apurar, os ornamentos surgem normalmente sobre a pança ou colo do recipiente, dispondo-se em banda(s) delimitada(s) por linhas incisas ou sulcos, preenchidas depois por outros motivos incisos ou impressos. Nos casos de maior complexidade, combinam-se as diferentes técnicas sob o mesmo fragmento. Verificam-se ainda decorações sobre as asas dos recipientes (caneluras e sulcos, círculos concêntricos) e também sobre os bordos (linhas incisas) ou ainda na parte interna dos recipientes, junto ao bordo (círculos concêntricos).

Feitos também em cerâmica regista-se ainda a presença de um cossoiro completo e de um outro partido pela metade. Dois outros exemplares, pelo seu elevado estado de fragmentação recomendam prudência na classificação. Nenhum destes elementos apresenta qualquer tipo de decoração. Registamos ainda um pequeno objeto, circular, que classificamos como peça de jogo, entre outros fragmentos, que pelas mesmas dificuldades de tipificação dos anteriores, poderão ter pertencido a tampas de recipientes ou outras peças de jogo.

Embora não respeite à cerâmica propriamente dita, como referimos anteriormente, o «barro de construção», usado quer como revestimento de paredes, quer como nivelamento de piso, tem sido recorrente em todas as campanhas. Mais escassos, por agora, são ainda os negativos de evidências de elementos vegetais, que todavia vão pontuando ocasionalmente alguma desta argila mal cozida.

OBJETOS EM PEDRA

Os itens líticos de Salreu classificados como objetos arqueológicos são sobretudo peças em xisto, de diversos tamanhos e pesos, com orifícios centrais ou simplesmente fraturados, o que dificulta a interpretação da funcionalidade de alguns destes materiais.

Verificam-se alguns pesos com duplo entalhe lateral (em xisto e quartzito) que interpretamos, convencionalmente, como possíveis pesos de rede; outros, com orifícios centrais, seriam usados, possivelmente, em teares; outros ainda, de maiores dimensões e peso, teriam aplicação no suporte de coberturas das estruturas do povoado. Verifica-se ainda um outro conjunto, de xistos de pequenas dimensões, com orifícios bastante reduzidos, cuja funcionalidade não foi ainda possível de apurar.

Além dos pesos, foram recolhidos fragmentos de dormente de mó manual em granito, e ainda alguns possíveis dormentes. Um conjunto de outras pedras, com faces polidas, poderá corresponder a eventuais amoladores. Um pequeno núcleo de sílex, identificado na escavação da estrutura de delimitação, é, por agora, o único elemento dessa natureza identificado.

OBJETOS METÁLICOS

Os metais provenientes dos trabalhos no Castro de Salreu são escassos, e nos casos em que foi possível caracterizá-los, correspondem, sobretudo, a fragmentos de utensilagem em ferro. Entre eles destaca-se um fragmento de lâmina de foice, um outro de lâmina com espigão de encabamento e ainda um outro objeto, ainda em tratamento, que poderá corresponder a um pico. Em liga de bronze identificou-se, de cronologia proto-histórica, um fragmento de aro de uma possível fíbula.

Por outro lado, foram já identificados dois fragmentos de cerâmica onde se verificam aglomerados de escória metálica, encontrando-se esta última presente nas 2^a e 3^a plataformas. Do mesmo modo, verificou-se a existência de um fundo de um possível cadinho, assim como de outros elementos usados no trabalho de metais.

Outros materiais, de cronologia mais recente, marcam presença também entre as recolhas no Castro de Salreu, merecendo destaque particular uma moeda de D. João III (1550-57).

IMPORTAÇÕES

Desde a campanha de 2011 que vêm sendo identificados em Salreu diversos elementos artefactuais que notoriamente indiciam a sua proveniência exógena. Os itens mais claramente associados a esta dinâmica de contacto são as contas de colar em pasta vítrea (Fig. 10), de que se contabilizam já 16 exemplares, dois deles próximos dos tipos oculados e alguns fragmentos cerâmicos cujas pastas e acabamento facilmente

se distinguem da olaria castreja indígena. Estas contas são de pequena dimensão mas com tamanhos variáveis e diferentes acabamentos. O maior volume – dez – corresponde a contas de coloração azul, seguindo-se as meladas, com quatro exemplares, e, representadas apenas por um elemento, as contas de cor preta e branca.

Ocorrem também algumas cerâmicas antigas importadas, feitas à roda, cuja representação no conjunto das recolhas cerâmicas da Idade do Ferro das quatro campanhas não excede as duas dezenas. Parecem corresponder talvez a dois momentos e subtipos cerâmicos: um pequeno conjunto de cerâmicas com pastas finas e depuradas, com cerne e superfície cinzenta ou bege, de faces bem alisadas ou mesmo polidas e formas, quando perceptíveis, associadas a louça de mesa (Fig. 11), pode relacionar-se com produtos de influência meridional que terão chegado aos castros do Noroeste ibérico a partir do século V a.C. (SILVA; PINTO 2001; DOMINGUEZ PÉREZ 2005; 2006; GONZÁLEZ RUIBAL 2006; GONZÁLEZ RUIBAL; RODRIGUEZ MARTINEZ; AYÁN VILA 2010; SILVA; PEREIRA 2010; PAZ-VIRUET 2016; PEREIRA, no prelo); por outro lado, para já de forma talvez ainda mais residual, surgem também alguns fragmentos anfóricos de origem itálica, de produção entre o século I a.C. e as primeiras décadas da nossa era, que traduzem, sem surpresa, contactos esparsos com o comércio mediterrânico, sem que outros reflexos do invasor romano se observem por enquanto na ergologia indígena.

Também entre os objetos metálicos poderão talvez vir a detetar-se eventuais influências mais distantes ou importação de itens à escala supra-regional, mas o seu pequeno número e estado incipiente de estudo, desaconselha por ora maiores considerações.

NOTAS FINAIS

Os trabalhos arqueológicos que vêm sendo desenvolvidos desde 2011 no castro de Salreu, somando até agora quatro campanhas de escavação, têm vindo a revelar um pouco da organização do povoado e sobretudo da ergologia dos seus ocupantes, tanto na cerâmica como através dos artefactos feitos sobre outras matérias-primas.

A acentuada degradação dos depósitos e outras evidências arqueológicas, essencialmente como resultado do intensivo plantio mecânico de eucaliptal, tem dificultado sobremaneira o desenvolvimento da investigação e a interpretação das estruturas, para o que naturalmente contribui também o facto de serem feitas em xistos e grauvaques, materiais que naturalmente não permitem um aparelhamento tão regular como outras litologias.

A organização do povoado, com as construções domésticas provavelmente dispostas em plataformas e um expressivo fosso como principal estrutura de delimitação do castro, lembra bastante a realidade que se observa no castro de Ovil (Paramos, Espinho), não muito distante de Salreu (SALVADOR; SILVA 2000; 2010; SALVADOR; SILVA; SÁRRIA 2005a; 2005b; SILVA; SALVADOR 2008) e, talvez, noutros castros litorais da região que ainda não foram objeto de pesquisas sistemáticas (SILVA 1994; 2005). Todavia, e aqui se

diferenciando de Ovil, no castro de Salreu evidencia-se a pontuar os taludes pelo menos uma linha de delimitação petrificada (localizada no setor K e, já muito destruída, no setor A); e, por outro lado, talvez em Salreu as habitações se concentrassem especialmente na plataforma intermédia do povoado, se bem que a profunda destruição da «acrópole» não permita aferir que tipo de utilização teria.

A cronologia de ocupação do povoado conta por ora apenas com uma datação absoluta, feita por Carbono 14 (AMS) a partir de uma amostra de sementes (favaceae) procedente de um depósito do setor A (UE 51) imediatamente sobre a rocha de base e que parece estar associado à construção de duas das estruturas tipo murete ali identificadas que entretanto relacionamos com a EDP e, provavelmente, aos níveis basais do espaço doméstico que ali também se evidencia (SILVA et al. 2016b: 86-7). O resultado da datação radiométrica, considerado no intervalo de confiança maior (a 2 sigma), aponta para os séculos IV-III a.C. (Fig. 12), o que nos parece consistente com a generalidade da cerâmica e do espólio recolhidos¹². Porém, para considerarmos este período como a época fundacional do castro, teríamos de assumir as estruturas do setor A também como estando entre as mais antigas do povoado, o que neste momento não é seguro e requer a realização de mais datações deste e de outros setores, trabalho que aliás está em curso.

O desenvolvimento deste percurso de investigação sobre o castro de Salreu tem contado, como se disse, com o apoio muito empenhado das autarquias locais, o que tem possibilitado numerosas ações de divulgação e de sensibilização da comunidade para a importância e valor do património arqueológico, do que é sinal claro a organização de uma exposição que esteve já patente ao público em vários locais de Estarreja e municípios vizinhos e que deu azo à edição de um pequeno catálogo pedagógico (SILVA et al. 2017b). À data em que redigimos este pequeno texto, essencialmente de divulgação, a conclusão do projeto de investigação que enquadra os trabalhos em Salreu constitui um tempo de balanço e reflexão, necessariamente partilhado entre a equipa do projeto e as autoridades locais, que pode redimensionar um novo ciclo de pesquisas em Salreu, em busca de resposta à imensidade de questões que aquela «aldeia de há dois mil anos» levanta a quem, como nós, se aventura na indagação dos modos e das gentes que ali viveram.

¹² E também muito próximo, por sinal, da fase mais antiga de ocupação do Castro de Ovil, que vimos paralelizando, em vários planos, com o de Salreu (SALVADOR; SILVA 2010).

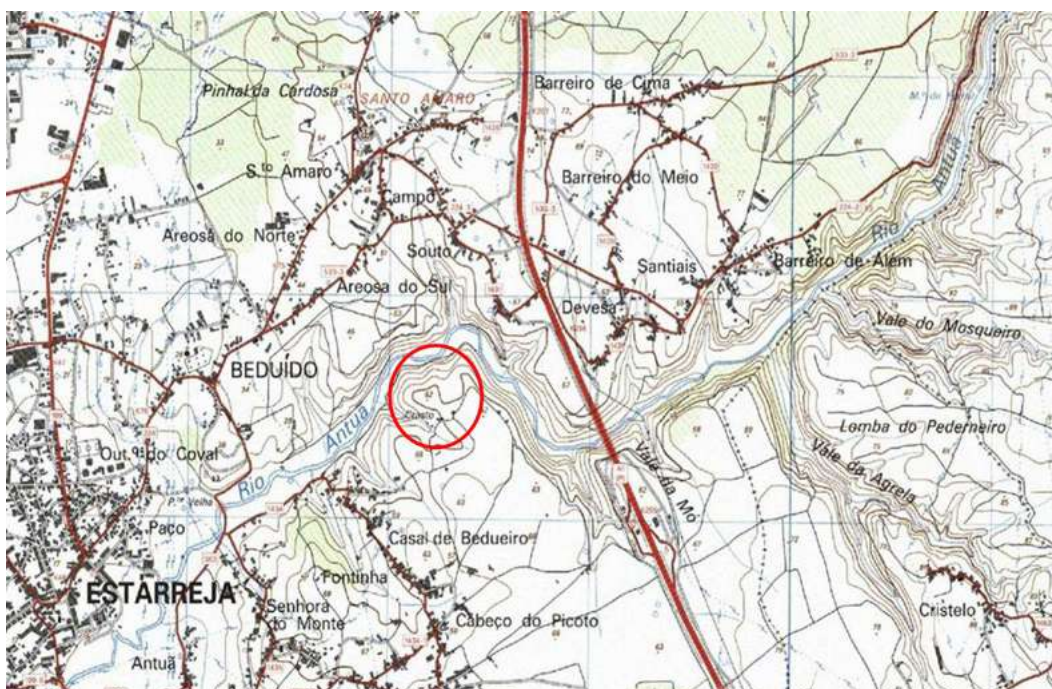


Fig. 1 – Localização do Castro de Salreu na Carta Militar nº 163 à escala 1:25 000.



Fig. 2 – Vista aérea do Castro de Salreu. Na parte inferior da foto (Norte e Nascente) o rio Antuã. Foto Google Earth.

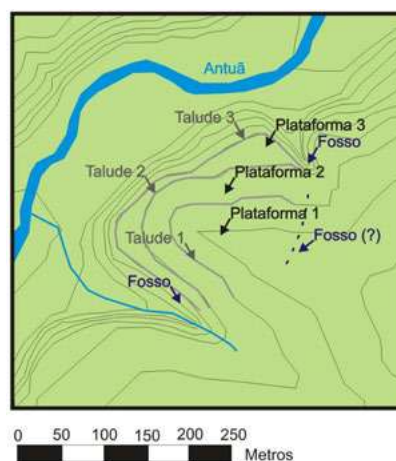


Fig. 3 – Interpretação topográfica da organização do povoamento do Castro de Salreu.

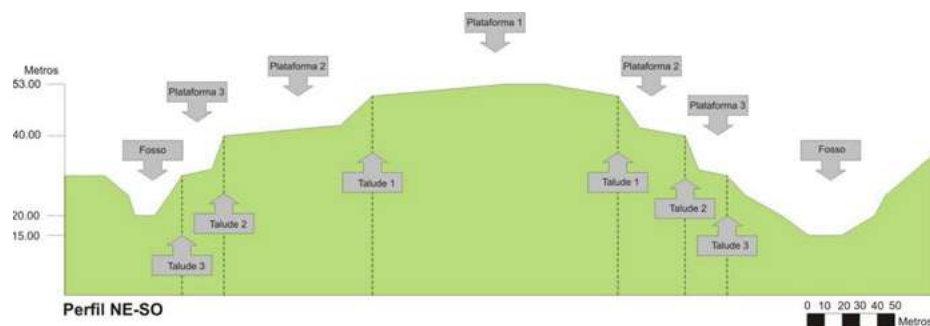


Fig. 4 – Perfis topográficos do Castro de Salreu.

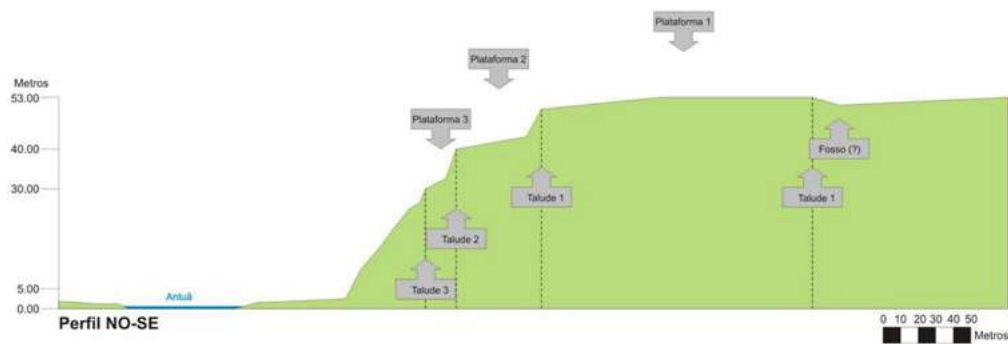


Fig. 4 – Perfis topográficos do Castro de Salreu.

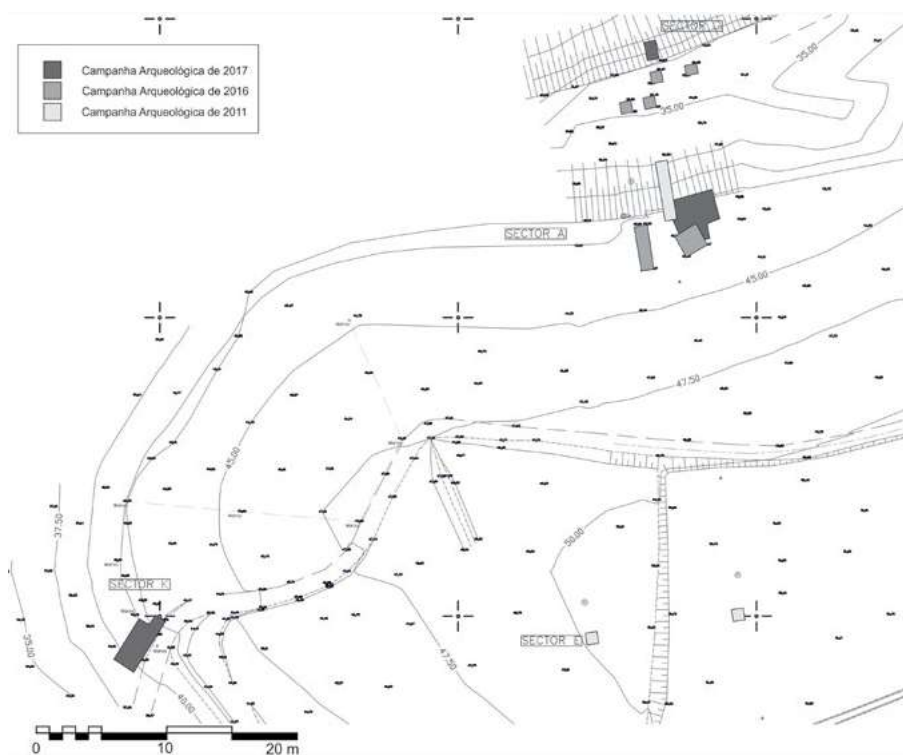


Fig. 5 – Castro de Salreu. Principais áreas escavadas até 2017.



Fig. 6 – Castro de Salreu. Vista aérea da área habitacional do setor A em 2018. No canto inferior direito vê-se a zona de entrada, com negativos de implantação de umbrais. Foto Multimapa.



Fig. 7 – Castro de Salreu. Restos da estrutura de delimitação do povoado no setor A (2011).

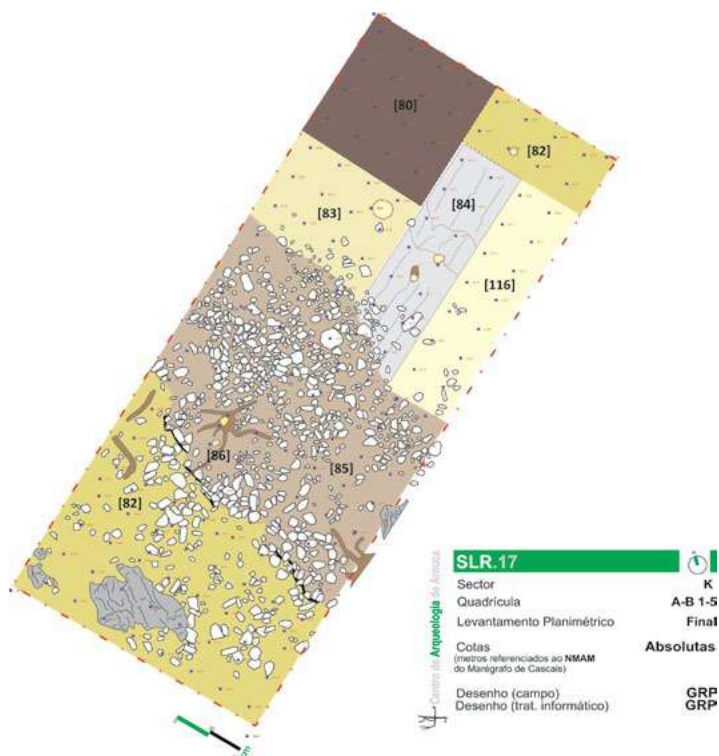


Fig. 8 – Castro de Salreu. Planta da estrutura de delimitação no setor K (2017).

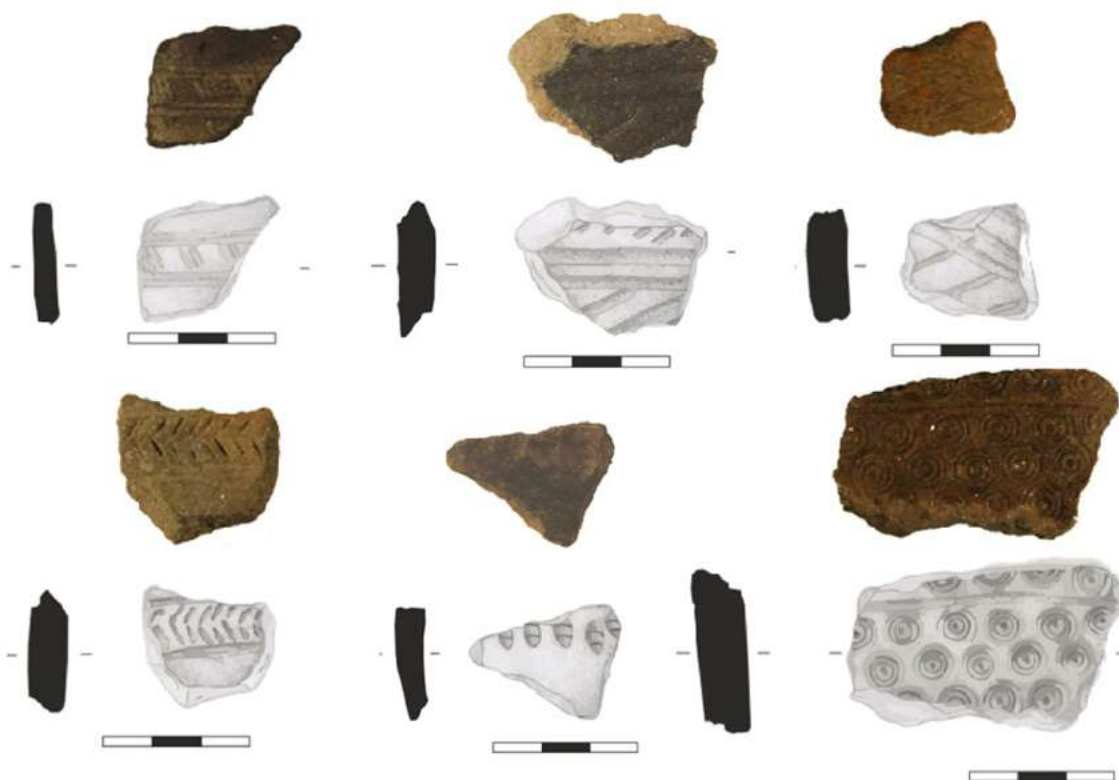


Fig. 9 – Castro de Salreu. Cerâmica indígena decorada.



Fig. 10 – Castro de Salreu. Contas em pasta vítrea.



Fig. 11 – Castro de Salreu. Cerâmica importada de influência meridional.

Nº Lab	Sítio	Contexto Sítio	Material	σ(13C)	Fraction of modern		BP	1 sigma	OxCAL 4.2 [1]		Calib Rev 7.0.4 [2]		
					pMC	1σ error			1σ	2σ	1σ	2σ	Probab. Mediana
				per mil			68.2% probability	95.4% probability	68.3% probability	95.4% probability			
D-AMS 8678	Castro de Salreu, Estarreja	Sect A - Sd 1 - UE 051	Sementes favaceae	-25.1	76.22	0.22	2181	23	352BC (50.7%) 296BC	358BC (57.5%) 278BC	352BC (73.0%) 295BC	358BC (60.2%) 278BC	-300
									228BC (05.7%) 220BC	259BC (37.9%) 174BC	229BC (08.9%) 220BC	259BC (39.8%) 174BC	
									212BC (11.8%) 198BC		212BC (18.1%) 197BC		

[1] OxCal v4.2.4 Bronk Ramsey (2013); r:5; IntCal13 atmospheric curve (Reimer et al 2013); OxCal v4.2.4 Bronk Ramsey (2013); r:5

[2] RADIOCARBON CALIBRATION PROGRAM*. CALIB REV7.1.0. Copyright 1986-2015 M Stuiver and PJ Reimer. *To be used in conjunction with: Stuiver, M., and Reimer, P.J., 1993, Radiocarbon, 35, 215-230. Reimer PJ, Bard E, Bayliss A, Beck JW, Blackwell PG, Bronk Ramsey C, Buck CE, Cheng H, Edwards RL, Friedrich M, Grootes PM, Guilderson TP, Hafflidason H, Hajdas I, HattÅ© C, Heaton TJ, Hogg AG, Hughen KA, Kaiser KF, Kromer B, Manning SW, Niu M, Reimer RW, Richards DA, Scott EM, Southon JR, Turney CSM, van der Plicht J.

Fig. 12 – Castro de Salreu. Resultados de uma datação por radiocarbono (AMS-Direct/PROBA).

BIBLIOGRAFIA

- Almeida, J. 1946. *Roteiro dos Monumentos Militares Portugueses*. 2. Lisboa: Ed. Autor
- Almeida e Silva, S., Silva, A. M., Pereira, G. R., Lemos, P. A. P. no prelo. Trabalhos arqueológicos no castro de Salreu. Breve crónica da intervenção de 2018. *Terras de Antuã. Histórias e memórias do Concelho de Estarreja*. Ano 12. Nº 12. Estarreja.
- Bernardes, C., Rocha, F. 2007. Temporal Evolution of the Sand-spit between Torreira and Fura-douro (NW Portugal). *Journal of Coastal Research. Special Issue 50: The International Coastal Symposium (ICS 2007)*: 1092-1096
- Dinis, A. P., Amaral, A. P. 2000. *SCUT da Costa da Prata. Lanço Angeja-Maceda. Estudo de incidências patrimoniais*. Porto. Texto datilog.
- Dominguez Pérez, J.C. 2005. Materiales púnico-gaditanos en los confines del Extremo Occidente atlántico. *Antiquitas* 17: 5-11.
- Dominguez Pérez, J.C. 2006. La ruta púnica hacia el Extremo Occidente Noratlántico. *Gallaecia* 25: 45-63.
- Gonçalves, A. N. 1981. *Inventário Artístico de Portugal. Distrito de Aveiro. Zona do Norte*. Lisboa: Academia Nacional de Belas Artes.
- González Ruibal, A. 2006. Past the Last Outpost: Punic Merchants in the Atlantic Ocean (5th-1st centuries BC). *Journal of Mediterranean Archaeology* 19.1: 121-150.
- González Ruibal, A., Rodriguez Martinez, R. e Ayán Vila, X. 2010. Buscando a los púnicos en el Noroeste. *Mainake* 32 (1): 577-600.
- Granja, H. M. 1996. *A Laguna de Aveiro no contexto da evolução da zona costeira do Noroeste de Portugal nos últimos milhares de anos*. In Seminário sobre Lagunas Costeiras e Ilhas: barreira da Zona Costeira de Portugal. Aveiro: Eurocoast-Portugal: 87-106.
- Granja, H. M. 2002. *Reconstituição paleoambiental da zona costeira, a Norte da Laguna de Aveiro, desde a Idade Média até à actualidade*. In O Litoral em perspectiva histórica (séc. XVI -XVIII). Um ponto de situação historiográfica. Porto; Instituto de História Moderna da Univ. do Porto: 93-109.
- Granja, H. M. 2005. *Evolution of the Coastal zone of NW Portugal (Minho-Mondego) since late glacial times*. In Freitas, M. C., Drago, T. (eds.). Iberian Coastal Holocene Paleoenvironmental Evolution – Coastal Hope 2005: Proceedings: 76-78.
- [Em linha: <http://coastal.fc.ul.pt/Proceedings.pdf>; consulta em set. 2018]
- Paz-Viruet, A. 2016. *Contactos comerciales entre las culturas púnica y castreña de la Península Ibérica en la Edad del Hierro. Investigación arqueológica realizada y estado de la cuestión*. In Cordero Macenlle, R., Vázquez Martínez, A. (eds.). Estudio de Arqueología, Prehistoria y Historia Antigua; Achegas de nuevos investigadores. Santiago de Compostela, Andavira Editora: 127-142
- Pereira, G. R. no prelo. *Artefactos, Encuentros y Ideas. Reflejos meridionales en la Protohistoria del NW de Portugal*. In Albelda, E. F. (coord.). La ruta de las Estrímnides: navegación y conocimiento del litoral atlántico de Iberia en la Antigüedad. Actas del Congreso. Sevilla: Universidad de Sevilla.
- Pereira, L. 1945-1946. Couto e Julgado de Antuã. *Arquivo do Distrito de Aveiro*. 11 (44); 12 (48): 241-249; 259-280.
- Salvador, J. F., Silva, A. M. 2000. Da descoberta do Castro de Ovil à criação de um gabinete de arqueologia. *Al-Madan*, 2ª Série, 9: 169-173.
- Salvador, J. F., Silva, A. M. 2010. *O Castro de Ovil (Espinho), um povoado da Idade do Ferro*. In Pinto, F. M. S. (coord.) Arqueologia da Terra de Santa Maria: balanços e perspectivas. Santa Maria da Feira, Liga dos Amigos da Feira: 53-73.

- Salvador, J. F., Silva, A.M., Sárria, C. 2005a. *O Centro Interpretativo do Castro de Ovil (Espinho)*. In Silva, A.M. (Coord.) *Cartas Arqueológicas: do inventário à salvaguarda e valorização do património*. Actas das Jornadas realizadas em Arouca em 2004. Arouca, Câmara Municipal: 61-68.
- Salvador, J. F., Silva, A.M., Sárria, C. 2005b. O Centro Interpretativo do Castro de Ovil (Espinho) – a construção de um espaço de memória. In Jorge, V. O. (coord.). *Conservar para Quê? 8ª Mesa-redonda da Primavera*. Porto-Coimbra: Fac. Letras Univ. Porto/CEAUCP: 303-326.
- Silva, A.M. 1993. Ocupação proto-histórica e romana no Entre-Douro-e-Vouga Litoral: Breve balanço de uma investigação em curso. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. 33 (3-4): 427-43.
- Silva, A. M. 1994. *Proto-história e Romanização no Entre Douro e Vouga Litoral. Elementos para uma avaliação crítica*. Dissertação de Mestrado apresentada à Fac. de Letras da Universidade do Porto. 2 vols. Texto policop.
- Silva, A. M. 2002. O Castro de Salreu – um povoado indígena da Idade do Ferro. Nota arqueológica à margem de uma polémica. *O Jornal de Estarreja*. 4150 (22-02-2002): 3-4.
- Silva, A. M. 2005. Povoamento proto-histórico no Entre Douro e Vouga Litoral: a estruturação do *habitat*. I – Arquitectura dos castros. In *Castro, um lugar para habitar. Colóquio* [Cadernos do Museu, 11]. Penafiel, Museu Municipal: 167-88
- Silva, A. M., Pereira, G. R. 2010. *Povoamento proto-histórico na fachada atlântica do Entre Douro e Vouga. Paleoambientes e dinâmica cultural*. In Bettencourt, A. M. S., Alves, M. I. C., Monteiro-Rodrigues, S. (eds.) *Variações paleoambientais e evolução antrópica no Quaternário do Ocidente Peninsular*. S.l.: APEQ/CITCEM: 189-203.
- Silva, A. M., Pereira, G. R. 2011. Passado, Património e Futuro. Primeiros elementos para uma Carta Arqueológica do Concelho de Estarreja. Terras de Antuã. *Histórias e memórias do Concelho de Estarreja*. Ano 5. Nº 5: 27-48.
- Silva, A.M., Pereira, G. R., Lemos, P. A. P., Tavares, J. T. 2011. *Proto-história da bacia do Antuã. Projecto de Investigação Arqueológica 2011-2014*. Arouca: Centro de Arqueologia de Arouca.
- Silva, A. M., Pereira, G. R., Lemos, P. A. P. 2012. O castro de Salreu (Estarreja): resultados da primeira campanha de escavações arqueológicas. *Terras de Antuã. Histórias e memórias do Concelho de Estarreja*. 6 (2012). Estarreja, p. 47-89
- Silva, A.M., Pereira, G. R., Lemos, P. A. P.; Almeida e Silva, S. 2016a. Trabalhos arqueológicos de 2016 no crasto de Salreu, Estarreja. Breve notícia. *Terras de Antuã. Histórias e memórias do Concelho de Estarreja*. Ano 10. Nº 10: 39-57.
- Silva, A. M.; Pereira, G. R., Tavares, J. T., Lemos, P. A. P., Almeida e Silva, S. 2016b. Proto-história da Bacia do Antuã (2011-2015) - um projeto de investigação arqueológica em rede. *Patrimónios de OAZ*. Nº 0. Oliveira de Azeméis, Câmara Municipal: 77-96.
- Silva, A. M.; Pereira, G. R., Tavares, J. T., Lemos, P. A. P., Almeida e Silva, S. 2016c. *Proto-história da Bacia do Antuã. Projeto de Investigação Arqueológica, 2011-2015. Relatório final, balanço e perspetivas de investigação*. Arouca: Centro de Arqueologia de Arouca.
- Silva, A. M.; Pereira, G. R., Tavares, J. T., Lemos, P. A. P., Almeida e Silva, S. 2016d. *Projecto arqueológico PROBA. Proto-história da Bacia do Antuã (Aveiro, Centro-Norte de Portugal). Projeto de investigação arqueológica. 2016-2017*. Arouca: Centro de Arqueologia de Arouca.
- Silva, A. M.; Pereira, G. R., Tavares, J. T., Lemos, P. A. P., Almeida e Silva, S. 2017a. Uma aldeia de há dois mil anos. Um sítio arqueológico e a sua investigação. *Terras de Antuã. Histórias e memórias do Concelho de Estarreja*. Ano 11. Nº 11: 15-29.
- Silva, A. M.; Pereira, G. R., Tavares, J. T., Lemos, P. A. P., Almeida e Silva, S. 2017b. *Uma aldeia de há dois mil anos. Arqueologia no Castro de Salreu*. Estarreja: Câmara Municipal.
- Silva, A. M., Salvador, J. F. 2008. *Castro de Ovil (Espinho, Aveiro)*. In Vilaça, R., Cunha-Ribeiro, J. P. *Das primeiras ocupações humanas à chegada dos Romanos à Beira Litoral/From the first human*

occupations to the arrival of the Romans to Beira Litoral [OOSTERBEEK, Luiz, dir. – Territórios da Pré-História em Portugal, 4]. Tomar: CEIPHAR [Arkeos, 23], p. 173-81.

Silva, A. C. F. 1986. *A Cultura Castreja no Noroeste de Portugal*. Paços de Ferreira: Câmara Municipal/M.A.C.S. [2ª ed. 2007].

Silva, A. C. F., Pinto, J. M. 2001. Comércio Púnico com o Noroeste. In *Os Púnicos no Extremo Ocidente*. Lisboa: Universidade Aberta.

Teixeira, C., Assunção, C. T. 1963. *Carta Geológica de Portugal. Notícia Explicativa da Folha 13-C, Ovar*. Lisboa: Serviços Geológicos de Portugal.

ARTE RUPESTRE DO SÍTIO ALGAR DA ÁGUA, ALVAIÁZERE: REGISTO PRELIMINAR DOS LEVANTAMENTOS REALIZADOS

ALEXANDRA FIGUEIREDO

Centro de Geociências da Universidade de Coimbra, docente e investigador do Instituto Politécnico de Tomar, alexfiga@ipt.pt

FERNANDO COIMBRA

Centro de Geociências da Universidade de Coimbra; Investigador do Instituto Politécnico de Tomar, coimbra.rockart@yahoo.com

CLÁUDIO MONTEIRO

Investigador de CAAPortugal, claudio.monteiro.cr@gmail.com

ANDERSON TOGNOLI

Doutorando MAE-USP, CAAPortugal, ar.tognoli@gmail.com

ALEXANDRE PEIXE

Investigador de CAAPortugal, alexandre.rp@gmail.com

DAIVISSON SANTOS

Investigador de CAAPortugal, daivisson@gmail.com

RESUMO:

O sítio de Algar da Água localiza-se na serra de Alvaiázere, distrito de Leiria. Estende-se por duas salas, sendo que na primeira (sala principal), a intervencionada, dispõe de uma abertura natural no teto. A cavidade revelou a presença de três momentos de ocupação. Os mais antigos são referentes à Pré-história recente e Proto-história, observando-se materiais cerâmicos, alguns restos faunísticos e líticos em sílex e quartzito. Os vestígios mais recentes, enquadram-se na Época Clássica.

O local revelou ainda diversos painéis de arte rupestre que aqui se expõem sumariamente. Os dados assinalam pinturas e gravuras, realizadas com diferentes técnicas (incisão filiforme, abrasão, picotagem e raspagem) que tipologicamente se integram desde a pré-história aos tempos modernos. A temática apresentada é também diversificada, observando-se representações de antropomorfos, possíveis zoomorfos e uma multiplicidade de elementos abstratos e esquemáticos para os períodos mais antigos.

ABSTRACT:

The archaeological site of Algar da Água is located on the Alvaiázere Mountain, Leiria district. It extends over two rooms, being that in the first room (main room), which was intervened, has a natural opening in the ceiling. The cavity revealed the presence of three moments of occupation. The oldest ones correspond to Recent Prehistory and Protohistory, with ceramic materials, some fauna and flint and quartzite remains. The most recent traces dates back to the Classic Period.

The site also revealed several rock art panels that are summarized here. The data points out to paintings and engravings, produced with different techniques (filiform incision, abrasion, perforation and scraping) that are typologically included from prehistory to modern times. The subjects present are also diverse with anthropomorphist representations, possible zoomorphs and a plurality of abstract and schematic elements from the older periods.

1. INTRODUÇÃO E CONTEXTO AMBIENTAL

A área de estudo localiza-se na serra de Alvaiázere, no concelho de mesmo nome, no distrito de Leiria.

Localização cartográfica - Carta Militar Nº187 (Alvaiázere)

M- 550,450; P – 4409283 /39º49'48 – 8º24'37. Altitude: 598m

Geologicamente, esta área encontra-se na Orla Sedimentar Mesoceno-zóica ocidental, associada a afloramentos jurássicos, cujas cotas mais elevadas correspondem aos calcários puros e compactos do Dogger (Cunha, 1990).

A altitude encontrada na serra de Alvaiázere, segundo Cunha (1990), dever-se-ia à resistência desse tipo de calcário aos agentes erosivos, em virtude da sua forte permeabilidade. Desta forma, este condiciona fortemente a morfologia de toda a área que, por meio de fenômenos, por ausência de escoamento superficial, permitem a penetração das águas no interior da massa calcária, alargando fendas e criando uma série de vazios no seu interior (Cunha, 1990; Forte, 2009). Como resultado a maior parte da água que cai no maciço calcário escorre rapidamente para o subsolo por fendas abertas na superfície da rocha, percorrendo uma rede fluvial subterrânea e voltando à superfície através de nascentes nos setores mais baixos do maciço. Esta dinâmica proporcionou a formação de espaços subterrâneos com ligação à superfície, como o Algar da Água, que pela sua morfologia, capacidade de abrigo e espaço interior seria um local apazível e conveniente a ocupações antrópicas.

Também a serra, pela sua extraordinária imponência, seria um local de escolha considerável para incursões e fixação de populações, sobretudo nas épocas mais tardias da pré-história e em que é testemunho o habitat proto-histórico que, a mesma, regista a norte (Félix, 1999; 2004; 2006; 2014). Este é fortificado, estendendo-se a muralha, com uma dimensão, que em alguns sítios é superior a 4 metros de largura, em redor de toda a cumeada da serra, integrando no interior, na vertente noroeste (figura 1 e 2) o sítio do Algar da Água.

2. O SÍTIO ARQUEOLÓGICO DO ALGAR DA ÁGUA

A cavidade tem cerca de 130m², cujo comprimento em sua maior extensão tem cerca de 20m e uma largura máxima de 10m. A entrada é feita por uma pequena vertente, virada a noroeste, aberta à superfície do solo, a quase 5m de altura, ficando ao mesmo nível do teto e da zona que possui o orifício que a ilumina naturalmente (Figura 3). O acesso é feito por uma espécie de degraus, utilizando oportunisticamente o afloramento rochoso.

A sala principal apresenta um leve declive em direção a sul, do mesmo modo, o corredor que segue para norte também apresenta declive, este mais acentuado, atingindo um

desnível de cerca de 3,5m em relação à sala principal (Figura 4).

Após a remoção das primeiras camadas ficaram evidentes grandes blocos de pedra, provenientes de abatimentos do teto da gruta, que caíram sobre os níveis arqueológicos. Nas intercalações desses blocos registaram-se vestígios recentes. Só nas unidades estratigráficas seguintes se observaram sedimentos compactos de ocupação, integrando a UE3, uma ocupação da Época Clássica. Os materiais registados neste nível possuem analogias com os níveis romanos da gruta do Bacelinho (Figueiredo et al. 2014a), localizada a menos de 1 km para norte, tendo-se registado uma grande lareira entre a A2, A2 B1 e B2, com presença de restos de cerâmica e faunísticos e laminas de faca, em ferro.

Após esta unidade encontramos um estrato virgem e na UE6, uma ocupação da Pré-história recente e da Proto-história. Esse nível demonstrou a presença de cerâmica, com analogias com os materiais registados nos monumentos do Complexo Megalítico de Rego da Murta (Figueiredo, 2006; 2007; 2008; 2012; 2017) sobretudo na Anta II de Rego da Murta; lamelas em sílex e macrolíticos em quartzito, bem como restos de fauna, entre eles uma deposição ritual de duas partes dianteiras de um *cervus elafus*. Um dos vestígios faunísticos, da zona de transferência da UE6 para a UE7, um osso de cabra, foi datado por AMS, no Beta Analytic Institute nº AA2017UE6-7, tendo-se obtido a datação 2730+/-30BP, (95.4%) 930 - 812 cal BC (2879 - 2761 cal BP).

Ainda na UE6, na base registamos carvões, datados no Beta Analytic Institute nº AA18B-1CARV-UE6, 3880 +/- 30 BP, (94,2%) 2467-2286 cal BC (4416-4235 cal BP) prolongando a datação dos vestígios até ao início da Idade do Bronze e um dente humano, incisivo, de um não adulto, com uma cronologia do Bronze Final, AA18B2denteUE6, 3200+/-30BP, (95,4%) 1526-1417 cal BC (3475-3366 cal BP), revelando, em princípio, a presença de enterramentos (Figura 5).

3. REGISTO PRELIMINAR DOS PAINÉIS PRÉ E PROTO-HISTÓRICOS DO ALGAR DA ÁGUA

Na primeira visita que a equipa realizou ao local, verificou-se, para além de possíveis estruturas no solo, a presença de arte rupestre com uma temática que se integra no período pré e proto-histórico, a par com uma possível inscrição pré-clássica e diversas inscrições mais recentes (gravadas e escritas a carvão). Do período mais antigo, destacamos, numa publicação em 2014, a gravura de uma pequena espiral feita por raspagem, uma pintura a vermelho, com a representação que consideramos ser de um possível antropomorfo esquemático e duas outras gravuras realizadas por abrasão e picotagem: uma de um antropomorfo com uma cabeça cônica e outra de um conjunto de três chevron (Figueiredo *et alli.* 2014b).

Os dados mais recentes têm demonstrado que não é incomum a presença de arte rupestre na região. Os primeiros registos datam de 2002/2003 associados aos monumentos

megalíticos de Rego da Murta (Figueiredo, 2007: 176-183; 2013). Posteriormente, próximo ao Algar da Água, registou-se a presença de uma gravura, do tipo estiliforme “asterisco” na cavidade Buracas da Serra (Figueiredo *et alli*, 2017a), bem como uma laje com covinhas e motivos lineares, localizada no centro do Complexo Megalítico de Rego da Murta, na freguesia de São Pedro de Rego da Murta, Alvaiázere.

Os trabalhos de levantamento identificaram 44 painéis (figura 6), com técnicas e cronologias diversificadas. No entanto, dos períodos pré e proto-histórico, consideramos somente pouco mais de uma dezena. Os restantes são essencialmente compostos por inscrições de nomes, assinaturas e datas do séc. XVIII ao século XX, à exceção de uma possível inscrição pré-clássica, localizada junto ao painel 13. No que diz respeito à arte rupestre foi possível observar motivos efetuados por pintura, através de pigmento vermelho e motivos produzidos por gravura (incisão filiforme, picotagem, abrasão e raspagem).

Uma grande parte dos painéis mais antigos encontram-se a uma cota entre 1 a 2 metros de altura do solo. Em alguns casos observamos sobreposições de gravuras, registando-se, em todos os exemplos, que os elementos realizados a incisão filiforme são mais antigos. As escavações realizadas não permitiram identificar mais nenhum registo nas paredes, nas cotas negativas intervencionadas. As cronologias apontadas resultam de analogias, sendo que até ao momento não obtivemos datações absolutas.

Em termos metodológicos foi realizado o levantamento fotográfico, levantamento com plástico polivinílico e espectrofotogrametria em alguns painéis, resultando numa melhor visualização das representações (Figura 7 a 20).

Neste artigo daremos destaque aos painéis mais relevantes, que possam ser enquadrados no período da pré-história recente ou proto-história.

4. DISCUSSÃO E CONCLUSÕES GERAIS

Registamos um painel com pinturas representadas a vermelho, já bastante impercetível. Todavia, a utilização de software D-Stretch permitiu identificar algumas imagens de possíveis antropomorfos esquemáticos, atribuíveis à Pré-História recente.

A contextualização dos motivos registados tornou possível traçar alguns paralelos. Assim, o antropomorfo pintado a vermelho, do conjunto do painel 2, tem analogias com representações registadas em alguns abrigos pintados do Alentejo e da Extremadura espanhola (Baptista, 1986; Gomes, 1989), bem como na arte megalítica. A título de exemplo destacamos o caso da Anta da Arquinha da Moura, Beira Alta (Cunha, 1995), da representação visível na Lapa dos Gaviões, em Arronches ou dos antropomorfos observados na Foz do Ribeiro da Enchacana I, Idanha a Nova (Sanches, 2008/2009), estes últimos realizados a picotado (figura 21).

Os elementos gravados são mais numerosos, observando-se na maioria a representação com base na técnica de gravação por incisão. Entre estes motivos devemos referir que existem alguns efetuados a traço médio e outros a traço muito fino, ou filiforme, que em alguns casos se sobrepõem (distinção que se torna necessário efetuar relativamente a este tipo de arte e que nem sempre surge na bibliografia) (Coimbra, 2013a; Coimbra e Garcês, 2015). Deste grupo destacamos a gravura com técnica de incisão e abrasão do antropomorfo de cabeça cônica do painel 1, que pela tipologia apontamos que se enquadra na Idade do Ferro, podendo a cabeça cônica representar o capacete usado pelo guerreiro, e também o conjunto das linhas paralelas e convergentes do painel 19.

Já o número de painéis ou conjunto de gravuras efetuadas por raspagem limita-se a dois, mantendo em ambas sensivelmente a mesma temática. Este tipo de motivos, espirais e círculos são as exibições mais características do Noroeste Peninsular (Peña Santos et alli, 1996), surgindo com uma certa frequência na arte rupestre dos Vales dos Rios Ceira e Alva (Ribeiro, 2014), bem como na arte rupestre do Vale do Zêzere, na área do Cabeço Rainho (Sertã/Oleiros) e em Cobragança, em Mação (Coimbra, 2013a). No território português observam-se sobretudo, no Vale do Tejo, como por exemplo em Fratel, na rocha 155 (figura 22) (Gomes, 2007). Estas reproduções têm sido normalmente atribuídas à Idade do Bronze (Peña Santos, 1979). Contudo, alguns investigadores consideram o seu recuo até ao período Calcolítico (3000 a.C.). (Valcarce et alli. 2000).

Quanto aos inúmeros traços em filiforme que reconhecemos, no interior da cavidade, em diversos painéis (4, 5, 6, 9, 13, 18 e 20), são evidentes a sua associação com sítios que possuem arte rupestre pré e proto-histórica semelhante, como é o caso da Rocha 1, 2 e 3 de Figueiredo (Sertã) (Coimbra e Garcês, 2016), do painel “La Antena” de Molino Manzaner (Alconchel, Espanha) (figura 23), dos painéis permanentemente submersos de Vale da Casa (Baptista, 1983) ou do Abrigo da Foz do Ribeiro das Taliscas, no rio Erges (figura 24), para citar apenas alguns exemplos.

No que diz respeito à arte filiforme, as linhas paralelas e convergentes do Painel 19 estão entre os motivos mais frequentemente representados no âmbito da arte incisa Pós-paleolítica da Península Ibérica e da Europa (Coimbra, 2013b).

O Algar da Água destaca-se por ser a primeira gruta em Portugal com arte rupestre incisa pós-paleolítica, sendo ainda o local situado mais a ocidente, descoberto até ao momento, com este tipo de arte no território português. O desenvolvimento da investigação que decorre neste sítio arqueológico poderá contribuir com novos e importantes dados para a cronologia da denominada arte filiforme.



Fig. 1 –Fotografia da serra de Alvaiázere, tirada da entrada este da cidade de Alvaiázere.

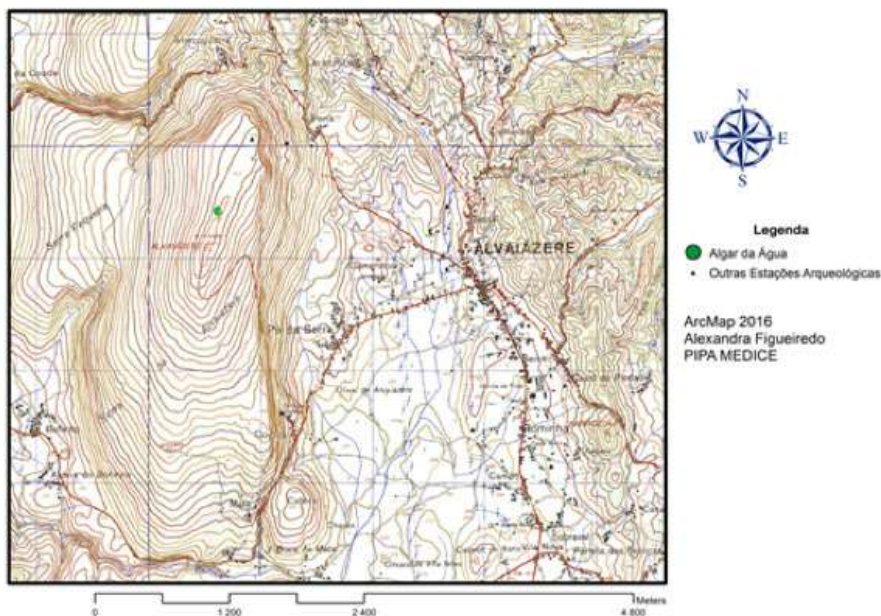


Fig. 2 –Localização da cavidade do Algar da Água sobre pormenor da Carta Militar 187 (Alvaiázere) 1/25000.



Fig. 3 –Localização da cavidade do Algar da Água sobre pormenor da Carta Militar 187 (Alvaiázere) 1/25000.

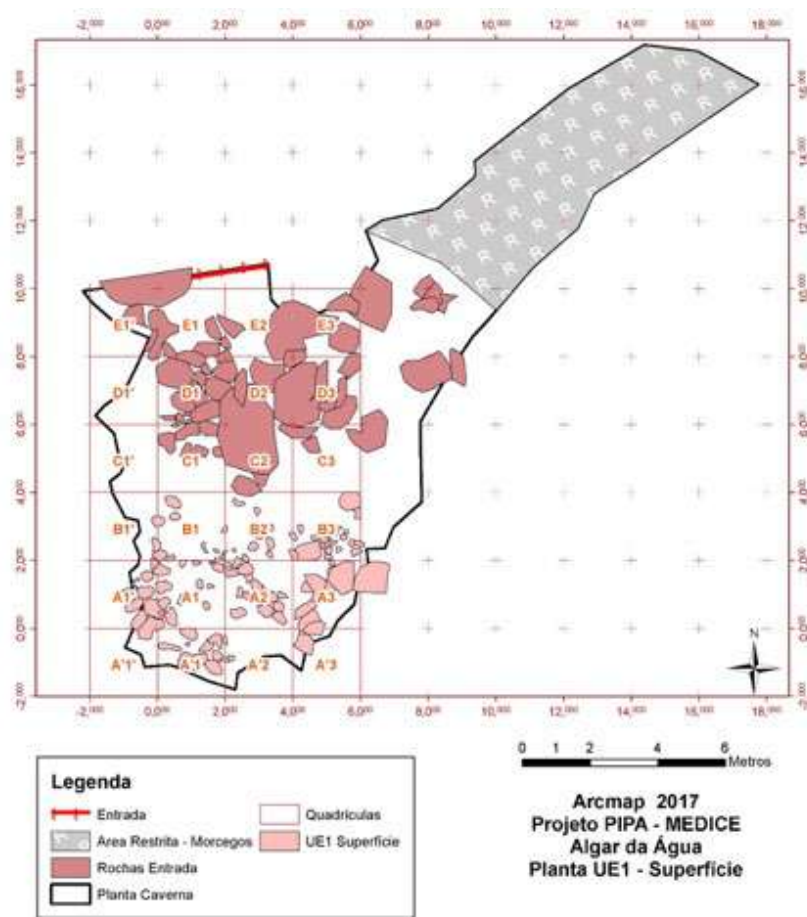


Fig. 4 –Planta do Algar da Água realizada com estação total e malha de quadriculagem estabelecida, com a representação dos blocos e elementos observados à superfície.

AMOSTRA/ UNIDADE ESTRATIGRÁFICA	IDADE CONVENCIONAL	CALIBRAÇÃO (95,4% PROB.)	MATERIAL
500321 UE6	3880 +/- 30 BP	Cal. BC 2467 a 2282 (Cal BP 4417 a 4232) e Cal BC 2247 a 2231 (Cal BP 4197 a 4181) e Cal BC 2216 a 2213 (Cal BP 4166 a 4163)	Carvão
500319 UE6	3200 +/- 30BP	Cal BC 1526 a 1417 (Cal BP 3475-3366)	Dente humano
481574 UE 6-7	2730 +/- 30BP	Cal BC 930 – 812 (Cal BP 2879 a 2761)	Ossos de cabra

Fig. 5 –Quadro do registo das datações absolutas observadas para a Pré e Proto-História do sítio Algar da Água.

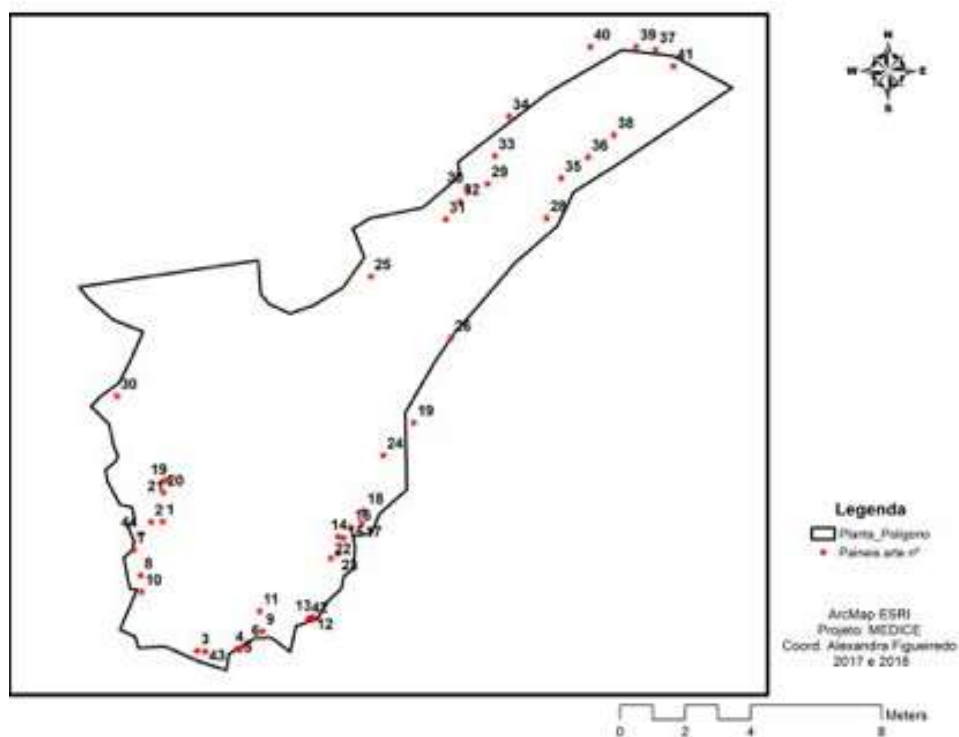


Fig. 6 – Mapa da cavidade, tomada junto ao solo e localização dos painéis registrados.



Fig. 7 – Fotografia e levantamento do painel 1. Regista a presença de um possível antropomorfo, com cabeça cônica, que poderá referir-se a um possível capacete. Cronologia provável: Proto-História. Do lado direito observa-se uma linha curva, com dois traços paralelos ao nível dos possíveis membros superiores, podendo ser interpretado como um possível arco ou armamento. A gravura do lado esquerdo da figura que destaca um B, será recente. Ainda que a técnica seja a mesma, abrasão, a letra B foi realizada com outro tipo de instrumentos, mais boleado. O traço central, presente na possível figura antropomórfica poderá representar o sexo, o falo masculino. Encontra-se a 2,13m do solo.

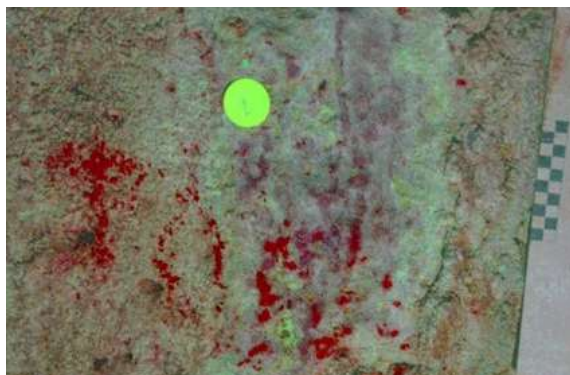


Fig. 8 – Fotografia do painel 2 e tratamento fotográfico da imagem para realce das pinturas registadas. Observam-se diversas figuras a vermelho, sendo que pelo menos a primeira é interpretada, por analogia com outras representações da pré-história recente como sendo um antropomorfo. Cronologia provável: Pré-história recente. Encontra-se a cerca de 1,50m do solo, um pouco abaixo do painel 1.



Fig. 9 – Fotografia do painel 4 e fotografia com sobreposição do levantamento. Trata-se de traços realizados a incisão média a fina, indeterminados.

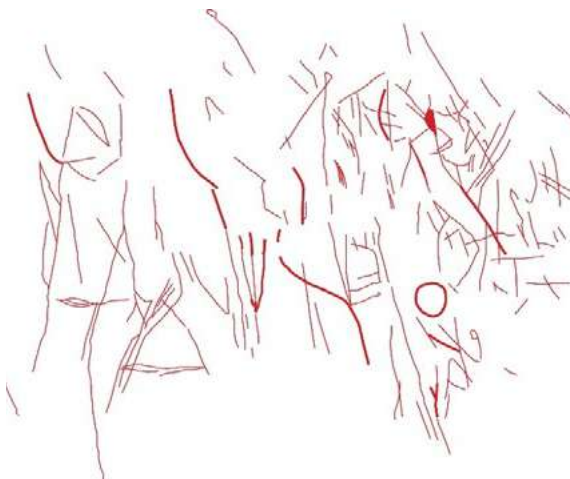


Fig. 10 – Fotografia do painel 5 e levantamento realizado sobre o mesmo com plástico polivinílico. Técnica de gravação filiforme e alguns traços incisos médios. Trata-se de representações abstratas indeterminadas. Registam-se diversos traços paralelos e perpendiculares, triangulações e círculos.



Fig. 11 –Fotografia e levantamento sobre fotografia do painel 6. À semelhança do painel anterior apresenta uma série de filiformes abstratos indeterminados constituídos por meios círculos e linhas paralelas e perpendiculares.

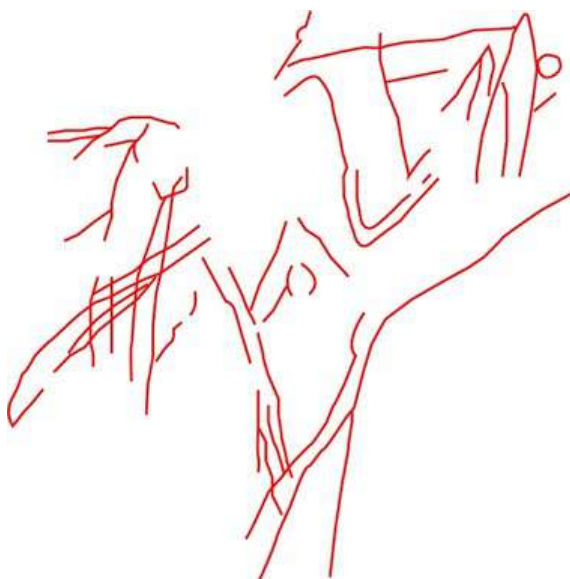


Fig. 12 –Fotografia do painel 9 e levantamento sobre o mesmo com plástico polivinílico das gravuras observadas. Em termos técnicos regista-se a incisão, com ligeira abrasão. A temática observada é composta por traços paralelos e curvilíneos, sendo que algumas associações poderão eventualmente representar zoomorfos.



Fig. 13 – Fotografia do painel 13 e levantamento sobre o mesmo com plástico polivinílico. Este painel é um dos exemplos com diversas sobreposições, desde gravuras antigas a muito recentes. Os primeiros traços a serem gravados teriam sido as incisões filiformes, levantados a azul claro, representando, essencialmente traços paralelos a convergentes, essencialmente verticais. Sobre o mesmo observa-se diversas gravações com incisões a traço médio, abrasionadas e registadas em diferentes momentos.

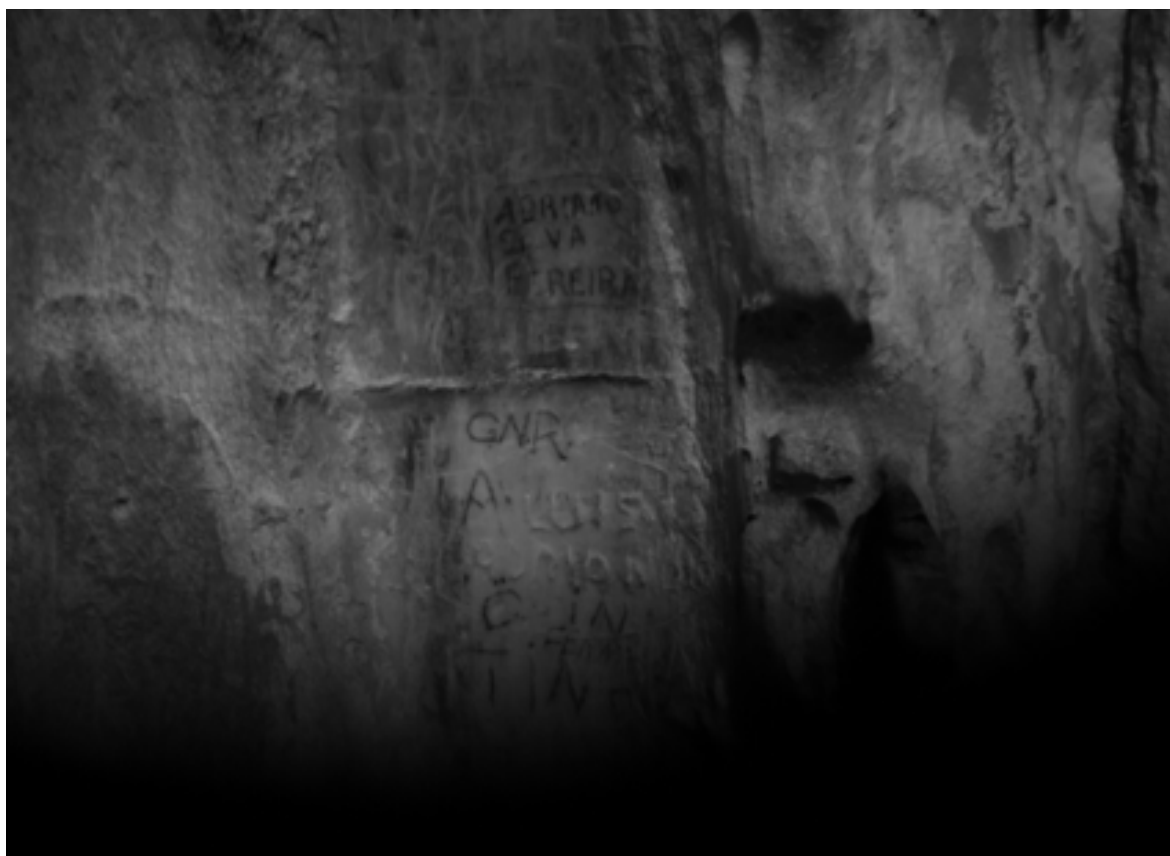


Fig. 14 – Pannel 13, com levantamento por espectrofotogrametria, com comprimento de onda de 700 a 1000 nanômetros. Na imagem é possível ver com maior definição e nitidez algumas gravuras, nomeadamente a sigla G.N.R., difícil de observar a olho nu.



Fig. 15 – Fotografia de painel 18 e levantamento sobre fotografia pormenorizado. Técnica abrasiva profunda. Representações indeterminadas, evidenciando diversos traços paralelos verticais e horizontais, bem como triângulos e sub-triângulos.



Fig. 16 – Fotografia de painel 19 e registo do levantamento sobre a foto. Observam-se sete traços relativamente paralelos, realizados com técnica de abrasão.



Fig. 17 – Fotografia e levantamento do painel 20. Apresenta diversos traços incisos indeterminados, paralelos, convergentes, quer verticais, quer oblíquos.



Fig. 18 –Fotografia e levantamento em papel polivinílico da gravura 21. Situa-se a cerca de 1,70 m acima do solo e apresenta um conjunto de gravuras a picotado de carácter geométrico em V invertido, tipo Chevron. Este tipo de motivo surge frequentemente em cerâmicas calcolíticas. Um exemplar, em baixo à direita, foi recolhido do sítio arqueológico Castelo da Loureira a poucos Km a sul (Figueiredo et alli, 2014c). A decoração apresenta uma sucessão de diversos chevrons na horizontal.



Fig. 19 –Fotografia do painel 22 e imagem de espectrofotogrametria entre 300 a 700 nanómetros, onde é possível visualizar melhor o pormenor da gravura realizada por raspagem, levando a entender a extensão da mesma com um segundo braço para baixo. Trata-se de uma espiral que parte do centro com sentido dos ponteiros do relógio. Localiza-se frente à entrada a 70cm do solo. Cronologia: Pré-história recente.



Fig. 20 – Fotografia geral do painel 24 e levantamento das gravuras realizadas por raspagem. Estas localizam-se a cerca de 1,20m do solo, frente à porta da entrada. Tratam-se, pelo menos, de duas representações circulares com o interior preenchido. A imagem circular com maior altitude apresenta também dois pontos ou nódulos junto ao rebordo da figura central. Sobre esta gravura regista-se uma inscrição recente de um nome ou sobrenome não apresentado no levantamento do lado direito. De realçar ainda a existência de traços filiformes levantados a azul claro.



Fig. 21 – Da esquerda para a direita. Antropomorfo de Algar da Água, Lapa dos Gaviões, Anta da Arquinha da Moura e Foz do Ribeiro da Enchacana I.

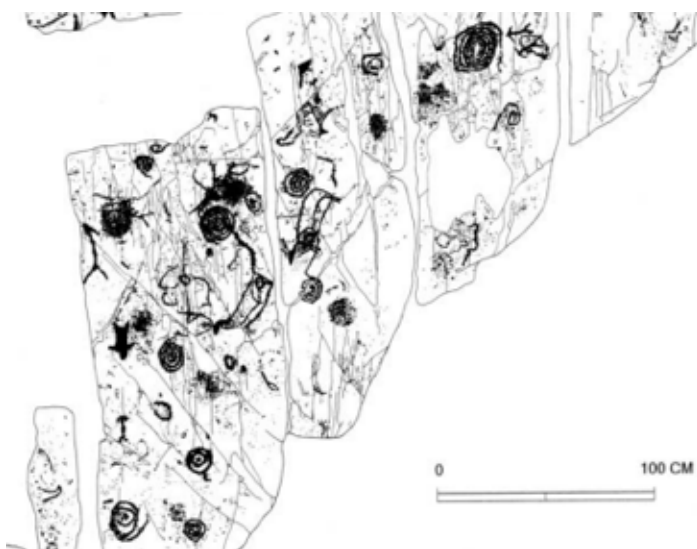


Fig. 22 – Levantamento parcial da F155 (adaptado), onde se observam diversos círculos e espirais que se sobrepõem a representações zoomórficas de cronologia mais antiga (Gomes, 2007 p.97). Serve para o propósito as representações mais recentes.

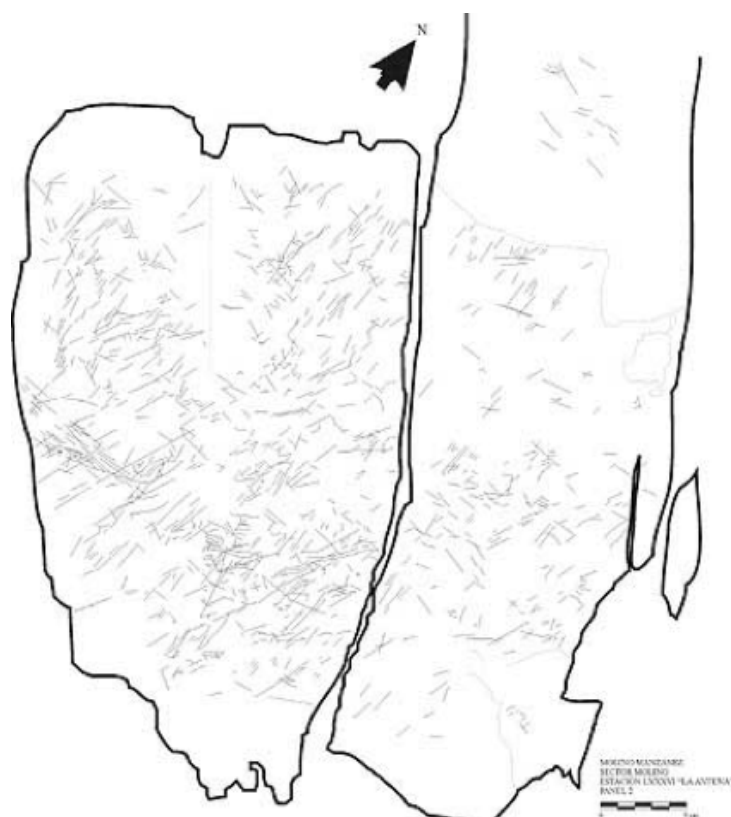


Fig. 23 – Registo dos filiformes do painel de designação “La Antena”, Molino Manzanez, Alconchel.



Fig. 24 – Levantamento da arte rupestre do abrigo da Foz do Ribeiro das Taliscas, rio Erges (Segundo Henriques et al 2011).

ELEMENTOS PARA UMA ANÁLISE DA PAISAGEM EM OLIVEIRA DE AZEMÉIS: INTERAÇÕES PRÉ-CLÁSSICAS E ROMANAS

JOAO TIAGO TAVARES

Gabinete de Arqueologia e Museologia, Município de Oliveira de Azeméis, joao.tavares@cm-oaz.pt

ADRIAAN DE MAN

Department of History and Archaeology, United Arab Emirates University, adriaandeman@uaeu.ac.ae

RESUMO

Em termos geográficos, Oliveira de Azeméis corresponde a um território bastante variado; fornece um contexto interessante para o entendimento das dinâmicas da Idade do Ferro, e a sua subsequente integração numa estrutura romana mais alargada. Os povoados pré-históricos correntemente acessíveis para análise, têm vindo a ser estudados no contexto de um projeto baseado no trabalho de campo, apoiado pelo Município, e que procura criar um modelo não só para investigação, mas também para gestão do património, assim como para aspetos sociais mais amplos.

ABSTRACT

In strict geographical terms, Oliveira de Azeméis corresponds to a quite varied territory; it provides an interesting background for the understanding of Iron Age dynamics, and their subsequent integration in a wider Roman framework. The archaeological settlements currently accessible for examination have been studied in the context of a rolling fieldwork-based project, supported by the municipality, and seeks to create a model not only for research but also for heritage management, as for potential broader social uses.

O PROJETO

O objetivo principal do projeto POVOAZ, que se encontra a decorrer, é definir uma sequência de sítios arqueológicos em colina, e perceber tanto a sua evolução interna como os seus impactos na paisagem. Esta afirmação franca implica, no entanto, o uso dos principais fundamentos metodológicos e teóricos, processando variáveis territoriais estritas, bem como fatores humanos, determinando o sucesso ou o declínio das unidades de assentamento. Os elementos a pesquisar são, grosso modo, os vestígios físicos dos edifícios, por um lado, e os sistemas de campo, limites e ligações entre sítios, por outro. Os princípios deste exercício têm vindo a ser sistematizados há muito tempo na arqueologia de campo moderna (e.g. Aston 1984 e Chapman 2006, entre outros; ver também abordagens coletivas em David e Thomas 2010) e são, até certo ponto, quase intuitivos, já que a maior parte das pessoas interessada em história entenderia e concordaria com estes.

As técnicas para a sua abordagem sistemática requerem combinações multivariáveis apenas possíveis por métodos computadorizados, especialmente na deteção remota (imagens aéreas e de satélite, neste caso) e na geofísica. Combinado com o mapeamento geomorfológico e prospeção geoarqueológica, as amostragens de solo e sedimento, a investigação relacionada com POVOAZ tem adquirido dados que auxiliam não apenas a escavação mas especialmente as interações entre a implantação específica do sítio e a dinâmica da paisagem.

O enfoque foi dado aos sítios de Ul, Ossela, Calvo e Recarei, que diferem significativamente nas suas características topográficas únicas e na quantidade e qualidade de dados disponíveis para a sua normalização e comparação. Os métodos não invasivos, assim como as campanhas de escavação sucessivas, forneceram uma variedade de elementos que estão a estreitar algumas das balizas cronológicas bastante alargadas que são atualmente utilizadas. Ul é, de longe, o sítio mais conhecido dos quatro, tendo sido escavado durante vários anos, e submetido a levantamentos geofísicos e geoquímicos (detalhes e referências em De Man, Tavares e Carvalho 2017). Apesar da plantação extensiva de árvores e do sucessivo nivelamento da terra, o quadro geral é de ocupações de longa diacronia, centradas num período muito tardio da Idade do Ferro, e principalmente também no Período Imperial, embora material disperso anterior, posterior e intermédio também seja encontrado. A estratigrafia do sítio é pouco clara, uma vez que foi recentemente perturbada, não sendo identificáveis muitos contextos selados.

Não obstante a presença de algumas evidências claras, embora dispersas, de cerâmica da Antiguidade Tardia e início da Idade Média em Ossela, o cemitério identificado por geofísicos junto à Capela local tem produzido materiais medievais tardios e modernos. Esta área em particular, com vista para o vale, requiere alguma atenção especial num futuro próximo, visto que produziu alguns achados à superfície pré-medievais interessantes. As escavações em Monte Calvo, contrariamente ao que era esperado, revelaram

materiais da Idade do Bronze Médio e Final, e um plausível posto de vigia medieval. O planalto superior, fortemente arborizado, parece efetivamente ter ocupações pré-clássicas generalizadas, definidas nos vestígios da atividade de plantação das árvores. A hipótese de um assentamento da Idade do Ferro/ Republicano (ou mais tardio) numa secção limitada do topo da colina permanece por confirmar. A proposta é parcialmente baseada nas duas muralhas concêntricas descritas há mais de um século (Carqueja 1909), e mais tarde reconhecida novamente por Fernando Silva (1995) como uma possível muralha tripla, hoje em dia difícil de identificar como uma estrutura arqueológica. Recarei encaixa numa categoria ligeiramente diferente. Em rigor, não é um sítio de topo de colina mas antes uma vertente suave com vegetação densa e alguns achados de cerâmica romana e da Idade do Ferro dispersos na superfície, para onde se encontra planeada uma escavação. Em todo o caso, este configura um ponto de domínio físico, localizado precisamente no primeiro alinhamento do terreno montanhoso com vista para a linha da costa.

Estudos de visibilidade são experiências úteis para o entendimento de interconexões de sítios, a partir das quais é possível recolher diversa informação. No entanto, das lacunas fazem parte as ocupações intermediárias atualmente desconhecidas (por exemplo, postos temporários como o de Monte Calvo) e a provavelmente incorreta presunção de que as habitações permanentes foram selecionadas principalmente com base no seu domínio geográfico sobre a paisagem. Outras variáveis muito mais robustas incluem a proximidade de linhas de água, de recursos agrícolas e de sistemas viários.

CONCLUSÃO

Este caso de estudo está no processo de normalização de dados topográficos e arqueológicos, com o objetivo de alimentar um GIS, e de, finalmente, extrair conhecimento relativamente às estratégias de assentamento. Ao nível dos sítios, a maior parte dos indicadores aponta para assimilações comerciais cada vez mais densas a partir do século I (Tavares e De Man 2017); as realidades imediatamente anteriores permanecem menos bem definidas, visto que ainda não foi identificada uma estratigrafia coerente da Idade do Ferro.



Fig. 1 – Vidro, Ul, Oliveira de Azeméis



Fig. 2 – Monte Calvo, Oliveira de Azeméis



Fig. 3 – Ossela, Oliveira de Azeméis



Fig. 4 – Fragmentos cerâmicos de Monte Calvo, Ossela e Recarei



Fig. 5 – Recarei, Oliveira de Azeméis



Fig. 6 – Ul, Oliveira de Azeméis

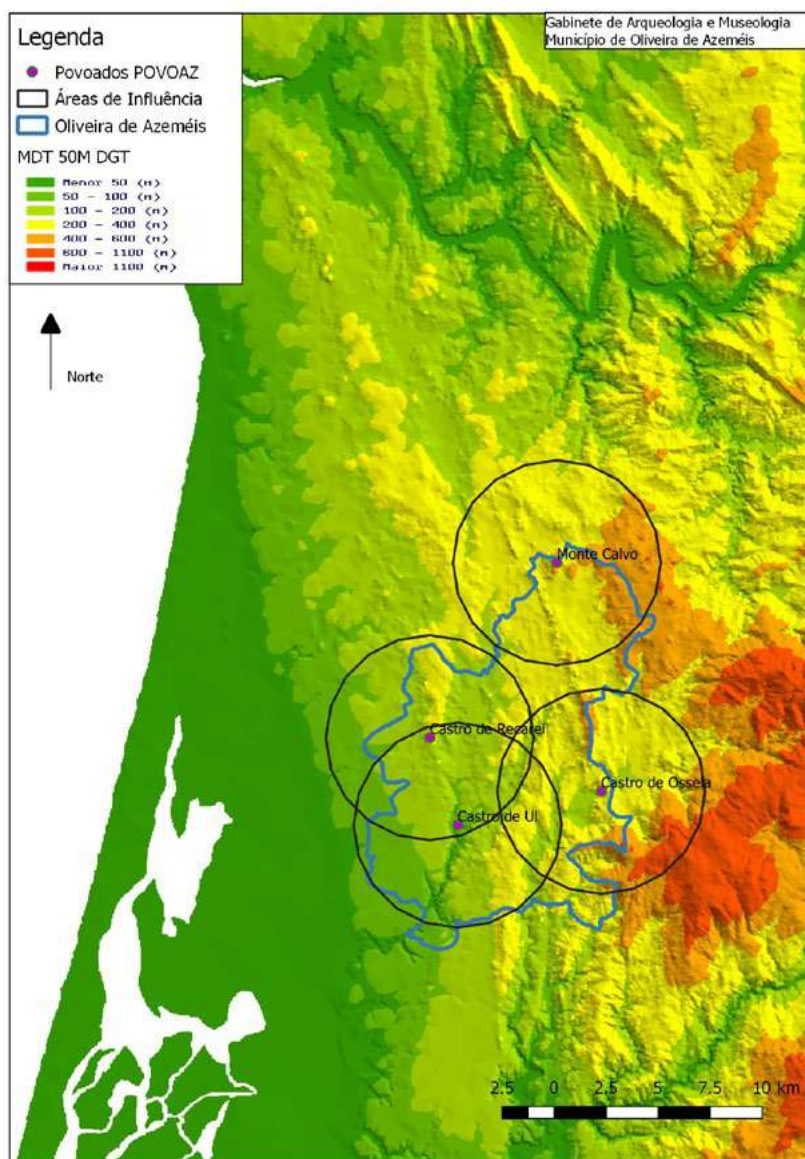


Fig. 7 – Mapa dos sítios arqueológicos

BIBLIOGRAFIA

Aston, M. 1984. *Interpreting the Landscape: Landscape Archaeology and Local History*, London: BT Batsford.

Carqueja, B, ed. 1909. *Annaes do Município de Oliveira de Azeméis*, Porto: Livraria Chardron.

Chapman, H. 2006. *Landscape Archaeology and GIS*, Stroud: Tempus.

David, B. & Thomas, J., ed. 2016. *Handbook of Landscape Archaeology*, Oxon/New York: Routledge.

De Man, A., Tavares, J. T. e Carvalho, J. 2017. *GPR And Electromagnetic Induction Surveys at The Hilltop Site Of Ul (Oliveira De Azeméis, Portugal)*. In *Mediterranean Archaeology and Archaeometry*, 2017, Vol. 17(1): 179-188.

Silva, A. M. 1995. Ocupação proto-histórica e romana no entre Douro e Vouga litoral: breve balanço de uma investigação em curso. *Actas do 1.º Congresso de Arqueologia Peninsular*, 1 (2): 429-439.

Tavares, J. T. e De Man, A. 2017. The Roman hilltop site of Ul, *VIII Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular*, Serpa-Aroche: 5-8.

CONTRIBUTOS PARA O ESTUDO ARQUEOMÉTRICO DOS PAVIMENTOS OU REBOCOS DA IDADE DO FERRO: O CASO DE ESTUDO DO POVOADO DE MONTE CASTRO OU DE S. JOÃO DE REI (NORTE DE PORTUGAL)

LUÍS GONÇALVES

Departamento de Ciências da Terra da Universidade do Minho, Braga

E-mail: luisgoncalves@dct.pt

NUNO OLIVEIRA

Doutorando em Arqueologia, na Área de Materiais e Tecnologias, bolseiro FCT (Ref: FCT SFRH/BD/138105/2018), Universidade do Minho

E-mail: nunoesqui@gmail.com

ANA M. S. BETTENCOURT

Laboratório de Paisagens, Património e Território – Lab2PT; Departamento de História da Universidade do Minho, Braga

E-mail: anabett@uaum.uminho.pt

RESUMO:

Com o objetivo geral de contribuir para o estudo dos materiais de construção usados durante a Idade do Ferro, na bacia do rio Cávado, foi levado a cabo um estudo arqueométrico de fragmentos de pavimentos ou de rebocos de uma ocupação do Ferro Recente (entre os séculos II a.C. e I d.C.), do povoado de S. João de Rei, concelho de Póvoa de Lanhoso, distrito de Braga.

Pretendeu-se determinar a composição mineralógica e os processos de fabrico destes elementos construtivos. As amostras, recolhidas por intermédio de raspagem, foram sujeitas a um difractor para o estudo de difração de raio X (DRX).

Segundo os resultados obtidos, grande parte dos pavimentos ou rebocos são compostos por argilas (elementos constituintes de granitos da região) e, possivelmente, por solos residuais graníticos. Numa das amostras foram detetadas, ainda, constituintes amorfos, podendo corresponder a matéria orgânica. Contudo, não foi possível precisar quais os componentes dessa amostra, sem análises mais complexas.

Estes elementos construtivos foram sujeitos à ação do fogo, nomeadamente a temperaturas abaixo de 950^o C, uma vez que certos minerais, como a mulite, não surgem nas análises efetuadas.

ABSTRACT:

With the general objective of contributing to the study of the construction materials used during the Iron Age, in the Cávado river basin, an archaeometric study of fragments of pavements or plasters of an occupation of the Recent Iron Age (between the centuries II BC and I AD), of the settlement of S. João de Rei, municipality of Póvoa de Lanhoso, district of Braga.

The objectives of this study were to determine the mineralogical composition and the manufacturing processes of these constructive elements. The samples, collected by scraping, were subjected to a diffractometer for the study of X-ray diffraction (XRD).

According to the results obtained, most of the pavements are composed of clays (constituent elements of granites of the region) and possibly of granitic residual soils. In one

of the samples, amorphous constituents were detected and the organic matter could correspond. However, it was not possible to specify which components of this sample, without more complex analyzes.

These constructive elements were subjected to fire action, especially at temperatures below 950 ° C, since certain minerals, such as mullite, do not appear in the analyzes.

1. INTRODUÇÃO

Os pavimentos e rebocos da Idade do Ferro são elementos pouco estudados no noroeste português. Conhece-se apenas um trabalho relativo a um artigo onde de forma geral F. Queiroga (2005) expõe a evolução dos materiais e técnicas de construção de alguns castros no Entre-Douro-e-Minho, contudo desconhecem-se os aspetos relacionados com a sua composição. Neste aspeto, os objetivos deste trabalho, que visam determinar a composição mineralógica e os processos de fabrico destes elementos construtivos, através de processos arqueométricos, tornam-se de grande pertinência, pois possibilitam, de forma indireta, reproduzir os gestos e as técnicas do passado.

2. O CASO DE ESTUDO

2.1 BREVE HISTORIAL

O povoado de S. João de Rei ou de Monte Crasto, localiza-se na freguesia de São João de Rei, concelho da Póvoa de Lanhoso, distrito de Braga, no Norte de Portugal. As coordenadas geográficas, em graus, minutos e segundos, no sistema WGS84, tomadas no ponto mais elevado do sítio arqueológico, são: Lat. 41º 37' 08.18" N, Long. 8º 17' 45.31" O, à altitude de 186 metros (Figura 1).

O local foi mencionado, pela primeira vez, pelo Padre Carvalho Costa, em 1868. Setenta anos mais tarde, Mário Cardoso, coronel do Estado Novo, interessado em antiguidades, refere três curiosidades arqueológicas encontradas neste local: uma machadinha bipe-ne, uma figura em bronze de um cavalo e, ainda, uma ara votiva, provavelmente dedicada a Júpiter (Cardoso, 1938: 83). Em 1990, Manuela Martins, na âmbito de um estudo sobre povoamento proto-histórico na bacia do curso médio do rio Cávado, considera este sítio arqueológico como fazendo parte de uma rede mais vasta e hierarquizada de povoados, sendo interpretado, pela sua longa ocupação (do Bronze Final à romanização), como de tipo A, ou seja, seria um povoado central, com indícios de proto-urbanização e interligado por laços políticos, sociais e económicos com outros povoados mais pequenos. Em 1993, Ana M. S. Bettencourt efetua aí várias sondagens arqueológicas, tendo individualizado várias ocupações: a mais antiga do período de transição entre o Bronze Final e o Ferro Inicial, entre finais do século VI a.C. e os finais do século V a.C., que designa por S. João de Rei I; uma ocupação do Ferro Inicial, com uma cronologia de meados do século IV aos inícios do século II a.C., designado por S. João de Rei II; uma ocupação do Ferro Recente (S. João de Rei III) e uma ocupação correspondente à romanização (S. João de Rei IV) (Bettencourt, 2000). Tendo em conta as características de ocupação, os hiatos entre algumas delas e o local de implantação deste povoado, esta autora considera o local como de tipo C, no âmbito do povoamento proto-histórico da região, ou seja, inter-relacionado com outros de maior importância em termos regionais (Bettencourt, 2000).

Nuno Oliveira estudou monograficamente a ocupação do Ferro Recente deste povoado,

tendo verificado que foi nesta etapa que o povoado aumentou em área e se desenvolveu para várias vertentes do monte (Oliveira, 2017). Com base no contexto físico do local, nas várias estruturas perecíveis, na fraca petrificação e monumentalização das estruturas, no material cerâmico, com prevalência de formas típicas para armazenagem e para uso culinário, no escasso material metálico e no contexto físico do local, Oliveira (2017) interpretou este local, como um povoado agrícola, com extenso domínio sobre as aluviões do rio Cávado.

Foi neste âmbito que foram identificados os restos de reboco e ou pavimento estudados neste trabalho.

2.2. CONTEXTO FÍSICO

O Povoado de S. João de Rei está localizado no topo de uma pequena elevação (Monte Crasto), no extremo nor-noroeste de um esporão rochoso, granítico, da elevação conhecida localmente como Serra de Santo Tirso. Estes relevos, tal como os observados na região, são fortemente marcados pela tectónica. A fracturação Hercínia NNE-SS e NW-SE terá marcado fortemente as litologias da região, tendo sido retomadas posteriormente pelos movimentos Alpinos, que ao gerarem um novo campo de tensões criaram uma rede de fracturação própria ENE-WSW (Narciso *et al.*, 2000). Os rios principais desta região apresentam o seu curso perfeitamente controlado por esta fracturação, sendo o Cávado – que passa a cerca de dois quilómetros a NW do povoado – um bom exemplo desse condicionamento. Também a fracturação NNW-SSE está bem expressa nos alinhamentos, com que condiciona os cursos de água, sendo este caso bem observado nas duas ribeiras (ribeira de Castro e ribeira de Lamas) que delimitam a NE e a SW, respetivamente, o Monte de Santo Tirso e o próprio esporão rochoso onde se localiza a estação arqueológica.

O Monte Crasto é formado pelo Granito de Agrela, correspondendo este a um monzogranito, de idade hercínica ($\approx 307 \text{ Ma} \pm 10 \text{ Ma}$), biotítico, porfiroide, de grão médio, tardi-tectónico relativamente a F3 e pertencente ao Complexo Granítico da Póvoa do Lanhoso (Ferreira *et al.*, 2000) (Figura 2).

Nessa zona o substrato encontra-se relativamente alterado, apresentando-se o granito arenizado (saibro), intercalando com afloramentos graníticos pouco alterados.

Observando o enquadramento geológico da estação na região, verificamos que esta se encontra numa zona central, tendo em consideração o acesso a determinados recursos minerais.

A identificação de diversos vestígios atesta a utilização de utensílios de ferro, bem como a possível manufatura de objetos em bronze (Bettencourt, 1999, 2000). A produção de bronze implica a utilização de estanho e cobre como matérias-primas. Analisando as cartas geológicas 1:50.000 da região, nomeadamente as cartas 5C de Barcelos (Teixeira

& Medeiros, 1969), 5D de Braga (Ferreira *et al.*, 2000), 6A de Montalegre (Martins & Noronha, 1982), 6C de Cabeceiras (Noronha, 1992) e 9B de Guimarães (Andrade & Noronha, 1986), verifica-se que as populações deste local tinham à sua disposição várias fontes de matéria-prima, onde teria sido possível a extração do estanho. Destacam-se as mineralizações, essencialmente cassiterite, das imediações do Monte das Pedras Negras (concelho de Famalicão), associadas a filões de quartzo; da freguesia de Faria (concelho de Barcelos), em depósitos aluvionares quaternários; da freguesia de Adaúfe (concelho de Braga), associadas a uma zona de cisalhamento; da Portela das Cabras e Freiriz (concelho de Vila Verde), associadas a filões haplíticos e pegmatíticos e a veios de quartzo e as mineralizações de Cabreiros e Mire de Tibães (concelho de Braga), associadas a filões haplíticos e pegmatíticos.

A existência de mineralizações de cobre é desconhecida na região, tal como se constata na cartografia geológica disponível (referida anteriormente). O cobre chegaria a esta zona, muito provavelmente, por intercâmbio suprarregional vindo de zonas mais distantes. A observação atenta da localização do povoado permite verificar que este se encontra numa posição estratégica, próximo do rio Cávado e junto ao interflúvio que separa a sua bacia hidrográfica da bacia do rio Ave, locais de passagem que ligam o interior ao litoral. Foi através destes corredores que poderá ter sido efetuado o transporte do cobre, provavelmente de locais como a região de Jales, em Vila Pouca de Aguiar, ou da região de Oliveira de Azeméis (filão metalífero das Beiras).

2.3. CONTEXTO DE ACHADO DOS ELEMENTOS CONSTRUTIVOS EM ARGILA

Os materiais em estudo, exumados em contexto de destruição, foram identificados nas sondagens 3 e 4 de S. João de Rei, localizadas no topo das vertentes oeste e sul, respetivamente.

Na sondagem 3 surgem em diferentes contextos: na base da camada 2/3, sob a forma de um pavimento argiloso, muito alterado e associado a um buraco de poste, e no seio das camadas 4 e 5, correspondentes a fragmentos que constituem o enchimento de uma fossa aberta na arena granítica e interpretada como resultante de atividades de carácter ritual (Oliveira, 2017). Na sondagem 4, ocorrem na camada 3, sob a forma de restos de um eventual pavimento, também alterado, e de restos de reboco (Figura 3), sendo que um deles é decorado (Figura 4).

3. CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA E MÉTODOS

3.1. CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA

Tal como foi referido anteriormente, os restos de elementos construtivos em argila são escassos e, por vezes, de contexto algo impreciso. No entanto foram retiradas 3 amostras para análise (Figura 5).

A amostra 1 corresponde a um fragmento de possível reboco, de cor avermelhada (ref. 2016.370G. 1 - sondagem 4, camada 3); a amostra 2 corresponde um fragmento de pavimento, constituído por uma espécie de argamassa de cor clara agregada a um fragmento de cerâmica de cor avermelhada (ref. 2016.0618 – sondagem 3, camada 4); e a amostra 3 corresponde um conjunto de 3 fragmentos de possível reboco (ref. 2017.0017G. - sondagem 3, camada 5).

3.2. METODOLOGIA

Para a análise efetuou-se a recolha de pequenas quantidades de material, por intermédio de raspagem com recurso a um bisturi esterilizado. Da amostra 1 efetuou-se apenas a recolha de uma amostragem, dada a sua homogeneidade. Para as amostras 2, fizeram-se duas amostragens, uma da parte clara (amostra 2-A) e outra do fragmento cerâmico (Figura 5, b)) (Amostra 2- B). Na amostra 3, fizeram-se também duas recolhas, em zonas com aparente diferença composicional, a amostra 3-A, numa zona de cor mais clara, e na Amostra 3-B, numa zona mais avermelhada.

A quantidade de amostra removida foi pequena, uma vez que os materiais em estudo são de reduzida dimensão, e não poderiam ser destruídos. Este aspeto condiciona a representatividade dos resultados, uma vez que as fases minerais menos refrativas, e/ou presentes em quantidades menores, poderão não ser detetadas.

O estudo da mineralogia desses materiais baseou-se na interpretação de difractogramas de Raios X (DRX), de pequenas amostras recolhidas das suas superfícies. Os difractogramas foram obtidos num difractómetro Philips modelo X'pert PRO, instalado do Departamento de Ciências da Terra da Universidade do Minho, utilizando radiação CuK α monocromatizada por filtro de grafite (PW 3123/10), corrente de 40 kV e 50 mA e velocidade do goniómetro $V_g = 0,02^\circ$ de 2θ por cada 2 segundos.

Cada amostra recolhida, após fracionamento, foi pulverizada em almofariz de ágata, sendo posteriormente montada num porta-amostras e colocada no difractómetro para análise. Posteriormente, foi sujeita à difração de Raios X, nas condições descritas anteriormente, tendo sido explorada a área dos 2° aos 65° de 2θ . A identificação das fases minerais foi realizada por comparação com os padrões da base de dados JCPDS-ICDD.

4. RESULTADOS

O estudo de difração de Raios X (DRX) das amostras permitiu gerar um conjunto de difractogramas com informação relativa às diferentes fases cristalinas presentes nos materiais analisados.

Numa primeira abordagem constata-se que não há diferenças significativas entre os resultados da amostra 1 e da 3. Quanto à amostra 2 há diferenças significativas, relativamente à 2-A, enquanto a 2-B apresenta apenas algumas diferenças a assinalar.

AMOSTRA 1

A análise do difractograma (Figura 6) permitiu verificar que a linha de base do gráfico de distribuição das intensidades está relativamente levantada, bem como a presença de um “ruído” de fundo relativamente acentuado. Este facto estará relacionado com a presença de elementos não cristalinos na amostra (matéria orgânica, géis, substâncias amorfas, etc.). Identificam-se, no entanto, picos bem expressivos da presença de minerais como a moscovite, quartzo e feldspatos potássicos. A presença de minerais de ferro, como a hematite ou goetite, é praticamente vestigial, apesar do tom avermelhado da amostra. O ferro, responsável pela cor, deverá encontrar-se em outras estruturas não cristalinas ou ligadas a géis disseminados na amostra.

AMOSTRA 2

A análise do difractograma da amostra 2-A é basicamente constituída por “ruído” (Figura 7). Observam-se alguns picos, possivelmente associados a fases mais cristalinas como o quartzo ou a moscovite, no entanto o tipo de espectro indicia a presença de grande quantidade de material não cristalino (matéria orgânica, géis, substâncias amorfas, etc.). Quanto à amostra 2-B (fragmento cerâmico) (Figura 8), apresenta também a linha de base do gráfico de distribuição das intensidades relativamente levantada, bem como a presença de um “ruído” de fundo relativamente acentuado. Este facto estará relacionado com a presença de elementos não cristalinos na amostra (matéria orgânica, géis, substâncias amorfas, etc.). Identificam-se, no entanto, picos bem expressivos da presença de minerais como a moscovite, quartzo e feldspatos potássicos. A presença de minerais de ferro, como a hematite ou goetite, é praticamente vestigial, apesar do tom avermelhado da amostra cerâmica. O ferro, responsável pela cor, deverá encontrar-se em outras estruturas não cristalinas ou ligado a géis disseminados na amostra.

AMOSTRA 3

A análise dos dados da amostra 3-A e 3B não se diferencia muito da realizada para a Amostra 1, verificando-se que a linha de base do gráfico de distribuição das intensidades está também relativamente levantada, bem como a presença de um “ruído” de fundo relativamente acentuado. Este facto estará também relacionado com a presença de elementos não cristalinos na amostra (matéria orgânica, géis, substâncias amorfas, etc.) (Figura 9, 10). Identificam-se, no entanto, picos bem expressivos da presença de minerais como a moscovite, quartzo e feldspatos alcalinos. A presença de minerais de ferro, como a hematite ou goetite, é praticamente vestigial, apesar do tom avermelhado da amostra 3-A. (Figura 9) O ferro, responsável pela cor, deverá encontrar-se em outras estruturas não cristalinas ou ligado a géis disseminados na amostra.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos dados obtidos por difração de raios X, das amostras estudadas, mostra que a composição dos elementos construtivos em argila é um reflexo dos materiais e processos com que estes foram construídos.

Para a amostra 1 e 3, possíveis rebocos ou talvez pavimentos, a presença de fases minerais cristalinas como o quartzo, moscovite e feldspatos, elementos constituintes dos granitos da região, atestam a possível utilização de saibros ou solos residuais graníticos como base para a sua produção.

No caso da amostra 2, o fragmento cerâmico (amostra 2-B) evidencia, também, a presença das mesmas fases minerais, pertencendo, também, provavelmente a saibros (saibro é o produto de alteração de rochas quartzo-feldspática) ou solos residuais. Estes materiais terão sido utilizados como desengordurante da liga cerâmica. Quanto à temperatura de cozedura, a ausência de picos relativos a minerais como a mulite, atestam uma temperatura baixa (<950^o C), uma vez que este mineral se forma a partir dessa temperatura.

Já a amostra 2-A, que faria parte, provavelmente, de um pavimento, apresenta poucas fases minerais. Os seus constituintes são essencialmente amorfos, podendo, como referido corresponder a fases minerais pouco cristalinas, fases amorfas, matéria orgânica ou géis. Não é fácil precisar o porquê desta composição, mas poderá estar relacionado com o material utilizado e/ou com o tipo de processamento do mesmo. Outras análises mais avançadas (químicas, FTIR, microscopia electrónica de varrimento, etc.) poderiam esclarecer melhor a sua composição, mas as mesmas são mais morosas e dispendiosas.

Em síntese, tendo em conta os dados aqui apresentados, podemos considerar que os pavimentos ou rebocos de parede da Idade do Ferro Recente encontrados neste povoado foram produzidos a partir de solos residuais compostos por argilas e granitos já em decomposição, os quais foram cozidos *in situ* a uma temperatura inferior a 950^o. Com efeito, este trabalho revelou-se bastante significativo já que é o primeiro estudo arqueométrico para avaliar e conhecer um pouco melhor a constituição e elaboração de materiais de construção na Idade do Ferro do noroeste Português.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho foi realizado no âmbito do projeto de Doutoramento: A Idade do Ferro do Litoral Norte, entre as bacias dos rios Minho e Cávado. Materialidades, intercâmbio e traços e identidade, (Referência: FCT SFRH/BD/138105/2018). Agradecemos ao Departamento de Ciências da Terra da Universidade do Minho, na pessoa do Dr. Luís Gonçalves pela utilização do difractómetro Philips instalado nesse departamento.

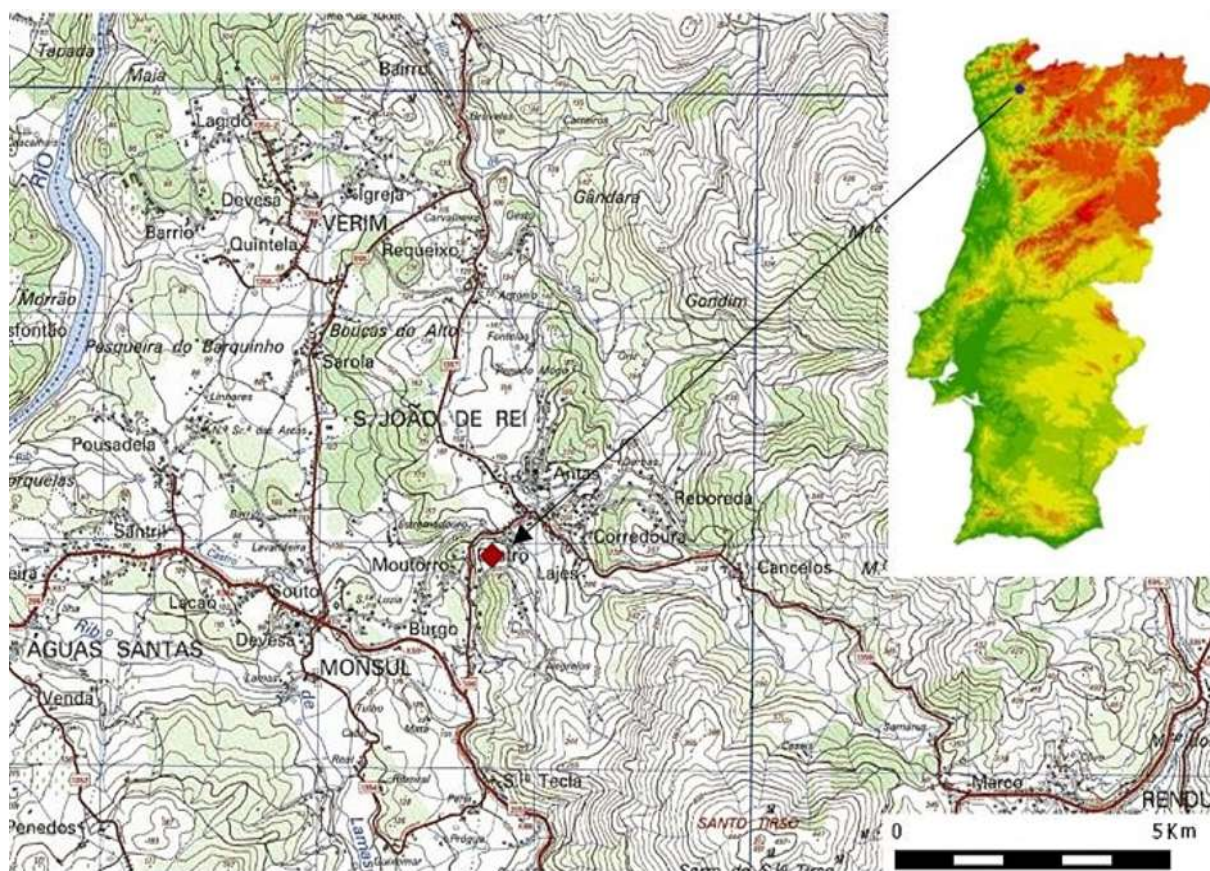


Fig. 1 –Localização do povoado de S. João de Rei, assinalada com o ponto vermelho, em extrato da Carta Militar de Portugal, na escala 1:25.000, folha 57, série M888 (IGE0E, 1997) e no território de Portugal.

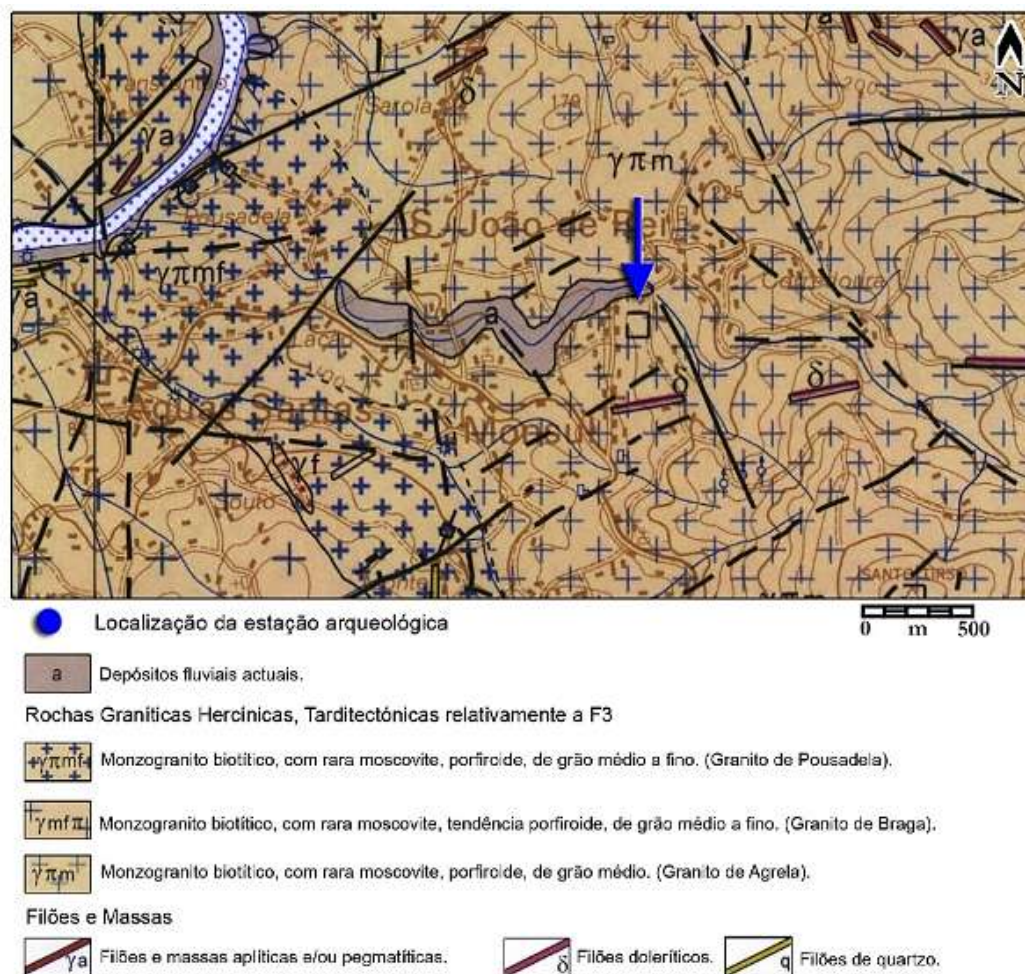


Fig. 2 – Enquadramento geológico do povoado de S. João de Rei (extrato da Carta Geológica de Portugal, 1:50.000, 5D de Braga – 2ª edição, 2000).

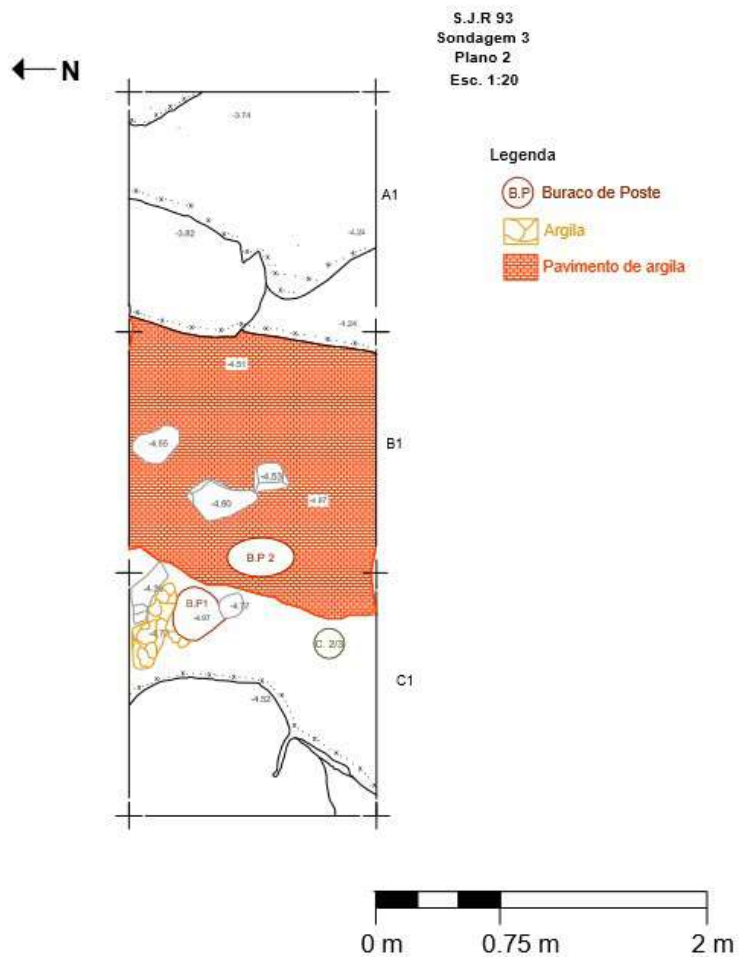


Fig. 3 – Sondagem 3, Plano 2, onde se pode observar restos de um pavimento argiloso e dois buracos de poste.



Fig. 4 – Fragmento decorado de um pavimento da Sondagem 4.

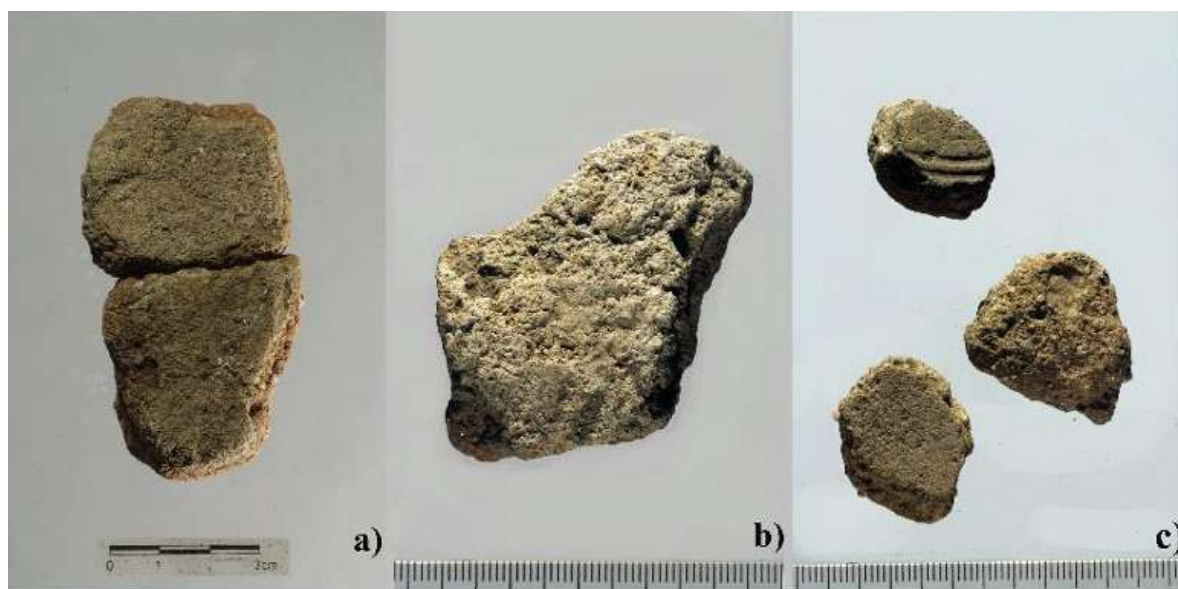


Fig. 5 – Pavimentos ou rebocos analisados: a) 2016.370G. 1 – Amostra 1 (sondagem 4, camada 3); b) 2016.0618 – Amostra 2-A e 2-B (sondagem 3, camada 4); c) (2017.0017G.) – Amostra 3-A e 3-B (sondagem 3, camada 5).

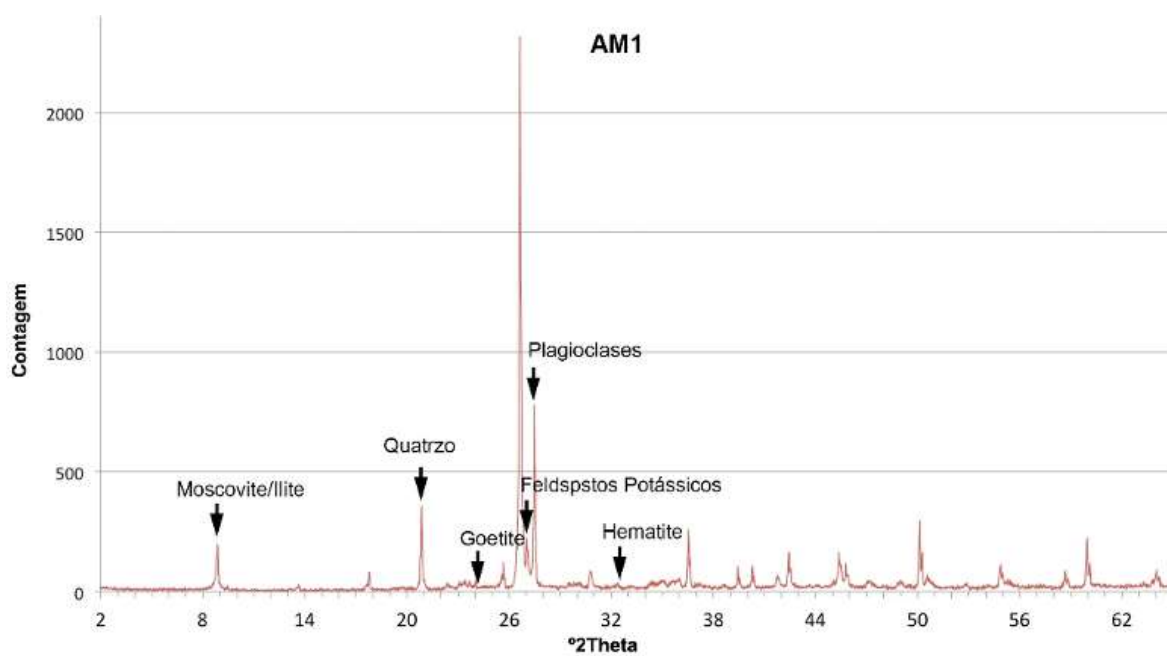


Fig. 6 – Difractograma da Amostra 1.

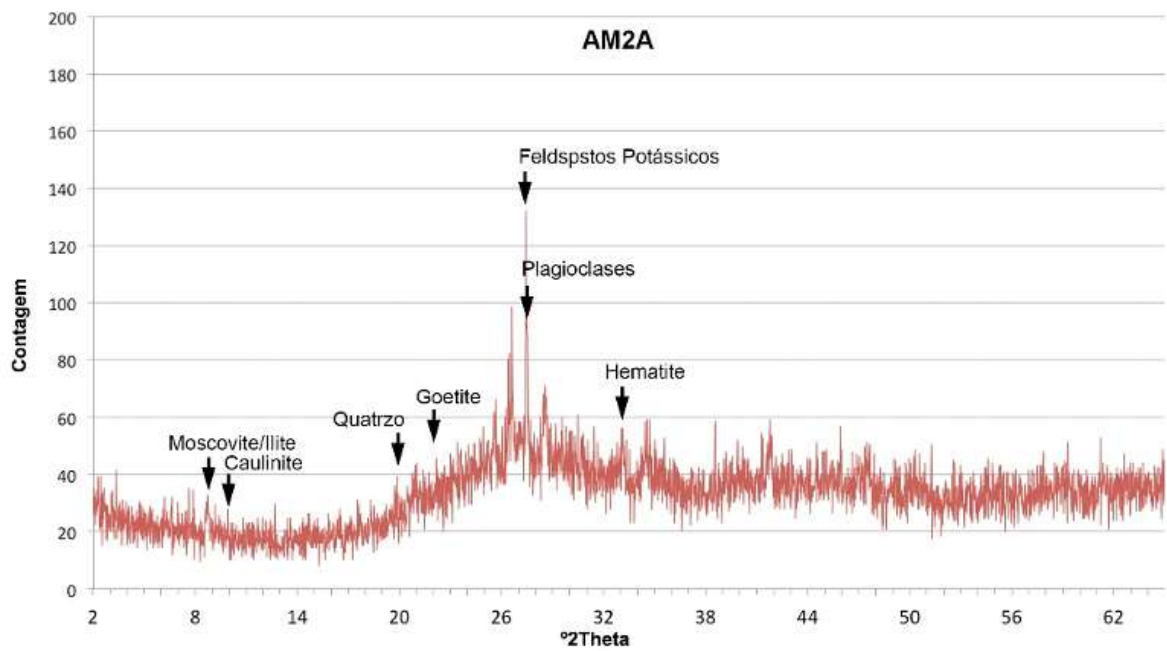


Fig. 7 – Difractogramas da Amostra 2A.

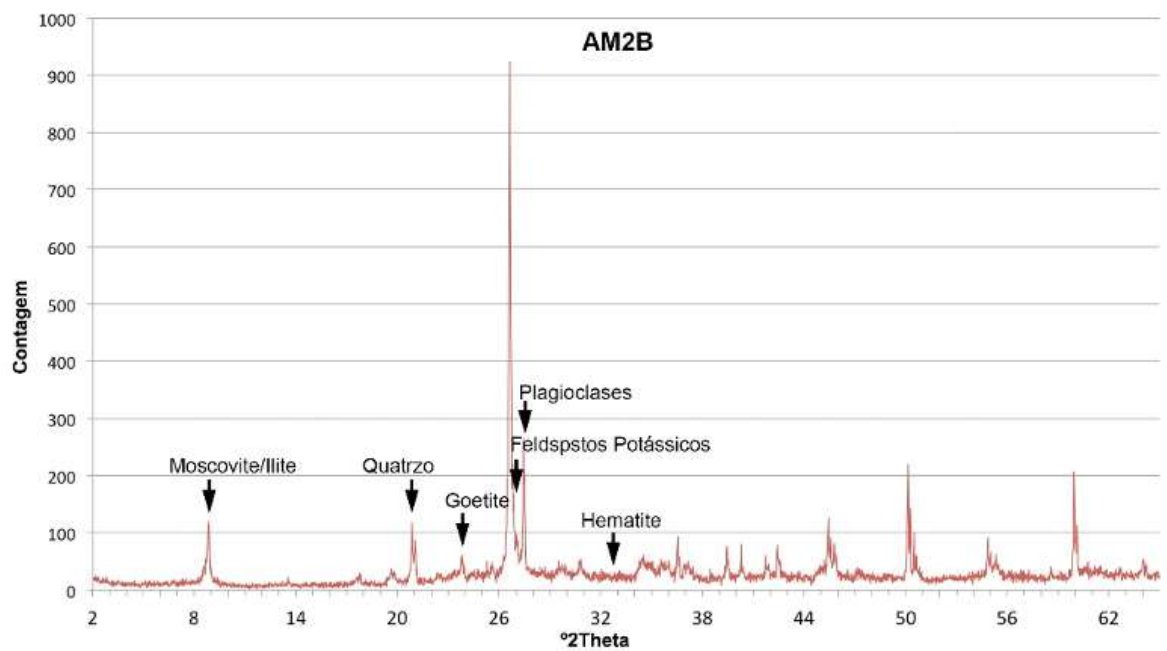


Fig. 8 – Difractogramas das Amostras 2B.

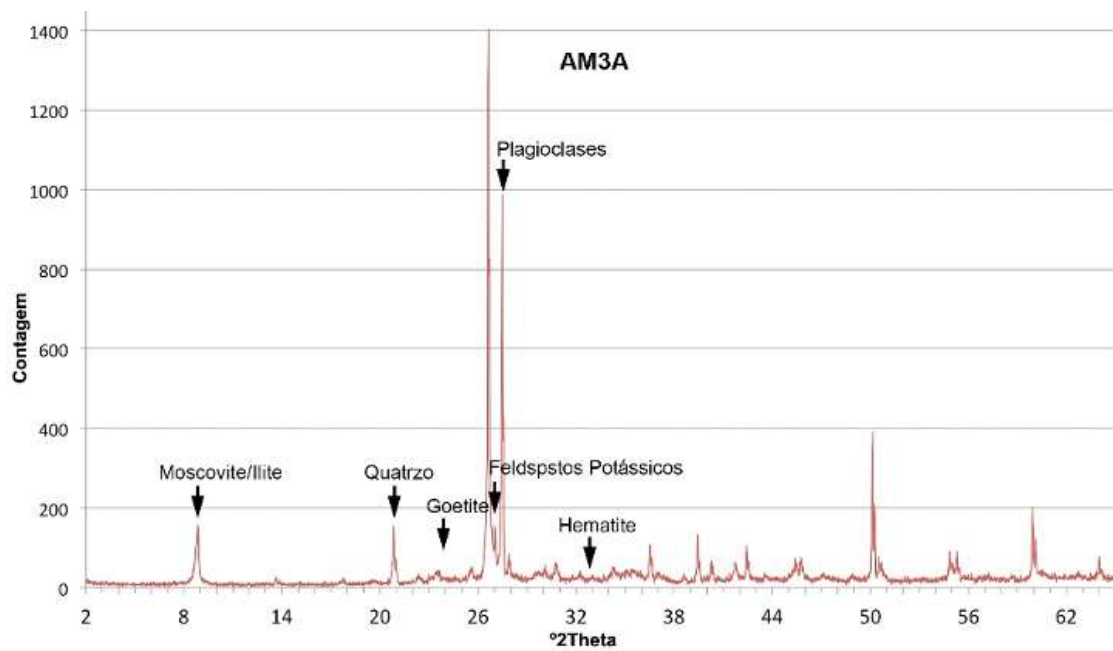


Fig. 9 – Difractograma da Amostra 3A.

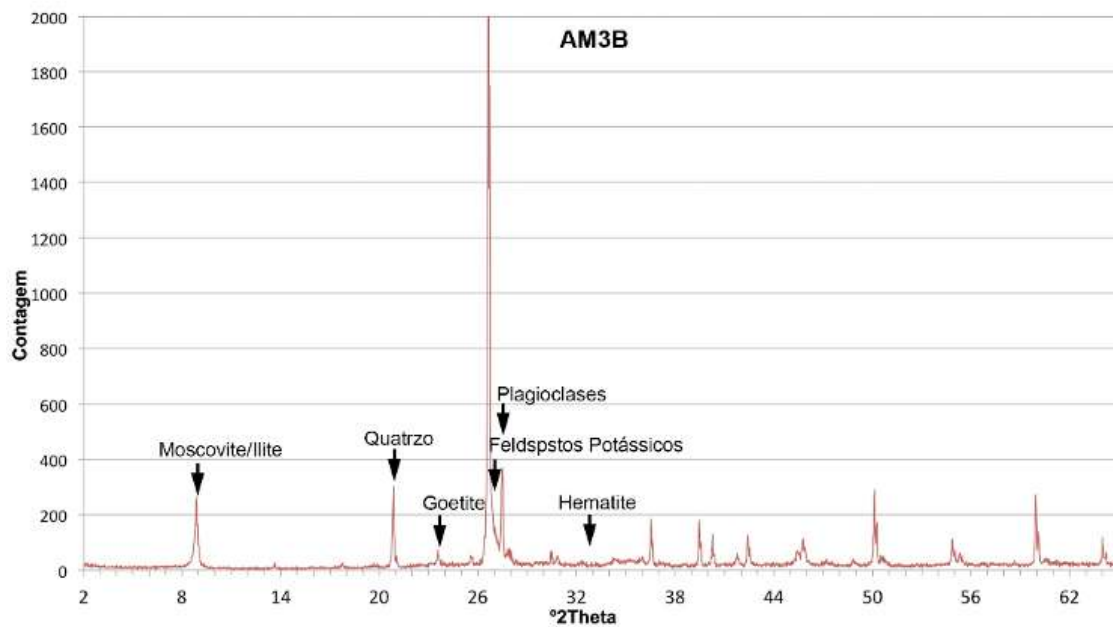


Fig. 10 – Difractograma da Amostra 3B.

BIBLIOGRAFIA

- Andrade, A.M. e Noronha, F. 1986. *Carta Geológica de Portugal na escala de 1/50000, folha 9-B, Guimarães*. Lisboa: Serviços Geológicos de Portugal.
- Bettencourt, A. M. S. 1999. *A paisagem e o homem na bacia do Cávado durante o II e o I milénios AC*, 5 vols. Braga: Universidade do Minho (Tese de Doutoramento - policopiada).
- Bettencourt, A. M. S. 2000. Estações da Idade do Bronze e Inícios da Idade do Ferro da Bacia do Cávado (Norte de Portugal). *Cadernos de Arqueologia – Monografias 11*. Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, Braga.
- Cardoso, M. 1938. Três curiosidades arqueológicas do período lusitano-romano. *Revista de Guimarães*, 48: 82 - 84.
- Ferreira, N., Dias, G., Meireles, C.A.P. e Braga, M.A.S. 2000. *Notícia explicativa da folha 5D - Braga. Carta Geológica de Portugal na escala de 1/50.000*. Lisboa: Instituto Geológico e Mineiro.
- Noronha, F. 1992. *Carta Geológica de Portugal na escala de 1/50000, folha 6-C, Cabeceiras de Basto*. Lisboa: Serviços Geológicos de Portugal.
- Martins, M. 1990. *O povoamento proto-histórico e a romanização da bacia do curso médio do Cávado*. *Cadernos de Arqueologia - Monografias 5*. Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, Braga.
- Oliveira, N. 2017. *O Povoado de São João de Rei na Idade do Ferro Recente (Póvoa de Lanhoso, NW de Portugal)*. Dissertação de Mestrado, apresentada a Universidade do Minho.
- Queiroga, F. 2005. Materiais e Técnicas Construtivas da Cultura Castreja no Entre-Douro-e-Minho. Penafiel, Museu Municipal de Penafiel, *Cadernos do Museu*, 11: 155 – 166.
- Teixeira, C. e Medeiros, A. 1969. *Carta Geológica de Portugal na escala de 1/50000, notícia explicativa da folha 5-C, Barcelos*. Lisboa: Serviços Geológicos de Portugal.

ESCAVAÇÃO, ESTUDO E MUSEALIZAÇÃO DA “CASA ROMANA” DO CASTRO DE SÃO DOMINGOS: RESULTADOS PRELIMINARES DA 5.^a CAMPANHA

PAULO ANDRÉ PINHO LEMOS

Arqueólogo / paplemos@gmail.com / Projeto de Investigação: Escavação, Estudo e Musealização da “Casa Romana” do Castro de São Domingos.

RESUMO:

No presente artigo dão-se a conhecer os resultados preliminares da 5.^a campanha de trabalhos arqueológicos efetuados no assentamento romano na meia encosta do monte de São Domingos, enquadrados no projeto de investigação “Escavação, Estudo e Musealização da ‘Casa Romana’ do Castro de São Domingos”. Este projeto surge da vontade expressa da autarquia de Lousada em levar a cabo um estudo clarificador e de valorização do espaço arqueológico aludido, sob a coordenação científica do signatário, ainda que aberto à participação de outros colaboradores/investigadores, mormente o arqueólogo Gabriel Pereira, contando ainda com a colaboração do Dr. António Manuel dos Santos Pinto da Silva, como consultor científico.

ABSTRACT:

In the present article the preliminary results of the 5th campaign of archaeological works carried out at the roman settlement on the half slope of Monte São Domingos are provided, as part of the research project “Excavation, Study and Musealization of the ‘Roman House’ of Castro de São Domingos”. This project arises from the express desire of the Lousada Municipality to carry out a clarifying study and to enhance the archaeological space, under the scientific coordination of the signatory, although open to the participation of other collaborators/researchers, especially the archaeologist Gabriel Pereira, and also with the collaboration of Dr. António Manuel dos Santos Pinto da Silva, as a scientific consultant.

1. RESUMO DO PROJETO

O desenvolvimento dos trabalhos arqueológicos (concretamente as intervenções levadas a cabo por José Marcelo Sanches Mendes Pinto) e a progressiva revelação da importância científica e patrimonial do Castro de São Domingos (o povoado fortificado encontra-se em vias de classificação¹) (Figs. 1 e 2) levaram a Câmara Municipal de Louzada (CML), a desenvolver o projeto de investigação: A “Casa Romana” do Castro de São Domingos: intervenção arqueológica e valorização patrimonial, entre 2009-2011.

Este projeto surgiu como forma de conservação e salvaguarda de toda a informação concernente ao sítio arqueológico, concretamente do assentamento romano na meia encosta do monte de São Domingos. O mencionado projeto foi estruturado em quatro fases: 1) ações de escavação arqueológica; 2) realização de estudos sedimentológicos, arqueométricos, antracológicos, geológicos, palinológicos e datações por radiocarbono; 3) ações de estudo e tratamento de materiais provenientes das anteriores intervenções realizadas no Castro de São Domingos na década de 1990; 4) ações de conservação, restauro e valorização.

A primeira etapa foi efetuada numa superfície superior a 500 m², numa tentativa de definir o potencial arqueológico do espaço em questão, esclarecendo a situação do assentamento romano na meia encosta do monte de São Domingos, apurando igualmente o seu estado de conservação e, simultaneamente, caracterizando novos elementos arqueológicos.

No que concerne à segunda fase, graças a um protocolo com o Laboratório do Porto da Direção Geral de Geologia e Energia, foi realizado um conjunto de estudos de cariz geológico com vista à clarificação das hipóteses aventadas para uma das funcionalidades das fossas identificadas no povoado, nomeadamente a sua utilização na atividade extrativa de material argiloso para utilização nas estruturas murais das diversas construções da denominada “Casa Romana” (Nunes *et al*, 2011; Novais *et al*, 2014).

Contudo, refere-se que o supra mencionado projeto de investigação não foi, por imperativos financeiros, concluído. Com o intuito de terminar a intervenção arqueológica e a respetiva valorização patrimonial do sítio elaborou-se o atual projeto de investigação, denominado “*Escavação, estudo e musealização da “Casa Romana” do Castro de São Domingos*”, sob a coordenação científica do signatário, ainda que o projeto esteja aberto à participação de outros colaboradores/investigadores, sendo a equipa formada por Paulo Lemos e Gabriel Pereira – arqueólogos, investigadores e coordenadores científicos, contando ainda com a colaboração de um consultor científico, o Dr. António Manuel dos Santos Pinto da Silva.

¹ A proposta de classificação do Castro de S. Domingos como Imóvel de Interesse Público deve-se ao arqueólogo Mendes-Pinto em 28 de junho de 1999. No ano de 2000, 18 fevereiro - despacho de abertura do processo de classificação; No ano de 2009, 23 outubro - o processo de classificação caduca nos termos do artigo 78.º do Decreto-Lei n.º 309/2009, DR, 1.ª série, n.º 206, publicado nesta data; No ano de 2015, 9 junho - despacho de abertura do processo de classificação.

2. DESCRIÇÃO DO PROJETO/OBJETIVOS

O projeto “*Escavação, estudo e musealização da “Casa Romana” do Castro de São Domingos*” surge da vontade expressa da CML em levar a cabo um estudo clarificador e de valorização do espaço arqueológico concernente ao assentamento romano na meia encosta do monte de São Domingos.

Deste modo, e com o desígnio de alcançar os resultados propostos, foram delineados vários objetivos estruturadas em 3 fases: a) escavação arqueológica numa área de 1500 m²; b) estudos sedimentológicos, arqueométricos, antracológicos, geológicos, palinológicos e datações por radiocarbono; c) conservação, restauro e valorização do sítio. Deste modo, e tendo em atenção os resultados previstos dos trabalhos planeados, pretende-se na conclusão do projeto uma clarificação e valorização do espaço arqueológico do assentamento romano na meia encosta do monte de São Domingos.

3. CASTRO DE SÃO DOMINGOS

3.1. ANTECEDENTES. DESCOBERTA DO SÍTIO ARQUEOLÓGICO E TRABALHOS REALIZADOS

A primeira referência documental ao Castro de São Domingos regista-se nas Inquirições de D. Afonso II de 1258 (PMH, Inq. 1258:547; Peixoto, 1913), onde se refere que «*Item quod habetur ibi unum castrum et fuit populatum: et dixit quod omnes qui morantur in ipsa villa partierunt illud se et laborant illud*».

Mais tarde, nos primórdios do século XVIII, o Padre Carvalho da Costa (1706:400), a propósito da freguesia de Cristelos, refere-se a este sítio arqueológico nos seguintes termos: “*Aqui está o Monte de Crasto de S. Domingos, que tomou este nome de huma Capella que teve deste Santo: tem sinais de fortificação, que pelo nome supomos ser dos Romanos*”. Contudo, é somente em 1880 que Francisco Martins Sarmiento «*em visita ao local tece as primeiras considerações científicas sobre o povoado. Nessa visita, Martins Sarmiento descreve-o como tendo sido um povoado fortificado onde ainda eram visíveis várias linhas de muralha. Refere ainda o achado de diversos fragmentos cerâmicos que considerou de cronologia romana*» (Cardozo, 1947:56; Nunes *et al*, 2008:106).

No ano de 1957 D. Domingos de Pinho Brandão foi o primeiro autor a divulgar e a recolher materiais de superfície do Castro de São Domingos (Mendes-Pinto, 2008:51). Ao longo do século XX, outros autores se debruçaram sobre este povoado e/ou o espólio dele proveniente, designadamente: A. M. Alarcão em 1958; F. Lanhas em 1971, A. C. F. Silva em 1986 e L. T. Dias em 1997 (Nunes, *et al*. 2008:106). A. M. Alarcão identifica um dos fragmentos guardados por D. Domingos de Pinho Brandão no Museu do Seminário Maior do Porto como sendo uma forma DRAG.37, de fabrico hispânico, decorada a molde com métopas de palmetas e que atribui provavelmente aos inícios do século II d. C. (Mendes-Pinto, 2008:51).

Finalmente, o castro foi objeto de investigação entre 1994 e 1999, pelas contínuas campanhas arqueológicas levadas a cabo pelo arqueólogo Mendes Pinto (Mendes-Pinto, 2008: 51-52; Nunes, et. al., 2007:1-4; Nunes, *et al.*, 2008:106).

3.2. DESCRIÇÃO DO SÍTIO ARQUEOLÓGICO

O Castro de São Domingos (41°16'31.50" N; 08°17'45.96" O) está localizado na União de Freguesias de Cristelos, Boim e Ordem, concelho de Lousada e distrito do Porto (Figs. 1 a 3). O seu nome advém de uma antiga capela que terá existido no topo do monte, dedicada a São Domingos, e que, à semelhança de muitos outros locais, tinha como finalidade a cristianização do sítio (Sarmiento, 1880:26-27 e Mendes-Pinto, 2008:51).

Constituindo o maior e melhor preservado povoado proto-histórico identificado ao longo da bacia do Mezio, território que atualmente se insere, na sua quase totalidade, no concelho de Lousada o castro de São Domingos, apesar de uma intensa humanização da paisagem envolvente (florestação, rede viária e construção civil) (Fig. 3), conserva na sua área de implantação importantes vestígios associados ao povoamento da Idade do Ferro correspondentes às denominadas Fase IIA e IIB (séculos VI a.C. à 2.^a metade do Século III a.C.) e Fase IIIA e IIIB (séculos II a.C. à 2.^a metade do século I a.C.) da «cultura dos castros» (Nunes, *et. al.*, 2007:1). Atingindo, segundo Martins (1990:206), por volta do séc. II a.C. e sensivelmente à 2.^a metade do séc. I, portanto já no quadro da romanização, o seu período optimum (Nunes, *et. al.*, 2007:1).

O castro de São Domingos apresenta-se como «*um povoado fortificado de médias dimensões, implantado num outeiro cónico isolado que domina visualmente todo o vale do rio Mezio e apresenta ótimas condições naturais de defesa*» (Mendes-Pinto 1995:273; Mendes-Pinto 2008: 51; Nunes, *et al.* 2008:106-107), claramente perceptível na paisagem e em notória dominância e centralidade relativamente aos demais povoados implantados na bordadura montanhosa que ladeia o vale do Mezio (Nunes, *et al.* 2007:2) onde, e de acordo com a tese defendida por Ferreira da Silva (Silva, 1980:88), a distribuição destes povoados, longe de ser anárquica, poderia obedecer a uma certa hierarquização, cabendo com alguma certeza ao povoado de São Domingos, um certo grau de preponderância, que no entanto ainda não nos é inteiramente perceptível (Nunes, *et al.* 2007:2).

O povoado «*possui três linhas de muralhas, correspondentes a cada uma das três grandes plataformas aí visíveis, separadas por fortes declives, onde se terão inscrito preferentemente as estruturas habitacionais*» (Mendes-Pinto 1995:273; Mendes-Pinto 2008: 51; Nunes, et al. 2008:106-7).

As escavações realizadas até à data no monte de São Domingos permitiram constatar duas realidades distintas: uma primeira, coincidente com as cotas localizadas acima dos 300 m, onde persiste uma considerável área de vestígios que se encontram relativamente bem preservados, e uma segunda, abaixo da cota dos 300 m, onde a realidade

arqueológica foi alvo de perturbações mais ou menos evidentes, mormente por ação antrópica direta, conforme ficou patente nos resultados obtidos através das intervenções levadas a cabo por Mendes-Pinto em meados da década de 1990 no Setor I daquele povoado² (1994:4-5), e ainda pelas sondagens de avaliação realizadas na Rua do Castro (base Oeste do povoado) sob direção científica do Prof. Dr. Carlos Alberto Brochado de Almeida, em 2006³.

No setor II, implantado por Mendes-Pinto à cota de 310 m, ao nível das plataformas superiores do monte, as intervenções *«permitiram colocar a descoberto um núcleo de ocupação indígena, com casas de planta circular, lajeados e muros de divisão e contenção, dos séculos IV e III a.C.»* (Mendes-Pinto, 1994:5-6; Nunes, et al. 2007:2-3 e Nunes, et al. 2008:107).

A conquista e consequente destruição do povoado, provavelmente no decurso das Guerras Cantábricas (26-19 a.C.), é apontada por Mendes-Pinto como ponto de partida para uma *«reorganização espacial do povoado, com o reordenamento interno dos núcleos familiares, que passam a ser compostos por unidades circulares e unidades sub-retangulares ou quadrangulares cercadas por um muro e dando para um grande pátio lajeado, onde se processavam algumas das principais atividades domésticas, notando-se desde logo a adaptação à cultura romana e a influência mediterrânica da casa-pátio. Os novos conceitos urbanísticos, apropriados e interpretados pelos indígenas, são comprovados na casa romana a meia-encosta de S. Domingos. Talvez pelos finais da primeira metade do século I, ou inícios da sua segunda metade, vemos a coroa do monte ser paulatinamente abandonada em favor das plataformas da meia-encosta, quando se começam a construir casas já tipicamente romanas»* (Mendes-Pinto 1995 e 2008:60).

É *«no decurso deste processo de reordenamento defendido por [Mendes-Pinto] que se verificou a construção de um pólo habitacional romano (séc. I a V d.C.), implantado na encosta virada a Sudeste, pólo esse entretanto alvo de uma intervenção de emergência que permitiu colocar a descoberto diversas dependências e exumar importante espólio»*

² Segundo Mendes-Pinto (1994:4-5), a destruição evidenciada pela escavação do Setor I, «em cujas camadas (00) e (01) as cerâmicas indígenas se encontram misturadas com materiais romanos datáveis dos finais do século I a.C. a I d.C. é explicável pelo desmonte e roubo de pedra através dos séculos, pelo plantio de árvores de que os eucaliptos representam a última etapa». A estes factos, notados pelo autor, acresce a regularização das plataformas situadas a média encosta, nomeadamente ao longo da Baixa Idade Média (séculos XII e XIII), com o intuito de proceder ao cultivo das suas vertentes, conforme se deduz da leitura das Inquirições de 1258 (PMH, Inq. 1258:547): *Item quod habetur ibi unum castrum et fuit populatum: et dixit quod omnes qui morantur in ipsa villa partierunt illud se et laborant illud*. Mais recentemente, a partir dos primórdios do século XX, o castro passou a ser palco de festividades populares, situação que, para além da criação de plataformas artificiais a média encosta, deu início a um processo de “reocupação” do monte, levando a um paulatino movimento de edificação de habitações unifamiliares nas encostas Sul/Sudeste e Sudoeste do povoado, situação que alterou profundamente a topografia do sítio, acrescentando-lhe infraestruturas até então inexistentes (sistema viário, rede de água potável, águas pluviais, luz, etc.).

³ Da avaliação do relatório final apresentado pelo Prof. Dr. Carlos Alberto Brochado de Almeida e aprovado pelo IPPAR através do Ofício n.º S-2006/152207 de 28/07/2006, constata-se a total ausência de estruturas arqueológicas conotadas com o sítio em apreço.

(Nunes, et al. 2008:107), achados que comprovam «*uma economia de cariz vincadamente agrário, intensificando-se (...) os contactos com o resto do Império*» (Mendes-Pinto, 2008:60).

Do espólio proveniente do monte de São Domingos «*destaca-se a presença de cerâmica de importação, nomeadamente ânforas vinárias Alterne 70 e Dressel 20 (século I-II d.C.), e ainda várias sigillatas, entre as quais um fragmento de fundo de sigillata hispânica, possível forma Drag.27, com marca de oleiro de ângulos curvos onde se pode ler OFVA-PA, isto é, proveniente da oficina do oleiro Valerius Paternus, de Tritium Magallum (atual Tricio, Espanha)*» (Manuel, et. al., 2007:4), à qual se junta um fragmento de Drag.37⁴, moldado, de verniz brilhante, mas estaladiço, vermelho forte, pasta cor de tijolo, dura e granulosa, possivelmente datado das primeiras décadas do século II d.C. (Alarcão, A. M., 1958:262-264). A ocupação do monte de São Domingos «*perdurará pelo menos até aos inícios do século V, época da chegada dos bárbaros, quando terá sido destruída a habitação [romana a meia-encosta] por meio de novo incêndio*» (Mendes-Pinto, 2008:60).

3.3. DESCRIÇÃO DO ASSENTAMENTO ROMANO NA MEIA ENCOSTA DO MONTE DE SÃO DOMINGOS

O assentamento romano na meia encosta do monte de São Domingos corresponde a uma área implantada na sua vertente Sudeste (Fig. 4) e na qual se insere a faixa de terreno intervencionada em 1996 por Mendes-Pinto, numa superfície de 80 m², concretamente a designada “Casa Romana”. Nesta vertente foram detetados «*restos de muros e abundantes fragmentos de tegula e cerâmica comum romana a indicarem a presença de importantes vestígios arqueológicos*» (Mendes-Pinto, 2008:55). Estes indícios de ocupação do espaço foram perceptíveis graças aos trabalhos de terraplenagem, realizados com o objetivo de proceder à construção de um prédio de habitação.

As escavações levadas a cabo por Mendes-Pinto (2008:55-56) revelaram os restos de uma casa romana, que apropriou um pátio lajeado e uma antiga habitação circular. Foram escavados dois compartimentos, o primeiro, no extremo Nordeste, de planta quadrangular, com cerca de 4,5 m de lado, porta virada a Sudeste pela qual comunicava com uma sala (destruída pelos trabalhos realizados pela máquina e da qual apenas subsiste o arranque de uma das paredes e vestígios de um piso em terra batida). O segundo compartimento encontra-se incompleto, mas apresentaria planta retangular com largura mínima de 4x6 m, a que Mendes-Pinto atribui uma cronologia provável do século I. No exterior da casa, no seu lado Sudoeste, encontrou-se um lajeado de um pátio pertencente a uma habitação de planta circular, castreja. A casa romana sofreu um incêndio sendo depois alvo de uma remodelação que lhe reduziu o espaço anexo (provavelmente na segunda metade do século III). O nível de circulação foi alteado em cerca de 0,80

⁴ Fragmento atualmente pertencente à Coleção Seminário Maior do Porto.

m reaproveitando-se para esse fim parte dos derrubes da anterior construção, tendo os muros anteriores sido utilizados como alicerce à nova construção. Dessa edificação mais antiga apenas chegaram até nós os vestígios inferiores dos seus muros e dos seus pisos em terra batida. Sobre estes, um derrube de *tegulae e imbrex* comprova o desmoronamento do telhado originado uma vez mais por um incêndio, presumivelmente nos meados do século V aquando da invasão Visigoda (Mendes-Pinto, 2008:56).

4. METODOLOGIA GERAL

Os trabalhos arqueológicos foram realizadas entre junho e outubro de 2017, tendo sido precedidos de um conjunto de ações, concretamente o levantamento fotográfico e a eliminação da vegetação existente, tendo as ações de escavação sido desenvolvidas pelo método da matriz de Harris. As Unidades Estratigráficas foram referenciadas pelas iniciais “UE” ou com o respetivo número entre parêntesis retos (*e.g.* [200]), levantando-se as diferentes unidades por decapagem a colherim ou, quando a natureza dos estratos o exigiu, com ferramentas mais pesadas. A crivagem das terras foi sistemática sempre que se verificou a ocorrência de maior volume de espólio ou a escavação com enxada.

Os materiais provenientes da intervenção passaram por um processo de tratamento que abrangeu – lavagem, fotografia, desenho, marcação individual com a sigla da intervenção, quadrado e UE (*e.g.* CD.CR.17 K5 UE 200) e, finalmente, a inventariação individual e respetiva inclusão numa Base de Dados⁵.

A implantação da quadrícula de escavação, em malha ordinária de 2x2 m, obedeceu a um esquema de coordenadas alfanuméricas corrente orientado pelos eixos NO-SE (a que foram atribuídas letras) e NE-SO (a que foram atribuídos números).

O levantamento altimétrico do terreno e da intervenção foi realizado com base em cotas absolutas, obtidas a partir do topo do muro em blocos de cimento, com cerca de 1 metro de altura, que delimita o terreno onde se implanta a designada Casa Romana, no seu limite NE, correspondente à UE 070, referenciado com a cota 260.17 m⁶.

5. RESULTADOS DA INTERVENÇÃO: ESTRUTURAS, ESTRATIGRAFIA E ESPÓLIO

As ações de escavação arqueológica incidem no assentamento romano na meia encosta do monte de São Domingos que, dada a sua dimensão, foi subdividido em duas áreas de intervenção. A primeira, Área A, corresponde à faixa de terreno que delimita a designada

⁵ As peças mais significativas provenientes da intervenção realizada no âmbito do Projeto de Investigação: Escavação, estudo e musealização da “Casa Romana” do castro de São Domingos foram englobadas numa Base de Dados, desenvolvida no programa Microsoft Excel, às quais foi atribuído um Número de Inventário (NI), único e sequencial.

⁶ A implantação da quadrícula de escavação foi realizada pelos serviços de topografia da Câmara Municipal de Lousada, colaboração que naturalmente se agradece.

“Casa Romana” a sul. A segunda área de intervenção, Área B, corresponde à faixa de terreno situada entre a Travessa Nossa Senhora da Conceição e a mencionada Área A (Fig. 5).

5.1. AÇÕES DE ESCAVAÇÃO ARQUEOLÓGICA: ÁREA A

As ações de escavação arqueológica foram executadas neste espaço numa superfície de 684 m², (abarcando a área intervencionada entre 2009 e 2011 com o anterior projeto) distribuídas pelos Quadrados F a O 4 – 22, tendo a intervenção revelado diversas fases de ocupação do espaço (Fig. 6).

O primeiro momento identificado, cronologicamente mais recente, é de Época Contemporânea, sendo representado por diferentes etapas. A primeira está relacionada com as ações de terraplenagem realizadas na década de 1990, tendo sido identificadas, sob o nível vegetal/humoso, sete unidades de aterro constituídas por terras muito heterogêneas com abundante espólio de díspares cronologias (Idade do Ferro, Época Romana e Época Contemporânea).

A segunda etapa de Época Contemporânea está representada por uma sucessão de nove valas mecânicas, abertas no sentido NE-SO, cronologicamente atribuíveis às últimas décadas do século XX, e também elas relacionadas com as mencionadas ações de terraplenagem efetuados na década de 1990 (Figs. 5 e 6). As valas registadas correspondem a ações de remoção de esteios de ramada em granito e das respetivas vides, tendo truncado uma multiplicidade de níveis/estruturas de diferentes épocas. Estas valas encontravam-se preenchidas por uma multiplicidade de unidades heterogêneas, com frequente espólio de diversas cronologias (Idade do Ferro, Época Romana e Época Contemporânea).

Do período Contemporâneo/Moderno foi identificado o muro [388] (Figs. 4 e 5) formado por pedras de corneana e de granito, de médias a grandes dimensões, com apenas uma face voltada a SE, com interstícios preenchidos por pedras de pequenas dimensões e terra desagregada. As pedras que compõem esta estrutura correspondem a reutilizações, sendo perceptíveis fragmentos de mós de vaivém e esteios de ramada de Época Contemporânea (Fig. 6).

O muro [388], conjuntamente com os muros [389] e [409] da Idade do Ferro, delimita o espaço concernente a um caminho, com orientação OSO-ENE, serpenteando o terreno, com uma largura média de 1,10 m e perceptível numa extensão de 13 m. Entre estas estruturas foi depositada a unidade [390], equivalente a um nível de circulação. Este caminho fazia, possivelmente, a ligação entre a zona do vale do rio Mezio e o topo do monte de S. Domingos, de acesso a uma antiga capela que terá existido no topo do monte, dedicada a S. Domingos, e que, à semelhança de muitos outros locais, tinha como finalidade a cristianização do sítio (Sarmiento, 1880:26-27 e Mendes-Pinto, 2008:51).

De Época Romana temos a habitação constituída pelos muros – [399], [505], [550] e [566]

– de forma quadrangular (4,80 x 4,80 m), com uma área interna de 23 m² (Fig. 7).

Exibindo paredes constituídas essencialmente por pedras de granito de médias dimensões revela faces regulares, com interstícios preenchidos por pedras de granito de pequenas dimensões, fragmentos de *tegulae* e por terras argilosas compactas de cor castanho claro. Revelou porta voltada a SO, aberta na parede [550], com 1,10 m de largura. No seu interior foram identificados 3 níveis de depósito – [398], [594], [401] = [593], aqui colocados para preparação do piso de circulação. Contudo, este piso não foi identificado, tendo sido destruído pelos trabalhos de desaterro efetuados na década de 1990. Relacionado com esta habitação foi ainda identificada uma área de circulação coetânea desta estrutura, o piso [407], identificado na envolvente SO da habitação, precisamente na zona de acesso ao edifício, funcionando como uma área de apoio à circulação, edificado com o intuito de encobrir uma área de ocupação anterior e que se encontrava abandonada. Delimitado pelo edifício de Época Romana e pela estrutura da Idade do Ferro [408] – [417] é composto por terras extremamente compactas, arenosas de grão médio, cor castanho-clara com tons de cinza claro a branco, frequentes pedras de corneana de pequenas dimensões, sendo delimitada no seu limite Sul/NO por um alinhamento de fiada única composto por fragmentos de *tegulae*, *imbrex* e pedras.

Da Idade do Ferro foram identificados quatro momentos ocupacionais do espaço, explanados em diversas estruturas habitacionais, dispostos na área agora intervencionada.

As estruturas da Idade do Ferro mais recentes estão patentes nos Quadrados H-K 15 a 22 (Figs. 4 e 5). Aqui foi identificado um primeiro núcleo habitacional constituído por duas habitações circulares compostas por pedras de corneana de médio porte, interstícios preenchidos por terras saibrentas, compactas de cor amarelada a bege. A primeira [185], de maiores dimensões, apresentaria um diâmetro interno de 4,50 m, expondo ainda um lajeado exterior [280] e um canal de escoamento de águas [281]. A outra habitação circular [410]/[411], que apresentaria um diâmetro interno que rondaria os 3,50 m, apresenta ainda um muro curvilíneo [409], vulgarmente conhecido por “braços de caranguejo” ou “tipo pinça”, composto por pedras de corneana de médias dimensões, de faces regulares, interstícios preenchidos por pedras de granito de pequenas dimensões e terras compactas, argilosas de grão fino a médio, de cor castanho claro. Este muro, edificado no sentido NO-SE, ostenta forma semicircular, com 2 m de comprimento por 0,40 m de largura e altura visível de 0,50 m, tendo-se apoiado numa anterior estrutura castreja, concretamente no muro [408] / [417] / [268] (Fig. 8), delimitador de um pátio aberto e lajeado [188]. A circunscrever esta área habitacional está o muro [389], que mais não é do que uma estrutura delimitadora do espaço. Este muro, edificado em tempo posterior ao muro [409], ao qual adossa, foi construído com recurso a pedras de corneana de médias a pequenas dimensões, com os interstícios preenchidos por terras de cor castanho claro, desagregadas, de grão médio e por pedras de pequenas dimensões. Ostenta largura média de 0,45 m, uma altura máxima de 0,75 m e uma extensão visível de 10,50 m, com

orientação OSO-ENE, serpenteando o terreno onde foi edificado.

Anterior a esta realidade habitacional temos uma ocupação do espaço visível em três grandes áreas habitacionais. Referir que a correlação espacial/temporal entre estes diferentes espaços residenciais ainda não é totalmente perceptível, uma vez que a escavação nos quadrados onde as mesmas se situam está ainda por terminar.

A primeira área habitacional corresponde ao muro [623]. Este muro, delimitador de um espaço habitacional, foi edificado com recurso a pedras de corneana de médias a pequenas dimensões, com interstícios preenchidos por terras argilosas de grão médio a fino, compactas de cor bege, ostenta orientação NO-SE, com 0,30 m de largura média, uma extensão visível de 1,70 m e altura máxima de 0,15 m. Do espaço habitacional é ainda perceptível um pátio aberto e lajeado [624] composto por pedras de corneana e ocasionais de granito de médias a grandes dimensões com uma superfície de circulação a rondar os 36 m² (Fig. 9).

A segunda área habitacional corresponde ao muro [590] e ao muro [596] (Figs. 4 e 5), que mais não são do que dois muros de uma mesma estrutura delimitadora do espaço, perfazendo uma extensão interna superior a 80 m², ainda que não totalmente delimitada, uma vez que a escavação nesta área ainda não se encontra terminada. O primeiro, o muro [590], tem orientação O-E, com 1,80 m de extensão visível, 0,60 m de largura e uma altura observável de 0,20 m. O segundo, o muro [596] (Fig. 10), ostenta orientação NNO-SSE com 7 m de extensão visível, 0,50 m de largura e uma altura observável de 0,50 m. Ambos apresentam características similares, sendo formados por pedras de corneana de médio/pequeno porte, com raras de granito, ainda que de grandes dimensões, interstícios preenchidos por terras saibrentas, de cor bege/ amarelada, compactas.

A terceira área habitacional equivale à casa de planta circular [477] e ao seu respetivo pátio aberto e lajeado [188] formado por pedras de corneana e ocasionais de granito de médias a grandes dimensões, circunscritos pelos muros [408], [417] e [268], numa área demarcada aproximada de 77 m². A casa de planta circular [477] é composta por pedras de corneana de médio porte, com 4,80 m de diâmetro e paredes com 0,40 m de largura, com interstícios preenchidos por terras saibrentas compactas, de cor bege/amarelada. No seu interior é visível o piso de circulação [478] constituído por terras compactas, saibrentas de grão fino e cor amarelada/bege com 5 cm de espessura. Aberto no piso, ainda que não em posição central, foi identificado o buraco [484] de forma circular com 0,45 m de diâmetro e 0,06 m de profundidade (Fig. 11).

Especificamente no que concerne aos muros [408], [417] e [268], os mesmos são formados por pedras de corneana de médias dimensões, sendo raras as de granito, com interstícios preenchidos por pedras de diminutas dimensões e argamassadas com uma terra argilosa de grão fino e cor laranja a castanho claro. O muro [408] (Fig. 8) ostenta orientação NO-SE, um comprimento de 9 m, largura média de 0,35 m e uma altura visível

de 0,50 m. O muro [417] tem 3,10 m de comprimento e 0,30 m de largura. Finalmente o muro [268] tem 4,50 m de extensão, 0,40 m de largura máxima, orientação SO-NE, ainda que algo irregular.

O momento habitacional mais antigo identificado na área em análise corresponde aos vestígios de duas casas circulares. Referir que a correlação espacial/temporal entre estes dois espaços habitacionais não é totalmente perceptível devido à grande destruição causada pela sucessiva ocupação do espaço onde as mesmas se situam.

A primeira área habitacional desta fase corresponde à casa de planta circular [526] e ao seu respetivo piso de circulação [527]. A casa de planta circular é composta por pedras de corneana de grandes dimensões com interstícios preenchidos por pedras de corneana de pequenas dimensões e argamassa compacta, argilosa de grão fino, cor bege escuro a castanho-claro. Apresenta 0,90 m de comprimento, com 0,65 m de largura e altura de 0,25 m, não sendo possível determinar o seu diâmetro, devido ao seu mau estado de conservação. Associado a esta estrutura habitacional foi identificado o piso de circulação [527], que também se encontra em muito mau estado de conservação, formado por terras compactas, de grão muito grosso e cor bege claro a branco (Fig. 12).

A segunda área habitacional desta fase corresponde ao piso de circulação [494] formado por terras extremamente compactas, barrentas, argilosas de grão grosso, cor laranja/avermelhado, cozido in situ. Desta realidade habitacional apenas temos um pequeno vislumbre pois a sua quase totalidade foi destruída pelos trabalhos mecânicos realizados na década de 1990 (Fig. 13).

Anterior a todas as estruturas supramencionadas foram identificadas, um pouco por toda a área intervencionada, um conjunto de estruturas negativas de quinze fossas (Fossas 27, 31 a 33 e 38 a 48), escavadas no nível geológico natural (granito) (Figs. 4 e 5). Ocupam, aparentemente, o espaço de forma aleatória, comprovando o uso contínuo da área onde foram abertas. Encontram-se preenchidas por diferentes unidades de depósito, onde surgem materiais da Idade do Ferro e de Época Romana, não se encontrando associadas a buracos de poste, nem a qualquer tipo de construções pétreas. Por outro lado, estas estruturas não nos parecem depósitos de materiais, como lixeiras, dado o reduzido material a elas associado.

Referir, primeiramente, que todas as fossas aqui em análise são cronologicamente anteriores às estruturas habitacionais identificadas na designada Área A, tendo as habitações da Idade do Ferro e de Época Romana sido edificadas diretamente sob as unidades de aterro que preenchiam as referidas fossas.

Este conjunto de estruturas negativas exhibe formas tendencialmente arredondadas e ovaladas, ainda que a configuração das mesmas seja algo irregular. Das fossas identificadas 8 apresentam forma arredondada (Fossa 27; Fossa 31; Fossa 33; Fossa 38; Fossa 39; Fossa 40; Fossa 43 e Fossa 48), 4 forma ovalada (Fossa 32; Fossa 41; Fossa 44 e Fossa

47) e as restantes forma de difícil percepção (Fossa 42; Fossa 45 e Fossa 46). O conjunto de estruturas negativas revela dois períodos distintos de ocupação do espaço. O primeiro, representado pelas Fossa 27, Fossa 31, Fossa 32 e Fossa 43, é posterior às restantes fossas, cortando-as, independentemente de a sua forma ser ovalada ou arredondada.

De entre as fossas mais recentes apenas duas foram escavadas, designadamente a Fossa 43 e a Fossa 27. A Fossa 43, ainda que não tenham sido concluídos os trabalhos de escavação, revelou 3 unidades de depósito. A unidade [569], a única intervencionada, estava patente no topo da fossa, tendo revelado 36 fragmentos, distribuídos entre cerâmicas atribuíveis à Idade do Ferro e à Época Romana.

A Fossa 27 trancou a Fossa 47 tendo revelado duas unidades de depósito que patentearam cerca de 60 fragmentos cerâmicos da Idade do Ferro mas igualmente de Época Romana (e. g. fragmentos de ânforas e de *terra sigillata*). Estas unidades, que eram comuns às duas fossas, foram claramente depositadas como forma de selar o espaço, ou seja, as fossas desempenharam uma função detritica, tendo sido entulhadas com terras provenientes da superfície do espaço habitacional, onde se terão misturado os materiais de diferentes níveis de ocupação (Fig. 14).

O segundo período de ocupação do espaço acima mencionado é representado pelas Fossas 45 a 47. Destas apenas a última foi totalmente intervencionada, tal como já foi supra mencionado aquando da descrição da Fossa 27, não tendo nas remanescentes duas sido concluídos os trabalhos de escavação das unidades que as preenchem.

A Fossa 46 revelou duas unidades distintas. A mais antiga, a [608], corresponde a um aterro intencional composto por pedras de médias a pequenas dimensões, envoltas por terras compactas, argilosas de grão médio a fino e de cor castanho-escuro a bege (Fig. 15). Sobre esta unidade foi colocado o nível de terras [576] formado por terras compactas, cor castanho claro a castanho-escuro, argilosas de grão médio a fino, com frequentes pedras de corneana de pequenas dimensões. Os materiais recolhidos correspondem somente a fragmentos de cerâmica de construção e um peso de tear de Época Romana.

No que diz respeito às demasias fossas – Fossa 33; Fossa 38 a 42; Fossa 44 e Fossa 48 – é impossível determinar se as mesmas podem ser inseridas no acima mencionado período ocupação do espaço, uma vez que aparecem isoladas, ou num segundo momento ocupacional. Destas foram escavadas na íntegra a Fossa 38, a Fossa 40 e a Fossa 41 (Fig. 16), que apresentam uma profundidade que não ultrapassa os 0,33 m, o que certamente não corresponderia à sua altura original, tendo as mesmas sido profundamente afetadas pelas ações mecânicas de terraplenagem da área.

Estas fossas estavam preenchidas somente por uma unidade – [536], [520] e [558], respetivamente, tendo revelado escasso espólio. A primeira 15 fragmentos cerâmicos, a segunda 4 fragmentos e a última 42 fragmentos cerâmicos de Época Romana e da Idade do Ferro. A Fossa 44, igualmente intervencionada, ainda que a sua escavação não tenha

sido terminada, revelou até ao momento três unidades – [571], [599] e [609]. A unidade [571], a única a ser escavada, revelou 22 fragmentos cerâmicos de uso doméstico da Idade do Ferro e de Época Romana.

Finalmente, no que concerne às remanescentes fossas – Fossa 33; Fossa 39; Fossa 42 e Fossa 48, referir que não foram escavadas, tendo somente sido registadas.

7.2. AÇÕES DE ESCAVAÇÃO ARQUEOLÓGICA: ÁREA B

Na designada Área B a escavação perfez um total de 92 m², repartida por duas zonas. A primeira (Área B1) foi intervencionada nos Quadrados V18 a V22, num total de 10 m²; a segunda (Área B2) foi intervencionada nos Quadrados Q / R 2 a 7 / S 4 a 10 / T 5 a 10), num total de 82 m².

7.2.1. ÁREA B1

Concluídas as ações de remoção das unidades húmusas/vegetais e de aterro foram identificadas duas sepulturas, com orientação SO-NE, abertas no geológico natural e em níveis de depósito de Época Romana. Referir que estas sepulturas foram delimitadas apenas de forma parcial uma vez que se prolongam para o corte SE do Quadrado V21, tendo sido identificadas a cerca de 2 m da cota atual de circulação (Fig. 17).

Contudo, foi possível constatar que a Sepultura 1 era composta por pedras de corneana e granito de médias dimensões, com 1,30 m de comprimento (não estando totalmente delimitada) por 0,50 m de largura (dimensões internas). A preenche-la está a unidade [552] composta por terras homogéneas, soltas, de cor castanho-escuro, grão médio a fino. Truncado a Sepultura 1 no seu lado Norte, e cronologicamente posterior, foi identificada a Sepultura 2, constituída por pedras de corneana e granito de médias dimensões, com 0,55 m de comprimento (não estando totalmente delimitada) por 0,50 m de largura (dimensões internas). A preenche-la está a unidade [646] composta por terras homogéneas, soltas, de cor castanho-escuro, de grão médio a fino. De mencionar que as unidades que se encontram no interior destes dois sepulcros não foram escavadas.

7.2.2. ÁREA B2

Nesta área, removidos os níveis de aterro de Época Contemporânea, bem como a totalidade das unidades de preenchimento das diversas valas mecânicas aqui identificadas, ficaram patentes quatro níveis ocupacionais de cronologias variadas.

Primeiramente, de Época Contemporânea/Moderna, foram identificados dois muros [462] e [556] coevos e correspondentes a um possível muro de propriedade.

O muro [462], em mau estado de conservação, apresenta 2,85 m de comprimento, 0,30 m de espessura e 0,45 m de altura, sendo composto por pedras de corneana e de granito de médias dimensões, com apenas uma face visível, tendo sido construído adossado ao geológico natural. O segundo tramo deste muro [556] está em regular estado de conservação, tendo sido edificado no sentido NE-SO, com parede dupla e recurso a pedras de

corneana e granito de médias a grandes dimensões. Apresenta 0,20 m de largura, uma altura máxima de 1 m e 0,70 m de comprimento visível (Fig. 18).

O segundo nível ocupacional, presente no limite Este da área escavada, corresponde a uma estrutura de delimitação do espaço [402] / [429], de Época Medieval, equivalente a um amontoado de pedras de corneana de pequenas a médias dimensões, ocasionais de granito, incluindo fragmentos de mós romanas (granito), e fragmentos de tegulae, envoltas por terras desagregadas. Edificada no sentido NE-SO é, neste momento, perceptível numa extensão de 8 m, com 2 m de largura e uma altura de 0,50 m. A sua “base” é constituída por um aglomerado de pedras de características similares às que lhes precedem mas de maiores dimensões (cerca de 0,40 m), assentes diretamente no geológico natural e numa unidade deposicional, a [459] (Fig. 19). Esta estrutura, em aparentemente relação com as sepulturas identificadas na supra mencionada Área B1, atesta a utilização cemiterial do espaço.

Cronologicamente anteriores, foram ainda identificadas nesta área duas edificações, aparentemente sem correlação entre si, da Idade do Ferro.

A primeira, a estrutura [445], foi truncada pela ação de abertura da Travessa N. S. da Conceição e pela construção do muro de propriedade [462]. Corresponde a um muro de uma habitação circular em muito mau estado de conservação, apenas subsistindo um troço com 0,40 m de espessura, 0,55 m de altura e um comprimento de 0,50 m, composto por pedras de corneana de pequenas dimensões, com interstícios preenchidos por saibro de grão fino, compacto e de cor bege/amarela. A sua vala fundacional foi aberta diretamente no geológico natural, tendo sido colmatada por uma unidade de reduzidas dimensões e escassa possança, não tendo sido identificado espólio e/ou piso associado a este muro.

A estrutura [456] corresponde a um muro de pequenas dimensões (0,20 m de largura por 0,80 m de comprimento), em mau estado de conservação, edificado no sentido O-E, sendo visíveis duas fiadas, constituído por pedras de corneana de pequenas a médias dimensões, com argamassa de cor bege, compacta, saibrenta de grão médio a preencher os interstícios (Fig. 20).

Este pequeno tramo de muro foi edificado diretamente sobre 2 fossas (Fossa 36 e Fossa 37). Estas fossas correspondem a um conjunto de estruturas negativas, de possíveis silos, escavadas no nível geológico natural, tendo nesta área sido identificadas um total de 5: Fossa 30; Fossa 34 a Fossa 37. Estas fossas estavam, na sua totalidade, cobertas por níveis de aterro de Época Contemporânea/Moderna, apresentando-se em mau/regular estado de conservação.

Das fossas aqui identificadas apenas uma apresenta forma ovalada (Fossa 30), enquanto as restantes ostentam forma de difícil perceção, tendo apenas três sido integralmente escavadas: Fossa 30; Fossa 34 e Fossa 35.

A Fossa 30 foi truncada no seu limite SE por uma vala mecânica [381] que lhe reduziu a área conservada. Apresenta, tal como mencionado, uma forma ovalada, ainda que de paredes e base irregulares, com pendente no sentido E-O, com duas pequenas depressões no seu limite NO atingindo uma profundidade máxima de 0,95 m. Estava preenchida por três unidades, aqui intencionalmente depositadas como forma de a selar, que patenteavam frequentes pedras de corneana e granito de médias a grandes dimensões com raros fragmentos cerâmicos e três fragmentos de mós (moventes) romanas (Fig. 21).

A Fossa 34 e a Fossa 35, truncadas nos seus limites Este pelos trabalhos de alargamento da Travessa N. S. da Conceição em anos recentes, revelaram estar preenchidas por uma e por duas unidades, respetivamente, de escassa possança e reduzidas dimensões, correspondendo a terras muito heterogêneas. Forneceram escasso espólio cerâmico, todos de diminutas dimensões e cronologicamente enquadráveis na Idade do Ferro e/ou Época Romana.

Finalmente, a Fossa 36 e a Fossa 37 não foram integralmente delimitadas por se situarem no limite da área aqui intervencionada, o que impossibilitou a sua completa perceção, não tendo as unidades que preenchem estas estruturas sido escavadas por se encontrarem a servir de base de assentamento ao muro [456] da Idade do Ferro (Fig. 20).

7.3. ESPÓLIO EXUMADO

O espólio recolhido perfez os 17942 objetos, com destaque quantitativo para os fragmentos cerâmicos. Apareceram ainda fragmentos de líticos (n=103), escória (n=63), metal (n=42) e vidro (n=15).

A olaria doméstica representa 78,5% das recolhas, equivalendo a material muito fragmentado, por vezes até formalmente incaracterístico, tendo-se revelado no geral muito fragmentada, tornando muito difícil a sua reconstituição formal.

Entre a olaria doméstica comum temos de fazer a distinção entre o material de Época Romana e o da Idade do Ferro.

A olaria doméstica da Idade do Ferro, identificada um pouco por toda a área intervencionada, encontra-se representada por múltiplos fragmentos. De entre estes mereceram tratamento particular os padrões decorativos e as peças mais completas.

Os fragmentos que ostentam decoração correspondem, na sua quase totalidade, a panças de pequenas dimensões. Quanto a tipologias são essencialmente cerâmicas de cozinha como vasos, potes e panelas, bem como peças de perfil em SS de diversas dimensões.

A decoração incisa é a mais representada com um total de 75 fragmentos, com preferência por uma ornamentação geométrica de linhas retilíneas horizontais (NI_382 / NI_398 / NI_399 / NI_401 / NI_415 / NI_418 a NI_421 / NI_423 / NI_425 a NI_427 / NI_429 a

NI_433 / NI_435 a NI_441 / NI_443 e NI_633) (Fig. 22), linhas retas horizontais preenchidas por traços oblíquos (NI_347 / NI_350 / NI_352 / NI_354 / NI_355 / NI_361 / NI_364 / NI_366 / NI_378 / NI_392 / NI_406 / NI_408 / NI_434 e NI_445) (Fig. 23), bem como composições em espinha (NI_351 / NI_353 / NI_360 / NI_363 / NI_371 / NI_372 / NI_377 / NI_379 / NI_388 / NI_390 / NI_416 / NI_714) (Figs. 24 e 25), triangulares (NI_395 e NI_469), reticulados (NI_370 / NI_380 / NI_384 e NI_404) (Fig. 26) e em SS (NI_345).

A decoração incisa associada a estampagem encontra-se visível em 14 fragmentos de panças, na sua generalidade de diminutas dimensões, com a presença de composições que ostentam círculos concêntricos (NI_359 / NI_373 e NI_387) (Figs. 27 e 28), estampagem de SS (NI_346 / NI_358 e NI_368) (Fig. 29) e matrizes de pontilhado (NI_342 / NI_343 / NI_345 / NI_349 / NI_356 e NI_369) (Fig. 30).

A decoração por estampagem esta relacionada com 4 fragmentos de panças, com a presença de composições que ostentam círculos concêntricos (NI_341), motivos quadrangulares (NI_344), circulares (NI_393) e em SS (NI_417). Por fim, referência para 6 fragmentos que ostentam uma decoração incisa associada a cordões simples, com preferência por uma ornamentação geométrica de linhas retilíneas incisadas (NI_362 / NI_367 / NI_385 / NI_391 e NI_409) e em espinha (NI_357) (Fig. 31).

Na olaria comum doméstica de Época Romana temos um predomínio das vasilhas de coloração alaranjada, por vezes com engobes laranjas ou avermelhados (NI_340 / NI_414 / NI_446 a NI_468 e NI_470 a NI_488) (Fig. 32) ocorrendo também, em menor proporção, peças de pastas de aspeto exterior mais escuro (NI_376 / NI_381 / NI_400 / NI_403 / NI_407 / NI_413 / NI_424 / NI_428).

Este espólio provém, na sua quase totalidade, de níveis de aterro profundamente alterados. A exceção a este panorama, de entre o espólio inventariado, é apenas quebrado pelas peças correspondentes aos NI_457 / NI_461 / NI_474 a NI_476, provenientes da unidade [398], que equivale a um nível de aterro de Época Romana.

Registo para a recolha, de entre a cerâmica comum doméstica de Época Romana, de três fragmentos de pança com pintura (NI_456 / NI_458 e NI_459) (Fig. 33). Estes fragmentos foram recolhidos em níveis de aterro de Época Contemporânea/Moderna, profundamente alterados, concretamente das unidades [580] e [583]. Equivalem a fragmentos que apresentam pasta de cor bege claro, paredes finas, extremamente depuradas, bastante leves, ostentando motivos lineares pintados em tons avermelhados.

Ainda entre a cerâmica comum doméstica de Época Romana foram recolhidos 47 fragmentos com decoração. Quanto a tipologias são essencialmente cerâmicas de cozinha como vasos, potes e panelas, bem como dolia. Os fragmentos que ostentam decoração correspondem, na sua totalidade, a panças. A decoração incisa é a mais representada com um total de 30 fragmentos, com preferência por uma ornamentação geométrica de linhas retilíneas horizontais (NI_424 / NI_428 / NI_460 a NI_468 / NI_470 a NI_476 /

NI_479 e NI_482), linhas onduladas (NI_480 / NI_481 / NI_484 e NI_485), linhas retílineas associadas a linhas onduladas (NI_477 / NI_478 e NI_483) (Fig. 34) e motivos reticulados (NI_403 e NI_407).

A decoração incisa sobre relevo (NI_376 e NI_400) e com cordão digitado (NI_381 e NI_457) foi identificada em 4 fragmentos. Uma última nota para a recolha de 1 fragmento (NI_340) (Fig. 35), correspondente a um fundo de um possível copo, no qual foi grafitado na base externa um (X), em momento posterior à cozedura da peça, talvez como forma de distinção da mesma.

Ainda entre a olaria doméstica de Época Romana foram identificados diversos fragmentos de *dolia*, de ânforas, de *terra sigillata* e de cerâmica cinzenta fina.

Entre os elementos de ânforas (n=240) 8 correspondem a asas, 5 a bordos e apenas 1 fundo, sendo os restantes pertencentes a panças. São fragmentos de médias a pequenas dimensões ostentando, na sua generalidade, pasta de cor bege, compacta e bem cozida, procedentes, na sua maioria, de níveis de aterro muito alterados. A exceção a este panorama é quebrada apenas por 10 fragmentos de peças distintas. Destes, 6 fragmentos foram recolhidos em duas unidades de depósito de Época Romana sendo os restantes de unidades que se encontravam a preencher duas fossas. Três da unidade [561], que se encontrava na Fossa 47, e o último da unidade [571], que se achava presente na Fossa 44.

No que concerne à cerâmica fina de mesa esta encontra-se representada por diversos fragmentos de *terra sigillata*, (NI_511 a NI_621), provenientes, na sua quase totalidade, de níveis de aterro profundamente alterados.

A exceção é somente quebrado pelas peças correspondentes aos NI_527 / NI_546 / NI_576 / NI_531 / NI_588 / NI_589 e NI_618. A primeira é proveniente da unidade [265], equivalente a um depósito de enchimento da Fossa 47; a segunda da unidade [558], correspondendo a um nível de enchimento da Fossa 41; e as restantes da unidade [398], equivalente a um nível de aterro de Época Romana.

A generalidade dos fragmentos de *terra sigillata* recolhidos são de cronologia tardia, condiscente com a última fase de Época Romana de ocupação do povoado. Apresentam, na sua generalidade, um regular estado de conservação, ainda que 22,4% sejam de diminutas dimensões ($\leq$ a 2 cm). Dos fragmentos recolhidos apenas 9,7 % (n=13) ostentam decoração (NI_518 / NI_521 / NI_522 / NI_526 / NI_527 / NI_529 / NI_532 / NI_540 / NI_541 / NI_542 / NI_543 / NI_544 e NI_576). De entre a decoração destaque para os motivos vegetalistas/florais e de cariz geométrico.

De entre os fragmentos de *terra sigillata* podemos observar dois fragmentos (NI_512 e NI_530) com grafitos alfabéticos nas suas faces externas, ostentando o primeiro as letras capitais IV e o segundo as letras capitais CN. Referência igualmente para um fragmento de fundo (NI_590) de *terra sigillata*, de diminutas dimensões e em muito mau

estado de conservação, com marca de oleiro (sendo apenas visível as letras NI), realizada por estampagem (Fig. 36).

Ainda entre a olaria comum doméstica de Época Romana referência para a cerâmica cinzenta fina comum, totalizando 103 fragmentos. A generalidade destes fragmentos centra-se na 2.^a metade do século I d. C.. Ostentam pasta muito depurada e leve, de paredes finas de boa cozedura, estando, na sua generalidade, em regular estado de conservação, ainda que sejam na sua maioria de pequenas dimensões o que dificultou a sua reconstituição formal. São provenientes, na sua quase totalidade, de níveis de aterro de muito alterados. A exceção a este panorama é somente quebrado pela recolha de dois diminutos fragmentos procedentes da unidade [398], que equivale a um nível de Época Romana.

De entre estes foram inventariados 36 fragmentos (NI_390 / NI_407 e NI_636 a NI_669), correspondendo a um bordo/asa (NI_650), a seis bordos (NI_640 / NI_641 / NI_642 / NI_646 / NI_656 e NI_657), a treze fundos (NI_636 a NI_639 / NI_658 / NI_662 a NI_669) e a dezasseis com decoração. Os fragmentos que ostentam decoração correspondem, na sua quase totalidade, a panças de pequenas dimensões. Na decoração é perceptível uma preferência por uma ornamentação geométrica de linhas retilíneas horizontais e verticais, composições em zig-zag, em espinha e reticulado (Fig. 37).

Uma última nota para a recolha de 11 peças de jogo em cerâmica (NI_182 a NI_192) (Fig. 38) procedentes, na sua totalidade, de níveis de aterro muito alterados. Dois correspondem a um reaproveitamento de fragmentos de ânfora (NI_183 e NI_188), estando o primeiro completo e o segundo fragmentado pela metade. O NI_185 equivale a uma peça de jogo de forma redonda, correspondendo a um reaproveitamento de um fragmento cerâmico da Idade do Ferro, com pasta e cerne de cor castanho-escuro, com abundantes inertes de quartzo e mica. Ostenta decoração composta por duas linhas longitudinais à peça encimadas por um motivo estampilhado.

As peças de jogo correspondentes aos NI_182 / NI_184 / NI_186 / NI_187 / NI_189 e NI_192 correspondem a reaproveitamentos de diversos fragmentos de cronologia atribuível à Idade do Ferro, com exceção do último, que corresponde à reutilização de um fragmento de vaso de época romana. Para a produção destas peças foram utilizados, além de fragmentos de cerâmica de uso doméstico, fragmentos de tegula (NI_190) e imbrex (NI_191).

A cerâmica de construção representa 17,6 % das recolhas, correspondendo a material muito fragmentado, por vezes até incaracterístico. De entre este material temos de fazer a distinção entre o de Época Romana (95,1 %) e o de Época Contemporânea (4,9 %). De entre os primeiros a mais representativa é a *tegula*, com 2003 fragmentos, seguida do *imbrex* com 568 fragmentos e de apenas 7 fragmentos de tijolos.

As *tegulae*, material cerâmico usualmente usado na construção de telhados, geralmente ligadas à cobertura das casas romanas, foram usadas entre nós até à Baixa Idade

Média e “eram ‘personalizadas’ pelo meio da inclusão de uma impressão, que era realizada quando o barro se encontrava ainda fresco. Este modo de marcação [...] permitia a transmissão de uma ‘identidade oleira’ [...] tendo em conta que as marcas, pelo menos [as 27 tegulae analisadas pelos autores] aparecerem continuamente na parte próxima da tegulae, ou seja, a que iria ficar exposta, se tal intenção não fosse tida em consideração, certamente seria a marca realizada em outras partes da tegula, situação que não se verifica (Sousa, et al, 2007:60).

Dos fragmentos de tegulae recolhidos 34 ostentam marcas. De entre estes apenas um ostenta marca alfabética, o NI_328, proveniente da unidade [581]. Neste fragmento cerâmico, de pasta alaranjada, granulada e de aspeto grosseiro, é perceptível a letra M (Fig. 39).

Com marcas esquemáticas foram identificados 9 fragmentos (NI_303 / NI_304 / NI_307 / NI_308 / NI_317 / NI_324 / NI_325 / NI_327 e NI_624). De entre estas marcas esquemáticas sobressai uma homogeneidade no motivo representado, sendo perceptível em todas estes fragmentos, apesar das dimensões diminutas da sua maioria, uma marca de oleiro geométrica composta por uma ou duas linhas incisas paralelas que se desenvolvem em semicírculo. A exceção a este panorama é apenas quebrado pelo (NI_327), correspondendo a um pequeno fragmento (≤ 13 cm) com marca de oleiro geométrica composta por um reticulado formado por duas linhas paralelas dispostas na vertical, inter cruzadas por outras duas na horizontal.

Foram igualmente recolhidos 3 fragmentos com marcas de pegadas de animais (NI_312, NI_313 e NI_325) (Fig. 40). As marcas de animais presentes nestas tegulae correspondem a patas de canídeo – *Canis familiaris*; *Vulpes vulpes*? (NI_312); a uma pata de caprídeo (NI_313) e a uma pata de felídeo (NI_325). Uma nota para referir que este fragmento de tegula ostenta uma marca de oleiro geométrica composta por duas linhas incisas paralelas que se desenvolvem em semicírculo, tendo na sua fase de secagem sido pisada por um gato.

Os restantes 20 fragmentos de tegulae com marcas, dada a sua exiguidade (o maior apresenta 12,9 cm), exibem marcas de difícil perceção (NI_301 / NI_302 / NI_305 / NI_306 / NI_309 / NI_310 / NI_311 / NI_314 / NI_315 / NI_316 / NI_318 a NI_323 / NI_326 / NI_329 / NI_622 e NI_623). Correspondem, na sua generalidade, a fragmentos com a marca de oleiro truncada pela fratura da peça, com pasta alaranjada, granulada e de aspeto grosseiro, sendo procedentes de níveis de aterro profundamente alterados.

De entre a cerâmica de construção de Época Romana a segunda mais representativa é o *imbrex*, com 568 fragmentos. À semelhança das tegulae, correspondiam a material cerâmico usualmente usado na construção de telhados, geralmente ligadas à cobertura das casas romanas. Os fragmentos de *imbrex* recolhidos equivalem, na sua quase totalidade, a fragmentos de pequenas a diminutas dimensões. De entre estes apenas foram

identificados dois com marcas de oleiro (NI_330 e NI_331) apresentando dimensões inferiores a 12 cm de comprimento, pasta alaranjada, granulada e de aspeto grosseiro, com marcas de oleiro indeterminadas pela fratura das peças.

Relativamente ao espólio lítico foram recolhidos 103 fragmentos repartidos por mós (n=36), pesos de tear (n=15), percutores (n=10), machados (n=9), peças de jogo (n=8), amoladores (n=5), cossoiros (n=2), moventes (n=2), enxós (n=2), sílex (n=2), tampa (n=1), soleira (n=1), raspador (n=1), equivalendo os restantes 9 fragmentos a líticos de função indeterminada.

De entre os materiais líticos merecem destaque, pela sua preponderância, os fragmentos conotados com a atividade moageira, isto é, o processo de transformação do cereal em farinha para consumo humano (ou animal), que se repartem entre fragmentos de mós de vaivém (NI_672 / NI_675 / NI_679 / NI_680 / NI_683 / NI_686 / NI_689 / NI_692 / NI_695 / NI_697 / NI_698 e NI_702), os fragmentos de moventes (NI_254 e NI_255) e fragmentos de moinhos manuais rotativos de cronologia romana (NI_286 / NI_673 / NI_674 / NI_676 a NI_678 / NI_681 / NI_682 / NI_684 / NI_685 / NI_687 / NI_688 / NI_690 / NI_691 / NI_693 / NI_696 / NI_699 a NI_701 e NI_703 a NI_707).

A presença dos fragmentos de mós de vaivém e dos moventes *“indiciam a enorme importância económica e cultural dos cereais e da sua transformação na alimentação das primeiras comunidades humanas a fixarem-se nesta região do Vale do Sousa. Embora primitivo, este sistema de moagem perdurou na região, pelo menos, até ao advento da ocupação, firmada localmente apenas a partir do século III d.C. sendo, até lá, relativamente comum em habitats da Idade do Ferro, mesmo com fortes evidências de romanização”* (Nunes, 2013:144).

Destaque também para os cossoiros exumados no decorrer dos trabalhos. Estes repartem-se, no que à matéria-prima diz respeito, em dois grupos, os manufaturados em líticos (NI_206 e NI_207) e os produzidos em cerâmica (NI_199 a NI_207).

Os cossoiros, dada a sua *“perduração no tempo, sendo aplicados com a mesma função em várias regiões, [...] não se podem considerar objeto de utilização específica de uma ou de outra época. Contudo, estão certamente relacionados com a técnica de fiação em fuso. Os cossoiros, verticili ou fusaiolas, num sentido lato, são pequenos discos lisos ou decorados, de vários tipos ou formas, na sua maior parte feitos em argila, mas também em pedra, tendo uma perfuração central. Eram colocados na parte inferior do fuso, como remate e, assim, davam o equilíbrio necessário, servindo de volante, que mantinha e prolongava o movimento rotativo que a mão da fiandeira lhe imprimia. Pela sua grande quantidade, pela variedade de formas, peso, dimensões e até de material - o que pode estar relacionado com o tipo de fibra a fiar mas, e sobretudo, com a finalidade para que eram feitos -, muitas propostas se lançaram em relação à sua utilidade”* (Silva, 1999:4-5).

Os cossoiros provenientes desta campanha, como vimos, totalizam 11 fragmentos (2

líticos e 9 cerâmicos). De entre os primeiros a matéria-prima usada foi o xisto. Correspondem a objetos que ostentam perfuração - nem sempre central e de diferentes dimensões - e de contornos regulares (Fig. 41).

Os cossoiros manufaturados em cerâmica são do tipo discoide e a quase totalidade denota um reaproveitamento de desperdícios de cerâmica variada (com a exceção do NI_202), tendo para tal sido usadas panças de diversos vasos todos feitos à roda.

De entre os materiais líticos merecem destaque, pela sua relação com a atividade da tecelagem e do equipamento a ela associada, os fragmentos conotados com os pesos de tear (num total de 29), que se encontram repartidos pela sua matéria-prima, concretamente em granito (n=1): NI_241; em xisto (n=14): NI_274 a NI_285 / NI_332 e NI_333; e em barro (n=14): NI_287 a NI_300.

Em traços gerais, tal como refere António do Nascimento Sá Coixão e Sandra Naldinho (2011:86) é *“ao nível do processo de tecelagem e do equipamento a ele associado, o tear, que encontramos evidências materiais mais consistentes no registo arqueológico, [...] [Genericamente] “a formação do tecido a partir do fio consiste em cruzar, com os fios paralelos de uma urdidura ou teia, montada vertical ou horizontalmente, o fio de trama, desenrolado do novelo, fio que vai passando entre os fios da urdidura, no sentido perpendicular a eles, da esquerda para a direita e depois da direita para a esquerda. Embora as origens do instrumento designado para albergar este processo sejam difíceis de precisar, [...] alguns dos instrumentos associados – designadamente, os pesos, constituídos por maciços blocos cerâmicos – subsistiram até ao presente. [...] Assume-se que [o tear] seria composto por uma estrutura vertical de quatro barrotes de madeira assentes sobre uma base, delimitando um espaço retangular onde seria montada a urdidura, fixa na vertical por suspensão dos pesos nas extremidades, os quais asseguravam a necessária estabilidade para inserção da trama.”*

Resumidamente, os pesos de tear são pois um claro testemunho da existência dos designados *“teares verticais”*, que foram *“utilizados na Época Romana para esticar feixes de fios na parte inferior desses mesmos teares verticais”* (Idem, 87).

No que concerne ao único peso de tear recolhido em granito (NI_241) o mesmo apresenta fratura no seu topo, ostentando forma de paralelepípedo de seção retangular.

Relativamente aos *“pesos em xisto”* ainda que apresentem todos pequenas dimensões ($\leq$ a 12 cm), são em geral afeiçoados, atingindo por vezes a forma ovalada, contendo um orifício de suspensão. Ainda que se desconheça a sua utilização, admitimos a sua aplicação em qualquer função na posição vertical, funcionando como substitutos de um peso de tear de barro.

No que concerne aos *“pesos em barro”* apresentam-se 6 com forma completa, estando os restantes incompletos. No que concerne à sua forma 5 apresentam forma trapezoidal: NI_288 / NI_290 / NI_291, NI_292 / NI_294, ostentando 8 forma de paralelepípedo:

NI_287, NI_289 / NI_293 / NI_295 / NI_296 / NI_297 / NI_298 e NI_300, e 1 forma indeterminada (NI_299) dado o seu mau estado de conservação e reduzidas dimensões (Fig. 42).

Entre os materiais líticos merecem também referência, pela sua preponderância, os fragmentos de percutores (n=10), de machados (n=9) e de enxós (n=2).

De entre os percutores (NI_256 a NI_262 / NI_264 / NI_265 e NI_273) os primeiros cinco exibem forma oblonga com marcas de desgaste nas extremidades. A matéria-prima preferencial foi o granito, sendo no entanto de registar um em quartzo (NI_261) e um em corneana (NI_273). Os machados recolhidos são todos de granito (NI_263 / NI_266 a NI_272 e NI_671) e estão fragmentados e em mau/regular estado de conservação. As enxós (NI_250 e NI_253) são em granito, a primeira com um formato e seção retangular, com gume cortante oblíquo (Fig. 43), a segunda com formato ovalado, com ambas as faces polidas, encontrando-se truncado na base e no topo.

Entre os materiais líticos de destacar ainda a presença de 8 peças de jogo (NI_193 a NI_197 e o NI_247), a juntar aos supra mencionados 11 em cerâmica. Estas peças são em xisto, com a exceção de dois, o NI_198 e o NI_249, que são em granito. As peças em xisto denotam que as mesmas foram afeiçoadas para atingirem uma forma arredondada, o mesmo se verificando com o NI_249 em que a rocha granítica foi desgastada até atingir a forma oval. Apenas o NI_198, equivalente a um seixo de rio granítico, foi escolhido pela sua forma naturalmente ovalada (Fig. 44).

Uma última nota para a recolha de 42 objetos metálicos, de que se destacam pela quantidade os pregos (n=22), as moedas (n=7), seguidos pela recolha de uma ferradura, de uma fíbula e de um brinco, sendo os restantes 10 objetos de morfologia indeterminada. Para a generalidade das peças metálicas elencadas, e dado o seu estado de conservação, não nos é possível aferir uma cronologia certa. A exceção recai no brinco em ouro (NI_670), recolhido numa unidade de enchimento da vala fundacional da estrutura [409] da Idade do Ferro. O brinco é constituído por um aro lunular aberto, maciço, liso, com as extremidades afiladas, e por um apêndice inferior, formado por quatro semiesferas, duas dispostas na horizontal, lado a lado, e duas ao meio destas, na vertical. Cronologicamente é enquadrável na Idade do Ferro (século IV a. C.).

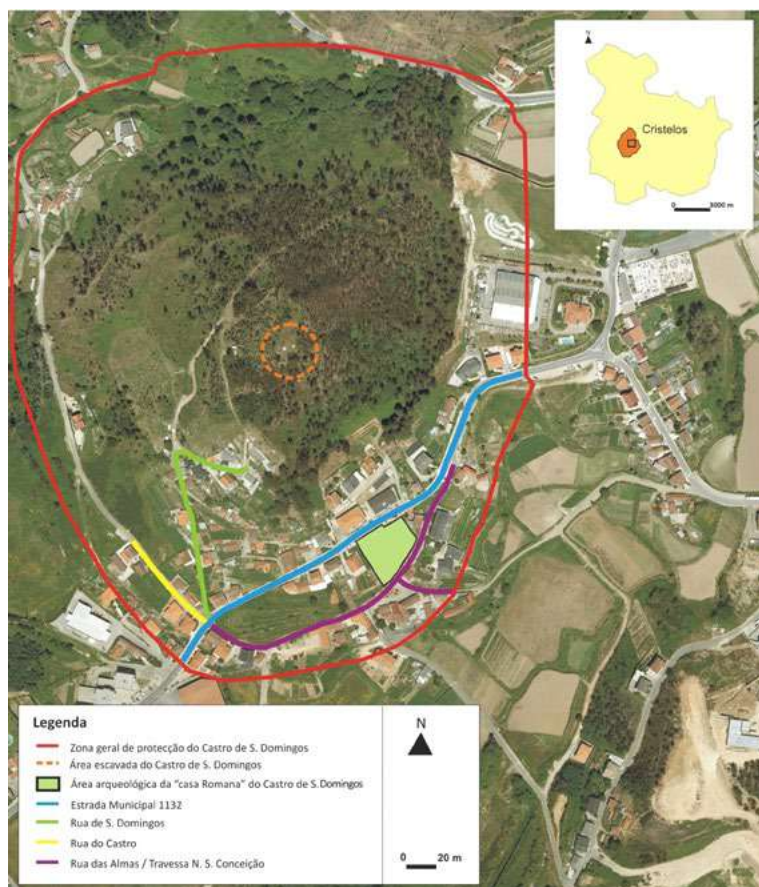
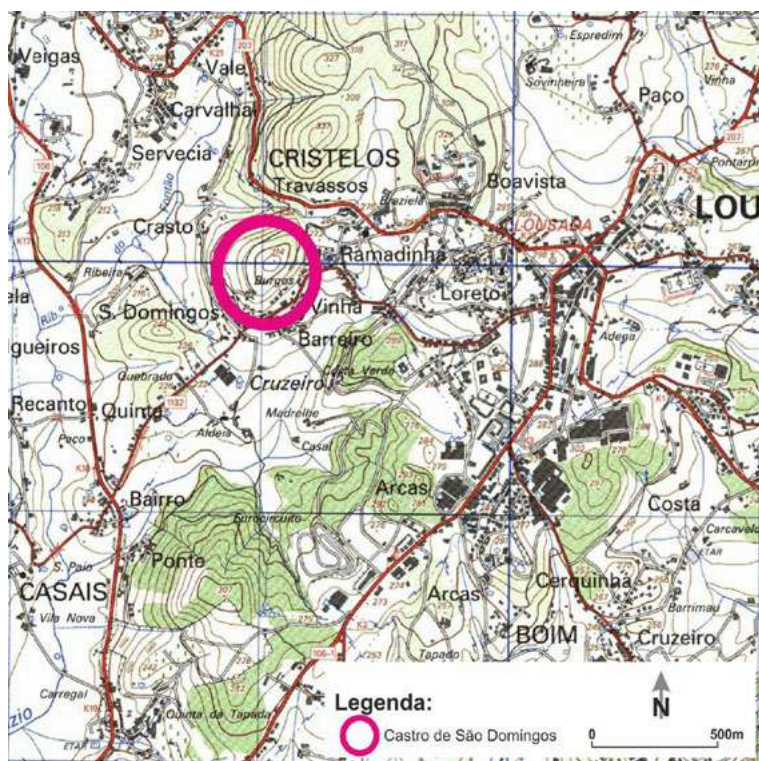




Fig. 3 – Monte de São Domingos visto da sua perspectiva sul.



Fig. 4 – Fotografia aérea da designada “Casa Romana” do Castro de São Domingos. Fotografia: António Alfredo da Silva da Mota Leitão.

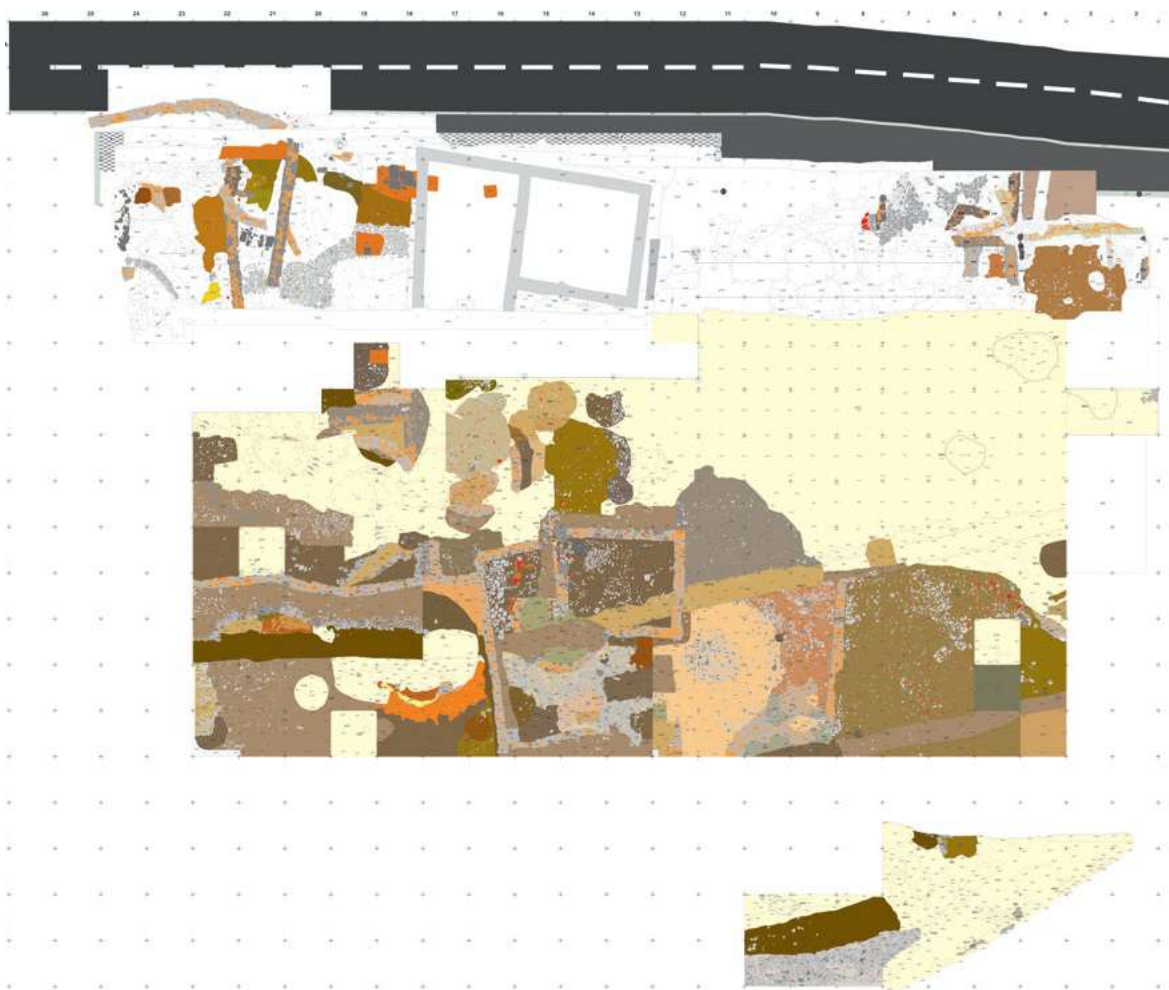


Fig. 5 – Plano geral da área intervencionada na designada “Casa Romana” do Castro de São Domingos.



Fig. 6 – Muro [388], Quadrados L-M 15 a 22.



Fig. 7 – Estrutura habitacional de Época Romana (Quadrados K-M 12 a 16).



Fig. 8 – Muro [408], Quadrados K-O 16.



Fig. 9 – Estrutura habitacional de Época



Fig. 10 – Muro [596], Quadrados L-O 8 a 9.



Fig. 13 – Piso de circulação [494] (Quadrado L/M 20-21).



Fig. 11 – Casa de planta circular [477]
(Quadrados L 15 a 16 e M 14 a 16).



Fig. 14 – Fossas 27 e 47 após a conclusão dos trabalhos
(Quadrado F 4 / G 4 a 5).



Fig. 12 – Casa de planta circular [526] e piso de circulação [527]
(Quadrado N 17 a 18).



Fig. 15 – UE 608 de preenchimento da Fossa 46
(Quadrados H / I 13 a 15).



Fig. 16 – Fossa 41 após a conclusão dos trabalhos (Quadrados I 5 a 6).

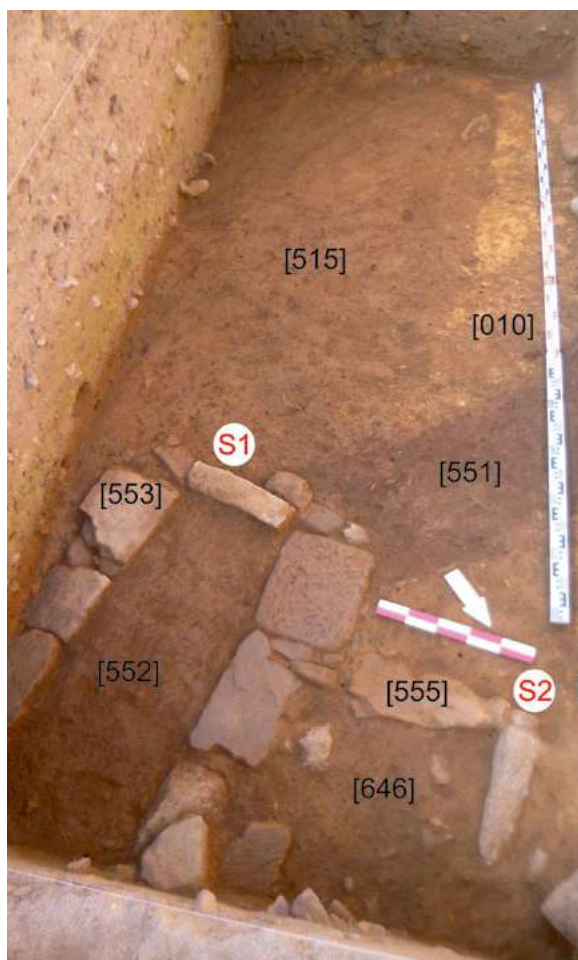


Fig. 17 – Plano final da Área B1 (Quadrados V 21 e V22).



Fig. 19 – Estrutura de delimitação do espaço [402] / [429] (Quadrados S 7 / T 7 a 10).



Fig. 18 – Muro [556] (Quadrado Q 2).



Fig. 20 – Fossa 36 e estrutura [456] (Quadrados Q / R 6).



Fig. 21 – UE 405 de preenchimento da Fossa 30 (Quadrados S 9-10).



Fig. 22 – NI_419 a NI_426.



Fig. 23 – NI_347, NI_354, NI_378 e NI_392.

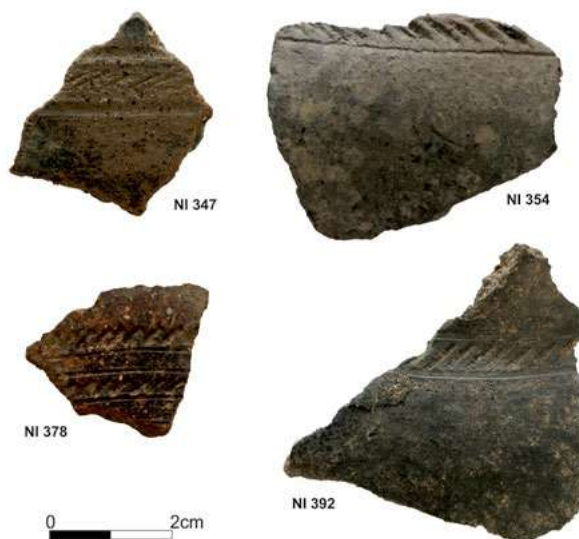


Fig. 24 – NI_388 (desenho de Fátima Pacheco).

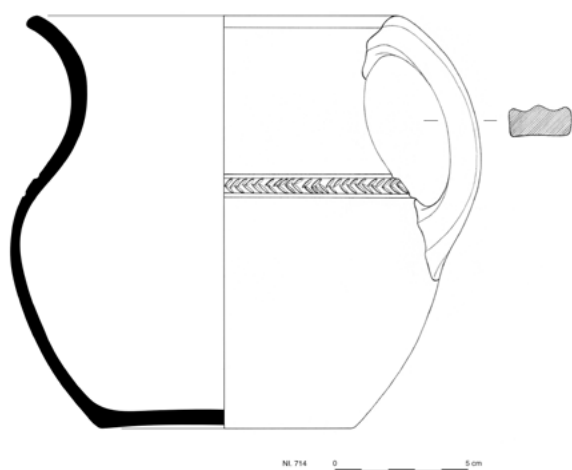


Fig. 25 – NI_714 (desenho Fátima Pacheco).

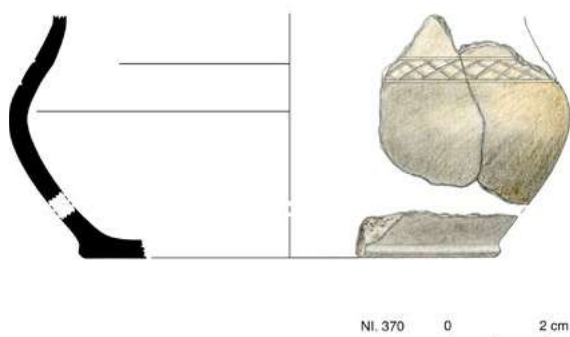


Fig. 26 – NI_370 (desenho de Fátima Pacheco).



Fig. 27 – NI_387.

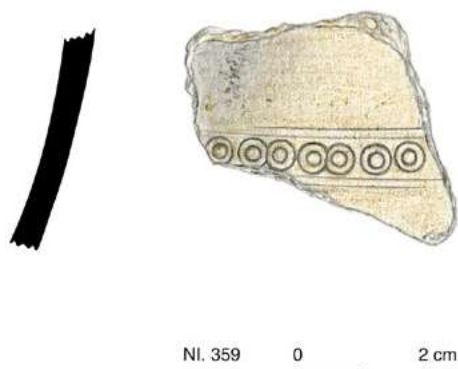


Fig. 28 – NI_359 (desenho de Fátima Pacheco).



Fig. 29 – NI_358.

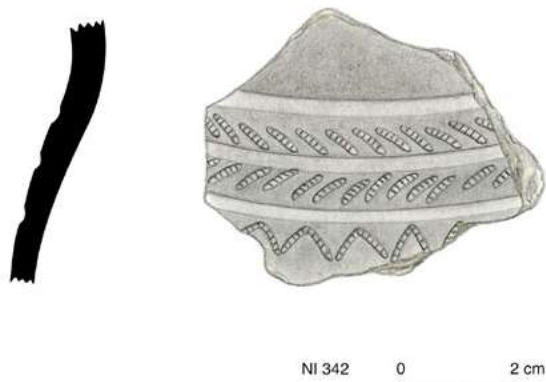


Fig. 30 – NI_342 (desenho de Fátima Pacheco).

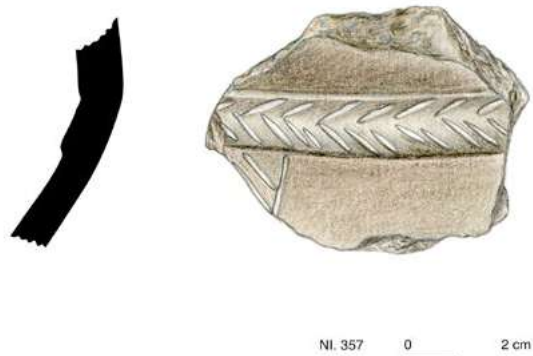


Fig. 31 – NI_357 (desenho de Fátima Pacheco).

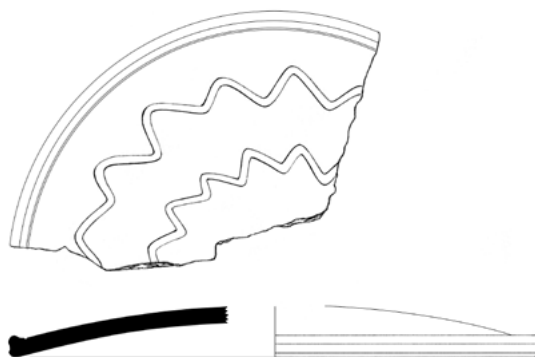


Fig. 32 – NI_481 (desenho de Fátima Pacheco).

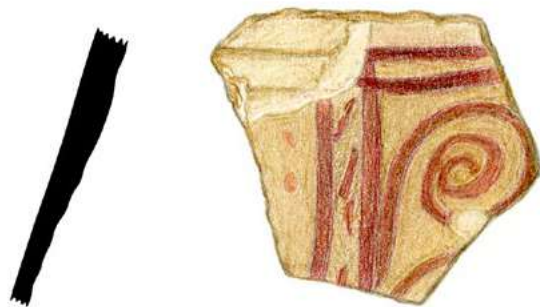


Fig. 33 – NI_459 (desenho de Fátima Pacheco).



Fig. 34 – NI_478.



Fig. 35 – NI_340.

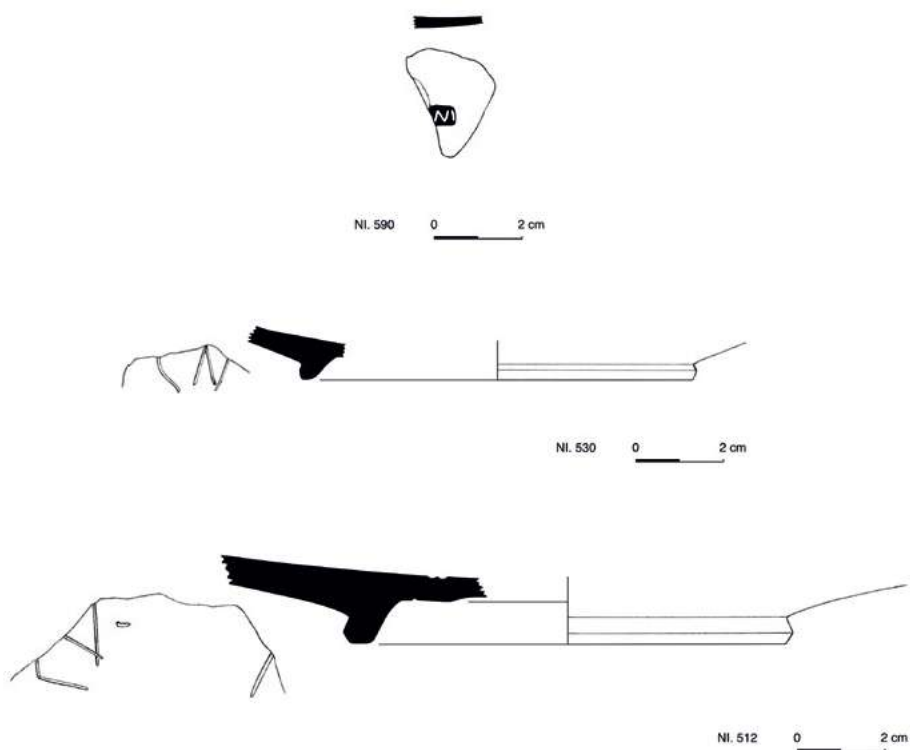


Fig. 36 – NI_512, NI_530 e NI_590 (desenho de Fátima Pacheco).

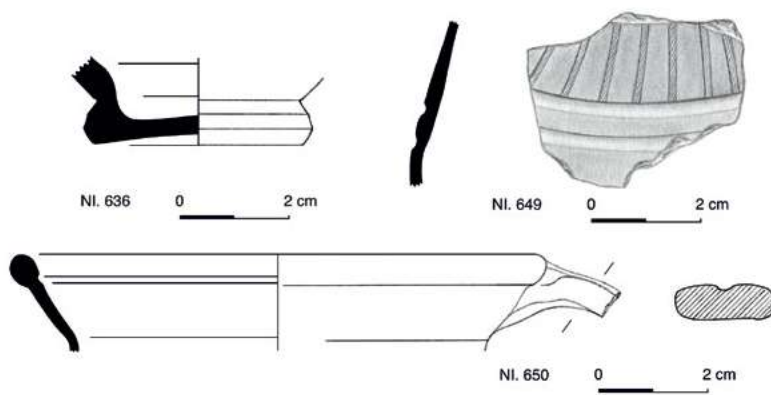


Fig. 37 – NI_636, NI_649 e NI_650 (desenho de Fátima Pacheco).

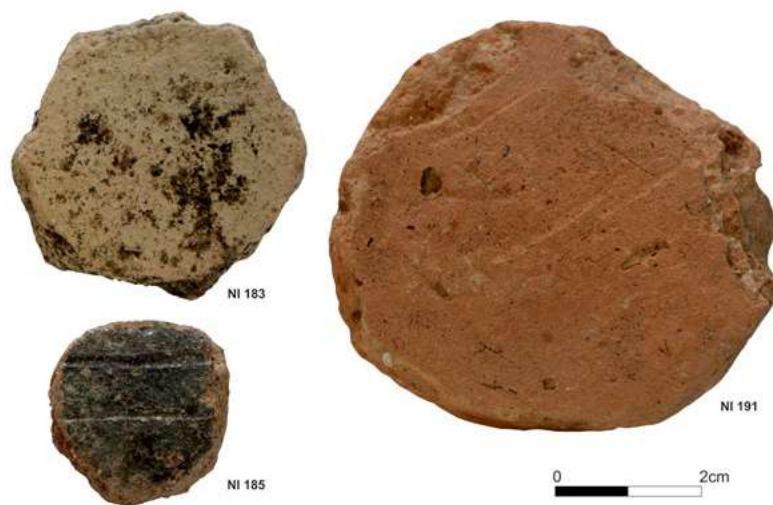


Fig. 38 – NI_183, NI_185 e NI_191.



Fig. 39 – NI_328.

Fig. 40 – NI_312.



Fig. 41 – NI_199, NI_202 e NI_206.



NI. 291 0 5 cm

Fig. 42 – NI_291 (desenho de Fátima Pacheco).



0 2 cm

Fig. 43 – NI_250.



NI 194



NI 195



NI 198

0 2 cm

Fig. 44 – NI_194, NI_195 e NI_198.

BIBLIOGRAFIA

FONTES DOCUMENTAIS IMPRESSAS

PMH – *Portugaliae Monumenta Histórica. Inquisitiones*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa. 1888-1897.

De Re Rustica - Marcus Terenti Varronis a W.D. Hooper et H.B. Ash editi apud Loeb Classical Library. Londinio. MCMXXXIV.

FONTES IMPRESSAS

Alarcão, A. M. 1958. Sigillata hispânica em museus do Norte de Portugal. *Revista Guimarães* 68 (3-4): 249-315.

Alarcão, J. de 1988. *Roman Portugal: Gazetteer*, Vol. II, Warminster, Aris e Phillips: 1-38.

Almeida, C. A. B. 2003. *Povoamento Romano do Litoral Minhoto Entre o Cávado e o Minho*. Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto: 69-93.

Almargo, M. 1947. *Noticias prehistóricas del valle del Noya*. Nota III. Excavaciones de los silos romanos tardíos del Pla de les Stiges. A Pirineo, 8. Zaragoza, Instituto de Estudios Pirenaicos: 177-194.

Almeida, C. A. F. 1968. *Vias Medievais Entre Douro e Minho*, Dissertação para Licenciatura em História, Faculdade de Letras do Porto, Policopiado: 1-221.

Almeida, C. A. F. 1984. A Casa Castreja. *Memórias de História Antigua* 6, Oviedo: Instituto de História Antigua: 35-42.

Almeida, C.A.B., Almeida, P.B., Fernandes, F. 2008. *Povoado do Bronze Final da Cimalha, Sernande, Felgueiras*. Relatório da Intervenção Arqueológica. Felgueiras: Câmara Municipal de Felgueiras.

Arnold, D. E. 1985. *Ceramic Theory and cultural proceses*. Cambridge: Cambridge University Press.

Arnold, D. E. 1989. *Ceramic theory and cultural process. New studies in archaeology*. Cambridge: Cambridge University Press.

Bettencourt, A.M.S. 2001. O povoado da Santinha, Amares, Norte de Portugal, nos finais da Idade do Bronze. *Cadernos de Arqueologia* 12. *Monografias*. Braga: Universidade do Minho.

Cardoso, M. 1947. *Correspondência Epistolar entre Emílio Hübner e Francisco Sarmiento (Arqueologia e Epigrafia) 1879-1899*. Guimarães, Sociedade Martins Sarmiento: 56.

Dias, L. T. 1997. *Tongobriga*. Lisboa, IPPAR: 302.

Dinis, A.P. 2001. O povoado da Idade do Ferro do Crastoeiro (Mondim de Basto, Norte de Portugal). *Cadernos de Arqueologia* 13. *Monografias*. Braga: Universidade do Minho.

Fonte, J. M. M. 2008. Sistemas defensivos proto-históricos de Trás-os-Montes Ocidental (Norte de Portugal). *Cuadernos de Estudios Gallegos*, LV, N.º 21, enero-diciembre: 9.29.

Gomes, C. 1988. *Argilas. O que são e para que servem*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Gonçalves, A.H.B, Jorge, S.O., Jorge, V.O. 1979. Fossas abertas no saibro, do concelho de Baião II - Monte Calvo e Vale de Quintela. *Trabalhos do Instituto de Antropologia «Dr. Medes Corrêa»*. N.º 37. Porto: FCUP.

Guerra, A. 1999. *Nomes de Cecas Visigodas no Noroeste Peninsular e Toponímia Pré-Romana*. In Centeno, R.M.S, García-Bellido, M.P. e Mora, G. (Coords.) ANEJOS de AESPA XX: Rutas, Ciudades y Moneda en Hispania. Madrid, Archivo Español de Arqueología: 423-432.

Harris, E. C. 1991. *Principios de estratigrafía Arqueológica*. Barcelona: Editorial Crítica.

Herculano, A. 1867. *Portugaliae monumenta historica: a saeculo octavo post Christum usque ad quintumdecimum / iussu Academiae Scientiarum Olisiponensis edita. Diplomata et Chartae, Volumen I - Olisipone: typis Academicis.*

- Jorge, V.O., Gonçalves, A.H.B, Jorge, S.O. 1980. As fossas ovóides abertas no saibro do concelho de Baião (distrito do Porto), e o seu significado no contexto da Arqueologia do Norte da Península Ibérica. Guimarães. *Separata do I vol. das Atas do Seminário de Arqueologia do Noroeste Peninsular*. Guimarães.
- Lanhas, F. 1971. *Lousada: Arqueologia*. Enciclopédia Luso-Brasileira da Cultura, Volume 12. Lisboa, Editorial Verbo: 574-575.
- Mantas, V. G. 1996. *A rede viária romana da faixa atlântica entre Lisboa e Braga*, Tese de doutoramento em Letras (Pré-História e Arqueologia). Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, Coimbra. Policopiado: 659-665.
- Martins, M. 1990. O Povoamento Proto-histórico e a Romanização da bacia do Curso Médio do Cavado. *Cadernos de Arqueologia. Monografias*. Braga.
- Martins, M. 1988. A arqueologia dos castros do Norte de Portugal. Balanço e perspectivas de investigação. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia. N.º 28, Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia*, Porto: 11-35.
- Martins, M. 1988. *Povoado fortificado do Lago, Amares*. Cadernos de Arqueologia 1. Monografias. Braga: Universidade do Minho.
- Medeiros, A., Pereira, E., Moreira, A. 1980. *Notícia explicativa da folha 9-D (Penafiel) da carta geológica de Portugal à escala 1:50000*. Lisboa: Serviços Geológicos de Portugal.
- Mendes-Pinto, J. M. 1992. *Património Arqueológico do Concelho de Lousada*. Plano Diretor Municipal de Lousada. Lousada: Câmara Municipal.
- Mendes-Pinto, J.M.S. 1994. *Escavações Arqueológicas no Castro de S. Domingos (Cristelos – Lousada)*, Relatório de Trabalhos, Porto. (Policopiado).
- Mendes-Pinto, J.M.S. 1995. O Povoamento da bacia superior do Rio Sousa: da Proto-História à Romanização. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia. Atas do 1º Congresso de Arqueologia Peninsular*. Vol. V. Porto: Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia: 265-283.
- Mendes-Pinto, J.M.S. 1999. *O Castro de S. Domingos (Cristelos-Lousada): Memória descritiva*. Processo de Classificação do Castro de S. Domingos. (Policopiado).
- Mendes-Pinto, J.M.S. 2008. Do castro de S. Domingos a Meinedo: Proto-história e Romanização na bacia superior do rio Sousa. *Oppidum – Revista de Arqueologia, História e Património, número especial*: 45-63.
- Muñoz de la Nava, P., Escudero, J., Suarez, I., Romero, E., Rosa, A., Moles, F., Martinez, M. 1989. *Metodología de investigación de rocas ornamentales: granitos*. Boletín Geológico y Minero, 110, (3): 129-149.
- Novais, H., Lemos, P., Leite, J., Nunes, M. 2014. As rochas do edificado da “Casa Romana” (Cristelos – Lousada). Variação cronológica da sua tipologia e origem. *Oppidum. N.º 7*. Lousada: CML, p.211-216.
- Nunes, M. e Fernandes, F.R.C. 2008. *Projeto de Prospeção Arqueológica do Concelho de Lousada no âmbito da revisão do Plano Diretor Municipal*, Volume I. (Policopiado).
- Nunes, M., Sousa, L. e Gonçalves, C. 2007. O Castro de S. Domingos (Cristelos – Lousada): algumas notas sobre a sua ocupação durante a Idade do Ferro e Época Romana. *Revista Municipal, ano 8, 3.ª Série, n.º45, setembro, Suplemento de Arqueologia*, Município de Lousada: 1-4.
- Nunes, M., Sousa, L. e Gonçalves, C. 2008. *Carta Arqueológica do concelho de Lousada*, Gabinete de Arqueologia, Câmara Municipal de Lousada: 41-46/106-107.
- Nunes, M., Lemos, P. e Leite, J. 2010. *Sistema Geral de Drenagem e Tratamento das Águas Residuais do Concelho de Lousada - Castro de São Domingos. Acompanhamento arqueológico*. Relatório Final de Trabalhos Arqueológicos. Lousada (Policopiado).
- Nunes, M., Lemos, P., Leite, J., Novais, H., Oliveira, A. 2011. Estruturas negativas da “Casa Romana”

do Castro de São Domingos (Lousada): as fossas escavadas no saibro. In *Oppidum – Revista de Arqueologia, História e Património*, N.º 5, Câmara Municipal de Lousada: 61-84.

Nunes, M., Lemos, P., Leite, J. 2015. A “Casa Romana” do Castro de São Domingos: Intervenção arqueológica e valorização patrimonial – Relatório Final. (Policopiado).

Nunes, M. e Lemos, P. 2013. *Lustosa, Património e Identidade*. Junta de Freguesia de Lustosa. Lousada.

Nunes, M., Lemos, P., Leite, J.; Novais, H. 2018. *Estruturas negativas no sítio arqueológico da “Casa Romana” do Castro de São Domingos (Lousada): as fossas escavadas no saibro*. In Guitiérrez, N. H., Galarza, J. L., Hernández, R. P (coord.) *Investigaciones arqueológicas en el valle del Duero: del Paleolítico a la Edad Media 6 - Actas de las VI Jornadas de Arqueología del valle del Duero* (Oporto, 2016). Espanha, Zamoraprotohistorica: 419-427.

Pereira, T. R. 2013. Por um fio: tipologia e função do conjunto de cossoiros de Cabeça de Vaia Monte (Monforte/Portugal) [CD-ROM]. *Arqueologia em Portugal: 150 anos*. Associação dos Arqueólogos Portugueses, Coordenação Editorial: José Morais Arnaud, Andrea Martins, César Neves. Lisboa: 681-691.

Santos, F. J. C. et al. 2008. O Casarão da Mesquita 3 (S.Manços, Évora): um sítio de fossas “silo” do Bronze Pleno/Final na Encosta do Albardão. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Volume 11, nº2: 55-86.

Sarmiento, F. M. 1999. *Antiqua*. Apontamentos de Arqueologia. Guimarães: Sociedade Martins Sarmiento. [Leitura e organização de António Amaro Neves].

Sarmiento, F. M. 1880. *Antiqua. Manuscritos inéditos de Francisco Martins Sarmiento (Informes, reconhecimentos e prospeções)*. Guimarães: Sociedade Martins Sarmiento, [Anotados por F.J. Salgado Guimarães]: 26-27.

Serrano, L. I. M. 2011. *Lucernas, Candis e Candeias. Para uma Distribuição Geográfica no Território Português*. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra: 128.

Silva, A. C. F. 1980. Organizações Gentílicas entre Leça e Ave. *Portugália*. Nova Série, vol. I: 79-90.

Silva, A. C. F. 1983-1984. A Cultura Castreja no Noroeste de Portugal: Habitat e Cronologias. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. *Separata da revista Portugália, nova série, vol. IV/V (Atas do Colóquio Inter-Universitário de Arqueologia do Noroeste)*: 121-129.

Silva, A. C. F. 1986. *A Cultura Castreja no Noroeste de Portugal*, Dissertação de Doutoramento em Pré-História e Arqueologia, Apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Câmara Municipal de Paços de Ferreira, Museu Arqueológico da Citânia de Sanfins.

Silva, A. C. F. 1995 A Evolução do Habitat Castrejo e o Processo de Proto-Urbanização no Noroeste de Portugal Durante o I Milénio a. C. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. *Separata de: Revista da Faculdade de Letras, 2.ª Série, vol. XII*, 1995.

Silva, A. C. F. 1999. A Cultura Castreja no Norte de Portugal, in *Revista de Guimarães, Volume Especial, I*: 111-132.

Silva, A. C. F. 2007. *A Cultura Castreja no Noroeste de Portugal*, Câmara Municipal de Paços de Ferreira, Museu Arqueológico da Citânia de Sanfins; Centro de Arqueologia Castreja e Estudos Célticos: 1-698.

Silva, M. F. M., Oliveira, P. C. P. 1999. Estudo tipológico dos cossoiros do Museu da Sociedade Martins Sarmiento (Citânia de Briteiros, Castro de Sabroso e proveniência diversa). *Revista de Guimarães, Volume Especial, II*: 633-659.

Silva, M. F. M. 2008. A evolução cronológica da cultura Castreja e os modelos interpretativos sócio-culturais: ensaio de síntese. *@rqueología y Territorio* 5: 49-77.

Sousa, L., Nunes, M. e Gonçalves, C. 2008. Tegulae com marcas de oleiro e pegadas de animais no concelho de Lousada. *Oppidum – Revista de Arqueologia, História e Património*, número 2: 57-74.

Vieira, J. A. 1887. *O Minho Pittoresco: Louzada*. II. Lisboa: 353-376.

PERIÓDICOS

Peixoto, F.A. 1913. Louzada, sua origem ou antiguidade. Lousada: Jornal de Louzada. (18.5.1913).

DOCUMENTOS ELETRÓNICOS

Câmara Municipal de Lousada. [Em linha]. [Consult. março 2018]. Disponível em WWW: _URL: <http://www.cm-lousada.pt>

Diário da República Eletrónico. [Em linha]. [Consult. março 2018]. Disponível em WWW: _URL: <http://www.dre.pt>

Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. [Em linha]. [Consult. março 2018]. Disponível em WWW: _URL: <http://www.monumentos.pt>

Direção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano - Portal do Ordenamento do Território e do Urbanismo. [Em linha]. [Consult. março 2018]. Disponível em WWW: URL_: <http://www.dgotdu.pt>

Instituto Português de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico. Monumentos – Bens com proteção legal. [Em linha]. [Consult. março 2018]. Disponível em WWW: _URL: <http://www.igespar.pt>

CARTOGRAFIA

Carta Geológica de Portugal: Folha 9-B (Guimarães) e 9-D (Penafiel) [Material cartográfico] Serviços Geológicos de Portugal – Escala 1:50.000. Lisboa: S.C.E., 1986.

Carta Militar de Portugal: Folha 99 [Material cartográfico] Instituto Geográfico do Exército – Escala 1:25.000. Série M 888 – Lisboa: I.G.E., 1998.

Carta Militar de Portugal: Folha 112 [Material cartográfico] Instituto Geográfico do Exército – Escala 1:25.000. Série M 888 – Lisboa: I.G.E., 1998.

Carta Topográfica do Concelho de Lousada. 1:5000. Lousada: Câmara Municipal de Lousada.

Ficha Técnica

Publicação

Atas do I Ciclo de Conferências do Monte Padrão.
Citânias e Cidades. As primeiras cidades do Noroeste Peninsular

Título

I Ciclo de Conferências do Monte Padrão
Citânias e Cidades. As primeiras cidades do Noroeste Peninsular

Coordenação

Álvaro Moreira

Autores

Adriaan De Man
Alexandra Figueiredo
Alexandre Peixe
Álvaro Moreira
Ana M.S. Bettencourt
Anderson Tognoli
Andrea Mariani
Angel Villa Valdés
António Manuel S. P. Silva
Cláudio Monteiro
Daivisson Santos
Fernando Coimbra
Gabriel R. Pereira
Gonçalo Cruz
João Tiago Tavares
Ladislao Castro Pérez
Luís Gonçalves
Nuno Oliveira
Paulo A. P. Lemos
Sara Almeida e Silva

Revisão

Tânia Pereira

Conceção Gráfica

Câmara Municipal de Santo Tirso

Créditos

© dos textos: os autores
© das traduções: os autores
© das obras e fotografias reproduzidas:
os autores e arquivos nomeados
© da publicação: Câmara Municipal de Santo Tirso
© das imagens: os autores

Edição

1ª Edição, 2020

Tiragem

500 exemplares

ISBN

978-972-8180-70-6

Depósito Legal

478087/20

